UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ARIADNE LIMA NATAL

Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia

São Paulo

2020

ARIADNE LIMA NATAL

Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Natal, Ariadne Lima
N271a Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força
excessiva pela polícia / Ariadne Lima Natal;
orientador Sergio França Adorno de Abreu - São Paulo,
2020.
192 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Polícia. 2. Uso da Força Excessiva. 3.
Brutalidade Policial. 4. Autoritarismo. 5.
Legitimidade Policial. I. Adorno, Sergio França,
orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ariadne Lima Natal

Data da defesa: 24/02 /2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sergio Adorno

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 23/06/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

Tese de autoria de Ariadne Lima Natal, sob o título "Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia", apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, aprovada em 24 de abril de 2020 pela comissão examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Sergio França Adorno Abreu

Universidade de São Paulo (USP)

Presidente

Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci

Fundação João Pinheiro (FJP)

Profa. Dra. Bruna Grisi

Universidade de São Paulo (USP)

*Para Marieta Ursicina de Oliveira e Alexandra Elbakyan,
mulheres que tiveram a coragem de se opor a interesses
tradicionais para prover acesso ao conhecimento.*

Agradecimentos

Embora o percurso de escrita de uma tese envolva um trabalho individual, penoso e um tanto solitário, ao longo desta trajetória eu tive o privilégio de caminhar por uma estrada pavimentada por instituições e, sobretudo, por pessoas que não apenas me guiaram mas caminharam ao meu lado e me ofereceram suporte quando eu achava que não poderia mais seguir.

Da perspectiva institucional eu devo um profundo agradecimento à Universidade de São Paulo (USP), onde fui gestada primeiro física¹ e depois intelectualmente, tanto como cientista social quanto como socióloga. Nesse sentido, meu agradecimento mais do que especial é devido ao Núcleo de Estudos da Violência (NEV), no qual me formei como pesquisadora e onde pude contar com a indispensável rede de apoio que tornou esta tese possível por meio de suporte institucional, intelectual e afetivo. Assim, expresso minha eterna gratidão ao meu orientador, o Prof. Dr. Sergio Adorno, que em sua sabedoria e experiência foi capaz de me oferecer segurança, paciência e acolhida em momentos de fragilidade e incerteza, iluminando o meu caminho e tornando a conclusão deste trabalho viável.

Dentro da minha casa e escola, o NEV-USP, destaco a amizade e o companheirismo de pessoas como Bruna Gisi, Debora Piccirillo, Frederico Castelo Branco Teixeira, Giane Silvestre, Letícia Simões Gomes, Mariana Chies, Renan Theodoro de Oliveira, Renato Alves, Sérgia Santos, Viviane Cubas, Thiago Rodrigues Oliveira e, em especial, aos meus parceiros e aliados de todas as horas, André Rodrigues de Oliveira e Maria Gorete Marques de Jesus, os “padrinhos” desta tese que me ajudaram com discussões, revisões, ideias e apoio emocional. Vocês são sensacionais!!

Ressalto também a importância da convivência cotidiana com colegas atuais e passados do NEV-USP como André Amêndola Pinheiro, André Komatsu, Alan Felipe, Aline Mizutani, Beatriz Oliveira de Carvalho, Bruno Paes Manso, Caren Ruotti, Clara Tanaguti, Claudete Pires, Clarice Lopes, Cristina Lima, Damião Medeiros, Daniela Osvald Ramos, Dellon, Edmara Souza, Erick Gómez, Efrain Sanchez, Emerson Fragoso, Fernanda Novaes Cruz, Fernando Salla, Gabriel Funari, Gustavo Higa, Isadora Aragão, José Otavio Povia, Juliana Siegmann, Leandro

¹ A anedota aqui é que meus pais se conheceram nos corredores da Farmácia-USP e trabalharam em seus laboratórios durante a minha gestação e primeira infância.

Rodrigues, Leonardo Ostronoff, Marcelo B. Nery, Marcos César Alvarez, Maria Fernanda Peres, Maria Tranjan, Matheus Rodrigues, Mayara Amaral, Nancy Cardia, Paulo Sergio Pinheiro, Pedro Benetti, Rafael Coelho, Rebeca Lins, Roberta Altolfi, Sofia de Carvalho Galvão, Thais Bueno, Thais Portela e Vitor Blotta.

Agradeço muito às professoras – que eu também tenho o orgulho de chamar de amigas – Camila Caldeira Nunes Dias e Mariana Thorstensen Possas, que generosamente participaram da banca de qualificação desta tese quando o texto e o enfoque eram outros.

Agradeço também aos meus pares e interlocutores no processo de formação do Departamento de Sociologia da USP, em especial à dupla Felipe Mattos Monteiro e Germana Dalberto, que em tão pouco tempo passaram de colegas a amigos muito amados. Vocês foram o melhor presente deste doutorado!

Nesse sentido, é preciso destacar que o trajeto desta tese teria sido muito mais duro sem redes de sociabilidade que aquecem o coração. Aos parceiros de lutas do Passo à Frente e do SPela Democracia, em especial Gabriel Medina, Flávia Rossi, Felipe Crocco e Iagê Miola, por transformarem o nosso luto coletivo em energia associativa e transformadora. Para a turma de todo dia da Cachorrada da Bela Vista, em especial à Clarissa Barrial, que nunca me deixa faltar um abraço. Aos queridos da eterna “turma da escada”: Carlos Augusto Almeida Jr. (*in memoriam*), Diego Vicentin, Giana Guelfi, João Marcelo Gomes, Otávio Albuquerque, Pedro Meira, Sarah Nery, Raquel Tivelli e, em especial, à minha enorme pequena Dalila Vasconcellos de Carvalho, que sempre se faz presente, a despeito de tantas latitudes de distância física. Também agradeço a outras mulheres incríveis que me inspiram de perto ou de longe: Amanda Gross, Ana Sader, Bibiana Leme, Helga Kress & Liz <3, Monica Machado, Rosana Santos, Tatiana Lima, Thaís Natal e, principalmente, a Roberta Barreto, a maravilhosa irmã que eu escolhi para mim. Também aos queridos que têm o poder de me insuflar energia positiva Henderson Rocha, Felipe Marino, meu “filho” amado, e Thiago Pereira, meu “brotha” e eterno bff, a minha vida perderia as cores sem vocês.

Além dos “irmãos” escolhidos, eu tenho o privilégio de ter sido adotada por uma “grande família” que me recebeu com tanto carinho há nove anos, sempre torcendo por mim e compreendendo as minhas ausências. Menciono especialmente Sandra Ramos, Zeca Monteiro, Túlio Ribeiro, Cris Caniato, João Victor Ribeiro e Nat D’Ávila.

Agradeço também aos meus familiares diretos, com especial lembrança para aqueles que foram tão determinantes para a minha trajetória e dos quais eu sinto muita falta, às avós Iraci Bezerra e Martha Natal, à Edelvita da Silva – a tradução mais pura e literal do amor – e ao meu pai, Elielsio Natal, que movia o mundo com sua paixão e curiosidade. Menciono também o apoio do meu irmão Icarus Natal, da minha cunhada Tania Natal e do pequeno Otto, que eu amo tanto! Um agradecimento mais do que especial à minha mãe, Suelly Lima Natal, que se sacrificou continuamente para me proporcionar a estabilidade e as alternativas de que ela nunca pôde desfrutar.

Por fim eu agradeço ao meu companheiro, o par que eu escolhi para a quadrilha da vida, Darwin Ribeiro, meu Dauí. Obrigada por caminhar ao meu lado e ser o sopro de vida que transforma meus dias... e, claro, por finalmente me reconhecer como tutora legítima da Maria, a dona e proprietária do meu coração.

*“One answer, then, to the question of how serious police brutality is,
is that it is as serious as the public believes it to be”*

(David Bayley)

Resumo

NATAL, Ariadne Lima. Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia. 2020. 192f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A tese examina as atitudes do público a respeito do uso da força excessiva pela polícia. Nosso pressuposto é que as práticas arbitrárias e o emprego de métodos violentos e abusivos que marcam historicamente a atuação das forças policiais brasileiras não poderiam ser um fenômeno tão persistente sem a existência de algum respaldo por parte da sociedade para a manutenção de tais ações. Nesse sentido, investigamos não só a magnitude desse apoio, mas principalmente, quais são as explicações que podem ser acionadas para melhor compreender o respaldo conferido para a polícia agir de maneira violenta. Com base em um estudo empírico, conduzido por meio de dados de um *survey* aplicado a 1.806 moradores da cidade de São Paulo em 2018, verificamos que efeitos as variáveis sociodemográficas, contextuais e atitudinais exercem sobre a disposição de apoiar o uso da força excessiva por parte da polícia. Nossos dados indicam que o apoio ao uso da força excessiva pela polícia é mais acentuado dentre os brancos, os homens e pessoas com maior adesão à valores autoritários, e não se mostrou relacionado com medo do crime e percepção de vulnerabilidade ao crime. Os resultados apontam que, para uma parcela dos entrevistados, o apoio a ações excessivas da polícia está ligado à uma concepção autoritária do exercício de poder.

Palavras chave: Polícia; Uso da Força Excessiva; Brutalidade Policial; Autoritarismo, Survey.

Abstract

NATAL, Ariadne Lima. Authoritarian Expectations: Public Support for police use of excessive force. 2020. 192f. Thesis (Doctoral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The thesis examines public attitudes towards the use of excessive force by the police. Our assumption is that the arbitrary practices and the use of violent and abusive that historically mark the performance of the Brazilian police forces could not be such a persistent phenomenon without the existence of some kind of support from society for the maintenance of such actions. In this sense, we investigate not only the magnitude of this phenomenon but mainly, what are the explanations that can be used to better understand the support given to the police brutality. Based on an empirical study conducted using data from a survey applied to 1,806 residents of the city of São Paulo in 2018, we found that sociodemographic, contextual and attitudinal variable affects the willingness to support the use of excessive force by police. Our data indicate that support for the use of excessive force by the police is more pronounced among whites, men, and people with greater adherence to authoritarian values, and was not related to fear of crime and perception of vulnerability to crime. The results show that, for a portion of the interviewees, support for excessive police actions is linked to an authoritarian conception of the exercise of power.

Key-words: Police; Use of excessive force; Police Brutality; Authoritarianism; Survey.

Lista de Tabelas, Figuras e Gráficos

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra	125
Gráfico 1. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia (%).....	135
Gráfico 2. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, por sexo (%)	137
Gráfico 3. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de idade	138
Gráfico 4. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, por raça (%)	139
Gráfico 5. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de escolaridade	140
Gráfico 6. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de pontos em critério econômico.....	141
Gráfico 7. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e medo do crime....	143
Gráfico 8. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e vitimizações (%) ..	145
Gráfico 9. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e autoritarismo	148
Tabela 2. Coeficientes dos modelos de regressão logística multinominal para atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia	152

Sumário

1. Introdução	14
1.1. Estrutura da tese	26
2. A polícia e o uso da força.....	30
2.1. A polícia no Estado moderno	30
2.2. A instituição policial: o caso brasileiro	34
2.3. Uso da força pela polícia	48
2.4. Fatores relacionados ao uso da força pela polícia	59
3. Atitudes do público com relação à polícia e ao seu uso da força	77
3.1. Atitudes gerais com relação à polícia.....	79
3.2. Apoio ao uso da força pela polícia	93
4. Pesquisa empírica: metodologia, hipóteses e resultados	120
4.1. Amostra	120
4.2. Problema e hipóteses.....	126
4.3. Construção da variável de interesse: atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia	128
4.4. Variáveis independentes e análises descritivas bivariadas.....	136
4.5. Testando os preditores de atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia: resultados e discussão.....	149
5. Considerações finais	169
Referências	178

1. Introdução

No início da tarde do feriado de 7 de Setembro de 2015, Fernando Henrique da Silva, de 23 anos, e Paulo Henrique Porto Oliveira, de 18 anos, foram flagrados por policiais militares quando circulavam pela Rodovia Raposo Tavares, zona Oeste da cidade de São Paulo, com uma motocicleta roubada. Os policiais deram sinal para que os rapazes parassem, mas eles desrespeitaram a ordem e fugiram pelas ruas do Jardim Bonfiglioli. Na altura da Rua Corinto, a poucos metros da entrada de pedestres do *campus* da Cidade Universitária, no Butantã, os dois jovens saltaram da motocicleta e fugiram a pé em direções opostas.

Fernando tentou fugir subindo e pulando por entre os intrincados muros e telhados dos sobrados e casas do bairro. A movimentação chamou a atenção de vizinhos, que indicaram a localização do rapaz, o qual foi capturado por um policial que vinha logo atrás dele, também pelos telhados. Diante desse policial e de mais outros dois que acompanhavam a ação, todos armados, Fernando mostra rendição se ajoelhando. Ele é dominado pelo policial, que o deita de bruços contra o telhado e coloca algemas em suas mãos. Em seguida, o agente levanta Fernando e o joga algemado de cima do telhado, uma altura de cerca de 3 metros. A câmera que filma a ação não é capaz de captar o local onde Fernando cai, mas logo após a sua queda são ouvidos dois tiros. O policial desce até onde Fernando está caído e escutam-se outros dois disparos de arma de fogo. O jovem morre no local em razão dos projéteis que lhe atingiram o abdômen, a lombar, a virilha e a mão esquerda. A cena foi filmada pelo celular de uma pessoa que estava em um prédio vizinho e acompanhava a perseguição².

Já Paulo tentou se esconder da polícia dentro de uma caçamba de lixo na Rua Conceição Russomano Pugliese. Ao perceber que está cercado, ele resolve se entregar. Para sinalizar a rendição, o jovem ergue os braços, tira a jaqueta e levanta a camiseta que veste, mostrando que não está armado. Em seguida ele se senta no chão e então se deita de bruços, colocando as mãos sobre a cabeça enquanto aguarda a aproximação dos policiais que apontam armas

² Fontes: Camarante, A. Imagens inéditas mostram PM de SP ao prender, algemar e jogar jovem de telhado para ser morto a tiros. *Ponte Jornalismo*, 19/09/2015. Disponível em: <<https://ponte.org/imagens-ineditas-mostram-pm-de-sp-ao-prender-algemar-e-jogar-jovem-de-telhado-para-ser-morto-a-tiros/>>. Acesso em: 12/12/2019. Alencar, B. Justiça condena PM por execução em SP. *Revista Época*, 15/03/2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/03/justica-condena-pm-por-execucao-em-sp.html>>. Acesso em: 12/12/2019.

contra ele. Diversos policiais se aproximam, e Paulo é dominado, algemado e colocado sentado no chão. Minutos depois, Paulo tem as algemas retiradas e é levado para uma rua adjacente, onde é encostado em um muro. Em seguida, um policial saca uma arma e o mata com dois tiros na região do tórax. Diante da cena, outro policial corre para uma viatura e, do banco de trás, pega uma pistola Taurus calibre .380 com numeração raspada. Volta então para o local onde está o corpo de Paulo, agacha-se discretamente e coloca a arma em suas mãos. As cenas foram registradas por câmeras de segurança posicionadas na rua.

Nos dois casos, os policiais envolvidos sustentaram a versão de que os jovens estavam armados e apresentaram resistência, ameaçando tanto a polícia como moradores do local, e, por essa razão, foi preciso revidar e agir para neutralizar a ameaça. Entretanto, a pessoa que teve a moto roubada pelos rapazes afirmou que eles a ameaçaram com uma faca, e não com armas de fogo. É evidente que, diante das cenas gravadas em vídeo, a versão dos policiais parece completamente insustentável e indica que a força foi empregada de maneira brutal e ilegal. Os dois rapazes já estavam rendidos e não representavam mais ameaça, mas foram mortos mesmo assim. A Corregedoria da Polícia Militar determinou a prisão dos policiais envolvidos na ocorrência, e o Ministério Público sinalizou que eles seriam processados por homicídio qualificado, fraude processual e outros crimes³.

Uma semana depois dessas duas mortes, o presidente do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg)⁴ do Portal do Morumbi, Celso Neves Cavallini, fez uma postagem na página da rede

³ No caso da morte de Paulo Henrique Porto Oliveira, o policial que atirou foi posteriormente condenado a 12 anos de prisão em regime fechado por homicídio; e o policial que plantou a arma para simular um confronto foi condenado a 4 anos e 11 meses de prisão em regime semiaberto por posse ilegal de arma, fraude processual e falsidade ideológica. Fonte: Josino, J.; Camarante, A. PM filmado ao executar jovem que havia se escondido em lixeira pega 12 anos de prisão. *Ponte Jornalismo*, 16/03/2017. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-filmado-ao-executar-jovem-que-havia-se-escondido-em-lixeira-pegou-12-anos-de-prisao/>>. Acessado em 12/12/2019. Já no caso da morte de Fernando Henrique da Silva, a despeito das gravações em vídeo, o júri absolveu os policiais e aceitou a versão de que os réus apenas revidaram os tiros disparados por Fernando após ele cair algemado de uma altura de 3 metros. Fonte: Júri absolve 3 PMs acusados de jogar suspeito de roubo do telhado e executá-lo. *G1*, 29/03/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/juri-absolve-3-pms-acusados-de-jogar-suspeito-de-roubo-do-telhado-e-executa-lo.ghtml>>. Acessado em 12/12/2019.

⁴ Os Consegs são instituições criadas na década de 1980 para permitir a participação da comunidade nas discussões a respeito da segurança pública. Institucionalmente os Consegs são ligados ao governo estadual por meio da Secretaria de Segurança Pública e sua área de cobertura corresponde a área de cada distrito policial. Em geral, se por um lado estes espaços são fontes de esperança de participação popular e interação com autoridades públicas que atuam no bairro, por outro lado, as falas recorrentes nos Consegs costumam reforçar percepções discriminatória e uma visão de direitos humanos como obstáculo para o trabalho da polícia. Nestes espaços predomina mais um posicionamento de apoio e mesmo de subserviência as instituições policiais, muito embora abertamente o regulamento destas instituições tracem interditos para prescrição de violações de direitos fundamentais como solução para a segurança pública (ASTOLFI, 2014).

social do órgão solicitando apoio financeiro da comunidade para ajudar a custear as despesas jurídicas dos policiais responsáveis pelas mortes.

Aos que sempre citam nas redes sociais que “bandido bom é bandido morto”, agora é a hora de saberem o quanto de dificuldade e de sofrimento que estão passando estes policiais. Nada mais justo agora que também ajudem estes policiais para as custas de advogado. Estão todos presos no Presídio Romão Gomes, inicialmente por trinta dias e nem pude ter contato com os mesmos. Alguns destes já prenderam muitos ladrões em flagrante em nossa área e ajudaram muitas vítimas em perigo. [...] todos que estão na rua estão sujeitos a erros, merecem o direito de defesa, hoje são eles precisando e amanhã pode ser você ... quem os conhece sabe que eles ajudariam se você precisasse.⁵

A região representada por esse Conseg é atendida por policiais lotados nos mesmos batalhões aos quais pertencem os agentes envolvidos na ação do Butantã. Em entrevista⁶, ao ser questionado a respeito da postagem na rede social, Cavallini voltou a citar o direito de defesa dos policiais e disse acreditar que eles tenham perdido o controle por estarem com medo. O representante da comunidade credita a divulgação das imagens de celular e de câmeras de segurança às repúblicas de estudantes da Universidade de São Paulo (USP), “uma turma que não gosta de polícia”, acrescentando ainda que a disseminação das imagens prejudiciais aos policiais “não foi um exercício de cidadania”.

Na postagem feita no grupo do conselho, outros membros teceram comentários de teor similar.

Uma postagem da última terça-feira, 15, também no grupo do Conseg, demonstra apoio aos policiais militares que executaram os suspeitos e critica as imagens que revelaram os crimes. Um dos membros da página fala em “gratidão” e classifica como “conduta honrosa e corajosa” dos agentes de segurança pública presos. “É imensurável o orgulho que sinto desses policiais, fizeram bem, sim, de jogar aquele lixo do telhado.” Este membro diz ainda que “infelizmente” os PMs foram “traídos pelas câmeras”. “Mas se fosse na frente da minha casa garanto que nem que eu tivesse que incinerar meu equipamento eu jamais cederia as imagens.”⁷

⁵ Fonte: Italiani, R. Presidente do Conseg faz “vaquinha” para PMs presos por execução. *O Estado de S. Paulo*, 16/09/2015. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-de-conseg-faz-vaquinha-para-pms-presos-por-execucao,1763468>>. Acessado em: 12/12/2019.

⁶ Idem.

⁷ Ibidem.

Em uma das notícias que relatava a prisão dos policiais envolvidos nos homicídios, o campo reservado para que a população opine a respeito das matérias no site *G1* havia registrado mais de 750 comentários. Dentre as 5 opiniões com mais “curtidas” (sinal que indica aprovação), todas apoiavam a atuação dos policiais, tanto expressamente como por meio de ironias⁸.

Senhores policiais acabou essa história de mudar a cena de um crime, o que não faltam são câmeras de segurança e pessoas loucas para lhes filmarem e entregar o vídeo para tv. Sejam inteligentes, hoje policial bom é policial omissos, o rádio da VTR piou cheguem na ocorrência 1h depois, popular chamou finja que não viu, manda chamar o Homem Aranha. Tirem seus serviços e retornem aos seus lares para junto das pessoas que os valorizem. O povo brasileiro é morde e assopra, e a maioria defende bandido! [378 curtidas]

A mídia dá tanta importância para essas coisas, mas o policial que queimaram nem ouvi falar, esses policiais fizeram um bem, bandido tem q matar, o promotor tinha era q agradecer os policiais, pois quem sabe um dia ele seria vítima de roubo ou quem sabe até assassinato, desses mesmos "coitadinhos" que se foram, bandido bom, é bandido morto!!!! [284 curtidas]

O cara do telhado se jogou, suicídio, e o outro fingiu que ia se entregar mais tinha uma arma escondida, reagiu foi atingido e o policial veio na viatura pegar os primeiros socorros para estancar o ferimento da mão do bandido. Não vi nada de mais, infelizmente estes bons policiais não conseguiram salvar os dois. Faleceram coitadinhos. [233 curtidas]

Bandido Bom... É Bandido Morto... Parabéns Aos Policiais... Não Merecem Ser Presos, Merecem Uma Medalha... [116 curtidas]

Se fizer assim com todos rapidinho nossas famílias estarão em segurança .. [99 curtidas]⁹

Dentre tantos casos de abuso policial que permeiam o noticiário brasileiro, os eventos aqui relatados foram selecionados para abrir a presente tese por uma série de razões. A primeira é que eles trazem elementos que possibilitam ao leitor compreender a concretude dos problemas sociais com os quais este estudo dialoga. Nas duas situações, a brutalidade da polícia acontece concomitantemente, com um quarteirão de distância, e têm o mesmo desfecho: o assassinato cruel de dois jovens que deram claros sinais de rendição e que só pôde

⁸ Os comentários foram mantidos com grafia, abreviações e pontuações originais.

⁹ Comentários da matéria: PMs são detidos após novas imagens de ação com mortes no Butantã. *G1*, 13/09/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/pms-sao-detidos-apos-novas-imagens-de-acao-que-terminou-em-morte.html>>. Acessado em 12/12/2019.

ser relatado em razão do registro em vídeo. Esses episódios apontam para a gravidade do problema, que parece tão naturalizado na ação de policiais, e indicam a dificuldade que temos, como sociedade, de impor limites para a violência desmedida, desnecessária e frequente por parte da polícia.

No entanto, para além dos terríveis excessos cometidos pelos policiais, o que particularmente nos chama a atenção é que, a despeito da flagrante ilegalidade e da crueldade presentes nos dois casos relatados, foram registradas manifestações de apoio e respaldo tanto por um representante da população local como por populares que demonstraram anuência aos excessos violentos, além de descontentamento com a atuação do Judiciário e da Corregedoria, que determinaram a prisão dos policiais envolvidos. O presidente do Conseg foi além, fez uso de suas extensas redes de contato para conclamar publicamente a população local a não só oferecer amparo mas também contribuir financeiramente com a defesa de policiais assassinos, de modo a garantir que eles retomassem esse trabalho nas ruas.

É esse tipo de reação a ações de brutalidade policial que se configura em nosso enfoque sociológico, de maneira que a tese se propõe a examinar *o apoio da população ao uso da força excessiva pela polícia. Discutiremos ao longo do texto não só a magnitude do respaldo conferido para a polícia agir de maneira violenta mas, principalmente, quais são as explicações aventadas pela literatura para esse fenômeno. Testamos ainda, com base em estudo empírico e pesquisa quantitativa, quais variáveis influenciam as atitudes da população a respeito do uso da força excessiva pela polícia.* Buscamos, portanto, investigar o que leva as pessoas a apoiarem e a considerarem moralmente aceitáveis violações de direitos humanos por parte das forças policiais.

Nossas hipóteses, que foram construídas a partir do diálogo com a literatura, visam examinar o efeito de variáveis estruturais, instrumentais e atitudinais sobre as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia:

- **H1. Estrutural baseada na teoria do conflito:** a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social influenciaria suas atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Dessa forma, quanto mais privilegiados socialmente, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia. Empiricamente, isso significa esperar que homens, pessoas mais velhas, brancos, aqueles com mais anos de estudo e com *status* econômico mais elevado seriam mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.

- **H2. Instrumental:** as atitudes favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia seriam reflexo de uma percepção de vulnerabilidade pessoal e da necessidade de proteção contra ameaças potenciais. Nesse sentido, quanto mais elevado é o medo da violência e quanto mais experiências de vitimização, maior a adesão a ações de brutalidade policial.
- **H3. Atitudinal ideológica:** manifestariam atitudes mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia aqueles que se identificam com valores autoritários, ou seja, os que são propensos a acolher soluções de controle social baseadas no punitivismo, inclinados a se submeter às autoridades sem questionamentos e que manifestam mais apego a normas e modo de vida tradicionais
- **H4. Vitimização pela polícia:** experiências pessoais com arbitrariedade policial maximizam as chances de o indivíduo vitimado rechaçar o uso da força excessiva pela polícia em outras situações, de maneira que:

Para testar estas hipóteses, utilizamos material coletado por meio do projeto de pesquisa Building Democracy Daily, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) com financiamento do programa de Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (CEPID-FAPESP)¹⁰. Com base nos dados de um *survey* aplicado a 1.806 moradores da cidade de São Paulo em 2018, verificamos, por meio de modelos de regressão, quais são os efeitos que variáveis sociodemográficas, contextuais e atitudinais exercem sobre a disposição de apoiar o uso da força excessiva por parte da polícia.

Para trabalhar o nosso problema central, foram construídos três cenários hipotéticos de uso da força excessiva pela polícia. Todos são baseados em casos reais e narram situações que podem ser consideradas abusivas tanto à luz da lei e das sensibilidades alinhadas com a defesa de direitos humanos como em face dos regulamentos e orientações técnicas que norteiam o trabalho da polícia. Para cada cenário foi pedido que os entrevistados avaliassem o trabalho dos policiais, dizendo se achavam que, naquelas situações, a polícia fizera um bom ou um mau

¹⁰ O trabalho desenvolvido ao longo desta tese é praticamente indissociável da minha posição como pesquisadora do NEV-USP. Foi nessa condição que tive a oportunidade de trabalhar neste levantamento desde seu primeiro rascunho, coordenando a equipe diretamente envolvida, inserindo as questões que eram do meu interesse no escopo do estudo, acompanhando os trabalhos de campo e tendo acesso aos dados produzidos em primeira mão. Essa posição me conferiu ainda a oportunidade de contar com interlocutores do mais alto nível, o que envolveu uma importante troca de conhecimentos e aprendizado constantes.

trabalho. Um dos cenários que compõem essa questão foi baseado nos eventos que levaram à morte de Paulo Henrique Porto Oliveira, razão pela qual o caso de 7 de setembro de 2015 abre esta tese. Por ser considerado exemplar, ao jogar luz sobre o problema social que engendra nosso problema sociológico de pesquisa, o episódio passou a integrar o nosso instrumento de pesquisa.

Cumpre-se destacar que, tanto na produção dos dados como ao longo do texto, optamos por usar o termo “polícia”, sem distinção entre as instituições responsáveis pelas atividades de segurança pública no cotidiano¹¹. Essa escolha metodológica embasa-se em pesquisas que indicam que nem todos os cidadãos sabem identificar as diferenças entre as polícias Militar e Civil, o que é de se esperar, dada a complexidade do modelo de ciclo incompleto¹². Outro dado importante é que, nas pesquisas atitudinais que traçam uma distinção entre as diferentes instituições policiais, a avaliação que o público faz delas costuma se agrupar, formando *clusters* muito similares¹³. Por fim, tratando-se de percepções, as respostas dos entrevistados tendem a refletir uma imagem mais abstrata e homogênea da ideia de polícia, mesmo quando especificidades são incluídas nas questões¹⁴.

Passaremos, agora, para as justificativas deste estudo, seguidas por uma apresentação da estrutura do texto, visando relatar o conteúdo de cada um dos capítulos que compõem a tese, com o objetivo de situar o leitor a respeito do caminho que será percorrido.

¹¹ No caso brasileiro, dada a inexistência de um ciclo completo de polícia em nível estadual, as ações de policiamento e controle criminal cotidiano estão divididas principalmente entre duas instituições: a Polícia Militar (PM), cujos agentes uniformizados são responsáveis pelo patrulhamento ostensivo, e Polícia Civil (PC), que cumpre funções judiciárias, atuando para registrar, investigar e construir inquéritos a respeito de ocorrências criminais.

¹² Estudo feito por Teixeira (2019), a partir de entrevistas com moradores do município de São Paulo, aponta que aproximadamente 40% deles sabem identificar as duas polícias, 30% sabem identificar só uma delas e 30% não sabem diferenciar objetivamente a PM da PC. Além disso, os dados mostram que, em média, mesmo entre quem sabe identificar as duas polícias, a tendência é avaliar e julgar ambas as instituições de forma muito semelhante.

¹³ Além de Teixeira (2014, 2019), Soares (2013) apresenta resultados similares, apontando que confiar em uma das polícias aumenta muito a probabilidade de confiar na outra, pois, na visão do público, estão associadas.

¹⁴ Foi o que mostrou o estudo metodológico de Brandl et al. (1997), que mensurou atitudes com relação a instituições policiais. Os autores realizaram um experimento para verificar se, ao fazer uma avaliação do trabalho da polícia, os respondentes discerniam diferentes escopos de atuação dessas instituições. Os resultados indicaram que as repostas dos entrevistados refletem uma imagem estável, abstrata e homogênea da polícia, independentemente das especificidades inseridas na elaboração das questões. A interpretação dos autores é de que os respondentes de *surveys* tendem a acessar uma perspectiva mais geral que possuem da polícia, a despeito de como as questões relacionadas ao apoio à polícia são desenhadas.

Em seu livro a respeito de como a violência afeta e ressignifica relações interpessoais e padrões de segregação urbana em São Paulo, Teresa Caldeira (2000) mostrou que os assuntos relacionados à violência e à criminalidade ocupam há décadas uma posição central nos discursos de paulistanos dos mais diversos perfis sociais. Por meio de relatos de experiências desorientadoras que provocam medo e desorganizam o mundo, histórias de contato com a violência passaram paulatinamente a fazer parte de um repertório que é continuamente acessado, contado e recontado por meio de narrativas cotidianas que produzem imagens de ruptura e decadência ligadas à delinquência. São episódios marcantes que cumprem o papel de catalisador para expressar, processar e lidar com experiências de mudanças sociais hostis, oferecendo uma linguagem e um espaço adequados para exprimir sentimentos negativos e frustrações relacionadas a mudanças no bairro, na cidade ou na sociedade como um todo.

Essa prática discursiva, que a autora chama de “fala do crime”, procura estabelecer ordem em um contexto caótico de profundas transformações sociais e perdas de sentido ao mesmo tempo que é responsável por produzir uma reorganização simbólica bastante simplista e dicotômica que divide o mundo na luta entre o bem e o mal. Trata-se de um discurso que, por estar alicerçado em experiências que todos reconhecem como negativas, permite certa liberdade para recorrer a uma linguagem violenta sem grandes constrangimentos, bem como facilita a evocação de explicações e justificativas que expressam e reforçam toda sorte de preconceitos, intolerâncias, estereótipos e o apoio a soluções violentas, sintetizando na figura do criminoso tudo aquilo que é julgado como ruim, errado, sujo, transgressor e reprovável e que, portanto, deve ser extirpado.

Trata-se de um recurso prosaico que oferece oportunidade para lidar com outras experiências negativas que também compõem a vida na metrópole, ensejando a vocalização da demanda por um tipo de ordem capaz de acabar magicamente com problemas e reorganizar o mundo ao se focar em bodes expiatórios que podem ser facilmente eliminados, recompondo o equilíbrio da comunidade. Caldeira (2000) aponta que a “fala do crime” não se pauta por valores de respeito a direitos e igualdade que fundamentam a democracia, pelo contrário, ela se expressa justamente no sentido de deslegitimar instituições públicas, criminalizar determinados grupos sociais e promover abusos e violência ilegal por meio de soluções que

operam mediante a vingança, a privatização de conflitos e a justiça com as próprias mãos, o que inclui o apoio ao uso excessivo da força pela polícia. Estamos nos referindo a um tipo de reação à violência que aposta na intensificação da brutalidade como saída e que vê na criminalidade um sinal de ausência de uma autoridade forte, apostando, como resposta, em soluções autoritárias que deterioram o espaço público e desestabilizam o Estado de direito. A ordem que a “fala do crime” permite gerar é, portanto, oposta à ordem democrática e se aproxima do autoritarismo.

Assim como as discussões sobre violência e criminalidade têm um papel preponderante para organizar e pautar o olhar dos paulistanos sobre sua experiência de vida na cidade, também as forças policiais e sua atuação ocupam um espaço no imaginário e no cotidiano da população, seja como solução, seja como parte do problema. Se a violência desponta como uma das principais preocupações do brasileiro¹⁵, o controle do crime e da violência também figuram como um tema permanente no debate político e social do país.

Nesse sentido, Caldeira (2000) aponta que um dos grandes pontos de tensão durante a reabertura democrática nos anos 1980 dizia respeito a encontrar um caminho que tornasse possível conter de maneira eficaz o crescente problema da criminalidade e, ao mesmo tempo, controlar abusos das forças diretamente encarregadas dessa tarefa. No caso paulista, embora o governo democrata de Franco Montoro tenha tentado implementar mudanças em práticas e estruturar mecanismos de controle sobre as instituições de lei e ordem, com objetivo de norteá-las por valores de respeito aos direitos humanos, tal intento naufragou rapidamente. Montoro defrontou-se com uma verdadeira campanha negativa articulada por setores da imprensa e por políticos que tratavam a humanização como algo que oferecia “privilegio para bandidos”, com o objetivo de deslegitimar as reformas pretendidas (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; HIGA; ALVAREZ, 2019).

Diante dos crescentes índices de criminalidade, intensificavam-se as pressões sobre os responsáveis pelas políticas públicas de segurança, principalmente por parte da imprensa e de parcela da sociedade civil, que demandavam ações duras e mais violentas no controle

¹⁵ Pesquisa realizada pelo instituto Ipsos entre abril e maio de 2019 indica que 47% dos brasileiros elegeram a violência como sua principal preocupação e o problema mais alarmante do país, figurando acima de questões como a qualidade no atendimento à saúde (46%), desemprego (39%) e corrupção (38%). Fonte: 59% dos brasileiros pensam que país está na direção errada; violência é maior preocupação. *BBC News Brasil*, 26/07/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49123165>>. Acesso em 23/10/2019.

criminal. Nesse sentido, a demanda por segurança pública foi frequentemente equiparada com demanda por repressão.

A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível pelo menos em parte por causa do apoio popular. Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas. O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa polícia é dura (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis, como também reluta em apoiar as tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito aos direitos individuais. Assim sendo, o apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disfunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência. A deslegitimação dos direitos civis é inerente a esse padrão. (CALDEIRA, 2000, p. 136)

Pesquisas de opinião feitas à época indicam que as atitudes com relação às respostas pautadas pelo respeito aos direitos humanos eram negativas, o que motivou, inclusive, a troca do secretário de Segurança naquele período e, por conseguinte, a descontinuidade de práticas menos permissivas com o uso excessivo da força pela polícia (CALDEIRA, 2000).

Vale destacar que as representações sociais a respeito da violência, do crime e das atribuições da polícia não exercem a função apenas de organizar o pensamento e mediar relações sociais e urbanas. Tal recurso discursivo tem um impacto nada desprezível nas soluções aventadas e efetivamente adotadas para problemas relacionados à criminalidade. Referimo-nos a um discurso que orienta decisões na vida cotidiana, cumpre um papel para a reconfiguração do cenário urbano e direciona a seleção das possibilidades que irão compor o repertório de soluções possíveis para lidar com o problema da criminalidade, o que inclui escolhas políticas e preferências por políticas públicas.

Não à toa, nas últimas décadas, a pauta da segurança pública tem sido assunto de extrema relevância nas eleições, principalmente nos locais com maiores índices de criminalidade. No estado de São Paulo, por exemplo, com exceção de Mário Covas, todos os demais governadores que lograram sucesso em ascender ao cargo desde Montoro sustentaram a necessidade de políticas pautadas pela rigidez no controle do crime, o que inclui respaldo para as polícias agirem de maneira violenta sob a justificativa de proteger a sociedade.

O tema se tornou fundamental para a agenda eleitoral desde a transição democrática, o que tem incentivado figuras identificadas com a pauta da segurança pública a ingressar na vida

política tanto nos níveis municipal e estadual como no federal. Esses grupos de representantes são compostos principalmente por egressos das fileiras policiais, antigos membros dos ministérios públicos e procuradorias, jornalistas e radialistas de programas policiais, além de vítimas e parentes de vítimas de crimes de grande repercussão. Eles têm sido informalmente nomeados como “bancada da segurança pública” ou “bancada da bala”, pois possuem uma atuação ligada à defesa de pautas caracterizadas pelo populismo penal, marcadas por propostas repressivas e punitivistas, muitas vezes se colocando abertamente contra projetos de defesa de direitos humanos e lutando ativamente para esvaziar e derrotar pautas garantistas em diferentes instâncias dos poderes (NOVELLO, 2018).

Ao longo das últimas décadas, dezenas de vereadores e deputados foram bem-sucedidos eleitoralmente ao ecoar tal discurso, o que indica a relevância dessa agenda para a opinião pública brasileira. O expoente mais exitoso desse grupo é, sem dúvida, o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado do Exército que, durante décadas, foi uma figura representativa dessa agenda dentro do Congresso Nacional. Seus embates com defensores de direitos humanos e sua posição em favor da flexibilização das leis com relação às armas de fogo, sua defesa da pena de morte, a exaltação da tortura e de torturadores, o respaldo para a atuação de grupos de extermínio, sua proximidade com grupos milicianos, bem como suas propostas de proteção para policiais que fazem uso excessivo da força, garantiram-lhe visibilidade nacional para alçar voos políticos muito mais ambiciosos. Embora essas posições o alocassem como uma figura que ocupava um ponto extremo no espectro político, no mais recente pleito elas tiveram menos o papel de obstáculo e atuaram mais como molas propulsoras para instigar o apoio de um eleitorado fiel que compartilha ideias similares, movimento que foi decisivo para que o então insignificante deputado federal do “baixo clero” do Congresso chegasse ao cargo político mais importante da República¹⁶.

É evidente que a eleição de Bolsonaro é fruto de uma configuração contextual com elementos mais complexos e profundos do que sua posição sobre o tema da segurança pública, mesmo

¹⁶ Cumpre-se mencionar que o trabalho de campo que envolveu a coleta de dados que embasa esta pesquisa foi realizado justamente durante o período eleitoral, entre agosto e outubro de 2018, de maneira que os temas aqui trabalhados ocupavam espaço importante na agenda e no debate públicos. Como se sabe, a disputa levou à eleição tanto de Jair Bolsonaro como de um grande número de representantes políticos que manifestavam posicionamentos similares aos seus. A tolerância e até mesmo o incentivo a ações brutais por parte de policiais, que teve expressão máxima em Bolsonaro, tornaram a pesquisa mentalmente desgastante, mas também urgente e necessária.

porque seu posicionamento é antigo, mas a expressiva mobilização ao redor de sua figura é bastante recente. Ainda assim, não deixa de ser relevante considerar que mais de 57 milhões de brasileiros o escolheram para liderar o país, a despeito da brutalidade acintosa que acompanha os seus discursos e de sua recorrente disposição para deslegitimar o Estado de direito. Se a violência figura entre as principais preocupações dos cidadãos brasileiros, as propostas de solução fundadas em arbitrariedades e ações ilegais que reproduzem a brutalidade, inclusive no que tange à atuação das próprias instituições estatais, não parecem causar grande constrangimento no cenário nacional.

Isso não significa afirmar que tais posições sejam majoritárias entre os brasileiros. As representações sociais envolvem um sistema estruturado de crenças, ideias e práticas compartilhadas que são externalizadas e promovem vínculos, mas, para tanto, não precisam ser necessariamente representações hegemônicas ou consensuais em uma comunidade. Tampouco é necessário que todos os membros de uma comunidade se envolvam igualmente na elaboração e difusão de uma determinada representação social, ou que dela compartilhem, para que ela se solidifique como uma referência para o grupo. As representações sociais cumprem um papel em fomentar a comunicação e estimular a interação e o debate, tanto no sentido de gestar ideias como no de criticá-las e rejeitá-las (FRASER, 1994; WAGNER, 2011).

Nessa perspectiva, é importante destacar o impacto dos casos de flagrante brutalidade policial que chamam a atenção da opinião pública e que podem afetar negativamente a imagem das instituições policiais. São episódios que geram comoção e críticas públicas, representando pontos de inflexão que aumentam os constrangimentos e fazem a balança pender na direção da implementação de mudanças que promovam um maior controle nas ações policiais.

Caldeira (2000) relata como, no caso do massacre do Carandiru, as imagens chocantes de pavilhões prisionais cobertos de sangue e de presos desnudos obrigados a carregar e empilhar os corpos sem vida de seus colegas assassinados geraram grande indignação e movimentos de repúdio contra as autoridades envolvidas, por parte tanto da grande imprensa como da sociedade civil organizada. À época, essa pressão levou à troca no comando da Secretaria de Segurança Pública paulista e a uma reorientação drástica nas políticas de segurança, passando de uma abordagem que pregava a tolerância e o incentivo à brutalidade policial para uma perspectiva oposta, que sinalizava a necessidade de controle e restrições ao uso da força, o

que de fato teve efeito imediato na atuação nas ruas e levou a uma acentuada redução nos números da letalidade policial¹⁷.

As políticas públicas não são a única explicação para as mudanças nos níveis de abuso. Na verdade, a tradição de abusos – expressa na opinião pública, nos meios de comunicação de massa e na autonomia da polícia – tem um papel crucial e interpõe fortes barreiras às políticas que visam controlá-los. Contudo, onde há vontade política, pelo menos um controle parcial pode ser exercido. E se essa vontade coincide com as percepções populares [...] em vez de ter de lutar contra elas [...] o controle acontece mais fácil e rapidamente. (CALDEIRA, 2000, p. 163)

É essa possibilidade que torna o olhar para as pressões e demandas externas às polícias um tema de estudo pertinente. Diversas pesquisas em diferentes contextos nacionais têm demonstrado que a percepção de que a polícia age de maneira violenta, corrupta e inadequada afeta as atitudes do público com relação à instituição (BROWN; BENEDICT, 2002). Tais percepções podem ser motivadas por experiências pessoais diretas ou na condição de observador, por casos que envolvem pessoas próximas ou até mesmo pelo contato com situações como a do massacre do Carandiru e outros episódios de brutalidade que são alçados ao patamar de escândalos nacionais e internacionais, fazendo com que os cidadãos desconfiem da integridade das forças policiais. É por essa razão que, em uma democracia, os agentes policiais, as figuras que ocupam cargos de comando e mesmo as autoridades políticas a quem formalmente cabe o controle sobre as atividades de segurança pública devem se preocupar com a avaliação e as atitudes da população no que diz respeito à instituição, especialmente no que tange ao poder que lhes conferem e a que permissões e limites sinalizam em relação ao uso da força, que é um tema de tensão permanente em qualquer sociedade. Trata-se de um tema de relevância social e sociológica que ainda carece de muito aprofundamento empírico, teórico e metodológico, lacunas que esta tese procura auxiliar a preencher.

1.1. Estrutura da tese

De modo geral, esta tese aborda aspectos relacionados às *atitudes do público com relação ao uso da força excessiva pela polícia*. O capítulo “2. A polícia e o uso da força”, propõe-se a fazer

¹⁷ O número de civis mortos em ações da Polícia Militar era de 898 no ano de 1991, saltou para 1.301 em 1992 (incluindo os 111 mortos no massacre do Carandiru) e caiu vertiginosamente para 243 em 1993 (CALDEIRA, 2000, p. 161).

uma discussão sobre o papel da instituição policial na sociedade brasileira e o prevalente uso da força excessiva por agentes policiais. Iniciamos a tese discutindo a questão do monopólio legítimo da violência física pelo Estado a partir da perspectiva de Max Weber. Destacamos que, na concepção weberiana, o exercício da autoridade depende, dentre outras condições, da existência de um quadro administrativo capaz de garantir a dominação, os poderes e os meios necessários para a aplicação da coação física. Nas sociedades modernas, cuja dominação se baseia no aparato burocrático-legal, esse quadro administrativo se consolida na forma de uma burocracia racional pautada por controles, procedimentos, impessoalidade e busca pela eficácia.

Na segunda seção desse segundo capítulo, inserimos o tema das polícias, apontando que elas constituem um tipo de burocracia destinada à manutenção da ordem interna das sociedades. Em seguida, indicamos as dissonâncias que existem entre esse modelo profissional burocrático e a atuação policial nas ruas, cujo cotidiano é marcado pela discricionariedade no exercício do poder. Apontamos que, no caso brasileiro, tal ambivalência é atravessada por um forte legado de tradições personalistas, relações assimétricas, elitismo, patrimonialismo e racismo, que elevam a violência a linguagem da autoridade. Nessa conjuntura, o exercício de poder pela polícia acaba sendo marcado por práticas arbitrárias e pelo emprego de métodos coercitivos especialmente direcionados para o controle de classes populares, incluindo o uso da força excessiva, que perdura mesmo durante períodos democráticos.

Na terceira seção do segundo capítulo, passamos a delimitar o que se entende por uso da força pela polícia, traçando uma distinção entre a força necessária, a força excessiva e a brutalidade policial. Apontamos que os limites entre tais categorias não se pautam apenas pela ordem jurídica, são conformados por valores sociais e culturais contextuais e subjetivos. Isso significa que uma mesma ação pode ser avaliada a partir de perspectivas distintas, assunto que nos acompanhará ao longo de toda a tese. Ainda nesse segmento, apontamos que o uso indiscriminado da força pelas polícias brasileiras, especificamente pelas polícias paulistanas, foi e continua sendo um problema grave.

Na parte final do segundo capítulo, há uma revisão de literatura sobre as dinâmicas que ajudam a compreender a persistência do uso da força excessiva pela polícia, destacando perspectivas que tratam desse problema a partir de abordagens individuais, situacionais, organizacionais, políticas, históricas e socioculturais. Essa revisão teve como objetivo apontar

a complexidade do fenômeno, situando o leitor e destacando que esta tese faz um recorte para explorar somente um dos aspectos de um fenômeno. É no final desse segundo capítulo que nosso objeto começa a se delinear com mais clareza: argumentamos que o uso abusivo da força pelos agentes policiais não seria um fenômeno tão persistente sem a existência de um respaldo por parte da sociedade para essas ações, tema que nos dispusemos a investigar.

O terceiro capítulo, “Atitudes do público com relação à polícia e ao seu uso da força”, traz dois levantamentos bibliográficos que nos auxiliam a delinear a nossa estratégia de pesquisa. Inicialmente introduzimos o conceito de atitudes e representações sociais para indicar que vamos lidar com um problema que está na chave das percepções. Na primeira seção desse capítulo, fazemos uma revisão de literatura sobre os condicionantes das atitudes do público com relação à polícia. No levantamento, indicamos que, nesse sentido, tanto a literatura nacional como a internacional têm destacado a importância de aspectos como raça, idade, renda, escolaridade, percepção de desordem urbana, perfil do bairro, valores atitudinais e, principalmente, a influência do contato com a polícia. Acrescenta-se ainda que, no contexto brasileiro, a vitimização por ação policial é uma variável bastante relevante. De maneira geral, esse balanço destaca que as percepções a respeito da forma como a polícia age no cotidiano são um fator fundamental para conformar a imagem que a população faz dessa instituição.

Iniciamos a seção seguinte apresentando estudos que trataram propriamente do apoio ao uso da força excessiva pela polícia. O levantamento indica que a maior parte das pesquisas sobre o tema está na literatura internacional, o que reforça a necessidade desta tese. Organizamos a análise dos condicionantes para esse fenômeno em três abordagens que contribuem para a compreensão do apoio ao uso da força excessiva pela polícia: *perspectiva estrutural* (explora os efeitos da posição social que os indivíduos ocupam na sociedade), *perspectiva instrumental* (investiga o papel da percepção de vulnerabilidade pessoal) e *perspectiva atitudinal* (examina os efeitos de crenças, atitudes e valores ideológicos, em especial a adesão e manifestação de valores autoritários). São essas três perspectivas que orientam a primeira etapa de construção das nossas hipóteses de pesquisa.

O capítulo 4, “Pesquisa empírica: metodologia, hipóteses e resultados”, relata propriamente o estudo empírico que testa algumas das perspectivas e hipóteses levantadas ao longo da tese. Nesse estudo foram empregados os dados de um *survey* realizado em 2018 com 1.806 moradores da cidade de São Paulo, razão pela qual sua primeira seção se destina a relatar a

amostra e apontar problemas identificados durante a coleta. Em seguida, apresentamos de maneira objetiva o problema e as hipóteses que o estudo empírico visava testar. Os testes dos preditores de atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia elencam como variáveis independentes questões a respeito das perspectivas estrutural, instrumental e atitudinal e questões relacionadas à legitimidade policial. As seções seguintes se destinam a apresentar as variáveis utilizadas no estudo, descrevendo as questões empregadas e como se deu o processo de operacionalização. Indicamos, então, que nossa variável dependente foi construída de modo a classificar os nossos entrevistados como “opoentes”, “apáticos” ou “tolerantes” ao uso da força excessiva pela polícia. O processo de apresentação das variáveis independentes foi acompanhado por gráficos e análises descritivas bivariadas de fácil compreensão que já sinalizam alguns dos resultados.

Na última seção desse capítulo, realizamos efetivamente os testes de hipóteses por meio de quatro modelos de regressão logística multinomial organizados hierarquicamente, de maneira que as variáveis foram inseridas gradualmente para permitir a verificação do ajuste de cada um dos modelos. Os testes indicaram a importância de variáveis como sexo, idade, raça e adesão a valores autoritários. Todos os resultados são, então, discutidos à luz da literatura, e possíveis explicações são aventadas.

2. A polícia e o uso da força

2.1. A polícia no Estado moderno

Segundo Weber, o Estado moderno é uma comunidade política que expropria dos particulares o direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos.

[...] devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. (WEBER, 1999a, p. 56)

No entanto, quando Weber fala em “uso legítimo da violência física”, ele não está justificando alguma violência cometida em nome do Estado (ou isso significaria uso abusivo e arbitrário da força). Ele afirma que a violência deve ser legítima, ou seja, que devem existir limites ao emprego da coerção, e esses limites devem estar pautados na lei e submetidos a ela (ADORNO, 2002; ADORNO; DIAS, 2014). Segundo o pensamento weberiano, a formação do Estado de direito cumpriria um importante papel na pacificação da sociedade e no controle da coerção, na medida em que concentraria a prerrogativa do uso da violência ao mesmo tempo que estipularia os limites para o próprio Estado utilizar a força com base na lei.

O Estado é, para Weber, uma relação de dominação de homens por homens, na qual os dominados se submetem voluntariamente à autoridade reivindicada pelos dominantes. A dominação¹⁸ é um dos elementos mais importantes da ação social, pois desempenha um papel central na orientação de condutas e ações. A dominação é diferente do simples exercício de poder. O poder envolve a probabilidade de impor a própria vontade ao comportamento de terceiros, mesmo que contra toda a resistência. Por ser onipresente e multidimensional,

¹⁸ O termo original, “*Herrschaft*”, que foi traduzido nas edições brasileiras como “dominação”, também tem o sentido de “autoridade” (em algumas traduções para o inglês, aparece como “*authority*”). Trata-se de uma palavra polissêmica, o que torna a tradução um desafio. A ideia de dominação parece adequada quando se trata das formas tradicionais, mas, quando se pensa na burocracia moderna (em sociedades menos assimétricas e com noções mais arraigadas de igualdade e direitos), a palavra “autoridade” parece mais adequada.

Weber o considera um conceito sociologicamente amorfo e que não funciona bem como categoria de análise por ser muito abrangente. Já a dominação é um conceito mais complexo, que pode ser descrito como um caso especial de poder.

Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações ("obediência"). (WEBER, 1999b, p. 191)

[...] chamamos "dominação" a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer "poder" ou "influência" sobre outras pessoas. Em cada caso individual a dominação ("autoridade") assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação. (WEBER, 1994, p. 139)

Para a dominação, no sentido weberiano, não basta que a ordem seja obedecida (resultado visível da dominação), é preciso que ela seja recebida pelos dominados como uma norma válida e que daí derive a obediência. Toda forma de dominação genuína implica um mínimo de consentimento voluntário, o que envolve um interesse e uma disposição a obedecer. É isso que distingue poder e dominação, não se trata apenas de impor a própria vontade e garantir obediência (como no caso do poder) mas sim de um mandato a ser obedecido em razão do reconhecimento de sua validade. A introjeção do conteúdo do mandato, ou seja, a aceitação do mandato como parte da norma vigente e o consequente dever de obedecer, é um elemento muito importante no conceito de dominação.

A submissão à dominação pode ser motivada por uma série de fatores, como razões instrumentais referente a fins, como resultado de um hábito ou costume ou, ainda, como afeto e inclinações pessoais. Entretanto, quando repousa apenas nesses fatores, a dominação é relativamente instável. A experiência mostra que a dominação não se funda nem se mantém apenas com base em motivos materiais e afetivos ou em ideais. Em geral, adiciona-se a esses fatores o elemento da legitimidade. Por essa razão, todas as formas de dominação procuram "despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade'" (WEBER, 1994, p. 139).

As formas mais estáveis de dominação são aquelas nas quais uma determinada ordem social aparece para boa parte dos envolvidos como legítima e, portanto, obrigatória. Por se basearem na crença da validade da dominação, as relações de autoridade legítimas seriam mais estáveis, sólidas e duradouras do que aquelas relações de poder fundadas apenas na força ou em razões pessoais. Ou seja, as pessoas estariam mais inclinadas a reconhecer as autoridades cujos poderes são justificados e validados com base em algum princípio de legitimação e obedecer a elas: “[...] a subsistência de toda dominação, no sentido técnico que damos à palavra, depende, no mais alto grau, da autojustificação mediante o apelo aos princípios de sua legitimação” (WEBER, 1999b, p. 197).

O tipo de obediência, o modo de exercício de dominação e seus efeitos variam de acordo com o tipo de legitimidade reivindicada¹⁹. A dominação sobre um grande número de pessoas pressupõe a existência de uma equipe dedicada a executar políticas e comandos. Diante das massas dominadas há, além do senhor, um pequeno círculo de pessoas que ocupam a posição de autoridade e que conservam a condição de aparato da dominação diante de sua organização eficaz. Os membros desse quadro podem estar ligados aos seus superiores por razões como costume, laços afetivos, motivações materiais ou valores pessoais. As motivações para a ligação em geral determinam o tipo de dominação. Quanto maior a complexidade das tarefas administrativas, mais favorável é o cenário para que haja certa estabilidade dos funcionários em função de seu treinamento e *expertise*. Isso significa uma administração mais perene tanto para os fins administrativos como para o exercício da dominação. Esse quadro administrativo é fundamental para conferir estabilidade à associação política que garante a dominação e, por conseguinte, o Estado.

A uma associação de dominação denominamos associação política quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro de determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante a ameaça e a aplicação de coação física por parte do quadro administrativo. Uma empresa com caráter de instituição política

¹⁹ Em Weber, a existência e a manutenção das justificações da dominação se apoiam em três princípios de legitimação: a) dominação racional-legal: na qual a validade do poder de mando se expressa em um sistema de regras racionais estabelecidas e por normas que geram uma obrigação de obedecer; aquele que porta o poder de mando está legitimado pelo sistema de regras, sendo seu poder legítimo apenas quando exercido de acordo com tais regras – neste caso, obedece-se às leis, e não à pessoa; b) dominação tradicional: autoridade pessoal que está baseada no hábito e na tradição perpetuados desde sempre – a obediência se dá em razão da fidelidade pessoal; c) dominação carismática: pauta-se totalmente na autoridade pessoal, na entrega do extraordinário e na revelação de uma graça concedida a determinadas pessoas (profetas, heróis, redentores etc.) – a obediência é motivada pela crença no carisma.

denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes. (WEBER, 1994, p. 34)

Para Weber, o Estado é uma forma particular de associação política cujo quadro administrativo é exitoso na reivindicação do monopólio da coação física. Essa associação de dominação que entendemos por Estado tem como características: a) um território geograficamente delimitado sobre o qual a dominação se estende, submetendo todos aqueles que ali se encontram; b) a prerrogativa de fazer uso da força e a capacidade e disposição para fazê-lo de modo contínuo e permanente; c) condições de regular não apenas as atividades econômicas como também outras atividades humanas, inclusive de âmbito privado; d) a presença de um quadro administrativo pessoal e de recursos materiais disponíveis permanentemente com o objetivo de manter a dominação, encarregando-se das funções técnicas necessárias para preservá-la, incluindo os poderes e meios imprescindíveis à aplicação da coação física (BIANCHI, 2014).

Esse quadro administrativo, que Weber vai chamar de burocracia, não é exclusividade do mundo moderno. O florescimento e o fortalecimento de uma estrutura burocrática permanente estão relacionados principalmente a elementos que já se fizeram presentes em outros momentos históricos, por exemplo a existência de sociedades complexas cujas necessidades demandam um corpo administrativo especializado e perene, bem como um desenvolvimento econômico que garanta a disponibilidade contínua de recursos para a manutenção dessa burocracia, o que, no caso do Estado, significa um sistema regular de cobrança de impostos (WEBER, 1968, 1974).

No entanto, embora tenham existido burocracias no passado – principalmente em sociedades mais complexas, como na China, no Egito e nos impérios Romano e Bizantino –, teriam sido burocracias patrimoniais cujas rotinas administradas eram relativamente simples, limitadas a um processo decisório baseado nas tradições e no patriarcalismo. Com o advento do Estado moderno e do capitalismo industrial, a busca por otimização, eficiência e aumento da produtividade fomentaram uma burocracia racional pautada na rapidez, precisão, clareza e discernimento, que permitia reduzir perdas e cortar custos. O reconhecimento da superioridade técnica da burocracia racional levaria ao enfraquecimento das formas de organização tradicionais, um caminho que, para Weber, é irreversível (WEBER, 1968, 1974).

A expansão da burocracia estaria ligada ao processo de racionalização de condutas, intelectualização e desencantamento do mundo, que pode servir a fins variados, mostrando-se presente nas mais diversas esferas da sociedade moderna (política, econômica, jurídica, religiosa e militar). A burocracia, tal como descrita por Weber (1968, 1974)²⁰, é caracterizada por treinamento, especialização, emprego formal assalariado, subordinação e controle de acordo com a posição em carreira hierárquica, criação de rotinas e procedimentos impessoais, produção de documentos e de registros a respeito das atividades executadas.

É evidente que, entre o tipo ideal weberiano de uma burocracia moderna e a sua consolidação dentro de sociedades com histórico e culturas muito diversas, existe uma considerável dissonância que, no caso brasileiro, exploraremos a seguir com foco nas instituições policiais, tema de interesse desta tese.

2.2. A instituição policial: o caso brasileiro

A polícia é uma instituição burocrática moderna no sentido weberiano cujo nascimento está ligado à concentração do poder beligerante nas mãos do Estado e ao processo de complexificação social que culminou na necessidade de um serviço especializado, profissional e dedicado exclusivamente às tarefas de pacificação e manutenção da ordem dentro dos limites do território (WEBER, 1968). As instituições policiais são um serviço controlado pelo Estado, presente em praticamente todas as sociedades complexas e cuja necessidade nos parece essencial. Sua atuação afeta a vida das pessoas no cotidiano na medida em que seus serviços não são eletivos e que todos estão submetidos ao seu poder.

A polícia moderna é uma instituição estatal criada para garantir a ordem e o cumprimento da lei, e seu surgimento na Europa está associado ao gradual declínio do poder privado e à concentração de poderes de vigilância e punição em órgãos dos Estados de tipo moderno. (MAUCH, 2007, p. 109)

As forças policiais modernas são fruto da consolidação de um tipo de dominação política que se legitima com base no arcabouço normativo e legal. Seu surgimento é concomitante com o

²⁰ A descrição do fenômeno da burocracia está baseada no método de construção de tipos puros ideais, um recurso de abstração metodológica no qual Weber propõe um modelo que reúne e generaliza características típicas do objeto de estudo não observáveis de maneira pura na realidade empírica (WEBER, 1994).

processo de desarmamento da população civil e ocorre justamente no momento em que, na Europa, a violência física nas relações interpessoais está em declínio (MAUCH, 2007). O modelo de policiamento considerado adequado para o mundo moderno civilizado se desenvolve em meados do século XIX, tanto na Inglaterra (London Metropolitan Police) como na França (Gendarmerie), com foco em profissionalização das agências encarregadas do controle social e formação de grupos uniformizados destinados ao policiamento ostensivo preventivo com objetivo de garantir o controle da população. Tal desenvolvimento se tornou paradigmático para as instituições policiais em outros países e continentes, incluindo o caso brasileiro (ROSEMBERG, 2010). O desenho do ideal de departamento de polícia moderno segue as linhas da burocracia weberiana: treinamento, profissionalização, controles e estruturas centralizados, hierarquia, tarefas especializadas, uso de tecnologia para otimizar os procedimentos e decisões baseadas em dados e informações na busca por eficiência (BORDUA; REISS JR., 1966; PONCIONI, 2004).

A polícia urbana foi criada com o objetivo de encampar um ideário de modernidade, impulsionado pela inserção na dinâmica do capitalismo e pela necessidade de racionalização das condutas. O guarda urbano, fardado, asseado, padronizado, imponente e exalando autoridade, tinha um papel como agente de educação de hábitos sociais. Deveria ser exemplo de decoro, temperança e moralidade, capaz de coibir costumes inadequados, disseminando uma espécie de missão civilizatória por meio do exemplo e do controle social (ROSEMBERG, 2010).

O processo de profissionalização das forças policiais tinha como objetivo também prevenir uma atuação política e corrupta, por meio de uma estrutura administrativa mais autônoma e guiada por procedimentos éticos e por princípios legais. Esse passo era considerado fundamental tanto para o incremento da eficiência da atuação policial como para o reconhecimento da polícia como agência legítima de controle social, atuando de acordo com o arcabouço normativo, e não de acordo com pressões ou para a defesa de fins pessoais.

Entretanto, não surpreende constatar que a tentativa de estruturação de instituições policiais a partir dessa perspectiva liberal moderna esbarra em uma série de ambiguidades que afetam diretamente a forma como as polícias funcionariam. Batitucci (2011) mostra como o processo de reforma e profissionalização das instituições policiais estadunidenses foi marcado pela ambivalência entre esse modelo profissional burocrático hermético e o inevitável exercício da

discricionariedade pelos policiais no cotidiano das ruas. Assim, de um lado, temos a necessidade de adesão a leis e regras que são abstratas, genéricas e pensadas a partir de uma perspectiva burocrática pautada na hierarquia e na busca por eficiência que pressupõe impessoalidade, imparcialidade e objetividade de um policial tecnicamente habilitado e altamente treinado, mas cada vez mais distante e alheio às necessidades da população a que serve. De outro lado, impõe-se a realidade do policiamento cotidiano, que frequentemente não se conforma àquilo que é prescrito pelos regulamentos. São episódios que exigem dos policiais um constante exercício de discricionariedade, pois, na prática, eles precisam ser capazes de identificar tanto as situações em que devem agir ou se omitir como aquelas em que devem aprender a modular o seu exercício de poder de acordo com o contexto, apelando muitas vezes para arranjos informais e até mesmo ilegais, incluindo o uso da violência como recurso para resolver problemas, enfatizando a manutenção da ordem em detrimento da lei.

Essa ambivalência é um dilema comum ao processo de profissionalização das polícias que ocorreu nas sociedades ocidentais ao longo do século XX (BATITUCCI, 2011). Entretanto, cumpre-se destacar que, no caso brasileiro, os processos de reforma profissional esbarram também em um legado histórico de arraigadas tradições e relações interpessoais e em uma concepção do papel de autoridade que são de natureza bastante distinta do modelo racional burguês.

Estamos falando de uma sociedade então recém-saída do sistema escravista e que continuava a cultivar crenças e práticas extremamente racistas, caracterizada por uma profunda desigualdade social e econômica, com a maior parte dos habitantes desguarnecida de direitos essenciais. Um país no qual as autoridades possuem atributos altamente personalistas, onde os grandes proprietários não só concentram substancialmente as riquezas como também possuem imensa influência política, habituando-se a lidar com a coisa pública por meio de estratégias patrimonialistas e nepotistas, embaralhando os limites da esfera pública e privada e dirigindo o Estado de acordo com seus interesses particulares, sem nenhuma preocupação com o bem comum. Tudo isso em uma cultura longamente marcada por arranjos pessoais, relações de compadrio, apadrinhamento, conchavos, troca de favores e acomodação de interesses, bem como por uma forte hierarquização das posições sociais que exigiam lealdade e submissão em um estilo bastante tradicional por meio de relações acintosamente assimétricas (SCHWARCZ, 2019).

É evidente que, diante desse legado, diversos elementos inerentes à organização burocrática racional legal, como impessoalidade, objetividade, rotinas e procedimentos, ficariam em segundo plano, de maneira que as instituições de inspiração republicana acabam por desempenhar um papel ambíguo e reticente. É justamente no contexto pós-Proclamação da República que nascem as polícias brasileiras modernas, buscando se consolidar em meio à tarefa esquizofrênica de equilibrar as demandas de dois modelos diametralmente opostos de sociedade. Por um lado, a rigidez dos símbolos, leis, regulamentos e discursos oficiais. Por outro lado, práticas cotidianas e pressões de diferentes atores habituados a relações e atos personalistas:

Num momento específico da história brasileira e paulista, em que o regime escravagista se desarticulava a olhos vistos e o governo central consolidava seus esforços para estabelecer um espaço público liberal, racional e burocratizado, a polícia aparece como uma metonímia desse processo: uma instituição construída sofregamente, a partir da integração conflituosa das expectativas nutridas pelas autoridades e da concretização desse projeto, que obrigatoriamente passava pelos anseios e pressões de outros atores sociais, à primeira vista relegados do jogo político. (ROSEMBERG, 2010, p. 23)

Dentro de um projeto moderno, a expectativa dos que se identificavam com o liberalismo era de que a polícia tivesse um papel fundamental na consolidação do Estado ao garantir com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência, ao mesmo tempo que realizava o projeto liberal de Estado ao formar um corpo burocrático capaz de conter práticas tradicionais de privatismo. Teria ainda o papel de condão moralizador, amansando corpos e controlando comportamentos indesejados, combatendo vícios, arruaças e desordens, impondo a nova ordem civilizada aos trabalhadores agora assalariados (ROSEMBERG, 2010).

Não obstante, embora a referência do liberalismo europeu e, consequentemente, a inspiração de suas instituições tenham tido grande influência, a história e a cultura brasileira possuem particularidades inerentes, de maneira que, entre o projeto civilizador idealizado e a prática de atividade cotidiana, a distância não era de pequena monta. Isso não significa reforçar a tese da “modernidade incompleta”, que toma como parâmetro padrões institucionais europeus para advertir a respeito de sua incorporação deficiente no caso brasileiro.

Um dos principais desafios para o policial no Brasil diz respeito a aprender a lidar com as escolhas e com a discricionariedade que, embora inerentes ao trabalho policial, tornam-se muito problemáticas quando interesses, projetos e perspectivas conflitantes estão em

disputa. Se, por um lado, como agentes legitimados pelo Estado, os policiais estavam submetidos a leis e códigos oficiais de caráter legalista e racionalizado, por outro lado, tinham de ser capazes de compreender e manejar as tensões advindas dos códigos informais e outras cartilhas tradicionais baseadas nos costumes e nas tradições do personalismo e do patrimonialismo. Diante dessas dificuldades, os policiais acabam por ocupar uma posição ambígua e precisam realizar ajustes e encontrar brechas que tornem possível barganhar e negociar os limites de seu próprio poder (ROSEMBERG, 2010).

Durante suas atividades de policiamento, cada agente deveria ser habilidoso o suficiente para mensurar a magnitude de sua própria autoridade e reconhecer o seu caráter contextual, identificando quando agir e até onde ir. Em uma sociedade extremamente hierarquizada, um policial precisa ser capaz de distinguir com maestria a quem se destinam o controle social e o uso da força e a quem devem ser garantidas segurança e proteção. A ação policial não poderia se furtar de observar clivagens sociais, agindo com prudência e evitando aborrecer os “cidadãos de bem”, especialmente aqueles prestigiosos e bem relacionados, sob o risco de ter de arcar com o ônus de retaliações e punições, uma vez que os laços e relações pessoais se mostravam mais fortes e influentes do que a lógica da racionalidade burocrática (ROSEMBERG, 2010).

Antônio Paixão (1988; PAIXÃO; BEATO F., 1997) destaca esse histórico dúbio da polícia brasileira. Ele seria expressão de uma estrutura mais profunda, que oferece obstáculos para a institucionalização de direitos civis. Nesse sentido, a brutalidade policial²¹ não é produto apenas de indivíduos ou instituições policiais violentos e despreparados, e sim o resultado de uma cultura política e jurídica que concebe a nossa sociedade a partir de uma estrutura hierárquica elitista, a qual atribui graus de cidadania e, mesmo, de civilização para diferentes segmentos da população. Não obstante a Constituição afirme a igualdade de todos perante as leis, na prática cotidiana cabe à polícia a incumbência de identificar essas diferentes classes de cidadania, distinguindo quem são as pessoas que possuem direitos e a quais cabe a repressão.

Àqueles que ocupam o andar de cima, os civilizados da primeira classe, são reservadas não só todas as garantias e proteções legais mas também uma atuação policial diferenciada, a

²¹ Trataremos mais à frente de questões conceituais e expressões utilizadas para fazer referência a esse fenômeno.

“polícia de gente”, dócil, tolerante e leniente, uma vez que aos detentores de *status* e privilégios também são permitidos particularismos e exceções. Já aos que ocupam o andar de baixo, os bárbaros de segunda classe, cabe o peso da coerção, a “polícia de moleque”, que faz uso do chicote para domar os desajustados e os rebeldes, impondo a ordem de maneira autoritária por meio de uma violência que lhes nega direitos e o devido processo legal²². Trata-se de uma estrutura que, em última instância, nega a possibilidade de uma sociedade pautada nos direitos de cidadania, pois reafirma assimetrias ao separar os indivíduos aos quais cabe a lei daqueles aos quais cabe o peso da ordem (PAIXÃO, 1988; PAIXÃO; BEATO F., 1997).

Esse processo de contínua adaptação e capacidade de reconhecer e gerenciar diferentes códigos e formas de agir de acordo com cada contexto e situação, adequando o tom de voz, o tamanho do distintivo e o peso do cassetete a depender de quem é o interlocutor, tem como objetivo justamente garantir que policiais continuem a reproduzir desigualdades e hierarquias, assegurando tratamento privilegiado para uns e controle abusivo e violento para outros. Esse jogo não é resultado de uma falha no processo de modernização brasileiro, mas característica inerente do seu sistema, permitindo a manutenção da opressão e do *status quo*.

O problema não é nem de princípios liberais *versus* uma prática personalista e violenta, nem de um marco constitucional *versus* uma prática ilegal, mas sim de instituições da ordem que são constituídas para funcionar com base em exceções e abusos. Como a história da polícia e as políticas recentes de segurança pública claramente indicam, *os limites entre legal e ilegal são instáveis e mal definidos e mudam continuamente a fim de legalizar abusos anteriores e legitimar outros novos*. (CALDEIRA, 2000, p. 142, grifo da autora)

Não espanta que a relação entre a polícia e as camadas mais pobres da população tenha sido desde o início marcada por arranjos violentos e contraditórios. O arbítrio, a seletividade e a discricionariedade policial acabam por se orientar a partir de um viés classista no qual, quanto maior for a vulnerabilidade social daquele que está sujeito à ação policial, maior e mais explícita será a brutalidade permitida e mais frouxos serão os controles que incidirão sobre tal violência²³. Não à toa, as instituições policiais brasileiras nunca contaram com o mesmo nível

²² A distinção entre a “polícia de gente” e a “polícia de moleque” foi extraída de um panfleto anônimo de 1825 (PAIXÃO, 1988).

²³ Tradicionalmente, nas instituições policiais brasileiras, o controle interno costuma ser muito rigoroso com questões relacionadas a hierarquia, subordinação, disciplina interna, aparência e decisões administrativas, mas frouxo com relação às ações cotidianas dos policiais no trato com os cidadãos, especialmente na fiscalização relacionada ao uso da força (BATTIBUGLI, 2010; COSTA, 2011).

de legitimidade e consenso que as polícias europeias, pois, ao incorporar a violência como um recurso cotidiano na repressão e no controle das classes trabalhadoras, as polícias brasileiras acabam sendo vistas com desconfiança e distanciamento por expressiva parcela da população que deveriam proteger (BATITUCCI, 2010; BATTIBUGLI, 2010; MAUCH, 2007; ROSEMBERG, 2010)²⁴.

Não obstante, cumpre-se destacar que a violência em si não é marca exclusiva da atuação policial. A violência como recurso para o exercício do poder, a solução de conflitos e a defesa de valores se inscreve nas mais diversas teias de relações sociais desde que o Brasil era Brasil. Schwarcz (2019) indica que a violência foi protagonista em diversos períodos na história brasileira, presente no genocídio dos povos nativos que foram vistos como obstáculos para o avanço civilizatório e, por conseguinte, dizimados pela brutalidade dos colonizadores, tendo se firmado posteriormente como instrumento de coerção por meio de um sistema escravista mantido por uma estrutura extremamente repressora e controlada por latifundiários com total conivência do Estado.

Adorno e Cardia (1999) também salientam que, desde a sociedade tradicional agrária, a violência esteve presente como um modelo de conduta socialmente aceito e legitimado, e mesmo a emergência do Estado republicano e das instituições modernas pouco alterou essa dinâmica. A violência permaneceu enraizada, institucionalizada, positivamente valorizada e moralmente imperativa como forma de solucionar conflitos decorrentes de diferenças étnicas, de gênero, de classe, de propriedade, de riqueza, de poder e de prestígio.

Aqui a violência se revela como a linguagem da autoridade. Historicamente ela tem se mostrado como elemento constitutivo de várias dimensões na vida social brasileira, praticada com ou sem o respaldo da lei, tanto na esfera pública como na vida privada, por agentes do Estado e chefes de família. Na atuação cotidiana das polícias, a violência é uma norma institucional aplicada de maneira regular, corriqueira e cotidiana para o controle da população, e não como exceção e último recurso de ação, ocorrendo na maior parte das vezes

²⁴ Isso não significa afirmar que a relação entre a polícia e as camadas populares é de pura hostilidade. Os policiais, como autoridade representante do Estado, são os agentes públicos mais próximos da população e de seus problemas cotidianos e, dada a ausência e a distância de outras instituições, são constantemente acionados não apenas para agir diante de ocorrências criminais como também para mediar conflitos e lidar com toda sorte de problemas, o que indica o reconhecimento da legitimidade de seu papel mediador e zelador de direitos (BRETAS; ROSEMBERG, 2013; ROSEMBERG, 2010).

sob a proteção da lei, sem riscos de responsabilização e contando ainda com substantivo apoio de uma parcela expressiva da sociedade (CALDEIRA, 2000).

Em uma sociedade profundamente hierarquizada, marcada pela desigualdade social, não causa espanto que o cálculo a respeito de *quando*, *quanto* e *contra quem* a força deve ser empregada recaia mais uma vez sobre aqueles que se encontram na base do estrato social, mesmo em um momento em que, em tese, esse poder se concentra nas mãos do Estado. Nesse sentido, Pinheiro (2001) afirma que o emprego da violência por forças policiais deve ser analisado sob o aspecto de uma resiliente cultura política autoritária, que se mantém, desde a Proclamação da República, a despeito dos intervalos democráticos estabelecidos entre um regime de exceção e outro. O autor indica que, ao longo de todo o século XX, as práticas autoritárias se mostraram mais estáveis do que regimes e governos, prevalecendo mesmo nos breves períodos regidos por constituições democráticas, que, por sua vez, não foram capazes de delimitar e garantir efetivamente o controle sobre a violência física, seja a violência privada, sejam as ações brutais de agentes do Estado. No caso brasileiro, as mudanças de regime e a realização de eleições livres e competitivas não foram elementos suficientes para garantir o controle sobre a violência ilegal e arbitrária em suas variadas facetas (PINHEIRO, 1994).

Na sociedade brasileira, o monopólio legítimo da violência física permanece um obstáculo para a concretização de um Estado democrático de direito, tanto no que tange ao controle da violência endêmica no seio da sociedade civil como no que diz respeito ao efetivo controle das forças repressivas do Estado, em especial a polícia, o que inclui a capacidade de impor limites para a violência legítima e garantir que seu exercício seja balizado por marcos legais (ADORNO; DIAS, 2014).

As diversas transições de poder pelas quais o país passou ao longo do período mantiveram não só as estruturas de hierarquia, concentração de riquezas e desigualdades sociais e raciais pré-republicanas como também garantiram a continuidade dos mecanismos de controle da violência e dos microdespotismos cotidianos, em especial contra os grupos mais vulneráveis da população. Contra esses vigora um verdadeiro “regime de exceção paralelo” à legalidade constitucional, que não se interrompe nem mesmo durante os períodos democráticos, mas que se agrava consideravelmente em meio aos períodos ditatoriais, a ponto de afetar também parcelas das classes médias quando estas figuram como oposição política. Esse legado se

mantém como uma espécie de “passado contínuo”, um passado que se coloca sempre como parte do presente na medida em que não consegue ser totalmente superado. Do ponto de vista político, esse processo de continuidades e sobreposições de despotismos gera uma democracia esquizofrênica, em que existe um Estado formalmente democrático (com eleições livres e competitivas) dentro do qual operam governos com políticas e ações marcadas pelo arbítrio (PINHEIRO, 1994, 2001).

A violência se mantém como um instrumento adequado mesmo durante a República, pois torna possível a manutenção das desigualdades e a concentração de poder nas mãos de poucos. É essa característica que ajuda a compreender, no caso brasileiro, a persistência de uma concepção autoritária de poder sustentada pelas elites, uma vez que elas são as maiores beneficiadas por um modelo que produz e reproduz relações assimétricas de poder (PEDROSO, 2005).

Durante o último regime autoritário pelo qual o Brasil passou (1964-85), o uso da força pela polícia foi promovido e tolerado como um instrumento de controle político pelos militares que detinham o poder, em especial para conter os movimentos de oposição ao regime. Mas a ditadura militar brasileira não foi o início da atividade política da polícia como instrumento de controle social e de neutralização de “inimigos internos”. Essa função está colocada desde o nascimento das instituições policiais brasileiras. A especificidade do último período autoritário diz respeito à intensificação da violência estatal por meio da sofisticação de seus métodos, bem como à ampliação do seu escopo de ação (das classes populares para as classes médias), com a introdução da Doutrina de Segurança Nacional (1949-66). Essa doutrina rearticulou os objetivos do sistema de defesa nacional, tradicionalmente voltado para a proteção do país contra ameaças externas, concentrando-se na defesa contra os perigos do inimigo interno representado pelo “fantasma do comunismo” e pelas ameaças institucionais que ele encarnava²⁵ (COIMBRA, 2000).

²⁵ Para concretizar tal objetivo, uma das principais estratégias utilizadas foi promover a integração entre o Exército e os organismos repressivos já existentes, garantindo que todos estivessem orientados na mesma direção, expediente que promoveu a articulação entre as Forças Armadas e as polícias federais e estaduais, tanto civis como militares. Durante o governo militar, as polícias foram forças auxiliares da repressão política. Nesse período, a Polícia Militar estava subordinada ao Exército, que era a instância responsável por todos os aspectos relacionados à segurança, desde a segurança interna e a defesa nacional até o policiamento ostensivo fardado. O comando do Exército sobre as polícias visava aprimorar a coordenação das atividades relacionadas à repressão política. Esse processo envolveu não apenas alterações no controle administrativo e o poder de indicar figuras de comando como também a incorporação de práticas e procedimentos das Forças Armadas pelas forças policiais

Importante destacar que, assim como já havia acontecido no passado, a reestruturação e o reforço do caráter militar das forças policiais são respostas a momentos de tensão social, manifestações e organizações populares. A polícia se torna mais militarizada como uma forma de atender aos interesses dos detentores de poder, quando estes se veem acuados (FELITTE, 2017).

Durante os anos de chumbo do período militar, a preocupação com a segurança interna e o espectro do inimigo interno se tornou um pretexto para a limitação das liberdades individuais, das garantias constitucionais e dos direitos fundamentais mais elementares, de maneira que, sob a justificativa de garantir a segurança do país, as liberdades poderiam ser sacrificadas. Tal lógica deu origem a um período de intensa violência política, no qual perseguições, sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores foram levados a cabo pelo governo brasileiro, com a justificativa de promover segurança (COIMBRA, 2000).

Com o fim da ditadura militar e o retorno à democracia, os estados se tornaram os responsáveis pelas forças policiais, bem como pela formulação e implementação das políticas de segurança pública²⁶. Entretanto, isso ocorreu sem que tivessem sido realizadas reformas institucionais nem com relação à sua orientação ideológica nem no que se refere a técnicas e modo de atuação. Se na redemocratização diversos setores do Estado foram reestruturados e apresentaram avanços com relação a eficiência burocrática, maior participação popular e respeito aos direitos humanos, buscando se adequar aos desafios de governar em uma sociedade democrática, no que tange aos setores de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária pouco foi feito. As estruturas de poder e a forma de atuação permaneceram praticamente as mesmas do regime anterior (MESQUITA NETO, 2011).

A Constituição Federal de 1988 trouxe à tona o termo “segurança pública” (e não mais “segurança interna”), em um capítulo específico para tratar do tema (capítulo III, “Da segurança pública”, art. 144) (BRASIL, 1988). Entretanto, a Carta Magna não define o que entende por segurança pública ou o que podemos esperar dela, limitando-se a indicar quais

(manuais e códigos militares, estratégias e técnicas de atuação, cadeias de comando etc.). Ao longo dos vinte anos de ditadura, as polícias militares estaduais foram transformadas em forças auxiliares subordinadas diretamente ao Exército, com intercâmbio permanente de treinamento, experiências, táticas de repressão autoritárias e emprego da violência no contexto de uma ideologia de segurança nacional.

²⁶ À União está subordinada a Polícia Federal, encarregada da investigação das infrações de repercussão interestadual ou internacional, e em alguns municípios brasileiros há as guardas municipais, corporações que não são consideradas polícias e atuam protegendo bens, serviços e instalações públicos.

são as organizações que atuam nesse campo²⁷. Nesse sentido, além de definir a segurança pública como responsabilidade eminentemente estadual, a Constituição democrática de 1988 manteve duas principais forças policiais separadas: a Polícia Civil e a Polícia Militar. A primeira, definida como Polícia Civil e Judiciária, responsável pelo registro e pela investigação de crimes, bem como pela elaboração do inquérito policial, e a segunda, força policial encarregada do policiamento ostensivo, definida como força auxiliar do Exército, preservando aspectos militares na estrutura da corporação, na formação e na carreira dos policiais (COSTA; LIMA, 2014). Com forte *lobby* de conservadores e um deliberado receio de desagradar interesses e abalar o frágil equilíbrio democrático recém-conquistado, a Constituição de 1988 foi comedida nos assuntos que poderiam contrariar as Forças Armadas e as polícias, acomodando seus interesses ao manter o modelo de duas polícias de ciclo incompleto, militarização do policiamento ostensivo e repartição federativa pouco cooperativa (SOARES, 2019).

Vemos, portanto, que a mais recente transição democrática não afetou substancialmente o funcionamento dos aparatos policiais, de maneira que os novos governos eleitos passaram a lidar com essas instituições como se estivessem lidando com estruturas neutras que poderiam passar a servir a um novo regime, subestimando suas práticas e legados autoritários (PINHEIRO, 1994).

Pesquisas em Estados que passam por transições democráticas tendem a enfatizar a importância de mudanças em aspectos políticos, legais e econômicos, mas pouca atenção é dada para as instituições responsáveis pela garantia dos direitos humanos e pelo controle da violência. Estabelecer uma força policial democrática, que seja profissional, legítima, submetida a leis e controles que imponham limites à sua atuação é um aspecto fundamental para a construção de uma democracia. A falta de segurança pessoal mina o exercício dos direitos de cidadania, promove desigualdade de poder, direitos e recursos, ameaçando e deslegitimando o projeto de democratização (GERBER; MENDELSON, 2008).

O histórico das polícias brasileiras de ações voltadas ao controle e contenção de grupos sociais por meio do emprego da força não foi alterado, a despeito das últimas décadas de regime democrático. A democracia não foi capaz de mudar essa dinâmica nem de inaugurar uma era de atuação policial pautada na proteção da cidadania e na garantia de direitos. Muito embora

²⁷ Policiais federais, policiais civis e militares estaduais, bombeiros, guardas civis e segurança viária.

desde a transição para a democracia o uso da violência como instrumento de controle político tenha diminuído no país, a brutalidade policial enquanto tal não desapareceu, ao contrário, muitas das práticas e táticas adotadas na caça ao inimigo político foram mantidas e direcionadas aos “suspeitos” (negros e pobres), potencializando e intensificando a lógica brutal de outrora. Dessa maneira, as práticas de repressão que sempre fizeram parte da atuação das forças públicas no Brasil e que foram aprimoradas durante o governo militar se incorporam no repertório de combate à crescente criminalidade urbana dentro de um Estado democrático (MESQUITA NETO, 2011, 1999).

O fim do governo autoritário não marca, portanto, a inauguração efetiva de uma democracia, uma vez que não afetou a hierarquia social e a violência ilegal do aparato estatal. Trata-se de uma transição que tem mais características de continuidade, pois permite a manutenção de instrumentos de poder, não afetando os aparatos de repressão, que, por sua vez, continuam a reforçar a hierarquia social e garantir a reprodução das relações assimétricas de poder (PINHEIRO, 1994).

Tem-se, assim, nas polícias brasileiras, um modelo de autoridade que se estabelece e se mantém menos por razões normativas que envolvem o seu legítimo direito de exercer o poder e mais por razões instrumentais, imposto via métodos coercitivos, de maneira que a deferência e a obediência que conquista estão fundadas principalmente em sentimentos de resignação e de medo (TYLER, 2006). A continuidade de práticas violentas marca o que Pinheiro (1994) chama de “pedagogia do medo”, em que o desrespeito aos direitos humanos básicos são tolerados com vistas à submissão de parte da população e à promoção de controle social. Um poder que se mantém com base na coerção e no medo é diametralmente oposto à noção de um poder legítimo, e isso afeta não apenas a relação que se estabelece entre a população e as autoridades políticas mas também sua relação cotidiana com as forças policiais por meio da forma como as pessoas são tratadas (ZANETIC et al., 2016).

A maneira como os policiais exercem suas funções no cotidiano é um assunto importante porque afeta o significado da lei, da ordem e da justiça para toda a sociedade. A forma como

os policiais tratam os cidadãos pode ser um relevante indicativo de *status* e pertencimento, apontando quem são os cidadãos respeitáveis e quem são os de segunda classe. Embora não façam as leis nem determinem, em linhas gerais, as políticas do departamento de polícia, são os policiais da base que tomam as decisões que limitam as liberdades civis dos cidadãos ao estabelecer *se, quando e em que medida* devem empregar coerção (parar, interrogar, conter, prender ou atirar em alguém) e, ainda, contra quem ela será empregada.

Como em qualquer burocracia, a discricionariedade da polícia está ligada principalmente às suas decisões sobre dois fatores: a alocação de recursos escassos e as situações de ambiguidade normativa. No nível administrativo da polícia, isso significa principalmente a definição de prioridades a respeito de onde empregar os recursos e de como organizar as equipes. No nível do policial que atua nas ruas, isso significa o poder de decidir quando uma lei foi efetivamente quebrada e quando tomar uma atitude com relação a isso (BROWN, 1988).

Geralmente, na polícia as decisões mais importantes (como o direito de vida ou morte) são tomadas pelos policiais que estão na ponta, em frações de segundos, diante de forte carga emocional, longe dos superiores e sem o apoio de fórmulas prontas (STINCHCOMBE, 1980). A ação policial cotidiana é balizada por avaliações a respeito de situações e pessoas em que os policiais levam em consideração não apenas leis e regulamentos como também os seus próprios valores e o repertório que têm à disposição (MAUCH, 2007). Nesse sentido, um poderoso aliado é o “tirocínio”, o termo que policiais paulistas utilizam para se referir à sagacidade profissional e à capacidade de identificar um suspeito criminal desde o primeiro olhar. Trata-se de um saber prático e subjetivo que seria fruto da experiência cotidiana nas ruas e do patrulhamento ostensivo (SCHLITTLER, 2016).

As escolhas que os policiais fazem no cotidiano podem ser influenciadas pela estrutura social e de classes na qual a instituição policial se insere e com a qual interage, pelas características da instituição de segurança na qual atua e por aspectos situacionais. O policial de rua não é livre para agir apenas com base nas suas escolhas, seu leque de opções é conformado pelo contexto e envolve uma tensão: de um lado ele deve seguir os regulamentos, de outro precisa lidar com pressões que vêm de dentro da corporação, da hierarquia de poder e das mais variadas demandas da sociedade.

Aqui retomamos Weber, que tinha o receio de que a burocracia pudesse ser afetada por desvios ao ser empregada como instrumento do poder, para atender a interesses particulares

de um grupo ou classe social dominante. No caso da polícia, isso pode significar justamente utilizar os recursos do Estado para priorizar a prestação de serviços de proteção a membros da elite, ao mesmo tempo que constrange e recrimina minorias, comprometendo o princípio de universalidade do serviço público em uma democracia e agindo contra os interesses públicos, na medida em que torna sua atuação fonte de produção e reprodução de desigualdades e discriminações.

Quando a repressão policial se direciona especialmente a determinados grupos sociais, ela se torna um instrumento de controle de classes, atendendo aos interesses das elites dirigentes e fazendo uso da coação contra grupos considerados ameaçadores e “classes perigosas”. Se a atuação da polícia é voltada não para proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, mas para manter grupos marginalizados sob controle, o seu trabalho de defesa da ordem social se transforma na defesa de uma ordem de classes (HUGGINS, 2000; PINHEIRO; IZUMINO; FERNANDES, 1991).

Tanto a questão do exercício da discricionariedade como os desvios relacionados ao trabalho policial trazem à tona a possibilidade de favorecimentos e abusos, ações com grande impacto negativo para a sociedade, contrariando os interesses públicos e comprometendo a qualidade dos serviços prestados pela polícia.

O exercício de poder pela polícia não seria pautado apenas pelos regulamentos, podendo ser direcionado por uma espécie de autorização para agir que é institucionalmente e socialmente atribuída por um sistema de valores compartilhados entre a polícia, os detentores do poder e uma parte da sociedade. Esses valores podem ou não coincidir com aquilo que é preconizado legalmente. A “polícia não é esse instrumento que intervém quando *‘force may have to be used’*, mas sim quando lhe é ordenado fazê-lo, seja por uma instância que tem autoridade sobre ela ou pelo sistema de valores partilhado” socialmente (MONJARDET, 2002, p. 23).

Monjardet usa a alegoria da polícia como um martelo, ou seja, uma ferramenta criada para aplicar a força em um determinado objeto, a partir da orientação e escolha de quem o manuseia. Como um instrumento de distribuição de força, ela existe para servir a objetivos mais diversos, que por sua vez dependem das finalidades socialmente atribuídas ao uso da coerção em cada sociedade. Não obstante, na realidade, enquanto organização e grupo profissional, a polícia é muito mais complexa do que uma simples ferramenta ou instrumento inerte, e sua atuação não se reduz apenas à racionalidade de quem a comanda. Por trás de

toda organização formal sempre há o desenvolvimento de culturas, princípios, valores que visam a busca por certa autonomia. “Na prática, nenhuma polícia se resume à realização estrita da intenção daqueles que a instituem e têm autoridade sobre ela, à pura instrumentalidade. Há sempre um intervalo, mais ou menos extenso, mais ou menos controlado, mas jamais nulo” (MONJARDET, 2002, p. 23)

Uma das grandes preocupações de Weber com relação às burocracias era que o excesso de formalidade, regras e procedimentos levaria a limitações ou mesmo ao fim das liberdades individuais. Entretanto, na atualidade, um dos grandes dilemas com relação à burocracia tem sido justamente o oposto, como ampliar o controle e limitar liberdades que os agentes têm na execução de suas atividades, sem com isso abandonar a discricionariedade que é constitutiva de seu trabalho.

Todo estudo a respeito do problema da burocracia se defronta em algum momento com esse mesmo dilema, e diante dele surgem as questões “Como fazer com que os trabalhadores de base ‘façam a coisa certa’?” ou, ainda, “O que significa fazer a coisa certa?” (WILSON, 1978). Quando o regulamento é ambíguo ou quando existe uma distância entre o que ele diz e as expectativas com relação ao trabalho, como se dão essas escolhas?

2.3. Uso da força pela polícia²⁸

Na *práxis* cotidiana, o monopólio da violência legítima reivindicado pelo Estado se converte no poder atribuído às instituições responsáveis pela segurança e personificado pelo policial, que postula o direito de recorrer à violência sob o lastro da coerção legítima. Em última instância, o que diferencia um policial de um cidadão comum é sua prerrogativa de fazer uso

²⁸ Muito embora a violência em si seja uma característica inerente e mesmo necessária ao trabalho policial, no contexto brasileiro a expressão “violência policial” tem sido empregada majoritariamente para fazer referência a atos arbitrários, ilegais, ilegítimos, excessivos e brutais de agentes policiais. Por essa razão, a fim de evitar uma ambiguidade semântica que possa vir a confundir o leitor, ao longo deste trabalho evitamos o uso da expressão “violência policial”, optando sempre que possível por “uso da força pela polícia”, exceto ao se tratar de títulos ou referência direta ao trabalho de outros autores que a utilizam como um conceito.

da força com respaldo legal²⁹, de maneira que os policiais personificam o poder e a ameaça constante do emprego da coerção em determinadas circunstâncias.

De forma relativamente consensual, tanto pesquisadores como agentes da lei definem força como uma ação física que é tomada para limitar o movimento ou a liberdade de outro indivíduo. Quando não há resistência, é esperado que o uso da força seja mínimo ou até mesmo desnecessário³⁰; entretanto, diante de resistências, o montante de força aplicado tende a escalar gradativamente (ALPERT; DUNHAM, 2004). A polícia calibra sua força com o objetivo de superar qualquer possível força privada, e, por essa razão, a intensidade dessa força é passível de escalada até que seja atingido o *quantum* necessário para garantir sua preponderância (MONJARDET, 2002).

As instituições policiais desempenham, então, o papel de mobilizar e empregar a força coercitiva, razão pela qual Egon Bittner define a polícia como “um mecanismo de distribuição, na sociedade, de força justificada pela situação” (BITTNER, 1970, 2003). Essa definição se adéqua às expectativas e demandas que recaem sobre a polícia, normalmente acionada para resolver conflitos e auxiliar em problemas de naturezas muito distintas, instada a fazer uso de sua autoridade para intervir em todas as circunstâncias nas quais há algum tipo de ameaça ou resistência que precisa ser debelada. A polícia é acionada por ter o poder de fazer uso da força coercitiva nas situações em que conflitos podem se agravar ou deliberadamente se agravam.

Tal definição também seria mais fiel às atividades que a polícia efetivamente desempenha no cotidiano e à forma como os recursos humanos e materiais das corporações são alocados e empregados. Isso porque, na maior parte do tempo, as atividades policiais não se concentram apenas em ações relacionadas ao controle da criminalidade, mas em outros tipos de afazeres, tais como resolução de conflitos, controle de multidões, emergências médicas, segurança de

²⁹ O uso da força também pode ser autorizado para outros atores, como: a) cidadãos comuns, em casos de legítima defesa, como forma de se proteger (ou a terceiros) de uma injusta agressão, desde que o faça sem exceder os limites do que seriam os meios moderadamente necessários para tal proteção; b) profissionais que atuam em prisões e hospitais psiquiátricos, muitas vezes autorizados a fazer uso da força para conter pessoas sob sua custódia; c) autoridades parentais, que em alguns casos podem fazer uso da coerção física contra seus próprios filhos, como medida corretiva e forma de punição. Entretanto, o emprego da força nos casos acima citados é incidental e bastante limitado com relação ao objeto/alvo, ao escopo e às situações, ao passo que, no caso da polícia, a autorização para uso da força é seu caráter distintivo e próprio, e esse uso (respeitados os limites) é previamente indeterminado e ilimitado no que tange a local, tempo e objeto (BITTNER, 1970; MONJARDET, 2002).

³⁰ A simples presença de um policial ou uma ordem verbal em geral podem ser suficientes para debelar uma situação tensa ou um conflito sem a necessidade de uso da força.

autoridades, funções administrativas etc. “Em suma, o papel da polícia é lidar com todos os tipos de problemas cotidianos, quando e na medida em que eles demandam soluções que exigem ou podem exigir o uso da força no momento de sua ocorrência”(BITTNER, 1970, p. 44).

Isso significa que os agentes policiais devem ser treinados para identificar, de maneira precisa, em que situações a força é necessária, em que medida ela será empregada e contra quem ela é aceita. A polícia deve, então, estar preparada para empregar a força em cenários muito variados e que podem ser moral e legalmente ambíguos. Não raras vezes se trata de situações nas quais as decisões precisam ser tomadas em frações de segundo, o que pode levantar questionamentos sobre sua necessidade e adequação (MACDONALD et al., 2003).

O debate a respeito do que pode ou não se considerar força adequada é extenso, dada a dificuldade para se demarcarem os limites entre uma ação legítima e legal e uma ação excessiva da polícia. Em termos conceituais, é possível encontrar na literatura referências que buscam circunscrever o emprego da força em diferentes níveis:

- **Força razoável ou força legítima:** seria o nível de força considerado mínimo necessário para a realização do trabalho policial. É a coerção considerada adequada, apropriada ou razoável nas situações em que policiais estão diante de ações de resistência de tal magnitude que precisam empregar a força para conter, debelar, restringir ou subjugar uma pessoa que representa ameaça (HUNT, 1985; KLOCKARS, 1995).
- **Força desnecessária, imprópria ou excessiva**³¹: ocorre quando há emprego de mais força do que o necessário para controlar uma situação, devido à falta de perícia ou de habilidade do policial envolvido. Em geral, são ações que envolvem policiais que podem ser bem-intencionados (isto é, que perseguem objetivos legítimos), mas que, por deficiências de

³¹ O termo “*excessive use of force*”, que na literatura brasileira se traduz como “uso excessivo da força”, passou a ser disseminado em meados dos anos 1990 para fazer referência ao uso inadequado da coerção pela polícia. Se tomado literalmente, alude à frequência com que a força é empregada, pois o adjetivo “excessivo” qualifica “uso”, mas não faz referência à magnitude da força empregada. Se a expressão tivesse como objetivo qualificar a intensidade da força utilizada pela polícia, entenderíamos que o termo mais adequado seria “uso da força excessiva”, pois nessa construção o adjetivo faz referência à palavra “força”, indicando que o problema está na magnitude, e não na frequência da força. Dessa forma, “uso da força excessiva” diz respeito à intensidade da força, enquanto “uso excessivo da força” diz respeito à sua frequência. Isso não significa afirmar que uma ou outra expressão estão incorretas, e sim que devemos ter cuidado para saber ao que estamos nos referindo ao desenhar um problema de pesquisa. Quando se trata, por exemplo, da contagem de casos e da alta frequência com que a força é empregada no cotidiano, a expressão “uso excessivo da força” parece a mais adequada. Já para aludir à gravidade da violência empregada pela polícia, o mais adequado seria “uso da força excessiva”. Por essa razão, para o problema subjacente a esta tese, optamos pela segunda expressão.

treinamento ou hábitos inadequados, optam por métodos mais violentos do que o necessário, mesmo dispondo de outras opções menos danosas para recorrer (FYFE, 1988; GRIFFIN; BERNARD, 2003; KANIA; MACKEY, 1977; KLOCKARS, 1995).

- **Força extralegal ou brutalidade policial:** uso intencional e ilegal da força por policiais que, conscientemente, excedem os limites de seu cargo, muitas vezes visando atingir objetivos deliberadamente ilegítimos, como extorquir, “plantar falsas provas”, humilhar, ferir, torturar ou mesmo matar. Casos dessa natureza saem da esfera da discussão técnica e entram no âmbito criminal (BAYLEY, 1995; FYFE, 1988; GRIFFIN; BERNARD, 2003; KANIA; MACKEY, 1977).

O esperado é que uma polícia profissional deve trabalhar sempre com o objetivo de minimizar o uso da coerção, atendo-se ao emprego razoável ou legítimo da força. Klockars (1995) aponta que os desafios para delinear os limites entre uma ação legítima e uma ação excessiva da polícia se explicam pelas particularidades desse fenômeno, uma vez que cada contexto apresenta elementos difíceis de serem previstos em uma definição conceitual hermética. O autor parte do pressuposto de que os policiais devem trabalhar sempre com o objetivo de minimizar o uso da força e, nesse sentido, afirma que a força excessiva deve ser definida como o emprego de mais coerção do que um policial habilidoso acharia necessário utilizar em uma determinada situação.

Um policial habilidoso é aquele que toma todas as precauções e age usando a força apenas de maneira proporcional, somente na medida necessária para controlar um cenário de ameaça ou violência. O emprego inadequado e frequente da força por policiais pouco qualificados seria o tipo mais comum de excesso, mas muitas vezes passa despercebido ou não é visto como algo problemático pelas corporações. Esse tipo de prática dificilmente resulta em queixas e, mesmo quando gera reclamações, estas raramente são consideradas pertinentes, pois envolvem questões relacionadas à perícia técnica e às habilidades dos profissionais em ação. As prováveis vítimas dessas situações são justamente aquelas que têm menos probabilidade de reclamar e menos chances de serem ouvidas caso reclamem (KLOCKARS, 1995).

Não obstante, cumpre-se destacar que a força considerada necessária para debelar uma situação é uma proposição que sempre esbarrará em um grande grau de subjetividade e em diferenças de percepção de acordo com variáveis contextuais e culturais. Embora os pesquisadores tentem criar definições e classificações com objetivo de estudar e até mesmo mensurar esses fenômenos, é impossível deixar de reconhecer que, dada a variedade de instituições policiais e contextos

culturais, não é possível definir um critério único e universal para delimitar quais são os limites entre o que é excessivo e o que é aceitável no uso da força policial (BITTNER, 2003).

A noção da força razoável é pantanosa dada a dificuldade de se traçarem os contornos e linhas da força aceitável e da excessiva, tanto no que tange às situações práticas da atuação cotidiana como para mensurar a força como uma variável por meio de um instrumento de pesquisa. A fronteira que divide a força necessária e a excessiva, a defensiva ou a ofensiva, pode ser subjetiva e passível de discussão segundo as circunstâncias, o que complica o trabalho de análise. Uma mesma ação pode ser considerada aceitável ou não dependendo da conjuntura (por exemplo, um policial pode atingir uma pessoa para se defender e isso será considerado aceitável, mas, se agir com crueldade ao fazê-lo, a ação pode ser percebida de maneira diferente). Termos como “força ilegítima”, “força imprópria” e “força desnecessária” são empregados quando há sinais de excesso, mas é importante sempre considerar que a mesma ação pode ser pensada a partir de perspectivas muito diferentes (ALPERT; DUNHAM, 2004).

Também as distinções entre força excessiva e brutalidade podem variar muito de acordo com sensibilidades e posições de diferentes grupos sociais e com a situação em questão, bem como depender de quem são as vítimas. Alguns cidadãos podem, por exemplo, incluir ofensas verbais, humilhações ou uma arma apontada para si como uma forma de abuso por parte da polícia, ao passo que outros podem naturalizar tais ações e considerá-las parte da forma como a autoridade exerce seu poder. Uma pesquisa de opinião a respeito do caso de Rodney King, rapaz negro que foi espancado pela polícia de Los Angeles após ser abordado por dirigir em alta velocidade em 1991, indicou que 92% dos negros classificaram a quantidade de força empregada pela polícia como excessiva, porém apenas 72% dos brancos compartilhavam da mesma percepção (LERSCH; MIECZKOWSKI, 2005); ou seja, nessa situação, a raça do observador e a da vítima parecem ter sido variáveis relevantes para a forma como a ação policial foi percebida.

As dificuldades relacionadas à definição e à conceituação desses fenômenos implicam, consequentemente, problemas relacionados à sua operacionalização e à sua mensuração por meio de estudos empíricos. Qualquer escolha que o pesquisador faça nesse sentido envolve limitações e dificuldades conceituais e metodológicas que precisam ser tratadas com objetividade. Embora seja quase impossível quantificar e qualificar todos os episódios de uso da força pela polícia, as estratégias adotadas envolvem, em geral, buscar múltiplas fontes e

indicadores como estudos observacionais, registros de denúncias do público, *surveys*, dados oficiais a respeito de processos contra o Estado, número de pessoas mortas, número de pessoas feridas e notícias de jornal (ADAMS, 1996; LERSCH; MIECZKOWSKI, 2005).

Para tratar de práticas policiais consideradas desviantes, seria preciso primeiro buscar compreender qual é o mandado policial explícito, ou seja, quais são os valores e expectativas que a sociedade atribui à instituição policial que a serve, para então identificar que tipo de ação pode ser considerada desviante ou excessiva naquele contexto (MONJARDET, 2002).

Em geral, existem limitações legais e normativas para a liberdade que os policiais têm de empregar a força: 1) a força letal deve ser minimizada e utilizada sempre como último recurso, quando há risco iminente de vida para o policial ou para terceiros; 2) os policiais apenas podem utilizar a força como instrumento do seu trabalho e visando aos interesses públicos, de maneira que esse recurso não pode ser empregado para a defesa de interesses pessoais ou privados deles ou de terceiros; 3) a força não deve ser empregada de forma desnecessária, cruel ou perversa (BITTNER, 1970).

As determinações legais são uma forma de estabelecer limites à violência que o Estado está autorizado a empregar, controlando – por meio de leis, normas e regulamentos – qual o mandado policial, em que situações e por meio de que procedimentos a força poderá ser exercida. Essas disposições são importantes não só para proteger os cidadãos de eventuais arbitrariedades e excessos do Estado mas também para orientar as instituições policiais e os seus agentes a respeito de como devem agir para ter respaldo legal. Em um Estado de direito, tanto quem exerce o poder como aqueles que estão submetidos a ele estão subordinados a uma mesma lei, que deve ser abstrata, e não personalista. Tais dispositivos são importantes para que as ações realizadas em nome do Estado não sejam reconhecidas como iniciativa individual de seus agentes (motivados por interesses pessoais, vingança etc.), e sim como ações legitimadas e respaldadas pela lei, conferindo a elas previsibilidade, característica importante para ações com fins racionais (BRICEÑO-LEÓN; CARNEIRO; CRUZ, 1999).

No caso brasileiro, sob a perspectiva jurídica, até recentemente não havia jurisprudência destinada a regulamentar o uso da força pelas polícias, apenas legislação indicando em quais situações a coerção poderia ser acionada sem que a ação fosse considerada criminosa. Nesse sentido, o Código Penal (BRASIL, 1940), em seu artigo 23, determina que não podem ser considerados ilícitos os crimes motivados por estado de necessidade e por legítima defesa ou

praticados no estrito cumprimento do dever legal e no exercício regular do direito. Isso significa que, juridicamente, há respaldo legal para o uso da força quando empregada nesses contextos. O mesmo artigo indica ainda que, caso sejam identificados excessos, as ações se tornam passíveis de punição, mas não há clareza a respeito do que pode ser considerado excessivo.

Apenas no ano de 2010 foi publicada uma portaria interministerial (BRASIL, 2010) que define as diretrizes para o uso da força por agentes de segurança pública. Tal documento estabelece que a força coercitiva deve obedecer aos princípios de legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. O disparo de armas de fogo deve estar restrito a situações de legítima defesa própria ou de terceiros em face de um perigo iminente de morte ou lesão grave. Nesse sentido, o uso de arma de fogo não é permitido contra pessoa em fuga e contra veículos que desrespeitem bloqueio policial, caso não haja risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou a terceiros. Entretanto, tal orientação normativa apenas se aplica às forças de segurança de nível federal, de maneira que, para os estados e municípios, a portaria tem o poder de recomendação, mas não é obrigatória (BUENO et al., 2019b).

Mais recentemente, entrou em vigor a Lei nº 13.060 (BRASIL, 2014), destinada a disciplinar o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo por agentes de segurança pública. Essa legislação mais uma vez limita o uso de arma de fogo em contextos de fuga, quando o evasor não oferecer risco ao policial ou a terceiros e também em caso de desobediência a bloqueio policial, além de determinar que agentes de segurança pública recebam treinamento sobre o uso de instrumentos não letais (BUENO et al., 2019b).

Não obstante, é preciso considerar que o repertório jurídico e a jurisprudência sobre o assunto são apenas uma perspectiva ou, recorrendo novamente a Weber (1994), apenas uma ordem social com capacidade para orientar ações e relações sociais, cumprindo o papel de guiar condutas e comportamentos em uma sociedade³². Existem outras ordens que operam ao

³² Para Weber (1994), as ordens legítimas vigentes são aquelas que orientam condutas e ações sociais e cuja violação não apenas provoca possíveis desvantagens e sanções como também viola um sentimento de dever. Empiricamente, não existe apenas uma única ordem a orientar as condutas dos indivíduos, e, não raras vezes, as pessoas podem orientar os seus comportamentos para múltiplas ordens, mesmo que sejam contraditórias entre si. Essa abordagem é especialmente importante para a pesquisa sociológica, pois considera que não há uma ordem única operando (como há para o direito, por exemplo). Ordens paralelas e contraditórias agem

mesmo tempo e que não necessariamente se respaldam na perspectiva jurídica nem se limitam a ela, e é justamente esse o tema de nosso interesse na presente pesquisa.

Nesse sentido, Mesquita Neto (1999) identifica que, além da ordem legal, outros entendimentos influenciam o traçado da linha que delimita as fronteiras do aceitável e do excessivo no que tange ao uso da força, tais como: a) valores sociais, diante dos quais episódios podem ser percebidos como brutais ou justificáveis, ilegítimos ou legítimos, a despeito do que diz a lei; b) opinião pública/imprensa, que tem o poder de construir uma narrativa e apontar como violentos e irregulares não apenas ações ilegais e ilegítimas, mas outros usos irregulares da força física por policiais, bem como colocar o tema na agenda pública; c) abordagem profissional, que traça a linha distintiva com base em uma perspectiva técnica, como na concepção de Klockars (1995). No caso brasileiro, é preciso destacar ainda a esfera política, na qual há grande destaque para uma pauta de enfrentamento do crime por meio do emprego de táticas violentas como instrumento da ordem, a despeito de direitos e garantias legais.

Portanto, na investigação sociológica, ao contrário da perspectiva jurídica, deve-se levar em conta a existência de diferentes e contraditórias ordens sociais vigentes que operam simultaneamente e que disputam constantemente entre si. É por essa razão que podem existir, como nos dispomos a investigar, valores sociais que não necessariamente se alinham com o que prescrevem as leis e que, ainda assim, cumprem um papel efetivo em orientar tanto as ações dos agentes diretamente envolvidos na aplicação do uso da força como a avaliação que o restante da sociedade faz a respeito dessas situações. As leis e regulamentos formais não são as únicas ordens a nortear comportamentos, julgamentos e expectativas de agentes sociais.

Não à toa, o uso indiscriminado da força por instituições policiais brasileiras foi e continua sendo um problema grave e disseminado, sobre o qual os mecanismos de controle desenvolvidos na ordem democrática tiveram pouco efeito a fim de controlar e reduzir o número de vítimas afetadas. Ainda que, como previamente enunciado, a mensuração desse fenômeno seja difícil para pesquisadores e gestores que visem monitorar o uso da força, os

simultaneamente, e cada uma delas é válida à medida que efetivamente orienta as condutas dos atores envolvidos.

parcos dados disponíveis indicam a magnitude e severidade da brutalidade policial no caso brasileiro.

Infelizmente, a dimensão precisa do uso da força pelas polícias no país permanece, na maior parte das vezes, uma incógnita. Trata-se de um tipo de informação que depende da disposição das administrações públicas para produzir dados transparentes sobre a forma como exercem a prerrogativa do monopólio da força física. Raramente os governos brasileiros têm interesse em expor problemas e deficiências em seu desempenho (MACAULAY, 2007), principalmente porque, ao indicar as situações de excesso e abuso, precisariam estar dispostos a discutir medidas de controle e contenção que as limitem. Quando são produzidos e tornados públicos, os dados se restringem a apresentar a contabilidade das vítimas de ações policiais, sem informações mais aprofundadas a respeito da magnitude e da proporcionalidade da força empregada que permitam colocar em pauta a questão da legalidade ou não de tais ações.

Um dado que costuma ser utilizado como *proxy* para o uso da força pelas polícias são os números da letalidade policial. Embora o Estado brasileiro não produza dados oficiais a respeito de pessoas mortas e feridas pelas polícias em seu território, fontes que compilam dados de vários estados, como o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, indicam que esse é um problema nacional, que tem apresentado um crescimento paulatino, a ponto de atingir graus preocupantes em diversos estados da federação, incluindo São Paulo (BUENO et al., 2019b).

Entre os anos de 2017 e 2018, o número de pessoas mortas pelas polícias do país teve um acréscimo de 19,6%, chegando a 6.220 vítimas fatais. As polícias brasileiras estão entre as mais violentas da América Latina, tendo sido responsáveis por cerca de 11% de todas as mortes violentas ocorridas em 2018, uma proporção que sinaliza a existência de abusos e uso excessivo da força, visto que, internacionalmente, a média fica em torno de 5% (BUENO et al., 2019a; CANO; MASSINI, 1997).

O estado de São Paulo foi a primeira unidade da federação a criar uma lei, em 1995, que tornava obrigatória a publicação das informações sobre ações policiais que resultassem em vítimas. Os dados da Secretaria de Segurança Pública³³ mostram que, na última década, entre 2008 e 2018, policiais paulistas mataram ao menos 7.103 pessoas, o que equivale à média de 710 pessoas por

³³ Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, disponíveis em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Trimestrais.aspx>>.

ano. Os números parecem altos, mas, como mencionado, é difícil analisar em que medida essas ações podem ser classificadas como abusivas ou legais. Como saber se tais mortes têm origem em ações extralegais promovidas por policiais ou se são casos nos quais o uso da força está fundamentado em legítima defesa?

Nesse sentido, Chevigny (1995) propõe alguns critérios que podem ser utilizados como referência para estimar a existência de abusos no que tange à letalidade policial. Apenas para fazer um exercício, consideramos os dados a respeito da atuação de policiais militares em serviço no município de São Paulo no ano de 2018 e aplicamos os critérios propostos por Chevigny para estimar a existência de excessos no emprego da força letal:

- **Razão entre civis mortos e policiais mortos:** admitindo que seja verdadeira a hipótese de um confronto legítimo, é esperado que existam mortos nos dois lados envolvidos, de maneira que o autor considera que uma razão acima de 10 civis mortos para cada policial fatalmente vitimado seria sinal de abuso. Na cidade de São Paulo, em 2018, tivemos 273 civis mortos e 6 policiais mortos em serviço, ou seja, para cada 1 policial morto em serviço, a Polícia Militar matou ao menos 45 civis.
- **Razão entre civis feridos e civis mortos pela polícia:** quando o número de mortos é maior do que o de feridos, esse dado pode indicar que boa parte das mortes foi proposital, uma vez que o padrão esperado em um confronto legítimo e que não vise executar pessoas é que haja mais vítimas feridas do que mortas. Na cidade de São Paulo, no ano de 2018, tivemos 208 civis feridos e 273 civis mortos pela polícia, ou seja, um número maior de mortos do que feridos em ações policiais.
- **Proporção de civis mortos pelas polícias em relação ao total de homicídios dolosos:** como mencionado, há o entendimento de que, se o número de mortos pela polícia corresponde a um percentual muito grande dos homicídios, a polícia estaria cometendo excessos. No ano de 2018, em São Paulo, tivemos 805 pessoas mortas de maneira intencional (homicídios dolosos + latrocínios) e 273 civis mortos pela polícia. Isso significa que o total de pessoas mortas pela polícia equivale a cerca de 34% do total de homicídios. Apenas para termos um parâmetro comparativo, Loche (2010), em um estudo a respeito dessas proporções, indica que, na cidade de Nova York, entre 1993 e 2002, a letalidade policial equivaleu a cerca de 1,5% dos homicídios dolosos. Importante considerar que, no caso paulista, a letalidade policial tem se mantido alta

a despeito da queda de homicídios que ocorreu nas últimas décadas (NERY et al., 2014; PERES et al., 2011a, 2011b, 2012), o que gradativamente aumentou a proporção de pessoas mortas pela polícia em relação ao total de homicídios dolosos.

Embora isoladamente esses parâmetros não sejam suficientes para comprovar que a polícia cometa homicídios ou faça uso ilegal da força em suas atividades cotidianas, em conjunto eles fornecem pistas que indicam não apenas o alto grau de letalidade mas como ela se relaciona com outros fenômenos e ajudam a descortinar a magnitude e recorrência das execuções, oferecendo parâmetros para monitorar padrões e alterações, além de permitirem análises comparativas do grau de letalidade policial entre estados ou mesmo entre países diferentes (LOCHE, 2010).

O uso da força excessiva é um sério problema para qualquer democracia. No plano individual, ele afeta física, moral e emocionalmente as vítimas diretas, que sofrem danos palpáveis, têm seus direitos desrespeitados e passam a sofrer com medo e distanciamento das autoridades. Em um contexto mais amplo, a percepção de que a polícia age de maneira brutal e ilegal pode contribuir para diminuir a confiança institucional, visto que o emprego inadequado da força não apenas indica a incapacidade de agir profissionalmente e de maneira eficaz para resolver conflitos como também sinaliza tratamento desigual, injusto e persecutório (não sem razão, as minorias têm mais chances de perceber a brutalidade policial como um problema) (BAYLEY, 1995; MICUCCI; GOMME, 2005). Quando não confiam na polícia as pessoas têm menos disponibilidade para cooperar com seus agentes fornecendo informações, bem como são menos propensas a acioná-la em caso de necessidade, optando por outros mecanismos de resolução de conflitos, muitos dos quais ilegais e igualmente violentos. Essa dinâmica pode afetar negativamente a legitimidade não apenas da própria instituição policial mas de demais autoridades públicas e, finalmente, do próprio Estado de direito, ao sinalizar que regras podem ser desrespeitadas por aqueles que detêm o poder.

Os indícios de que a força é empregada de maneira excessiva e brutal no contexto brasileiro, especificamente no paulistano – foco da presente pesquisa –, sinalizam um problema sério que justifica investigações a respeito de quais são os fatores que contribuem para sua ocorrência. Por esse motivo, na próxima seção serão exploradas as causas levantadas pela literatura para explicar a magnitude e a persistência do uso da força excessiva e extralegal pela polícia. Dentre os diversos fatores elencados, coloca-se o tema que pretendemos

explorar mais detidamente nesta tese, a questão do apoio e da leniência do público com relação a essas ações brutais. O objetivo dessa revisão no texto é ressaltar a complexidade desse grave problema social, reconhecendo que nossa abordagem, na presente pesquisa, é apenas um recorte que lança luz sobre parte de uma dinâmica maior e mais intrincada, uma trama que alinhava componentes históricos, culturais, institucionais, contextuais, situacionais e até mesmo individuais.

2.4. Fatores relacionados ao uso da força pela polícia

Compreender as dinâmicas que levam à existência e à permanência de um problema dessa magnitude envolve necessariamente considerar múltiplas perspectivas analíticas e fatores explicativos para a alta prevalência do uso da força pelas polícias brasileiras. Tanto na literatura nacional como na internacional³⁴, existem diversas abordagens que visam aprofundar o conhecimento sobre esse tipo de fenômeno e compreender as variáveis que podem influenciar as suas dinâmicas³⁵.

Os policiais podem praticar abusos e violência excessiva em situações nas quais fatores históricos, sociais, políticos, institucionais, organizacionais, culturais e psicológicos criam condições para tal. Essas diversas abordagens da literatura diferem principalmente com relação ao enquadramento que adotam e a que perspectivas enfocam, ou seja, se elas observam o que se passa no nível individual (considerando os policiais como agentes autônomos e a influência de seu perfil individual para a disposição de fazer uso da força), situacional (considerando as dinâmicas contextuais nas quais ocorrem ações violentas da polícia), organizacional (considerando os atributos específicos das instituições policiais e de seus dirigentes) ou sociocultural (que considera o histórico de relação entre a polícia e a comunidade, a estrutura social na qual atua e os valores e atitudes dos cidadãos) (BELUR, 2010; CUBAS et al., 2015; KANIA; MACKEY, 1977; MESQUITA NETO, 1999; WORDEN, 1995).

³⁴ Nosso levantamento concernente à literatura internacional se limita a textos publicados no idioma inglês.

³⁵ A revisão de literatura aqui relatada também embasou um capítulo já publicado (CUBAS et al., 2015) e outra publicação que se encontra em fase de edição.

O apelo ao uso da força e a brutalidade são decisões conformadas por disposições de policiais que são parte de instituições com uma forte cultura organizacional e emergem como respostas para determinadas condições contextuais, que por sua vez são conformadas por um legado histórico e sociocultural. Considerar a existência de múltiplas perspectivas implica salientar a simultaneidade de influências individuais, contextuais e estruturais sobre o comportamento e a atuação de agentes policiais, que levam a violência desmesurada a se tornar uma medida justificável de controle da criminalidade. A brutalidade seria resultado de uma interação entre a sociedade que demanda maior controle da criminalidade, os interesses da polícia em ser vista como efetiva e a disposição de certos policiais para agir com violência (BELUR, 2010).

Um estudo que pretenda usar apenas uma perspectiva para olhar a questão do uso da força, como a presente tese, deve vir acompanhado da ressalva de que se trata de um recorte que visa jogar luz, a partir de um ponto de vista, em um problema complexo e multidimensional e cuja totalidade não pode ser resumida nem compreendida mediante esse único prisma explorado com mais profundidade.

Embora nosso foco de pesquisa nesta tese esteja relacionado principalmente com o que a literatura tenha trabalhado na perspectiva sociocultural – na medida em que a investigação pretende examinar as razões que ajudam a explicar o respaldo por parte da população às ações excessivas de agentes policiais –, na breve revisão de literatura a seguir optamos por incluir também informações sobre as demais perspectivas, justamente no intuito de situar o leitor e frisar a complexidade de um fenômeno tão multifacetado que suas motivações não podem ser consideradas por um único enfoque. As abordagens foram organizadas da perspectiva mais individual para a mais estrutural, mas não há a intenção de sugerir que elas se invalidam, e sim que se sobrepõem e operam simultaneamente, posto que são ordens sociais a conformar condutas.

As perspectivas psicológicas ou individuais são aquelas que examinam elementos como traços de personalidade e características pessoais dos policiais, buscando relacioná-los com sua atuação cotidiana e uma maior inclinação a fazer uso da força. Nesse sentido, Paoline e Terrill (2007) apontam a existência de uma relação negativa entre o emprego da força e da coerção (verbal e física) e o nível educacional e os anos de experiência profissional de policiais, de maneira que policiais com nível universitário e mais anos de experiência fariam menos uso da

força física e verbal. Também analisando o perfil de policiais envolvidos em denúncias de uso inadequado da força, McElvain e Kposowa (2004) indicaram que a raça do policial não apresentou efeito, mas a idade e a experiência se mostraram negativamente relacionadas com a brutalidade e o uso da força pela polícia, ou seja, policiais mais jovens e menos experientes teriam mais chances de se envolver em ações dessa natureza. Do ponto de vista psicológico, Manzoni e Eisner (2006) apontam que policiais que tiveram alguma experiência com violência (seja como vítimas, seja como agressores) têm níveis de estresse mais altos e que policiais acometidos por esse tipo de ansiedade tendem a fazer uso da força com mais frequência. Considerando as percepções de policiais, White³⁶ (1972, apud WORDEN, 1995), cria tipologias com diferentes perfis e indica que estão mais inclinados a usar a força aqueles que têm uma visão estreita do trabalho da polícia, focando apenas no combate ao crime, e não na prestação de serviços, bem como os agentes que mantêm uma relação de desconfiança com os cidadãos.

As justificativas para ações policiais excessivas baseadas no nível individual são acionadas principalmente pelas próprias autoridades e gestores, que não raras vezes colocam nos agentes policiais a responsabilidade por escândalos e problemas com o uso da força, desviando o foco e evitando discussões a respeito de falhas gerenciais e organizacionais, bem como outras questões mais profundas, por exemplo a de uma cultura permissiva com a violência abusiva. Nesse sentido, Belur (2010) destaca algumas das teses frequentemente acionadas para explicar a brutalidade da polícia a partir de ações individuais. A mais comum delas é a “teoria da maçã podre”, a alegação de que o abuso da força seria uma exceção, circunscrito a alguns policiais, e que os desvios estariam relacionados a características pessoais ou a conflitos individuais. A segunda justificativa é a de que pessoas com personalidades autoritárias se sentiriam mais atraídas para o trabalho policial e, por isso, estariam mais inclinadas a resolver conflitos de formas violentas. Essas teorias de policiais problemáticos e pró-violência encontram algum apoio em dados que apontam que alguns poucos policiais são responsáveis pela maior parte dos casos de letalidade. Por fim, há a hipótese da banalidade do mal, ou seja, pessoas comuns que são intensamente expostas a

³⁶ WHITE, Susan. O. A Perspective on Police Professionalization. **Law & Society Review**, v. 7, n. 1, p. 61-86, 1972.

práticas cruéis e à violência em seu cotidiano podem naturalizar essas situações e passar a reproduzi-las.

Belur (2010) entende que a perspectiva individual e psicológica deve ser levada em consideração. A autora considera que policiais não são marionetes agindo apenas de acordo com circunstâncias ou cuja ação é totalmente determinada pela estrutura. Existe sempre um componente que está relacionado à agência e à ação individual. É preciso ter em vista que a ocorrência de excessos e brutalidades cometidos por policiais é resultado da interação entre a estrutura e a ação, o que ajuda a compreender por que alguns indivíduos agem com brutalidade e outros não. Não obstante, colocar o foco apenas no sujeito pode significar deixar de lado uma série de variáveis que compõem esse fenômeno complexo demais para ser explicado apenas pelas características individuais dos envolvidos, deixando de lado uma observação mais ampla do contexto em que tais atores trabalham, a instituição a que pertencem e o histórico político e cultural da sociedade na qual atuam.

Outra abordagem que busca explicar a incidência de uso da força pela polícia são as *perspectivas situacionais*, que apontam o comportamento dos policiais como reflexo do contexto no qual se dá o contato entre a polícia e os cidadãos. Nessa perspectiva, Phillips e Smith (2000) trabalham com a hipótese de que o uso da força por policiais está condicionado à forma como eles interagem com a população civil, dinâmica essa que, por sua vez, varia de acordo com o contexto espacotemporal. Na pesquisa, eles identificaram que incidentes ocorridos à noite e em espaços públicos são caracterizados por maior uso da força física. Além disso, é preditora do uso da força a presença de policiais à paisana e de espectadores civis, tendo também se mostrado importantes as características dos envolvidos, uma vez que ações com homens e/ou jovens estão relacionadas com maior uso da força física. Também investigando as circunstâncias ligadas aos excessos policiais, Minucci e Gomme (2005) apontam que o uso da força tende a escalar de maneira desproporcional em cenários nos quais atos de violência ocorreram ou estão em vias de ocorrer, com pessoas que tenham envolvimento prévio com crimes ou quando a autoridade policial se sente desafiada ou desrespeitada.

No caso brasileiro, uma das explicações situacionais mais recorrentes para justificar o uso da força pela polícia é a tese da legítima defesa. Segundo essa hipótese, o apelo à coerção seria uma reação à violência da criminalidade contra a polícia e os cidadãos, ou seja, a polícia

tenderia a usar a força ao ser instada a agir em meio a contextos violentos, de maneira que, quanto mais perigosa a criminalidade que ela enfrenta, maiores as chances de conflitos que resultem em letalidade (CLARK, 2008). Para verificar essa tese, uma das análises possíveis envolve verificar a existência de uma correlação entre a força nas ações policiais e os índices de criminalidade. Nesse sentido, Oliveira (2008) analisou dados de 93 distritos da cidade de São Paulo entre 2001 e 2003, disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública, e seus resultados apontam que os locais com maior incidência de crimes contra o patrimônio (justamente aqueles que em tese envolveriam a maior probabilidade de conflito) não estão correlacionados com as ocorrências de letalidade policial, ao passo que locais com maiores índices de crimes como homicídios e tráfico de drogas concentram mais dinâmicas de letalidade. Quando são inseridas no modelo outras variáveis independentes, fica evidente que a tese da legítima defesa (dimensão contextual) tem um potencial explicativo pequeno, principalmente diante de outras dimensões, como a institucional.

Em uma pesquisa similar, Clark (2008) analisou a distribuição dos casos de violência policial entre 1980 e 2000 na cidade de São Paulo em busca de explicações estruturais para o fenômeno³⁷ e, ao contrário de Oliveira, aponta que crimes como roubo e agressão apresentaram relação positiva com a violência policial, ao passo que homicídio e furtos apresentaram relação negativa. Segundo o autor, isso se dá porque a polícia está menos presente nos furtos e homicídios e mais presente em casos de roubo e agressão física. Outra hipótese levantada para explicar a relação negativa com os homicídios é que a violência policial pode ter um efeito dissuasor, diminuindo-os. O encontro de resultados conflitantes pode ser creditado à diferença de metodologias e dados utilizados, evidenciando a necessidade de aprofundamento em pesquisas sobre o tema a partir da perspectiva situacional.

Outra possibilidade de avaliação do argumento da legítima defesa é a proposta supramencionada, que faz uso de dados oficiais para medir a “honestidade dos confrontos”, considerando número de vítimas fatais e feridas da letalidade policial, número de policiais mortos e de homicídios para verificar a relação entre a força empregada pela polícia e a

³⁷ Com informações do banco de dados da imprensa do NEV sobre violência policial, dados oficiais sobre criminalidade e dados da Fundação SEADE sobre composição dos municípios. Análise realizada na região metropolitana de São Paulo entre 1981 e 2008.

violência do contexto em que atua (CHEVIGNY, 1995). Em geral, no caso brasileiro, essas proporções não sustentam a tese da legítima defesa e indicam atuação abusiva da polícia, como exemplificado em outro ponto deste texto a respeito do caso paulistano.

A terceira abordagem que busca explicar as dinâmicas de uso da força é a *perspectiva organizacional*, que considera as relações entre o perfil das organizações policiais, sua cultura institucional e ocupacional, e a forma de atuação de seus membros. Nesse sentido, Hodgson (2001) explora a hipótese de que as limitações dos serviços prestados pela polícia ao público e os conflitos que geram ações violentas estão relacionados às dificuldades que as instituições policiais sustentam com a manutenção de um modelo de organização autoritário de inspiração militar. Dessa forma, o autor busca focar a estrutura que cerca os policiais, e não os sujeitos.

O modelo de polícia tradicional, com estrutura militar, que fazia sentido no século XIX, quando não existiam arranjos organizacionais modernos e apropriados para a população urbana, mostra-se inadequado para lidar com a magnitude e a diversidade sociais atuais. As demandas por serviços de caráter social, resolução de conflitos sem uso da força e outras habilidades exigidas nas sociedades contemporâneas encontram na estrutura militarizada voltada unicamente para o combate à criminalidade uma barreira para se desenvolverem.

O modelo militar tem uma inspiração burocrática: extensa cadeia de comando, divisão e especialização do trabalho, vasto repertório de regras e regulamentos, mas sua matriz é pouco dinâmica e tem muita dificuldade em se adaptar para atender às necessidades atuais. Características como extrema formalidade e rigidez, falta de flexibilidade, comportamento desconfiado, reações exageradas, propensão à violência, dependência da coerção, das armas e do poder físico, bem como apego aos procedimentos tradicionais, são fatores que limitam a gama de possibilidades para a resolução de conflitos e podem fazer com que policiais utilizem a força e a coerção em situações nas quais elas seriam dispensáveis. Quando a imposição pela força parece ser a forma preferencial de agir, a estrutura autoritária difunde a ideia de que esse é o único método viável para ser utilizado na regulação de conflitos. O exame crítico das práticas e políticas das organizações policiais aponta que desenvolver e promover uma estrutura organizacional de acordo com um modelo de gestão adaptado ao século XXI – que não dependa da tradição e da ideologia de inspiração militar – é um passo fundamental para

reduzir o uso de práticas violentas no sistema de justiça criminal (HODGSON, 2001; SOARES, 2019).

Outro aspecto institucional frequentemente relacionado com o uso da força pela polícia na perspectiva organizacional diz respeito à cultura ocupacional criada e disseminada nas organizações policiais. Todas as instituições e categorias profissionais desenvolvem saberes, costumes e procedimentos informais próprios que são difundidos por meio da socialização cotidiana e que contribuem para a constituição de uma identidade coletiva. Entretanto, a cultura policial tem peculiaridades delicadas, pois ela é influenciada pelas experiências de exposição constante ao perigo, ameaças e necessidade de exercício da autoridade e da força em momentos de tensão, o que leva ao desenvolvimento de práticas marcadas por elementos como desconfiança, cinismo, espírito corporativo, sigilo e isolamento do restante da sociedade (MUNIZ, 1999).

Ao analisar a tensão a que os policiais estão submetidos no cotidiano, Griffin e Bernard (2003) recorrem à teoria de *angry aggression* [agressividade raivosa], que incorpora elementos da psicologia e da sociologia sob o argumento de que pessoas que sofrem de estresse crônico tendem a vislumbrar ameaças com mais frequência e a responder a elas de maneira agressiva. Embora acione elementos da psicologia, a explicação não estaria focada nas características pessoais individuais, mas na natureza do trabalho policial, que, por suas particularidades, gera muito estresse e incute nos membros da corporação percepções de ameaças que são coletivamente compartilhadas dentro do grupo, associando-se à cultura policial. Os policiais teriam dificuldade de identificar e lidar com as fontes de seu estresse e, por essa razão, tenderiam a transferir a agressividade a alvos visíveis e mais vulneráveis em seu cotidiano.

Um policial desconfiado estaria inclinado a agir de maneira defensiva ou até mesmo agressiva. Na atuação cotidiana nas ruas, os policiais aprendem informalmente e se habitua com regras e um padrão de uso da força que podem ser diferentes daqueles passados nos treinamentos da corporação ou delimitados pelos regulamentos a que estão submetidos. Muitas vezes, dentro dessa cultura, o uso da força é entendido como sinônimo de exercício de autoridade, de maneira que evitá-lo ou minimizá-lo pode ser danoso à reputação do policial, que transmitiria a imagem de um profissional fraco. O uso exacerbado da força, inclusive, muitas

vezes é festejado e reconhecido como um sinal de coragem, valentia e prestígio³⁸ ou recebido como justo e aceitável, o que aumenta as chances de sua ocorrência.

Considerando as violações de direitos humanos cometidas por policiais em diversos países, Uildriks e van Reenen (2001) apontam que esses episódios não são fruto de situações extremas, mas resultado de um cotidiano de policiamento que é reflexo de uma cultura policial e de uma organização institucional permissivas, nas quais violações são valorizadas de maneira hedonística, como forma de gratificação pessoal, com policiais ganhando prêmios, *status* e reconhecimento. O mesmo ocorre quando policiais acreditam ter permissão para executar punições informais, principalmente contra pessoas que pertencem a grupos classificados como inimigos e quando as violações de direitos são aceitas sob a justificativa de gerar resultados e produzir um policiamento eficaz.

Por essa razão, não é raro que policiais que atuam nas ruas acreditem que, em certa medida, o uso da força excessiva é necessário ou compreensível, principalmente contra certos tipos de pessoas que consideram “provocadoras”. Nessa cultura policial, têm mais chances de sofrer abusos as pessoas que desrespeitam a polícia verbalmente e questionam seu trabalho ou aquelas consideradas moralmente desviantes (como criminosos sexuais, homossexuais, pessoas que cometem crimes contra crianças etc.) (MICUCCI; GOMME, 2005).

O código de silêncio entre os policiais também dificulta a detecção de abuso da força e o seu processo de investigação. Esse voto de silêncio está relacionado ao medo de perder autonomia e autoridade, o que limitaria o poder discricionário e de tomar decisões que a polícia possui. O silêncio é uma forma de autopreservação e de proteção dos policiais com relação a agentes ou investigações externas. Policiais têm medo de errar e de serem julgados por pessoas que não estiveram na ação por causa de uma decisão que tiveram de tomar em poucos segundos. Policiais que quebram o voto de silêncio são muito malvistos pelos colegas e caem em ostracismo (BELUR, 2010; HUGGINS et al., 2006; MICUCCI; GOMME, 2005).

A partir de entrevistas com policiais a respeito das razões para o uso da força, Belur (2010) encontrou, entre as explicações, diversos elementos relacionados a uma subcultura policial.

³⁸ Entre 1995 e 1998, vigorou no estado do Rio de Janeiro o Decreto nº 21.753/1995, que determinava uma bonificação pecuniária a policiais envolvidos em atos de bravura e coragem como forma de reconhecimento por seus méritos especiais. Tal premiação ficou conhecida como “gratificação faroeste”, pois na prática significou um incentivo para o incremento de confrontos e implicou o aumento da letalidade policial (CANO; MASSINI, 1997).

São traços dessa cultura profissional a valorização da missão e da ação, os comportamentos caracterizados por cinismo, suspeição, machismo, isolamento, pragmatismo e conservadorismo e as relações internas pautadas por solidariedade, lealdade e interdependência. Essa cultura, por sua vez, pode ser influenciada tanto por fatores externos (por exemplo, poderes políticos, mídia e sociedade civil) como por fatores internos (por exemplo, recursos inadequados, falta de *accountability*, preferência por atalhos para lidar com problemas complexos, rotina de desumanização que enfraquece as inibições morais de fazer uso da violência, autorização tácita do uso da força e adesão de determinados comandantes a métodos violentos). Nesse sentido, Micucci e Gomme (2005) indicam que a filosofia mais agressiva de um departamento de polícia cumpre um papel no uso da força por policiais, podendo contribuir para desencorajar eventuais vítimas a apresentarem denúncias e também não as investigando e/ou não punindo exemplarmente os policiais envolvidos com uso da força excessiva.

Evidente que, isoladamente, as perspectivas relacionadas ao modelo institucional e à cultura ocupacional também não são suficientes para entender o uso da força pelas polícias, visto que não explicam a heterogeneidade e as variações nas ações individuais de policiais submetidos às mesmas instituições. Elas também não são suficientes para compreender as variações no uso abusivo da força entre diferentes estados e países que compartilham modelos e culturas similares, bem como não tratam do efeito que influências políticas e mudanças de gestão podem ter sobre a ação de policiais, mesmo quando essa cultura ocupacional não se altera (GRIFFIN; BERNARD, 2003).

Nesse sentido, existe um corpo de pesquisas que analisa a influência de *orientações político-ideológicas* na atuação policial e na disposição de permitir que a força excessiva seja empregada no cotidiano. Nessa perspectiva de análise, o emprego da força pela polícia seria uma variável sensível à influência de administrações, governos e instituições de controle, com propensão a ascensão quando estes sinalizam a expectativa de uma atuação mais dura e focada na repressão e tendência de redução quando aqueles que ocupam posição de comando sinalizam que serão menos condescendentes ao uso da força por meio do fortalecimento dos mecanismos de controle.

Essa perspectiva é fortalecida pela pesquisa de Oliveira (2012), que analisou a letalidade policial e sua relação com as plataformas políticas dos governos estaduais paulistas entre 1984

e 2006, buscando identificar como uma agenda voltada para direitos humanos pode afetar as ocorrências de ações letais. Os dados apontam que o posicionamento de governadores parece ter grande influência sobre o fenômeno. Governos com a plataforma de segurança pública voltada para o combate “duro” da criminalidade provocam mais mortes tanto na população civil como entre policiais, o que indica um estímulo para o confronto a despeito de suas consequências.

Oliveira (2012) afirma que há uma clara relação entre a plataforma política do Executivo e o tipo de padrão de atuação da polícia, de maneira que, no estado de São Paulo, governadores como Franco Montoro e Mário Covas tiveram gestões marcadas por indicadores mais moderados, ao passo que as administrações de Orestes Quércia, Luiz Antônio Fleury Filho e Geraldo Alckmin apresentaram indicadores mais elevados de letalidade policial. Segundo o autor, esses dados sinalizam que a atuação das forças policiais não é moldada apenas por um legado individual, histórico e cultural e, também, que o direcionamento do governo e, principalmente, as políticas para controle da letalidade, como aquelas implementadas por Montoro e Covas em São Paulo, surtiram efeito no sentido de reduzir o número de mortos em determinados períodos, ainda que não tenham sido capazes de mudar efetivamente o padrão de atuação estruturalmente letal em longo prazo.

De maneira similar, Clark (2008) examinou a distribuição dos casos de violência policial entre 1980 e 2000 na cidade de São Paulo. Em busca de explicações estruturais para o fenômeno, o autor apontou que a violência policial estaria associada a mudanças contextuais de curto prazo. Nesse sentido, segundo a análise, a responsabilidade pela violência policial recai principalmente sobre os administradores da polícia que não estejam cumprindo seu papel em implementar políticas que desencorajem o uso da violência policial entre seus agentes. Aponta ainda para a responsabilidade dos componentes individuais, já que há uma margem de poder discricionário entre os policiais que estão nas ruas, e também para uma pressão social por repressão dura por parte da polícia. Ainda que os dados de sua pesquisa não indiquem, o autor aventava a possibilidade de que a pressão pública para o uso da violência policial recaia sobre as “vítimas certas”, isto é, negros, migrantes e pobres.

Também explorando a relação entre posicionamento ideológico e letalidade policial, Ahnen (2007) trabalhou dados de mortos pela polícia em 19 estados brasileiros entre os anos de 1994 e 2001 e os valores ideológicos defendidos por seus governadores. A pesquisa indica que os

estados administrados por governos de centro-direita, de posição mais conservadora, que enfatizam o controle implacável do crime ainda que às custas de menor liberdade, apresentam números maiores de mortos pelas polícias, ao passo que governos de esquerda e centro-esquerda, de posicionamento mais progressista e marcados pela defesa de direitos individuais, estão relacionados com números mais baixos de mortes pelas polícias.

A influência política na atuação cotidiana das polícias e na sua disposição para fazer uso da força teria raízes no histórico institucional de controle e emprego das forças policiais, sempre acionadas para tarefas de repressão com forte inclinação ideológica, orientadas por comandos personalistas, clientelistas e patrimonialistas que se configuram como um grande empecilho para a profissionalização da atuação policial e para um maior controle democrático de sua atuação (HINTON, 2005).

O que esses estudos indicam é que, no que tange ao uso da força, em especial da força letal, as instituições policiais brasileiras parecem ser sensíveis às sinalizações e pressões a respeito do que se espera delas e de como devem orientar suas práticas. Por um lado, trata-se de um grande infortúnio que torna as polícias muito suscetíveis a interferências políticas e decisões administrativas baseadas em discursos populistas, que visam garantir visibilidade política, mas que não são fundamentadas por evidências, bem como não têm grande preocupação com o impacto de tais medidas para a relação da polícia com a sociedade em longo prazo ou mesmo para a segurança dos próprios policiais. O dado de que o uso da força pode ser afetado pelo cenário político externo à instituição sugere, por outro lado, que esses indicadores não são imutáveis, mas sim passíveis de redução, desde que haja uma plataforma política nesse sentido, o que por sua vez depende bastante do direcionamento político, bem como da forma como a população vê e se relaciona com o tema e de que expectativas alimenta no que tange à atuação policial.

Analisando o papel das instituições encarregadas de realizar o controle da atividade policial, Costa (2011) indica que a permissividade não se concentra apenas nos sinais emitidos pelas autoridades políticas mas também se inscreve na atuação de outras instituições. Nesse sentido, ele mostra como a brutalidade policial também é produto da conveniente ineficiência das investigações conduzidas pela Polícia Civil, do parco acompanhamento realizado pelo Ministério Público, da falta de estrutura e de independência das corregedorias e ouvidorias de polícia, bem como do corporativismo da Justiça Militar. Seu argumento central é que a

fragilidade dos mecanismos institucionais de contenção do uso da força policial são produto de um controle social hegemônico que é marcado pela coerção e pela arbitrariedade. Este se baseia em uma estrutura de dominação violenta na qual as práticas de brutalidade policial são um importante instrumento e parte indissociável do exercício de poder e de manutenção do *status quo*. Por essa razão, ele aponta que:

A análise dos comportamentos policiais violentos não pode vir dissociada de um olhar sobre as estruturas políticas, sociais e normativas que conformam suas ações. O comportamento violento de alguns policiais não pode ser explicado apenas por motivações individuais ou por origem social. Esse comportamento é guiado por normas sociais, leis e regulamentos que podem tanto deter certas ações como encorajar outras.³⁹ (COSTA, 2011, p. 20)

Nessa acepção, em uma *perspectiva histórica e social*, existem diversas pesquisas e interpretações que ligam a prevalência e persistência do uso abusivo da força no Brasil a razões estruturais e externas às próprias instituições policiais. Explorar tais variáveis envolve reconhecer que as leis, o sistema jurídico e as forças policiais não são apenas instrumentos mas também reflexo da sociedade, ou seja, não possuem uma essência ou lógica própria ou completamente autônoma do contexto no qual se inserem, pois “o Estado não pode ser diferente da própria sociedade” (PINHEIRO, 2001, p. 268).

Como mencionado anteriormente⁴⁰, estratégias coercitivas e uso abusivo da força são uma tradição das polícias brasileiras, presentes desde a concepção inicial de nossas forças policiais, uma vez que não foram criados com o objetivo de garantir direitos e buscar estabelecer uma relação de proximidade e confiança com as classes populares. Muito pelo contrário, as polícias foram recorrentemente empregadas não para solucionar conflitos, mas para reprimi-los, prevalecendo um modelo baseado em vigilância, manutenção da ordem e controle sobre comportamentos desviantes ou indesejáveis, por meio da imposição de constrangimentos e meios coercitivos (BATITUCCI, 2010; LIMA, 1999).

Nessa perspectiva, a brutalidade policial tem um componente bastante seletivo, que atinge segmentos específicos da população e é praticado em determinados locais, vigorando especialmente contra negros, pobres, do sexo masculino, de baixa escolaridade e moradores de favelas e periferias. Esse direcionamento seria tolerado e incentivado por membros das

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Parte dos argumentos que subsidiam essa perspectiva já foi apresentada no item 2.2 deste capítulo.

elites que se valem das forças policiais para usar a violência no controle de grupos considerados ameaçadores e para a defesa de seus interesses privados em um sistema no qual a cidadania e a proteção do Estado são privilégio de alguns, e não um direito de todos (HUGGINS, 2000).

A forte hierarquia e as disparidades sociais são elementos que tornariam possível o uso da polícia como instrumento de controle, pois deixam aqueles que se encontram na base da pirâmide social muito suscetíveis à influência e à intervenção dos que se concentram no topo. Como mencionado, a atuação brutal por parte das polícias corrobora uma tradição brasileira centenária de violência inscrita na perseguição dos povos nativos, na escravidão, nos conflitos agrários e nos períodos autoritários. Tais ações se baseiam em uma concepção assimétrica da cidadania baseada na oposição cultural entre “selvagens” e “civilizados”, que embaralha hierarquia de classe, estratificação racial e ordem pública (WACQUANT, 2003)

O que se pretende destacar aqui é que não se pode considerar a manutenção de tal sistema de repressão em longo prazo sem algum respaldo social. Trata-se do que Pinheiro (1994) chama de legado autoritário, uma tradição que se manifestou politicamente por meio de regimes de exceção que marcaram o século XX e cujas origens estão enraizadas em um nível ideológico, por meio de uma cultura política que se manifesta em práticas sociais capazes de se adaptar e de se manter a despeito de reformas políticas ou jurídicas. Pinheiro salienta que as relações assimétricas de poder e os vícios a elas ligados não se limitam ao Estado ou ao seu aparato, pois no caso brasileiro estamos lidando com uma estrutura que é mais ampla e complexa e, não sem razão, permanece pouco alterada, apesar das mudanças de regimes, uma vez que não depende deles para se manter. Os governos autoritários teriam conseguido se estabelecer e se manter na medida em que foram bem-sucedidos em acionar esses elementos autoritários cruciais na cultura política brasileira, garantindo apoio e adesão social.

São valores influentes não apenas durante os períodos ditatoriais mas também em períodos democráticos, configurando-se em um grande entrave para avanços em pautas mais progressistas alinhadas com a defesa de direitos humanos, como ocorreu em décadas recentes desde a última abertura democrática. “A nova democracia continuou a ser afetada por um *‘autoritarismo socialmente implantado’*, uma combinação de elementos presentes na cultura política do Brasil, valores e ideologia, em parte engendrados pela ditadura militar, expressos na vida cotidiana”(PINHEIRO, 2001, p. 297). Essa cultura política se manifesta também na

aquiescência de contingentes da população com relação a práticas arbitrárias de instituições estatais, o que inclui a violência ilegal por parte da polícia.

O regime de exceção paralelo não poderia subsistir se não contasse com largo apoio e legitimidade no interior da sociedade, inclusive por parte daqueles que são as principais vítimas da violência ilegal. A tortura, a eliminação de suspeitos, enfim, as práticas rotineiras de uma “pedagogia do medo” sistematicamente aplicadas às classes populares (invasão de domicílio, batidas nas cidades, espancamentos, sequestros, massacres e chacinas) são visualizados como integrando a normalidade da maioria das populações. (PINHEIRO, 1991, p. 56)

O fato de, no Brasil, uma parcela da população se mostrar leniente ou mesmo corroborar ações de brutalidade policial é apontando por Caldeira (2002) como elemento decisivo para compreender tanto a continuidade desse problema em períodos democráticos como os entraves para reformas policiais que aumentem os controles sobre o uso da força. Para muitas pessoas, demandar justiça significa pedir por vingança sem mediação do judiciário e executada diretamente pela polícia, uma violência que, embora ilegal, é vista por uma parcela da população como justa e eficiente. Paradoxalmente, esse apoio muitas vezes coexiste com uma avaliação negativa das instituições de aplicação da lei e uma alta vitimização de pessoas da classe trabalhadora por parte da polícia e, por essa razão, é muito relevante investigar quem apoia tais ações e quais são suas motivações.

Quando a polícia comete uma ação ilegal, como execuções, violência ou tortura, uma parte da população brasileira não reage com indignação porque entende que aquelas são formas legítimas de punição e respostas ao crescimento da criminalidade. O paradoxo é que, apesar de a população não confiar nas instituições de segurança e justiça e/ou não as considerar eficientes, ainda assim, em vez de protestar por reformas nas instituições, passa a tolerar mais violência das instituições nas quais não confiam (CALDEIRA, 2002; PAIXÃO, 1988; PANDOLFI, 1999; PETERS, 2006).

As raízes desse paradoxo podem ser encontradas na longa história de desrespeito aos direitos civis, especialmente em relação às pessoas pobres em matéria de garantias, e em uma profunda descrença na equidade do sistema de justiça e do seu funcionamento imparcial. A ideia de que todos os cidadãos são portadores de direitos inalienáveis é distante. Na verdade, o que predomina é um profundo desconhecimento a respeito dos direitos civis, políticos e sociais mais elementares, bem como a percepção de que estes são bens escassos e finitos que devem ser distribuídos de acordo com critérios de merecimento, de modo que apenas a parcela da população que se

comporta de maneira benéfica à sociedade deveria contar com tais proteções (CALDEIRA, 2002; CARVALHO, 2008; PANDOLFI, 1999; PEARCE, 2017a; PETERS, 2006).

Paixão e Beato F. (1997) argumentam que as recorrentes ações de brutalidade do poder público no combate à violência não têm como objetivo principal a obtenção de resultados concretos no combate à criminalidade. Seu real intento é o de atender às demandas dos cidadãos por uma atuação truculenta por parte da polícia. Trata-se de uma necessidade de reafirmação da ordem que se funda em valores conservadores e tradicionais a respeito de qual é o papel da instituição policial e de quais são as expectativas a respeito de uma ação policial eficaz. Dessa forma, o arbítrio e a brutalidade policial seriam menos uma estratégia de dissuasão e mais uma resposta às demandas da população. Nesse sentido, os autores argumentam que o julgamento a respeito da eficiência do trabalho policial passa por expectativas de uma atuação arbitrária dos agentes do Estado no combate ao problema da violência e, por essa razão, a demanda por eficiência se equipara a expectativas por ações repressivas, alargando os limites para a atuação policial sem observância das regras de ordem legal. Trata-se de uma demanda para que “se ‘faça a ‘justiça’ apesar da lei” (PAIXÃO; BEATO F., 1997, p. 244).

Quando fazem uso exacerbado da força, os agentes policiais estão ultrapassando os limites que lhes são impostos pelas leis, agindo de maneira extrajudicial e abusando de seu mandato legal e do poder de que dispõem. Esse tipo de desvio turva a relação entre o aspecto abstrato e impessoal do trabalho policial, que é orientado por determinações técnicas, profissionais e legais, e o aspecto comunitário, político e social, que se orienta para atender aos anseios e pressões na relação com a comunidade e com outros atores, em um tipo de elo mais personalizado. Quando a polícia age de maneira violenta ao arrepio da lei, nem sempre ela lida com manifestações de repúdio da sociedade, posto que, a depender do contexto, esses episódios são respondidos com apoio e aplausos. Tal respaldo funciona como uma espécie de autorização que desequilibra a balança entre o aspecto legal e o comunitário. Os policiais recebem e interpretam esses sinais como estímulos para agir com dureza e brutalidade, sob a justificativa de combater o crime, e passam a atender às demandas de uma parcela da sociedade, e não à lei (BRICEÑO-LEÓN; CARNEIRO; CRUZ, 1999).

A tolerância à brutalidade policial também é problemática quando se verifica que há razões suficientes para supor que tal assentimento público pode levar agentes policiais a se sentirem

respaldados para desrespeitar os limites democraticamente impostos para sua atuação, agindo de maneira ilegal e empregando sem controle a violência. Como mencionado anteriormente, no que tange ao uso da força pelos agentes policiais, a linha entre o aceitável e o inaceitável é tênue e bastante subjetiva, de maneira que a forma como o público percebe esses cenários e a liberdade que confere para a polícia agir são assunto de grande relevância a fim de compreender a continuidade desse problema ao longo de décadas.

“Uma resposta para a pergunta de quão séria é a brutalidade policial é que ela é tão séria quanto o público acredita que seja” (BAYLEY, 1995, p. 269). A gravidade que se confere à brutalidade policial e mesmo o próprio reconhecimento da violência praticada por policiais como legítima ou excessiva dependem muito da forma como o público as percebe. A visão da brutalidade policial como um problema não tem relação apenas com a frequência dessas ocorrências mas também com a percepção do público e a importância atribuída a esses casos. Nesse sentido, a participação da sociedade é fator fundamental para a problematização da brutalidade policial e para a definição dos seus limites.

Como mencionado, o uso abusivo da força não é algo universalmente condenado. Com efeito, a sensibilidade e a rejeição ao uso da força pela polícia são maiores em democracias consolidadas, justamente onde tendem a ocorrer com menor frequência, em comparação com países não democráticos, nos quais a violência está propensa a ser mais frequente e mais severa. Isto se deve ao fato de a problematização a respeito do uso abusivo da força depender de um certo grau de exposição, visibilidade, bem como da cultura popular e da cultura política prevalentes em cada contexto (BAYLEY, 1995). No caso brasileiro, em que a atuação violenta da polícia é defendida e justificada por policiais, por políticos, pela mídia e por parcela da própria população, tal respaldo é fruto de preocupação, pois aumenta as chances de a brutalidade se tornar parte da atuação cotidiana das forças policiais.

A relação entre a aquiescência social e o uso exacerbado da força também é relatada por autores que estudaram contextos diferentes, ainda que marcados pela assimetria social e pelo histórico de violações. Em pesquisas com policiais de Mumbai, na Índia, Belur (2009, 2010) indica que as expectativas e as atitudes de aprovação e de apoio vindas tanto de dentro como de fora das instituições policiais são determinantes e possuem grande impacto quando se trata do uso da força letal por parte das polícias. A forma como os policiais entendem, percebem e internalizam o seu papel é importante para direcionar sua maneira de agir no

cotidiano. Policiais que não cumprem os procedimentos e agem fora da legalidade geralmente justificam essas ações pela crença de que agiram em prol do bem comum, ressaltam uma dimensão social do seu trabalho e estão convencidos de estarem servindo o público e suas demandas. As entrevistas com agentes policiais deixam claro que eles são bastante sensíveis ao seu mandato e ao apoio da imprensa, de políticos, do público e de toda a sociedade quando há uma demanda por medidas duras contra a criminalidade. Tais resultados apontam que existe uma cultura de cumplicidade e aprovação que é parcialmente responsável pelo uso da força letal no caso indiano.

Essa dinâmica se agravaria nos contextos de grandes desigualdades sociais, nos quais as elites que detêm o poder se sentem ameaçadas e querem manter o controle sobre as classes populares, o que faz com que se tornem mais permissivas com a brutalidade policial direcionada aos membros de grupos mais vulneráveis. O discurso de que os fins justificam os meios valida a aplicação descontrolada da força – e, no limite, também a morte de pessoas acusadas de cometerem crimes – como uma forma de prevenir a criminalidade futura e promover o controle social. Nessa dinâmica, a mídia também cumpre um papel, principalmente ao propagar a narrativa dicotômica do bem contra o mal, que enaltece a importância de soluções coercitivas para os problemas de segurança, favorecendo a aceitação de confrontos (BELUR, 2010).

Também considerando o efeito de pressões políticas e sociais sobre o uso da força, Herzog (2000) afirma que, no contexto de Israel, a adesão à brutalidade policial é fruto de um processo de socialização no qual os policiais aprendem e se habituem a trabalhar em meio à dualidade de mensagens conflitantes que lhes são direcionadas: por um lado, existe a mensagem explícita formal e oficial de aderência ao Estado de direito e de oposição às condutas violentas desnecessárias; por outro lado, há uma mensagem secreta informal, que emana principalmente das classes médias, expressando uma atitude de perdão diante das manifestações de brutalidade. As mensagens informais compreendem a violência como uma forma eficaz de alcançar o sucesso na guerra contra o crime, criando uma espécie de código que, embora não seja objetivamente expresso, é leniente com os policiais que recorrem à violência sem necessidade e indicando que eles devem ser protegidos de ações disciplinares ou judiciais.

Como mencionado no início deste capítulo, no caso das polícias brasileiras tal ambiguidade de mensagens e expectativas com relação ao trabalho policial se configuraria em obstáculo para a consolidação de uma instituição policial pautada por valores democráticos e republicanos de

respeito aos direitos humanos, um modelo de burocracia moderna weberiana *sine ira et studio* e menos regulada por práticas personalistas tradicionais de favorecimento e defesa de privilégios.

Se a consolidação de uma democracia passa necessariamente pelo estabelecimento de instituições policiais cuja atuação e prática cotidiana se pautam no respeito aos direitos e garantias dos cidadãos, compreender as dinâmicas que permitem a continuidade de um modelo repressivo e que autoriza o uso brutal da força nos parece um assunto pertinente. Um dos principais pressupostos desta pesquisa é de que o uso abusivo da força pelos agentes policiais não seria um fenômeno tão resiliente e persistente sem o respaldo de ao menos uma parcela da sociedade a essas ações. Nesse sentido, é relevante compreender quais são as expectativas e que atribuição de poder é conferida para a polícia, ou seja, que permissões e limites são delineados para nortear a sua atuação cotidiana. Quando a força é considerada excessiva e quando é aceitável e respaldada? Quais fatores levam a essa aceitação são um assunto que pretendemos explorar em profundidade nos próximos capítulos.

3. Atitudes do público com relação à polícia e ao seu uso da força

A opinião pública sobre o uso excessivo da força pela polícia está relacionada a um conjunto mais amplo de atitudes gerais que as pessoas expressam com relação às instituições policiais (FLANAGAN; VAUGHN, 1996) ou mesmo à forma como se relacionam com o problema da violência e da criminalidade.

A atitude é um conceito-chave na psicologia social que tem múltiplas abordagens e definições. De maneira simples, pode ser entendida como a expressão de uma avaliação favorável ou desfavorável a respeito de um objeto, pessoa, grupo ou ideia, que por sua vez pode ser fruto de ou ter influência sobre valores, afetos e comportamentos. Uma atitude pode ser específica ou genérica, permanente ou transitória (ALBARRACÍN et al., 2005, 2018).

Embora inicialmente o conceito de atitude tenha sido empregado para compreender a forma como indivíduos internalizam valores sociais, ao longo do último século passou a ser empregado não só para explorar as visões de mundo que distinguem diferentes grupos sociais mas, principalmente, para mensurar e analisar as diferenças entre indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, ou seja, para explorar a variação de avaliações dentro de uma mesma população ou subpopulação (FRASER, 1994).

Conquanto conceitualmente a ideia de atitude possa parecer limitada e com foco bastante circunscrito, tal qual uma opinião particular ou mesmo uma preferência idiossincrática, pesquisas mais recentes têm apontando que ela deve ser pensada como fruto de processos dinâmicos e sociais. As atitudes não são unidades isoladas, elas em geral estão ligadas a outras atitudes. Quando combinadas, formam um arranjo com alguma coerência interna que, por sua vez, nos auxilia a compreender suas origens e dinâmicas de funcionamento. Atitudes podem ser difundidas e compartilhadas e, muito embora poucos autores tenham retratado esse conceito como fruto de uma estrutura sistemática, Fraser (1994) argumenta que um conjunto de atitudes amplamente compartilhadas se configura em uma espécie de representação social.

A representação social é, por sua vez, produto de uma construção coletiva. Trata-se de uma forma de conhecimento compartilhado que se origina a partir de memórias, percepções e informações que operam simultaneamente dentro de um determinado contexto para guiar a comunicação e o comportamentos dos envolvidos. Ela se materializa por meio de ideias compartilhadas que refletem valores, padrões, histórias, mitos, convenções e símbolos adquiridos no curso da vida, por meio tanto da experiência direta como de relações interpessoais e da cultura na qual vivemos (MOSCOVICI, 1963, 1988, 2001).

Os elementos que compõem as representações sociais são elaborados e transformados pelo discurso social e, por essa razão, são acionados como um recurso para a comunicação e para a interação com os demais membros de uma comunidade. Um tema emerge como parte da representação social quando se torna relevante o suficiente para que seja objeto de discurso e quando as informações a seu respeito circulam a ponto de ele se tornar familiar para aqueles que compõem o grupo⁴¹. As representações sociais são criadas não apenas pela observação e pelas experiências próprias mas pelo contato com os demais membros da comunidade e pela introdução de um assunto no discurso público, visto que são a troca e a disseminação que tornam uma representação parte do repertório coletivo compartilhado (WAGNER, 2011).

As primeiras pesquisas a respeito das atitudes e relações entre os cidadãos e as instituições policiais têm origem nos Estados Unidos, no final da década de 1960, motivadas por uma comissão especial criada pelo presidente Lyndon B. Johnson diante do acirramento flagrante da hostilidade entre polícia e cidadãos, em meio a manifestações por direitos civis encabeçadas por membros de movimentos negros e por estudantes. Essas pesquisas se dedicaram a medir o apoio, a aprovação e a satisfação da população no que diz respeito a essas instituições, bem como a avaliar os serviços prestados. Seus resultados apontaram altos índices de satisfação com a polícia, mas com indicadores notadamente mais baixos entre negros quando em comparação com brancos (ALBRECHT; GREEN, 1977; JESILOW; MEYER; NAMAZZI, 1995).

A avaliação das atitudes do público com relação às instituições policiais se torna foco de preocupação com a emergência das estratégias de policiamento comunitário em meados dos

⁴¹ Por exemplo, a “fala do crime”, expressão cunhada por Caldeira (2000) para fazer referência a uma prática discursiva bastante disseminada na sociedade brasileira na qual soluções arbitrárias são apresentadas como respostas para os problemas de criminalidade (discussão feita na introdução desta tese).

anos 1980, visto que o público passa a ser visto como parceiro e coprodutor da segurança pública, de maneira que considerar as respostas da comunidade se torna uma questão cada vez mais relevante para o trabalho policial (BRANDL et al., 1997). Mais recentemente, os pesquisadores se voltaram para pesquisas sobre legitimidade e confiança na polícia e na sua capacidade de cumprir suas funções, bem como para estudos a respeito da integridade da polícia (corrupção, atuação justa, respeito à lei, civilidade, influência política), o que inclui questões a respeito do uso da força (FLANAGAN; VAUGHN, 1996).

3.1. Atitudes gerais com relação à polícia

No Brasil, as pesquisas que exploraram as atitudes da população com relação à polícia indicam que predominam avaliações negativas. Citando dados de um levantamento feito pela *Folha de S.Paulo*, em 1995, nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, Cardia (1997) destacou que, nas duas capitais, predominava uma péssima imagem da polícia, visto que para 61% dos entrevistados a primeira ideia associada à instituição é negativa. Em geral, as pessoas ouvidas ressaltaram problemas como ineficiência, corrupção, violência, medo e falta de estrutura de trabalho. Apenas 14% delas se sentiam protegidas pela polícia e 13% acreditavam que a polícia efetivamente combate o crime. O medo da polícia se mostrou maior entre os jovens negros, mas as avaliações mais críticas sobre a instituição foram manifestadas por mulheres, pessoas de alta renda e de maior nível de escolaridade.

Os resultados desse levantamento quantitativo que apontou a má imagem da polícia também foram confirmados por Cardia (1997) por meio de pesquisa qualitativa. O estudo contou com 52 entrevistas abertas realizadas com moradores da cidade de São Paulo, que foram classificados entre indivíduos de alta renda, indivíduos de classes populares e operadores da segurança e justiça (incluindo juízes, promotores e os próprios policiais). Nos dois grupos que representam os cidadãos comuns, as avaliações a respeito da polícia foram negativas e parecem motivadas mais por experiências próprias e de terceiros do que por representações disseminadas pelos meios de comunicação. De maneira geral, predominava entre os cidadãos a ideia de que o atendimento prestado pela polícia era péssimo.

Dentre os entrevistados da classe trabalhadora, a má imagem da polícia estava ligada à percepção de negligência com relação aos seus problemas cotidianos, com a descrença na eficiência e com a falta de convicção na capacidade da polícia de protegê-los dos delinquentes, uma preocupação premente para aqueles que viviam em comunidades onde tais figuras se faziam presentes. Também predominava a percepção de uma polícia rude e violenta, que desrespeita a dignidade das pessoas e age de maneira preconceituosa contra pobres e negros. Nesses a polícia “bate primeiro e pergunta depois”(CARDIA, 1997).

Já entre os entrevistados de alta renda, embora reconheçam que na maior parte das vezes recebem um tratamento especial e privilegiado, o contato com a polícia parece ser sempre marcado por algum grau de imprevisibilidade, o que gera tensão. Apesar da tendência a uma recepção mais cortês e educada por parte da polícia, esse tipo de relação não parece ser garantido, de maneira que tal privilégio é visto como instável e volúvel. Em alguns momentos recebem o tratamento de um “doutor”, mas em outros podem ser tratados como “bandidos”, o que produz insegurança e certa hesitação. Dado o caráter arbitrário que caracteriza a atuação policial, os membros de classes mais abastadas sentem que não estão totalmente resguardados da possibilidade de eventualmente se tornarem vítimas de maus-tratos ou mesmo de extorsão, o que faz com que evitem ao máximo qualquer tipo de contato com a polícia (CARDIA, 1997).

Já para o grupo dos operadores, a má imagem da polícia junto à população seria creditada à descrença na eficiência e na capacidade de promover segurança. Dentre os policiais, parece haver uma naturalização da ideia de tratamento diferenciado de acordo com o público. Na fala deles, isso não é problematizado como algo que afeta a confiança na instituição, mas sim como um reflexo da estrutura social na qual, simplesmente, alguns têm mais direitos do que outros.

“Em todas as coisas da vida, as pessoas com mais dinheiro são mais bem tratadas. Não se pode tratar uma pessoa da favela da mesma maneira que se trata uma pessoa rica, pois mesmo que ela seja um trabalhador ela não é igual ao outro (o rico), a linguagem é diferente, as pessoas são mais rudes” (policial militar, homem). (CARDIA, 1997, p. 257)⁴²

⁴² Embora tenham se passado mais de duas décadas desde o registro dessa entrevista reportada por Cardia (1997), a lógica de que a polícia deve dispensar tratamento diferente para os que são socialmente desiguais ainda parece orientar a ação da Polícia Militar no contexto paulistano. Em 2017, o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, então recém-nomeado comandante da Rota (agrupamento direcionado ao

Ainda que, infelizmente, certos aspectos a respeito do trabalho policial pareçam muito estáveis ao longo do tempo, as percepções sobre a polícia não são necessariamente estáticas e podem ser alteradas em razão de uma série de fatores. A variação nas atitudes com relação à polícia foi foco de um relatório realizado por Cardia e Cinoto (2012), comparando dados de dois *surveys* nacionais, separados por uma década. Entre o levantamento realizado em 1999 em capitais brasileiras e aquele que replica a mesma pesquisa no ano de 2010, a imagem da polícia teve considerável melhora junto à população. De maneira geral, a avaliação das polícias militares estaduais como “boas” ou “muito boas” saltou de 21,2% em 1999 para 38,7% em 2010. Já com relação às polícias civis, esse número passou de 23,6% em 1999 para 44% em 2010.

Os dados indicam ainda que tal melhora na imagem da polícia pode estar relacionada a uma série de fatores, como o aprimoramento na qualidade dos serviços prestados (56% acreditam que os serviços da polícia “já eram bons” ou “melhoraram” quando comparados com o ano anterior), experiências positivas em relação à presteza e à eficiência no serviço policial (49% acham que a polícia “sempre” ou “quase sempre” atende prontamente aos chamados da comunidade e 40% acreditam que a polícia “sempre” ou “quase sempre” consegue manter a tranquilidade nas ruas do bairro em que vivem). No mesmo período, o número de pessoas que não acreditava que polícia é capaz de garantir a segurança caiu pela metade, passando de 50,5% para 25,7% (CARDIA; CINOTO, 2012).

Entretanto, se com relação à eficácia os indicadores apontaram uma melhora considerável, no que tange à avaliação que os entrevistados fizeram sobre o contato entre a polícia e os cidadãos a população aparece mais dividida. Os dados indicaram que a população se dividiu quase que igualmente em três grupos: os que acreditam que a polícia é educada quando aborda as pessoas na rua, os que acham que às vezes isso acontece e os que acreditam que

policimento ostensivo), reforçou a naturalização desse tratamento assimétrico. Ao comparar o tipo de abordagem que a polícia deve fazer nos Jardins, bairro nobre da capital paulista, com as abordagens realizadas nas periferias, o comandante afirmou que: “É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado. Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando”. ADORNO, L. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota, UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>>. Acesso em 20/11/2019.

isso nunca acontece. Ou seja, é possível que a melhora na avaliação geral das polícias ao longo do período possa ser atribuída mais à percepção de avanços relacionados à eficácia policial do que a um aprimoramento no tratamento dispensado (CARDIA; CINOTO, 2012).

Embora ofereçam um panorama importante para compreender a dimensão e a direção das atitudes que o público brasileiro tem com a polícia, essas pesquisas descritivas não trazem informações mais detalhadas que permitam conhecer de maneira pormenorizada quais são os efeitos de outras variáveis, tais como fatores sociodemográficos e experiências pessoais, sobre as atitudes em relação à polícia. Uma compilação de achados da literatura internacional no que diz respeito às atitudes gerais dos cidadãos com relação à polícia revela certo consenso em apontar o quanto tais percepções são influenciadas por fatores sociodemográficos e características individuais, por variáveis situacionais e contextuais e por experiências pessoais. Na próxima seção, trazemos um levantamento dessas pesquisas, complementadas por estudos brasileiros.

Condicionantes das atitudes com relação à polícia

Como mencionado, no caso estadunidense, a raça dos entrevistados costuma ser a variável que se mantém como relevante na maior parte dos estudos, considerando variações nas avaliações que são feitas a respeito da polícia. Consistentemente, os negros daquele país manifestam mais críticas e opiniões mais negativas sobre as instituições policiais quando comparados com cidadãos brancos ou mesmo de origem latina, que por sua vez têm uma percepção mais positiva do que os negros, mas mais negativa do que os brancos⁴³. Tais achados são reiterados por diversos estudos, a despeito da forma utilizada para operacionalizar as atitudes com relação à polícia. As explicações mais recorrentes para essa disparidade seriam as experiências de contato negativo das minorias raciais com os policiais, uma vez que elas costumam relatar uma ação enviesada e racializada da polícia, acrescida de

⁴³ Nesse sentido, Correia (2010) considerou a relação de imigrantes latinos com a polícia em Reno (EUA), avaliando como a cultura, suas referências anteriores e o processo de socialização afetam a relação que estabelecem com as autoridades policiais no país de destino. Ele mostrou que imigrantes latinos tendem a manifestar uma atitude mais positiva com relação à polícia, principalmente porque costumam comparar as forças policiais de diferentes países e, à luz de experiências negativas e tratamentos desrespeitosos anteriores, os policiais estadunidenses são bem avaliados. Entretanto, o processo de entrada na nova sociedade, com mais estabilidade, inserção em redes de sociabilidade informal e exposição a outras referências, faz com que essa imagem sofra uma corrosão, tendendo a se equiparar à de não imigrantes, com mais críticas à atuação da polícia.

episódios de maus-tratos e brutalidade policial. Há um histórico de tensão entre policiais e minorias raciais naquele contexto, que se explica principalmente por uma percepção de ação seletiva e brutal por parte da polícia (BROWN; BENEDICT, 2002; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996; GAROFALO, 1977; JOHNSON; KUHNS, 2009; PECK, 2015).

Essa relação hostil entre a polícia e as minorias raciais no caso estadunidense se aproxima das dinâmicas que também são identificadas na realidade brasileira, na qual a desigualdade racial na produção da segurança pública foi identificada por meio de aspectos tanto quantitativos como qualitativos, evidenciando a permanência de um racismo estrutural⁴⁴ que opera nas corporações policiais (SINHORETTO et al., 2014), embora as pesquisas sobre a percepção das pessoas a esse respeito ainda sejam relativamente escassas.

Já o efeito de variáveis como gênero, renda e escolaridade sobre as atitudes com relação à polícia não são consensuais, com estudos apresentando resultados conflitantes ou nenhum efeito (BROWN; BENEDICT, 2002; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996).

Entretanto, outra variável individual que tem sido consistentemente apontada como importante para compreender as variações nas atitudes com relação à polícia é a idade, com os mais jovens manifestando opiniões mais negativas do que os mais velhos. A explicação para essa relação está nos perfis distintos de jovens, adultos e idosos. Enquanto os primeiros costumam dar muito valor à sua liberdade e veem a polícia como uma instituição de repressão e restrição da autonomia individual, os mais velhos tendem a valorizar mais a segurança pessoal, a despeito de renunciarem a alguma liberdade. Os jovens também têm maiores índices de vitimização, o que pode mediar suas percepções a respeito da polícia, bem como um envolvimento com o crime desproporcionalmente maior do que pessoas de outras faixas etárias, o que pode incidir em mais experiências de contato negativo com a polícia (BROWN; BENEDICT, 2002; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996; GAROFALO, 1977; REISIG; GIACOMAZZI, 1998).

⁴⁴ Almeida (2019) aponta que o racismo é sempre estrutural, o que significa que ele integra a organização econômica e política da sociedade. Isso significa que as expressões cotidianas de racismo, seja no que tange a relações interpessoais, seja no que diz respeito a dinâmicas institucionais, são, na realidade, manifestações visíveis de algo mais profundo que se desenvolve e se mantém nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. O termo estrutural não significa que essa seja uma condição não passível de mudança, mas sinaliza que o racismo se manifesta na forma como a sociedade se estrutura e distribui poder, implicando desigualdades políticas, econômicas e jurídicas.

Com relação a variáveis contextuais, diferentes pesquisas têm explorado o papel das características do local de residência para a relação com as autoridades policiais. Diversos estudos indicam que sinais de desordem urbana, incividades e pequenas infrações (como som alto, carros abandonados, vandalismo, consumo de álcool e drogas em locais públicos, pequenos furtos etc.) afetam a percepção sobre as autoridades policiais porque seriam associados com a incapacidade da instituição em zelar adequadamente pela preservação do espaço público (BRIDENBALL; JESILOW, 2008; BROWN; BENEDICT, 2002).

Em uma pesquisa com entrevistas abertas conduzida com 538 moradores de Santa Ana, na Califórnia, Jesilow, Meyer e Namazzi (1995) perguntaram para os entrevistados quais eram as coisas de que eles mais gostavam e aquelas de que não gostavam na polícia. A frequência de itens positivos e negativos mencionados foi transformada em um *score* e analisada à luz de outras variáveis, como dados sociodemográficos, contato com a polícia, características do bairro e percepções sobre o bairro. Os resultados das análises multivariadas indicaram que as atitudes negativas foram preditas pela percepção de insegurança e desordem no bairro, pela idade dos entrevistados (mais jovens indicam mais problemas) e pelo contato com a polícia. De maneira geral, os autores apontam como a relação dos cidadãos com a polícia está ligada à percepção que os entrevistados têm do entorno em que vivem, pois existe a tendência de associar os problemas contextuais à atuação ineficiente ou pouco cuidadosa da polícia. Curiosamente, esse é um dos poucos estudos estadunidenses que não apontam a questão racial como relevante para as atitudes com relação à polícia, possivelmente por se tratar de uma comunidade com presença maciça de latinos, cuja cultura e relação com a autoridade têm suas especificidades.

Diferentes comunidades podem ter necessidades e expectativas específicas com relação ao trabalho da polícia, de tal forma que alguns atributos locais têm o potencial de afetar a avaliação da atuação policial. Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, quando se trata de sociedades nas quais a divisão do espaço urbano reflete as divisões social e racial estruturais nesses países, é comum que existam bairros com grande concentração de determinado perfil racial, o que por sua vez fomentaria percepções e atitudes que são compartilhadas e estimuladas pela socialização local na comunidade. Ao comparar bairros com diferentes perfis raciais e sociais em Miami (bairros majoritariamente compostos por negros de classe média, negros de classe baixa, cubanos de imigração antiga, cubanos de imigração recente e brancos

de classe alta), Dunham e Alpert (1988) encontraram menos variação de atitudes com relação à polícia entre os entrevistados de um mesmo bairro do que entre entrevistados de diferentes bairros. Nesse sentido, questionam se os resultados que sistematicamente ligam identidade racial com avaliação da polícia na verdade poderiam estar embaralhando variáveis que são muito relacionadas. O argumento dos autores é que a literatura tem falhado em identificar que a raça está ligada a padrões de socialização local que não dizem respeito apenas à cor da pele mas reúnem outras variáveis que se combinam em uma atmosfera que, por sua vez, influencia as atitudes com relação à polícia.

O efeito de especificidades espaciais para atitudes com relação à violência é um assunto extensamente trabalhado por Robert Sampson. Ele argumenta que a criação e o desenvolvimento de percepções compartilhadas não estariam ligados à raça em si, mas às características dos locais onde vivem as minorias raciais. A concentração espacial de desvantagens e instabilidades – reflexos de desigualdades econômicas, sociais e raciais – formaria uma espécie de estrutura ecológica para orientações normativas (ou paisagens cognitivas) que atuam como referência para os seus habitantes. Nessas comunidades, a violência, o crime e o desvio figuram dentre as possibilidades previsíveis e são administrados no curso cotidiano, ao passo que a polícia e outras instituições do sistema de justiça criminal são vistas com desconfiança, cinismo e hostilidade, identificadas como agências de opressão (SAMPSON; BARTUSCH, 1998; SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997).

Essa dinâmica se assemelha à relação que se estabelece entre a polícia e os moradores de favelas e bairros pobres pelo Brasil afora. Em etnografia sobre as atitudes de moradores de uma favela em Porto Alegre acerca da polícia, Shirley (1997) destaca que a relação é de hostilidade e que os moradores não se sentem protegidos, e sim ameaçados, pela presença policial. A relação, portanto, é identificada como de tensão, que aumenta a probabilidade da ocorrência de violência, e não de seu controle.

As atitudes com relação à polícia também se relacionam com as atitudes mais gerais que as pessoas manifestam para com outras instituições legais e o sistema político como um todo. Nesse sentido, Albrecht e Green (1977) realizaram um *survey* com amostras representando diferentes perfis sociodemográficos e territoriais em um estado nos EUA. Eles indicaram que as atitudes mais negativas com relação à polícia se manifestam entre minorias e residentes de bairros pobres e se relacionam com uma atitude mais negativa com relação ao sistema

judiciário, com a percepção de que a justiça é inclinada a favorecer os interesses de ricos e poderosos, com uma sensação de impotência para influenciar decisões políticas e com um distanciamento do processo político. Diante desses resultados, os autores apontam que, por um lado, as atitudes com relação à polícia fazem parte de um corpo mais amplo de valores a respeito do sistema legal e político e, por outro lado, é possível que a forma como as pessoas percebem e se relacionam com a polícia possa afetar suas atitudes para com o sistema político e legal como um todo.

A relação entre a imagem da polícia e noções mais gerais de autoridade também foi tema de Larsen (1968), que investigou as ligações entre valores autoritários e atitudes no que diz respeito à polícia. O autor aponta que, nas sociedades contemporâneas, a polícia é uma das mais importantes e simbólicas figuras de autoridade, mas, ao mesmo tempo, a disposição à submissão acrítica e o enaltecimento de figuras de poder, incluindo a polícia, são ideias implícitas na definição do autoritarismo. Valendo-se dos estudos de Adorno (1950), Larsen aponta que os autoritários tendem a se identificar com figuras de poder que pertençam à sua comunidade e a demonstrar hostilidade com relação a pessoas que são externas ao seu grupo. Dessa forma, faz sentido supor que pessoas autoritárias tenham atitudes mais favoráveis à polícia e às forças de controle social em geral.

Para explorar essa possibilidade, o autor aplicou um questionário a 103 alunos da Brigham Young University. O estudo apontou que, como havia sido hipotetizado, o autoritarismo se mostrou positivamente relacionado às atitudes com relação à polícia. As pessoas com índices mais altos de autoritarismo manifestam mais deferência às figuras de autoridade e tendem a ter uma imagem favorável da polícia e das instituições de aplicação das leis. Uma explicação para essa relação estaria na insegurança que autoritários externam, bem como em sua visão do mundo como um lugar perigoso e hostil, que produz ansiedades. A identificação com figuras de autoridade é uma forma de minimizar as ameaças e obter segurança para enfrentar as vulnerabilidades percebidas. As figuras de autoridade (no caso específico, a polícia) atuam como mediadores da ansiedade produzida pelo pensamento autoritário, uma vez que tenderiam a identificar ameaças exageradas de origem criminal, ou seja, tenderiam a ter mais medo do crime.

As experiências de contato pessoal com a polícia também são apontadas como variáveis relevantes, com grande parte das pesquisas a respeito indicando que contatos positivos com

a polícia resultam em opiniões positivas a respeito da instituição, ao passo que contatos negativos levam a uma má imagem da polícia (BROWN; BENEDICT, 2002; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996). Trata-se de uma perspectiva pertinente porque indica a relevância do contato e da interação da polícia com o público, sugerindo que a ação dos policiais pode auxiliar a moldar as atitudes da população, ou seja, as percepções a respeito da polícia não seriam apenas determinadas por fatores externos às instituições policiais, mas seus próprios agentes cumpririam um papel em conformar essas atitudes pela maneira como interagem com o público.

Importante considerar que esses contatos possuem dinâmicas próprias e especificidades que devem ser consideradas nas análises. Nesse sentido, é preciso diferenciar o tipo de contato (se iniciado pela polícia ou pelo próprio cidadão), se o resultado da interação atende às expectativas instrumentais do cidadão (por exemplo, se a queixa foi registrada, se o bem foi recuperado, se o indivíduo foi advertido ou multado etc.) e qual o tipo de incidente (BROWN; BENEDICT, 2002).

Com o objetivo de verificar quais variáveis contribuem mais para as atitudes com relação à polícia, se as variáveis sociodemográficas ou as experiências pessoais de contato, Scaglion e Condon (1980) entrevistaram 273 pessoas em 4 bairros com características diferentes na cidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Para mensurar a avaliação que os entrevistados fazem da polícia, foi perguntado se eles concordavam que a polícia estava fazendo um bom trabalho no bairro, e essa questão foi utilizada como variável dependente em uma regressão multivariada. Os resultados indicaram que a variável mais importante para explicar a avaliação geral que as pessoas fizeram da polícia foram as experiências positivas de contato prévio com ela, ou seja, aqueles que relataram ter algum contato pessoal positivo com policiais foram os que tiveram atitudes mais positivas com relação à instituição. No caso dessa pesquisa, o contato positivo foi mais importante para as atitudes com relação à polícia do que a raça dos entrevistados e outras variáveis sociodemográficas.

No contexto brasileiro, os determinantes da avaliação que a população brasileira faz a respeito da qualidade do trabalho das polícias militares foi foco de pesquisa de Zilli e Couto (2017). O estudo foi realizado com base em dados de *survey* da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) do Ministério da Justiça, coletados entre 2010 e 2012, com uma amostra de 78 mil brasileiros em 346 municípios. Os autores investigaram que efeitos os fatores sociodemográficos, as

experiências de vitimização criminal, a vitimização policial e os contatos direto e indireto com a polícia têm sobre a avaliação que a população faz a respeito da qualidade do trabalho das polícias militares. Essa variável de interesse, por sua vez, foi mensurada por questões que tratavam tanto da eficácia das polícias militares na promoção da segurança pública como sobre a qualidade do atendimento, a honestidade e o uso da força. A estratégia de análise envolveu o emprego da técnica de modelagem de equações estruturais, que avalia simultaneamente os efeitos diretos e indiretos nas variáveis presentes no modelo.

Os resultados do estudo indicaram que variáveis sociodemográficas possuem um efeito bastante expressivo para a avaliação do trabalho policial, com as pessoas de menor renda, de menor escolaridade e de raça não branca (pretos e pardos) avaliando de maneira mais negativa o trabalho executado pelas polícias militares. Entretanto, a variável com efeito mais expressivo é aquela que indica experiências de vitimização pela polícia (agressões físicas e/ou verbais e extorsão/propina). Mesmo controlados todos os demais efeitos, as pessoas vitimizadas pela polícia são aquelas que avaliam de maneira mais negativa o trabalho das polícias militares. Outros tipos de vitimizações diretas (crimes contra a pessoa e contra o patrimônio) também têm um efeito – quanto menos vitimização, melhor a avaliação da polícia –, mas ele é bem menor. Dentre as experiências de contato, as situações relacionadas a pedidos de informação e prestação de socorro influenciam positivamente as atitudes com relação à polícia, ao passo que as situações nas quais as pessoas são abordadas por meio de *blitze* apresentam um efeito menor. A conclusão dos autores é que a avaliação das polícias militares pela população brasileira é menos influenciada por questões relacionadas à eficácia na redução dos índices de criminalidade e mais afetada pela relação que a polícia estabelece com a comunidade na qual atua (ZILLI; COUTO, 2017).

O perfil sociodemográfico e a qualidade da interação com a polícia também aparecem como variáveis de interesse com possível efeito sobre a avaliação que os cidadãos fazem a respeito da instituição policial em trabalho de Oliveira Jr. (2011). O autor faz uma importante distinção entre as percepções específicas e difusas com relação à polícia, indicando que as primeiras são fruto do julgamento sobre a qualidade dos serviços prestados pela polícia durante um evento de contato direto com agentes da instituição, ou seja, são fruto de experiências pessoais, ao passo que as percepções difusas são opiniões mais gerais a respeito das instituições policiais, que podem ser adquiridas por meio de informações de terceiros, mídia

etc. e que, por sua vez, podem ser mediadas tanto pelas experiências pessoais como pela posição que aquele indivíduo ocupa na estrutura social.

Por essa razão, por meio de pesquisa empírica, Oliveira explora que efeitos os fatores sociodemográficos individuais e as avaliações a respeito dos serviços prestados no contato direto com a polícia (percepções específicas) exercem sobre os julgamentos gerais a respeito de seu desempenho institucional (percepções difusas) e, ainda, qual o efeito dessas avaliações sobre o grau de confiança depositado na polícia. Para tal estudo, foram utilizados dados de *survey* representativos da população brasileira coletados pelo projeto Sistema de Indicadores de Percepção Social do Serviço Público (SIPS), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2010, com 2.888 questionários. Os resultados indicam que as variáveis sociodemográficas contribuíram pouco para as percepções difusas a respeito da polícia, pois apenas idade e escolaridade tiveram efeito, com os mais jovens e os mais escolarizados avaliando a polícia de maneira negativa. Já os contatos prévios positivos tiveram um efeito maior e positivo sobre a avaliação geral da polícia. A relação entre variáveis sociodemográficas e avaliação de contato com a polícia indica que os não brancos têm mais chances de julgar essas experiências como negativas. Por fim, a confiança na polícia foi predita tanto pelas percepções específicas como pelas percepções difusas a respeito da polícia, de maneira que, quanto mais positivas essas percepções, mais as pessoas confiam na polícia. A conclusão do autor é de que as percepções a respeito da forma como a polícia age no cotidiano tiveram mais efeito sobre a disposição a confiar na polícia do que a posição social que os indivíduos ocupam na estrutura social (OLIVEIRA JR., 2011).

Os preditores da confiança na polícia também foram tema de pesquisa de Silva e Beato (2013), que consideraram tanto variáveis sociodemográficas como percepção de eficiência e efeito do contato com a polícia. Com base nos dados da pesquisa “Vitimização e percepção de medo em Belo Horizonte e Minas Gerais”, aplicada em 29 municípios de Minas Gerais em 2009, os autores realizaram uma análise de regressão linear para verificar os efeitos multivariados dos itens selecionados. Os resultados indicam que, dentre as variáveis sociodemográficas, a idade teve um efeito significativo positivo, de maneira que, quanto maior a idade, maior a disposição para confiar na polícia, confirmando uma tendência que já se verifica na literatura internacional. Entretanto, ao contrário do que seria esperado de acordo com tal literatura, os indicadores de renda e escolaridade têm efeito negativo: quanto maior a renda e a

escolaridade, menor a confiança. Esse achado contraria o argumento de que os grupos mais privilegiados têm a polícia como uma aliada que representa os seus interesses. Na interpretação dos autores, provavelmente no caso brasileiro os indivíduos com mais renda e mais anos de estudo seriam mais exigentes e mais críticos com relação ao trabalho da polícia, ao passo que os menos escolarizados e de menor renda teriam expectativas mais baixas, provavelmente menos conhecimento sobre direitos civis e maior tendência a apoiar comportamentos autoritários. Outra surpresa na pesquisa brasileira é que, ao contrário da literatura estadunidense, aqui raça não teve efeito sobre a disposição a confiar na polícia. A variável religião foi significativa e teve efeito positivo, ou seja, as pessoas que possuem religião têm mais confiança na polícia, o que se explicaria por sua maior ligação com a comunidade e sua disposição de obedecer às normas e reconhecer autoridade.

Nesse mesmo estudo, foram considerados ainda os efeitos do contato com a polícia sobre a confiança. Os resultados da regressão indicaram que tanto os contatos compulsórios (iniciados pela polícia) como os contatos voluntários (iniciados pelos entrevistados) têm efeitos negativos sobre a confiança, com efeito maior dos contatos compulsórios. Mais uma vez existem elementos indicando que, quando se trata de experiências diretas, a forma como a polícia age no cotidiano durante as interações com a população tem um impacto negativo, capaz de erodir a disposição da população em confiar e legitimar essas autoridades. Já a percepção de que a polícia é eficiente em resolver problemas relacionados à criminalidade na cidade produz um efeito positivo sobre a confiança, ou seja, as expectativas instrumentais também se mostraram importantes (SILVA; BEATO, 2013).

Também no Brasil, um estudo a respeito dos efeitos do contato com a polícia foi desenvolvido recentemente, por meio de dados de pesquisa de opinião conduzida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), com habitantes da cidade de São Paulo, no ano de 2015. Sob o pressuposto de que o contato com a autoridade é um momento crucial na relação entre os cidadãos e o Estado, Teixeira (2019) propõe uma discussão sobre os efeitos da experiência direta dos paulistanos com as autoridades policiais e seus possíveis impactos nas percepções mais gerais sobre a polícia. Mais especificamente, o trabalho investiga que implicações os julgamentos (positivos e negativos) da experiência vivida com a autoridade policial têm sobre as percepções acerca da atividade policial – justiça procedimental, eficácia e legalidade – e sobre a legitimidade da polícia. Como resultado, em primeiro lugar cabe

ressaltar que as experiências positiva e negativa com a polícia por si só já são um aspecto importante quando se comparam esses indivíduos com aqueles que não tiveram nenhuma experiência, ou seja, aqueles que não tiveram nenhum contato recente com a polícia possuem uma imagem mais positiva da instituição.

Dentre os que iniciaram o contato com a polícia, quando comparados os grupos que avaliaram esse tipo de experiência de maneira positiva e aqueles que a avaliaram negativamente, fica evidente o peso que contatos negativos têm sobre a percepção de eficácia da polícia. Os resultados para percepções de justiça procedimental e legalidade também são estatisticamente significativos, mostrando que tais indicadores também são impactados pelo contato ruim. O efeito da experiência negativa é especialmente maior sobre a eficácia, indicando um viés de assimetria, ou seja, o contato mal avaliado tem um impacto maior sobre a percepção de eficácia do que aquele tido como satisfatório (TEIXEIRA, 2019).

Já no caso dos contatos iniciados pela polícia (por meio de abordagem policial), cabe destacar o peso que as experiências negativas possuem principalmente sobre a justiça procedimental, ou seja, a abordagem avaliada como insatisfatória tem efeito maior sobre as percepções acerca da qualidade do tratamento e do processo decisório da autoridade policial. Cumpre-se apontar, ainda, que uma abordagem policial mal avaliada também tem efeitos negativos sobre a percepção de legalidade e, mesmo, de eficácia. Já a abordagem policial avaliada como positiva não apresentou efeitos estatisticamente significativos sobre legalidade, justiça procedimental e eficácia. O estudo aponta, ainda, que as experiências avaliadas como negativas têm efeito sobre as percepções acerca da legitimidade da polícia (TEIXEIRA, 2019).

Esses resultados sugerem a existência de um “viés de negatividade” decorrente dos contatos avaliados como não satisfatórios. Isso quer dizer que interações percebidas como negativas apresentam efeitos mais proeminentes em comparação com os efeitos decorrentes de contatos tidos como positivos. As conclusões do estudo sugerem que a polícia deve estar atenta à interação e aos encontros que tem com a população. Em especial, a atenção deve se voltar para as experiências negativas, julgadas como inadequadas e injustas, uma vez que elas parecem ter consequências persistentes e prejudiciais à imagem da polícia (TEIXEIRA, 2019).

Um outro olhar para as atitudes e experiências com a polícia foi desenvolvido por Costa e Durante (2019). Com o objetivo de verificar qual a relação entre as atitudes a respeito da polícia e a sensação de insegurança da população, os autores utilizaram dados da Pesquisa

Distrital de Vitimização, um *survey* representativo de habitantes do Distrito Federal, realizado em 2015 com uma amostra de 19.537 entrevistados maiores de 16 anos. De maneira geral, os dados apontam que a sensação de insegurança é menor entre as pessoas que avaliam de maneira positiva a qualidade do policiamento e dos serviços prestados pelas polícias, bem como entre as que avaliam positivamente a conduta da polícia na relação com a comunidade e entre aquelas que confiam na polícia. Não obstante, um resultado não esperado indicado pela pesquisa aponta que pessoas que percebem a existência de certo grau de má conduta policial⁴⁵ também têm menos medo do crime. Por outro lado, apresentam maior insegurança aqueles que presenciaram a polícia atuando por meio de abordagens coercitivas (revistas, apreensões e prisões), os que tiveram algum tipo de contato com a polícia e aqueles que têm conhecimento sobre ações violentas da polícia no bairro.

Temos, portanto, mais uma pesquisa empírica consistente reforçando que as percepções a respeito da forma como a polícia age são relevantes para o cotidiano da população. De maneira geral, os dados do Distrito Federal indicam que a percepção de que a polícia faz uso de métodos coercitivos aumenta a sensação de insegurança dos indivíduos. No entanto, o achado de que uma certa dose de arbitrariedade parece ser tolerada indica que, a depender do contexto, a população pode manifestar anuência com relação à má conduta policial, principalmente se esses “deslizes” não forem praticados na vizinhança dos entrevistados. Já quando se trata da ocorrência de brutalidade policial no bairro em que vivem, ou seja, ações que podem afetar o próprio indivíduo ou pessoas próximas a ele, então a percepção muda e o medo aumenta (COSTA; DURANTE, 2019).

Com base nesse breve balanço da literatura sobre as atitudes da população a respeito da polícia, podemos dizer que os estudos apontam a importância de fatores tanto sociodemográficos (raça, idade, renda e escolaridade) como contextuais (percepção de insegurança e desordem urbana) e atitudinais (percepções sobre outras instituições e valores

⁴⁵ Aqueles que concordam que os policiais abusam da autoridade, fazem vista grossa para a desonestidade dos colegas e são preconceituosos quando abordam as pessoas.

ideológicos). Também se destacam as situações de contato da população com a polícia, em especial o efeito de experiências pessoais negativas, que minam a imagem da instituição.

As percepções a respeito da forma como a polícia atua aparecem, então, como fatores muito relevantes para conformar a imagem que a população faz dessa instituição. A avaliação positiva ou negativa a respeito do seu desempenho e, principalmente, do tratamento que dispensa aos cidadãos no cotidiano é uma variável relevante para as atitudes com relação às instituições policiais. Nesse sentido, dado o histórico e a alta incidência de métodos coercitivos de atuação, é possível considerar que a avaliação de experiências como negativas pode em parte ser motivada também pela percepção de que a polícia utiliza mais força do que o necessário no trato com a população.

Não obstante, é preciso ponderar que, no caso brasileiro, a questão do uso da força pela polícia costuma ser alvo de certa ambivalência, pois a vitimização por ação policial coexiste com a demanda por métodos repressivos de policiamento. Por trás dessa relação, parece haver um aspecto instrumental, pois, ao mesmo tempo que a brutalidade é vista como problemática quando afeta o próprio indivíduo ou pessoas próximas, pode se tornar aceitável de acordo com o contexto e, principalmente, de acordo com quem é vitimizado. Por ora, parece relevante explorar mais a fundo a questão central deste trabalho, que é o apoio deliberado ao uso da força pela polícia, apresentando os estudos que trataram desse tema na literatura.

3.2. Apoio ao uso da força pela polícia

A despeito de a conceituação e a exata medida da extensão do problema do uso da força excessiva pelas polícias brasileiras ainda se configurarem um desafio para os pesquisadores da área, temos argumentado nesta tese que considerar as atitudes e representações dos cidadãos a respeito do uso da força também é um aspecto pertinente do problema que foi pouco explorado pela literatura nacional, mas conta com alguns estudos internacionais. Para além de mensurar e compreender quais são os padrões de uso da força pela polícia, é relevante compreender quais são e como se configuram as atitudes do público com relação à brutalidade policial.

Embora os dados disponíveis indiquem que os abusos policiais são um fenômeno que perdura no tempo – não obstante a repercussão dos frequentes e recorrentes casos de brutalidade policial veiculados pela imprensa –, uma investigação mais detida a respeito da relação do público com essa realidade é algo que carece de um olhar mais detido.

Como mencionado anteriormente, a definição do que é considerado ou não brutalidade depende de uma linha tênue e subjetiva que não é definida apenas pela lei mas também pela sensibilidade e pelo grau de aceitação do público. Quando a sociedade vê o uso da força excessiva pela polícia como justificável, a tendência é que os controles institucionais e políticos sejam mais frouxos, de maneira que essa situação tende a se manter. Entretanto, quando a violência policial afeta as normas, sensibilidades e valores estabelecidos, os detentores do poder estarão mais propensos a se posicionar publicamente e propor iniciativas para promover mudanças. O uso da força excessiva pela polícia será tratado como um problema se assim for visto pela maior parte da população ou por aqueles que detêm o poder, de maneira que a forma como o público percebe tais situações é um assunto fundamental para qualquer estratégia de minimização do problema (BAYLEY, 1995; SCHMIDT, 2017).

Com base em revisão de literatura, Schmidt (2017) sustenta que, muito embora as atitudes negativas de negros com relação à polícia e a existência de tratamento policial racial e violento nos Estados Unidos sejam corroboradas por décadas de pesquisas e dados empíricos consistentes, na prática não houve mudanças efetivas em políticas públicas que visaram minimizar ou acabar com esse problema. Tal inoperância seria resultado da forma como as elites se relacionam com a questão. Embora aqueles que têm o poder e influência política não sejam diretamente afetados pela brutalidade policial, uma vez que o prestígio e o *status* social lhes fornecem uma proteção contra abusos, é justamente em razão dessa posição que seus julgamentos e atitudes diante da brutalidade adquirem relevância e impacto sobre o fenômeno da brutalidade policial. Nesse sentido, a autora argumenta que, enquanto as elites acreditarem que a força excessiva é necessária ou justificável, não serão oferecidas respostas políticas adequadas, e a situação tende a se manter. Entretanto, quando a brutalidade ferir a sensibilidade das classes médias e altas, aí sim as altas autoridades estarão mais propensas a se pronunciar e agir com o objetivo de promover alguma mudança real nas comunidades. Isso ocorreria porque as ideias e visões das elites são politicamente hegemônicas em comparação com membros de minorias raciais e sociais. A opinião pública teria um papel fundamental na

a promoção de mudanças e novos direcionamentos para a atuação das autoridades (SCHMIDT, 2017).

Ainda que em parte o diagnóstico da autora seja passível de discussão, uma vez que, como veremos, a relação entre apoio ao uso da força e classe social exigiria mais estudos para ser comprovada, compartilhamos com Schmidt a avaliação de que o papel da opinião pública é relevante para entender a existência e continuidade desse fenômeno. Muito embora formalmente existam leis, organizações e instituições responsáveis pelo controle do comportamento policial, o papel da opinião pública não pode ser ignorado, pois exerce uma espécie de controle informal externo sobre esse problema. Como mencionado, as instituições policiais são sensíveis ao ambiente normativo e ao contexto comunitário no qual atuam, bem como às expectativas que deles emanam.

Infelizmente, são poucas as pesquisas que tratam especificamente sobre a liberdade e os limites que os cidadãos conferem para o uso da força pela polícia, principalmente no cenário nacional. Em pesquisa supracitada na qual são comparados dados de dois *surveys* nacionais realizados em 1999 e 2010, Cardia e Cinoto (2012) mostraram que, no mesmo período em que a avaliação geral a respeito da polícia melhorou, a população teria ficado mais leniente e mais propensa a aceitar o uso abusivo da força pela instituição. No levantamento de 1999, 78% discordavam que a polícia poderia invadir uma casa, 89% discordavam que ela poderia agredir um suspeito e 88% discordavam que a polícia poderia atirar em um suspeito, percentuais que em 2010 caíram para 64%, 68% e 68%, respectivamente. Esses dados sugerem que a disposição para conferir poder para a polícia agir de maneira abusiva está intimamente ligada à forma como as pessoas se relacionam com essa instituição.

Também no contexto nacional, a pesquisa “Percepções sobre os direitos humanos no Brasil” envolveu um *survey* coletado em 2008 com uma amostra nacional representativa de 2.011 respondentes. Nesse levantamento, Venturi (2010) explorou as diversas atitudes da população com relação aos direitos humanos, incluindo a disposição para conferir poder à polícia para agir de maneira violenta. De maneira geral, os dados da pesquisa indicaram que, diferentemente das hipóteses levantadas em um primeiro momento, a visão do público sobre direitos humanos é mais positiva e humanista do que se esperava. Entretanto, no que se refere especificamente a violência, segurança pública e direitos de presos e criminosos, a posição do público é mais ambígua. No que tange ao apoio a ações violentas da polícia, embora exista

considerável alinhamento com frases como “Direitos humanos deveriam ser só para pessoas direitas” (34% concordam totalmente ou em parte) e “Bandido bom é bandido morto” (43% concordam totalmente ou em parte), quando o enunciado das perguntas faz referência direta a um abuso policial, o grau de concordância é bem menor. Apenas 9% dos brasileiros concordam com a frase “A atividade policial é muito perigosa: é bom que a polícia atire primeiro para fazer perguntas depois”. O reconhecimento do direito à vida e a defesa do direito de não ser preso arbitrariamente foram elevados, 96% e 74% respectivamente. Não obstante, a adesão a medidas repressivas no controle do crime é igualmente alta, com cerca de metade da amostra apoiando a pena de morte, 53% se mostrando favoráveis ao endurecimento das condições dos presidiários, 46% defendendo a redução da maioria penal e 44% manifestando apoio à pena de prisão perpétua.

Com base nos dados dessa mesma pesquisa, Cano (2010) criou um “Índice de apoio aos direitos humanos de criminosos”⁴⁶. Num intervalo que vai de 1 a 5 pontos, a média nacional para esse índice foi de 3,6, sendo que 24% ficaram abaixo da média e 70%, acima dela. Importante destacar que 15% dos brasileiros atingiram a pontuação máxima, ou seja, apoiam totalmente os direitos humanos dos presos. Por meio de análise de regressão múltipla que testou quais são os preditores sociodemográficos do índice, Cano indica que os mais resistentes aos direitos humanos de criminosos são homens, pessoas que não trabalham, moradores de áreas rurais e indivíduos de baixa escolaridade. Idade e religião não se mostraram significativas. Como conclusão, o autor aponta que a percepção enviesada sobre direitos humanos se configura em um obstáculo para sua efetivação, mas existe alguma esperança, visto que a escolaridade é um fator relevante de transformação.

No levantamento bibliográfico internacional sobre as atitudes a respeito do uso da força pela polícia, foi possível notar que a maior parte das pesquisas a esse respeito diziam respeito ao contexto estadunidense, no qual, como foi mencionado, a relação hostil entre a população e a polícia se tornou uma preocupação em meados dos anos 1960 e, por sua vez, estaria ligada especificamente à percepção de ações abusivas da polícia contra cidadãos negros. Os estudos que investigam o assunto são majoritariamente quantitativos e exploram questões como as

⁴⁶ Este índice foi composto a partir de 5 questões: Concordância com as frases: “Direitos humanos deveriam ser só para pessoas direitas”; “Bandido bom, é bandido morto”; “A atividade policial é muito perigosa: é bom que a polícia atire primeiro para fazer perguntas depois”, e posicionamento com relação aos direitos humanos dos presos e reconhecimento da obrigatoriedade de respeitar direitos de presos e bandidos.

percepções a respeito da ocorrência de abusos, a forma como a polícia deveria empregar a força em diferentes casos, se em determinadas situações a polícia agiu de maneira certa ou errada e, ainda, se o entrevistado aprova ou não aprova o uso da força pela polícia em variados cenários.

Muitas das pesquisas estadunidenses utilizam como fonte os dados do General Social Survey, um levantamento nacional realizado desde 1972 pelo National Opinion Research Center (NORC), da Universidade de Chicago, que traz questões sobre crime e punição e que, em alguns levantamentos, incluiu uma bateria de questões sobre aprovação do uso da força pela polícia em diferentes situações, tanto legais como ilegais. Em geral, essas pesquisas indicam que os respondentes diferenciam situações mais graves, nas quais legalmente a polícia poderia fazer uso da força em razão de alguma ameaça efetiva, das situações menos graves, quando o uso da força não seria um recurso apropriado. De maneira geral, as pessoas tendem a aceitar a força quando ela se faz necessária e a rechaçar a força desnecessária e excessiva (FLANAGAN; VAUGHN, 1996).

Explorando em que situações a força seria ou não aceita pela população, Perkins e Bourgeois (2006) examinaram as percepções que estadunidenses têm a respeito do emprego excessivo da força letal pela polícia, além de buscar explicar o que afeta essas percepções. Eles propuseram cenários hipotéticos nos quais policiais perseguem e matam um homem desarmado, mas variaram o número de policiais envolvidos e a quantidade de tiros disparados, solicitando que os entrevistados apontassem se consideravam aquelas situações abusivas. Os resultados indicaram que, quanto maiores são as evidências de um desequilíbrio de forças (grande número de policiais envolvidos no tiroteio e muitos tiros disparados), maior a percepção de uso inadequado da força. Ou seja, os entrevistados foram sensíveis a situações abusivas e indicaram a expectativa de que a polícia utilize a força com comedimento.

Em uma democracia, a forma como a sociedade se relaciona com as autoridades e o poder que conferem a elas são importantes. No entanto, a sociedade é formada por grupos muito heterogêneos e com os mais variados posicionamentos, o que afeta as expectativas que recaem sobre a polícia e implica diferentes percepções a respeito de quais devem ser as diretrizes e os limites para os seus poderes. Essas diferenças são particularmente importantes, pois alguns grupos possuem mais poder de pressão e, conseqüentemente, mais impacto sobre políticas públicas do que outros (SILVER; PICKETT, 2015). Por essa razão, explorar como tal

apoio se forma e quais são os seus condicionantes é importante. Os estudos que têm se debruçado sobre a questão costumam ressaltar os seus aspectos multidimensionais. Diferentes grupos e segmentos sociais podem ter expectativas muito distintas a respeito das práticas policiais consideradas adequadas ou inadequadas e, além disso, mesmo intragrupos, podem existir diferenças em razão de experiências ou de outras variáveis atitudinais relacionadas a valores.

Ao longo da sistematização das pesquisas selecionadas para esta revisão⁴⁷, os preditores foram organizados a partir de três perspectivas principais, que tanto nos auxiliam a refletir sobre o objeto como orientam posteriormente a nossa estratégia analítica no estudo empírico relatado no capítulo 4.

A *perspectiva estrutural* reúne estudos que investigam de que maneira a posição que as pessoas ocupam na sociedade afeta sua disposição de conferir poder para a polícia utilizar a força. O pressuposto é de que, quanto mais privilegiadas socialmente, maior sua adesão a ações policiais violentas que se destinem a manter tais privilégios. Nesse sentido, são considerados principalmente dados como raça, sexo, idade, renda e escolaridade.

A *perspectiva instrumental* levanta a hipótese de que a adesão a soluções violentas seria um reflexo da percepção de vulnerabilidade pessoal e da necessidade de proteção contra ameaças potenciais. Dessa forma, elementos como medo do crime, percepção de insegurança, experiências de vitimização direta e indireta e confiança interpessoal são investigados como preditores do apoio ao uso da força.

Por fim, a *perspectiva atitudinal baseada em valores ideológicos* investiga o papel de valores, crenças e atitudes a respeito do papel da autoridade, especificamente posicionamentos que são apontados como autoritários. Os autoritários estariam mais inclinados a se identificar com figuras de poder e a ter atitudes mais favoráveis à polícia e às forças de controle social em geral, bem como a apoiar soluções violentas; por essa razão, estariam mais propensos a aprovar o uso da força excessiva pela polícia.

⁴⁷ Não foi encontrada nenhuma revisão de literatura sistemática sobre as atitudes a respeito do uso da força pela polícia nem na literatura nacional nem na internacional, contribuição que esta tese se propõe a fazer.

Perspectiva estrutural

Uma abordagem que se faz presente em quase todos os estudos sobre as atitudes a respeito do uso da força pela polícia é a perspectiva estrutural, que leva em conta dados relacionados ao perfil sociodemográfico. Na maior parte das vezes, a hipótese que considera essas variáveis é a de que a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social é produto de um sistema de dominação que produz e reproduz desigualdades, interesses, privilégios e opressões, o que, por sua vez, tende a afetar as atitudes de indivíduos e de grupos com relação às instituições de controle social, incluindo a polícia.

Trata-se de um prisma pautado principalmente pelas teorias do conflito, relacionando o uso da força pela polícia às desigualdades econômicas, sociais e raciais. De acordo com essa perspectiva, tanto o sistema político como os sistemas jurídico e de controle social são produtos das vontades, dos valores e das ideologias de grupos socialmente dominantes para os quais as minorias representam uma ameaça. As leis que regem a sociedade não seriam resultado de consensos endossados de maneira homogênea, mas sim produto de conflitos de interesses, cuja concepção, aplicação e resultados afetariam de maneira desigual os membros dos diferentes grupos sociais (LANIER; HENRY; ANASTASIA, 2010).

Se as leis e seus operadores – e, mais especificamente, o sistema de justiça criminal – refletiriam os interesses dos grupos socialmente dominantes e mais poderosos, então a aplicação da lei seria voltada para controlar e colocar sob escrutínio as minorias e aqueles que ameaçam a hegemonia dos que detêm o poder. A polícia, por sua vez, cumpriria um papel relevante nessa relação, reprimindo desproporcionalmente membros de minorias e, ao mesmo tempo, concentrando seus recursos e atividades para proteger a integridade física, os bens e os valores morais dos mais poderosos. Em sociedades racializadas e socialmente hierarquizadas, isso significa mais repressão e severidade contra negros e membros das camadas populares, de maneira que, na perspectiva da teoria do conflito, é esperado que minorias tenham mais experiências negativas com o uso da força pela polícia (HALIM; STILES, 2001; JOHNSON; KUHNS, 2009; THOMPSON; LEE, 2004).

Segundo essa abordagem, a polícia estaria mais propensa a fazer uso da força nos contextos de maior desigualdade social, atuando em defesa dos interesses dos grupos dominantes, com os quais compartilha valores, para garantir a manutenção do *status quo*, favorecendo quem detém o poder político e econômico. Com base nesse ponto de vista, o esperado é que aqueles

com mais poder, *status* e recursos estarão inclinados à defesa da estrutura atual e, portanto, expressarão maior apoio ao uso da força pela polícia. A violência seria aceitável contra grupos subordinados como estratégia para a manutenção da hierarquia social (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; GAMSON; MCEVOY, 1970; JOHNSON; KUHNS, 2009; THOMPSON; LEE, 2004).

Empiricamente, isso significa levantar a hipótese de que homens, brancos, mais velhos e aqueles com *status* socioeconômico mais elevado tenderiam a apoiar a estrutura de privilégios e vantagens que detêm e, por essa razão, apoiariam mais o uso da força do que mulheres, negros, jovens e aqueles com *status* social mais baixo.

Raça

Buscando investigar se o apoio ao uso da força pela polícia está condicionado à raça de quem é agredido, Johnson e Kuhns (2009) desenharam uma pesquisa experimental na qual a raça da pessoa submetida ao uso da força pela polícia varia em diferentes situações de contato. Por meio de um *survey* aplicado pela internet em 2001 para uma amostra representativa de brancos e negros estadunidenses, os autores investigaram qual o papel que variáveis sociodemográficas (de acordo com a teoria do conflito) e contextuais (como medo do crime e experiências de vitimização) têm para o fenômeno.

Os resultados da pesquisa indicaram que, tanto para brancos como para negros, as dinâmicas que envolvem o uso da força importam, de maneira que há menos apoio ao uso da força em situações consideradas excessivas do que em situações consideradas razoáveis. Já a raça foi relevante para os entrevistados negros, de maneira que eles rejeitaram mais o uso da força contra negros do que contra brancos, ao passo que, para os entrevistados brancos, a raça da pessoa submetida à ação policial não se mostrou relevante para determinar a concessão de apoio ao uso da força (JOHNSON; KUHNS, 2009).

Com relação aos condicionantes, os dados indicam que os fatores que influenciam a aprovação do uso da força pela polícia variavam de acordo com a raça do entrevistado, a raça do agressor e o tipo de uso da força. Dentre os entrevistados negros, perceber um viés discriminatório na ação policial reduz significativamente a aprovação para o uso de força razoável ou excessiva contra negros e reduz a aprovação para força excessiva contra brancos. Já dentre os entrevistados brancos, a percepção de viés discriminatório afeta negativamente

apenas a aprovação do uso da força razoável ou excessiva contra brancos. Esse resultado indica que negros e brancos interpretam os contatos com a polícia de maneira diferente e, em razão de seu histórico, os membros da comunidade negra têm mais preocupação com viés racial discriminatório por parte do sistema de justiça. Os resultados também indicam que a crença em estereótipos raciais aumenta a disposição de brancos a apoiar o uso da força tanto razoável como excessiva contra negros, de maneira que a presença da discriminação racial influencia as atitudes e expectativas que brancos têm com relação ao sistema de justiça criminal. Tais achados contribuem para reforçar as hipóteses da teoria do conflito (JOHNSON; KUHNS, 2009).

Também focados em explorar de que forma os preconceitos e estereótipos raciais contra negros afetam a disposição de brancos a conferir poder para a polícia fazer uso da força, Barkan e Cohn (1998) utilizaram dados do General Social Survey aplicado nos Estados Unidos em 1990, mas se concentraram apenas nos questionários dos respondentes brancos. Para mensurar preconceito racial, eles consideraram respostas a questões sobre disposição de viver em um bairro no qual metade dos vizinhos é composta de negros e aceitar que um parente próximo se case com uma pessoa negra. A fim de mensurar estereótipos, fizeram uso de questões que perguntam se negros são mais preguiçosos, menos inteligentes, menos patrióticos e só querem viver de ajuda do governo. O apoio ao uso da força foi dividido entre aprovação do uso da força razoável ou excessiva. As análises de regressão indicaram que nenhuma variável do modelo tem efeito sobre o apoio ao uso da força razoável. Entretanto, estereótipo racial, pertencer a uma igreja fundamentalista, medo do crime e ser do sexo masculino foram preditores de apoio ao uso da força excessiva.

Os resultados indicam que estereótipos raciais contribuem para o apoio ao uso da força excessiva pela polícia, o que ajuda a explicar por que brancos e negros têm uma relação diferente com a polícia e por que a literatura tem demonstrado que, dentre os brancos, há maior adesão para soluções punitivistas e tratamento duro para os criminosos. Trata-se de um achado preocupante, pois indica que é a discriminação racial que promove a defesa de políticas públicas discriminatórias que serão guiadas para perseguir um grupo racial específico (BARKAN; COHN, 1998).

Com o objetivo de examinar as atitudes de negros e brancos estadunidenses a respeito do uso da força pela polícia, Cullen et al. (1996) utilizaram dados de um *survey* telefônico, aplicado

em Cincinnati, a respeito da aprovação para o uso da força letal em situações legais (quando a força seria justificada pela lei) e ilegais (quando a força seria abusiva de acordo com a lei). Os resultados indicaram que os entrevistados são mais propensos a apoiar o uso da força letal quanto mais grave é o crime que motiva a ação policial. No que tange ao uso da força legal, as variáveis independentes não tiveram efeito. Entretanto, quando se trata do uso da força ilegal, as experiências de vitimização indireta, o perfil do local de moradia e as atitudes com relação à punição foram indicadores significativos. Dessa forma, as pessoas que têm familiares ou pessoas próximas vitimizadas e as que acreditam que o crime é fruto de permissividade e que são necessárias medidas mais punitivas para lidar com o problema se mostraram mais propensas a apoiar ações ilegais por parte da polícia. Por outro lado, aquelas que vivem em bairros com sinal de desordem e as que acreditam que o crime é produto de desigualdades sociais e que as medidas de controle devem ser pautadas pela reabilitação se mostraram menos propensas a apoiar o uso ilegal da força por parte da polícia.

Da perspectiva racial, os negros se mostraram mais propensos a aprovar o uso legal da força letal do que os brancos, mas menos propensos a aprovar o uso ilegal da força letal do que os brancos. Dada a forma como a questão racial e atitudes com relação ao crime e ao controle criminal afetam o modelo, os autores sugerem que as diferenças raciais refletem percepções que a comunidade tem a respeito das origens do crime e a forma como lida com esse problema. Os negros da amostra tendem a se identificar mais com valores progressistas, o que provavelmente afeta a forma como avaliam questões que envolvem políticas públicas (CULLEN et al., 1996).

Os achados de pesquisas que exploram a relação entre raça e apoio ao uso da força confirmam em parte as hipóteses levantadas pela perspectiva estrutural. No caso estadunidense, de todos os preditores relacionados a essa perspectiva, sem dúvida raça é aquele que tem o maior efeito. Consistentemente os estudos indicam que negros manifestam menos apoio ao uso da força pela polícia do que brancos (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BLUMENTHAL, 1972; CULLEN et al., 1996; GAMSON; MCEVOY, 1970; HALIM; STILES, 2001; THOMPSON; LEE, 2004; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983).

A explicação para essa relação está justamente no convívio tenso que existe entre a comunidade negra e as forças policiais naquele país, que se manifesta também na crença de que o sistema de justiça é parcial, de que minorias não recebem tratamento justo nem da

polícia nem da justiça e, ainda, de que a polícia persegue pessoas em razão do perfil racial. Episódios marcantes de brutalidade policial com componente racial, como o espancamento de Rodney King e a morte de Michael Brown, também tendem a afetar mais a percepção de brutalidade policial entre os negros em longo prazo (THOMPSON; LEE, 2004; WEITZER, 2017).

Sexo e idade

Outra variável que costuma ser apontada como preditora do uso da força pela polícia é o sexo, com homens manifestando mais adesão ao uso da força coercitiva, ao passo que mulheres costumam se opor a tais soluções (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BARKAN; COHN, 1998; HALIM; STILES, 2001; THOMPSON; LEE, 2004). Esses podem ser resultados esperados, se forem consideradas noções tradicionais de masculinidade e feminilidade e processos de socialização de gênero que naturalizam soluções violentas para os elementos do sexo masculino. Entretanto, é preciso considerar que, embora homens ainda detenham mais poder na sociedade, eles também são as vítimas preferenciais da brutalidade policial, de maneira que olhar para essa questão a partir da perspectiva da teoria do conflito pode ser contraditório.

Já com relação à idade, a literatura tende a apoiar a hipótese da perspectiva estrutural, de que jovens têm maior propensão a rejeitar o uso da força pela polícia do que as pessoas mais velhas (BLUMENTHAL, 1972; GAMSON; MCEVOY, 1970; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983). Isso ocorre pois, em geral, o aumento da idade está relacionado ao acréscimo de prestígio, poder econômico e político. Da perspectiva da teoria do conflito, o esperado é justamente que os mais velhos, por serem mais estabelecidos e por necessitarem mais da proteção policial, estejam mais inclinados a apoiar o uso da força pela polícia (THOMPSON; LEE, 2004).

Escolaridade e renda

Com foco na violência policial que ocorre contra grupos organizados em meio a protestos políticos, Gamson e McEvoy (1970) buscaram descobrir se o apoio à brutalidade policial nesses conflitos refletiria, na verdade, a posição da opinião pública com relação às manifestações e aos próprios grupos que desafiam o *status quo*. Com dados de um *survey* coletado com uma amostra probabilística de adultos estadunidenses em 1968, eles investigaram a hipótese de que, quanto mais privilegiada uma pessoa na ordem social, maior seria sua disposição a apoiar

o emprego da violência contra grupos que ameaçassem essa ordem. A hipótese é de que o apoio ao uso da força pela polícia estaria relacionado à identificação com os que detêm o poder e com a ordem que a polícia representa.

O modelo permite considerar essa hipótese, uma vez que aqueles que se identificam como negros, os mais jovens e aqueles que estão economicamente insatisfeitos se mostraram mais propensos a rejeitar a violência policial. Não obstante a renda familiar não apresentar o efeito esperado, a escolaridade teve efeito contrário, ou seja, quanto mais anos de estudo, menos apoio à violência policial. Os autores interpretam esse resultado indicando que as atitudes com relação à violência policial não dizem respeito apenas a privilégio, mas que haveria um componente cognitivo associado. Nesse sentido, quanto maior a escolaridade, maior a capacidade de diferenciar entre a polícia e a lei, ou seja, os mais escolarizados têm uma concepção mais abstrata de lei e entendem que, assim como os transgressores estão submetidos a ela, também os policiais devem seguir o devido processo legal. A polícia deixa de ser a incorporação da lei e passa a ser um grupo sujeito a restrições como os demais cidadãos (GAMSON; MCEVOY, 1970).

Por meio de dados de *survey* realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) com adultos residentes em metrópoles latino-americanas em 1996, Briceño-León, Carneiro e Cruz (1999) analisaram as respostas dos moradores de Caracas (Venezuela), Rio de Janeiro (Brasil) e San Salvador (El Salvador) a perguntas relacionadas a abusos policiais. Com relação especificamente aos dados do Rio de Janeiro, os autores identificaram que os menos escolarizados são aqueles que mais apoiam abusos da polícia em todas as dimensões analisadas (prender jovens por aspectos físicos, invadir uma casa sem mandado e justificação da tortura), reforçando a relação negativa entre anos de estudo e apoio ao uso da força.

Halim e Stiles (2001) investigam se o apoio para o uso da força pela polícia está relacionado com dinâmicas estruturais de conflito, nas quais as leis e seus operadores refletem os interesses dos grupos mais poderosos, ao mesmo tempo que as minorias são alvo de repressão policial. A hipótese a ser testada é justamente se, em razão dessa dinâmica, membros de minorias sociais estariam mais inclinados a rechaçar o apelo a medidas duras e brutalidade por perceberem que são o alvo preferencial de tais ações. Com dados de uma amostra representativa de *survey* aplicado em adultos estadunidenses no ano de 1994, os autores identificam que negros e mulheres conferem menos apoio ao uso da força pela polícia

em comparação com brancos e homens, ao passo que a renda mais alta aumenta a disposição para apoiar o uso da força pela polícia. Já a escolaridade teve efeito diferente do esperado pelos autores, reduzindo o apoio ao uso da força pela polícia. De maneira geral, os dados apoiam a hipótese do conflito, ao indicar que nem todos os grupos sociais apoiam da mesma forma as políticas e práticas de justiça criminal. Minorias têm mais chances de rejeitar as práticas correntes, visto que se veem como alvo desproporcional desse sistema. Entretanto, essa relação possui especificidades situacionais, visto que os negros que vivem na região Sul dos Estados Unidos rejeitam mais o uso da força do que aqueles que vivem nos demais estados, provavelmente refletindo uma maior percepção de tratamento policial injusto dentre os negros moradores do Sul (HALIM; STILES, 2001).

Em pesquisa que discute preditores do apoio ao uso da força excessiva a partir de marcadores socioeconômicos, Lemgruber et al. (2017) conduziram um *survey* representativo da população adulta do Rio de Janeiro, no qual os entrevistados responderam sobre temas ligados ao justicamento e ao punitivismo, cristalizados na expressão “Bandido bom é bandido morto”. Essa frase indica que uma pessoa identificada como criminosa não deve ter protegido seu direito mais elementar, que é o direito à vida, de maneira que a concordância com a frase pode ser interpretada como uma defesa de ações e políticas de extermínio. Essa pesquisa de opinião revelou que 37% dos cariocas concordam com a frase e, destes, 31% acreditam que é a polícia quem deve executar essas mortes, principalmente em casos de estupro e homicídio.

Para compreender as bases que sustentam a adesão a esse bordão, foram destacadas variáveis individuais, contextuais e atitudinais. Com relação às características sociodemográficas, temos que homens, católicos e adeptos de religiões afro-brasileiras concordam mais, ao passo que mulheres, evangélicos, pessoas que vão à igreja com frequência e pessoas de renda média ou alta tendem a concordar menos. Em desacordo com a literatura internacional, as variáveis idade e raça não foram significativas, bem como não tiveram efeito estado civil e tipo de moradia.

Com relação a escolaridade e *status* socioeconômico, os resultados são contraditórios. Enquanto alguns estudos internacionais indicam que pessoas de renda mais baixa tendem a ter atitudes mais negativas com relação ao uso da força pela polícia em comparação com classes médias e altas (ARTHUR, 1993; HALIM; STILES, 2001), dando subsídios para sustentar a perspectiva estrutural, no único estudo nacional aqueles de renda média e mais alta tendem

a concordar menos com a filosofia do “bandido bom é bandido morto” (LEMGRUBER et al., 2017), apontando que, ao menos no contexto brasileiro, a dinâmica seria de outra natureza. No tocante à escolaridade, em geral as pesquisas indicam que as pessoas mais escolarizadas manifestam atitudes menos favoráveis ao uso da força pela polícia em comparação com aquelas com escolaridade menor (BLUMENTHAL, 1972; BRICEÑO-LEÓN; CARNEIRO; CRUZ, 1999; CANO, 2011; GAMSON; MCEVOY, 1970; HALIM; STILES, 2001). Isso ocorreria porque, quanto maior o nível educacional, mais as pessoas se tornariam críticas e também seguras para manifestar discordâncias, um efeito que também é encontrado no que se refere às atitudes gerais com relação à polícia. Trata-se de um resultado que contraria a teoria do conflito, apontando limites dessa chave analítica.

Perspectiva instrumental

O enfoque dessa abordagem indica que a adesão ao uso da força pela polícia seria explicada pela necessidade de proteção diante de ameaças à segurança e à integridade física, tendo sido, por isso, chamada de instrumental. O desejo de punição dura contra criminosos seria uma forma de proteger a si mesmo e à comunidade contra ameaças potenciais, de maneira que, quanto maior a percepção de vulnerabilidade, maior seria o apoio para a polícia fazer uso da força.

Tal prisma se embasa em pressupostos clássicos da filosofia política dos contratualistas, que apontam o surgimento do Estado como resposta à necessidade de proteção dos homens contra si mesmos. Trata-se de uma necessidade que Williams (2005) chama de questão política mais elementar⁴⁸ e que envolve a garantia da ordem, da proteção, da segurança e da confiança que criam condições para a cooperação e para a vida em sociedade. A resposta mais comum a essa necessidade é a concentração de poder nas mãos de algumas pessoas, principalmente por meio do Estado, o que, nas sociedades contemporâneas, envolve as prerrogativas que compõem o poder das polícias.

Nessa dinâmica, a percepção de vulnerabilidade e a preocupação com a integridade física ocupariam um papel muito importante no processo de expansão dos poderes atribuídos ao

⁴⁸ No original, “*first political question*”, tradução nossa.

Estado, de maneira que o medo seria um dos elementos fundantes da justificativa de existência e manutenção dessa instituição, em especial quando há a percepção de que o crime oferece uma ameaça à ordem (BLOCK, 1971). Trata-se de uma perspectiva que eleva o medo a um *status* de questão política, visto que sua magnitude pode ter como implicação ampliar a demanda por serviços de proteção fornecidos pela polícia, o que pode incluir a disposição a permitir o uso exacerbado da força.

À medida que o medo do crime se dissemina e passa a ser incorporado como um problema crônico das sociedades contemporâneas, emergem publicamente assuntos relacionados à segurança e ao controle da criminalidade, que são assimilados em discursos políticos e passam a ser utilizados como justificativa para a adoção de uma agenda de endurecimento das políticas públicas, por meio de punições severas e de ações duras da polícia.

Nesse sentido, Loo (2008) traz um relato a respeito de como, no caso estadunidense, o medo do crime como uma preocupação pública foi um fato fabricado em meio à campanha de Nixon à Presidência no final da década de 1960, como uma forma de pautar uma agenda conservadora de lei e ordem e esvaziar as discussões sobre direitos civis, apresentando as manifestações políticas como um problema de segurança e criminalidade. A partir de uma perspectiva contemporânea, Simon (2007) aponta que atualmente o problema do crime se tornou central para o exercício das autoridades nos Estados Unidos, de maneira que, em vez de governar o crime, as autoridades têm governado por meio do crime, isto é, têm usado a ameaça do crime para promover sua própria autoridade, bem como a punição como estratégia de controle de “populações perigosas”.

No contexto brasileiro, Pastana (2004) vai em direção similar e aponta que o discurso político do caos e da insegurança e o superdimensionamento do medo tiveram o papel de diminuir o senso crítico e tornar a população propensa à dominação e à manipulação política, além de reafirmar preconceitos e aprofundar a segregação social. Ela relaciona a emergência dessa dinâmica ao período de transição democrática, acionada como uma estratégia para que, mesmo em uma democracia, houvesse aceitabilidade de controle ostensivo por parte do Estado, apresentado como forma de proteção contra a ameaça do crime. Ainda se trata de garantir a adesão por meio da violência, mas agora através de contornos mais sutis, como o endurecimento penal e o uso exacerbado da força travestida de proteção contra a ameaça da criminalidade.

Entretanto, não obstante a discussão a respeito de uma origem institucional e política do medo como estratégia de dominação, tal subterfúgio apenas pode obter sucesso se a disseminação do medo de fato estiver ligada à maior adesão a soluções violentas de controle da criminalidade. Nesse sentido, é preciso verificar como a opinião pública reage ao problema da violência e se, de fato, o medo do crime cumpre um papel com relação à adesão a soluções brutais por parte da polícia.

Empiricamente, tal perspectiva busca verificar se a percepção de vulnerabilidade à violência e ao crime aumentaria a disposição para conferir mais poder à polícia e se fomentaria apoio para esta empregar meios mais duros com objetivo de prover segurança. Dessa forma, quanto maior fosse a percepção de vulnerabilidade, risco e ameaça, maior seria a aprovação para o uso da força pela polícia. Ou seja, elementos como medo do crime, sensação de insegurança, experiências de vitimização direta e indireta e baixos índices de confiança interpessoal seriam possíveis preditores para o apoio ao uso da força policial (ARTHUR; CASE, 1994; JOHNSON; KUHNS, 2009; THOMPSON; LEE, 2004). Também a confiança no governo e em outras instituições refletiria a crença na capacidade dos agentes públicos (incluindo a polícia) em desenvolver um bom trabalho, aplicar a lei de maneira adequada e proteger os direitos dos cidadãos, de maneira que a confiança institucional em outros poderes estaria relacionada ao apoio ao uso da força pela polícia (THOMPSON; LEE, 2004).

A revisão da literatura internacional indica que os efeitos de tais variáveis não são consistentes. Para algumas pesquisas, o medo do crime (ARTHUR, 1993; BARKAN; COHN, 1998), a vitimização violenta direta (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994), a vitimização indireta (CULLEN et al., 1996), a baixa confiança interpessoal (ARTHUR, 1993) e a percepção de desordem contribuem para aumentar o apoio ao uso ilegal da força pela polícia (CULLEN et al., 1996). Já em outros estudos, o medo do crime (ARTHUR; CASE, 1994; CULLEN et al., 1996), a percepção de vulnerabilidade ao crime (CULLEN et al., 1996), a vitimização direta (CULLEN et al., 1996) e a baixa confiança interpessoal (ARTHUR; CASE, 1994) não tiveram efeito.

Na literatura nacional, Cardia (2003) investigou, por meio de dados de um *survey* conduzido em 2001 na cidade de São Paulo, qual o impacto da exposição à violência sobre os valores e crenças da população. A principal hipótese da investigação era de que a exposição constante à violência diminuiria barreiras que inibem o uso da brutalidade como recurso para fazer

justiça com as próprias mãos e resolver conflitos, além de permitir o uso da força excessiva pela polícia.

Por meio de uma escala de exposição à violência, a autora mobiliza diferentes graus de vitimização direta e indireta em categorias que vão de exposições mais leves até as mais graves. Ao comparar essa escala com outras variáveis, o estudo observou que, embora a maior parte dos entrevistados rejeite o uso da violência para resolver conflitos, há uma ligeira diferença de acordo com a vitimização. Aqueles que foram mais expostos à violência rejeitam menos as soluções violentas. Segundo Cardia, isso ocorreria pelo fato de a vitimização levar à descrença na proteção das leis e das autoridades, bem como à adesão a estratégias privadas de resolução de conflito, marcadas pelo cinismo legal (CARDIA, 2003).

Esse estudo identificou ainda que aqueles que foram mais expostos à violência concedem mais liberdade para a polícia agir de maneira violenta, ou seja, quanto mais graves e frequentes são as experiências de vitimização, mais apoio para o uso da força excessiva pela polícia. O estudo aponta também que a exposição à violência afeta as expectativas com relação à punição, com aqueles mais expostos apoiando em maior grau o punitivismo penal. Como conclusão, a autora levanta a hipótese de que os efeitos da vitimização em atitudes e valores podem ser um processo paulatino de longo prazo, que envolve uma ruptura lenta e gradual de interditos e leva a uma adesão a métodos violentos como forma de controlar o crime e punir criminosos (CARDIA, 2003).

A relação entre o medo do crime e as atitudes também foi explorada por pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), na qual se verificou o impacto do medo do crime e da vitimização sobre a propensão a apoiar posições autoritárias. Com dados de um *survey* aplicado para uma amostra representativa de brasileiros em 130 municípios, esse estudo indicou que a disseminação do medo do crime é tão alta e prevalente no país que se manifesta de maneira consistente nos diferentes grupos sociodemográficos. Quando o índice de medo se cruza com o de propensão ao apoio a posições autoritárias, constata-se que o grupo de pessoas com mais medo tende a aderir com mais intensidade ao autoritarismo, ou seja, quanto mais medo do crime os brasileiros manifestam, maior a propensão a aderir a soluções autoritárias (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Essa relação levou os autores a expressarem preocupação de que o medo seja aliado de uma agenda política radical e autoritária, principalmente considerando que os dados do mesmo

levantamento apontam que a adesão a valores autoritários se mostrou alta no contexto brasileiro, com uma média de 8,1 em uma escala de 0 a 10. Os dados desagregados indicam que estão mais propensos a apresentar um alto *score* de autoritarismo as pessoas de menor escolaridade, os mais velhos (com exceção do grupo de 16 a 24 anos), os que se declaram como pardos e pretos, aqueles de classe social mais baixa e os habitantes de pequenas cidades. Esses dados tensionam a hipótese levantada pela teoria do conflito, sugerindo que, possivelmente, no caso brasileiro, os preditores sociodemográficos tenham efeitos distintos daqueles previstos por essa teoria (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Cumprе destacar que, embora o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública não tenha avaliado quais os efeitos de medo do crime e da adesão ao autoritarismo sobre o apoio do uso da força pela polícia (que é nossa variável de interesse nesta tese), ele ainda assim oferece subsídios para refletir sobre o tema, haja vista que, como será explorado na próxima seção, a adesão a valores autoritários é um dos elementos que têm sido relacionados ao apoio ao uso da força excessiva por agentes policiais.

Perspectiva atitudinal baseada em valores ideológicos

A terceira abordagem que destacamos na literatura relaciona o apoio ao uso da força pela polícia a valores, crenças e atitudes a respeito do papel da autoridade, em especial de posicionamentos conservadores e autoritários.

O posicionamento ideológico ligado ao autoritarismo⁴⁹ envolve uma série de concepções a respeito de como a sociedade deve ser estruturada, de que forma as instituições devem funcionar e de qual tipo de comportamento é esperado dos cidadãos e das autoridades para que a ordem seja mantida. São princípios relacionados a uma rígida adesão a valores convencionais, costumes tradicionais e moralidade religiosa, que são elevados a baluartes fundamentais da vida associativa. As pessoas que se identificam com tais convicções tendem a preferir viver em sociedades menos diversas e heterogêneas, valorizando comunidades mais homogêneas, coesas e com laços sociais tradicionais fortes o suficiente para conformar comportamentos. Não à toa, costumam ser mais sensíveis a mudanças que afetem valores

⁴⁹ Cumprе-se destacar que o termo “autoritarismo” é empregado aqui não como sinônimo de um regime político, mas sim para indicar valores e atitudes manifestados por indivíduos que estariam mais propensos a aceitar o exercício de poder antidemocrático.

morais, enxergam a diferença com desconfiança e o mundo como um lugar hostil e que precisa ser constantemente controlado (GERBER; JACKSON, 2016, 2017).

Tendem a se alinhar e a se submeter a figuras de autoridade que incorporam seus signos e evitam tecer críticas a elas. Autoritários costumam se identificar com figuras de poder que pertençam ao seu grupo e demonstrar hostilidade com relação a pessoas que são externas a ele. Dessa forma, faz sentido supor que pessoas autoritárias tenham atitudes mais favoráveis à polícia e às forças de controle social em geral. Diante da percepção de algum tipo de desordenamento, demandam o reestabelecimento da ordem por meio da atuação de autoridades com pulso firme (LARSEN, 1968).

A mais importante pesquisa sobre o assunto foi aquela que traçou os aspectos que compõem a personalidade autoritária, realizada logo após Segunda Guerra Mundial, diante do advento do nazifascismo. Esses acontecimentos históricos motivaram Theodor Adorno e outros pesquisadores (1950) a investigarem quais as razões para o antissemitismo e para o etnocentrismo. A hipótese dos autores é que tais tendências são sinais de disposições profundamente arraigadas dentro de uma determinada estrutura de personalidade, indicando inclinações antidemocráticas, fascistas e autoritárias.

Os pesquisadores estavam particularmente interessados em uma certa concepção de poder que se baseia na força, na atração por figuras duras e por soluções simplistas e mágicas. O objetivo principal era o de identificar as características que tornam indivíduos mais propensos a apoiar regimes fascistas (ADORNO et al., 1950). Por meio de entrevistas, eles selecionaram as dimensões que eram citadas pelos interlocutores com mais frequência, como preocupação com a família, sexualidade, moralidade, valores pessoais, relações interpessoais, estereótipos, relação com autoridades e agressividade. Ao longo de um processo de refinamento metodológico relatado no livro, foram selecionados os elementos que melhor refletiam essas tendências, para então se consolidar uma escala que visava mensurar a disposição para aderir a comportamentos antidemocráticos diante de contextos favoráveis para isso. Tal escala, que ficou conhecida como *escala F*, desde então tem sido largamente referenciada em estudos sobre o tema.

Partindo das discussões e da escala lançada pelo trabalho de Adorno e colegas, Altemeyer (1988) realizou cuidadosos estudos metodológicos a respeito da escala F, indicando a ausência de validade interna de muitas de suas dimensões. A partir dessas análises, o autor propõe uma

mensuração própria que se baseia em questões da escala F, mas restringe a personalidade autoritária a três características principais: em que grau as pessoas se submetem às autoridades acriticamente (submissão), demonstram uma atitude agressiva com pessoas de outros grupos sociais (agressividade) e apoiam valores tradicionais defendidos pela autoridade (convencionalismo). Essa escala, chamada de *right-wing authoritarianism* (RWA) [autoritarismo de direita], identifica pessoas com tendência a ver o mundo como um lugar perigoso e ameaçador, que, em busca de segurança, procurariam preservar a ordem social por meio do apoio às autoridades e suas ações⁵⁰.

Altemeyer (1988) rejeita ainda as explicações freudianas a respeito do autoritarismo levantadas por Adorno, que trata dessas manifestações como um traço de personalidade, argumentando que o fenômeno estaria relacionado a um conjunto de atitudes que se desenvolvem a partir de um processo de socialização por meio da interação com familiares, colegas e amigos e de instituições como a escola e a mídia, além de experiências pessoais⁵¹.

A adesão a uma ideologia autoritária estaria relacionada a atitudes a respeito de que situações e que pessoas são consideradas uma ameaça para a segurança e, ainda, ligada à concordância com políticas de controle do crime que envolvem restrições a liberdades e soluções punitivistas, principalmente quando existe uma crença de que o emprego da violência pode ser uma ferramenta para a manutenção da ordem social. Nesse sentido, esse tipo de posicionamento afetaria as atitudes que dizem respeito a como a polícia deve agir diante de situações de ameaça, apoiando soluções violentas.

Assim, o esperado é que pessoas que manifestam posições mais autoritárias apoiem políticas de controle do crime baseadas em medidas dissuasivas e de repressão policial, o que implica atribuir mais poder para a polícia agir de maneira discricionária e maior leniência com o uso

⁵⁰ O autor deixa claro que não compreende o autoritarismo como um fenômeno restrito aos grupos que se situam à direita do espectro político e ideológico. Entretanto, assim como no caso de Adorno, suas investigações exploram uma abordagem do autoritarismo que se relaciona com valores conservadores e com o convencionalismo, deixando de lado um possível autoritarismo de esquerda.

⁵¹ Embora autores como Adorno, Altemeyer e outros trabalhem com conceitos muito similares a respeito de autoritarismo, existem diferenças com relação à forma como esses pesquisadores entendem qual a sua origem, ou seja, se estamos lidando com um traço de personalidade ou com orientações em termos de atitudes e valores. Nesse sentido, Cohrs, Petzel e Funke (2011) indicam que, muito provavelmente, essas são dimensões diferentes de um mesmo fenômeno. Nesse sentido, o autoritarismo seria composto por múltiplas camadas (psicológicas, sociais, culturais e políticas) que interagem e se influenciam mutuamente, conformando comportamentos de acordo com diferentes contextos. Entretanto, uma teoria mais geral a esse respeito ainda é uma lacuna.

da força. Por esse ângulo, aqueles que exercem o poder possuiriam algumas liberdades e até mesmo imunidade contra certas “restrições” democráticas⁵². Em nome da defesa de interesses nacionais ou em nome da segurança, aqueles que se identificam com valores autoritários estariam dispostos a conferir às autoridades o poder de desrespeitar leis e liberdades individuais.

Empiricamente encontramos apenas uma pesquisa que explorou diretamente a relação entre o autoritarismo e o apoio ao uso da força pela polícia. Gerber e Jackson (2017) apontam que a identificação com autoritarismo de direita (RWA) e com soluções punitivas e o desejo de manutenção de hierarquias sociais têm uma relação positiva e significativa com o apoio ao uso da força pela polícia.

Entretanto, diversos outros estudos também apontam o papel de aspectos ideológicos próximos ao autoritarismo como condicionantes do apoio ao uso da força pela polícia. Na perspectiva das crenças simbólicas (ideológicas e culturais), elementos como adesão a punições severas, preconceitos contra minorias, fundamentalismo religioso, cultura de posse de armas e ideologia conservadora já se mostraram relacionados a essa questão. Em nossa revisão encontramos estudos que apontam a relevância da adesão a soluções punitivas e retributivas como estratégia de controle do crime, tais como a defesa da pena de morte (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BLUMENTHAL, 1972; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983), a percepção de que a justiça é muito leniente e não é dura o suficiente com criminosos (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; CULLEN et al., 1996; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983) e o apoio à violência como forma de resolver conflitos (ARTHUR, 1993; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983), todos se mostrando positivamente relacionados com o apoio ao uso da força.

Pesquisas indicaram também que preconceitos e estereótipos raciais e sociais, como acreditar que negros são mais violentos (ARTHUR; CASE, 1994), que negros são mais preguiçosos, menos inteligentes, menos patrióticos e querem viver de ajuda do governo (BARKAN; COHN,

⁵² Cumpre-se destacar que, recentemente, o então ministro da Justiça Sergio Moro enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que ficou conhecido como “excludente de ilicitude”, propondo isentar de punição homicídios dolosos e culposos cometidos sob a justificativa de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Posteriormente, o presidente Jair Bolsonaro propôs ainda ampliar a isenção de militares e agentes de segurança que pratiquem homicídios durante operações de garantia da lei e da ordem (GLO). Fonte: Excludente de ilicitude: entenda projeto de Bolsonaro que pode isentar agentes de segurança e militares de punição em operações de GLO. G1, 22/11/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/22/excludente-de-ilicitude-entenda-projeto-de-bolsonaro-que-pode-isentar-agentes-de-seguranca-e-militares-de-punicao-em-operacoes-de-glo.ghtml>>. Acesso em: 05/01/2020.

1998) e concordar que pobres são preguiçosos (ARTHUR; CASE, 1994), relacionam-se positivamente com apoio ao uso da força pela polícia. Em sociedades nas quais a diversidade racial está acompanhada de segregação e discriminação, grupos dominantes desenvolveriam menos empatia e estariam mais inclinados a identificar as minorias como responsáveis por crimes e a reforçar controles sobre elas, conferindo mais poder à polícia. A ligação entre o fundamentalismo religioso e o apoio ao uso da força pela polícia também foi apontada (BARKAN; COHN, 1998) e estaria ligada à crença de que pecadores são individualmente responsáveis por suas ações, além de a um maior apoio à punição corporal e ao uso da violência como forma de controlar aqueles que violam as regras.

Existem ainda os estudos que relacionam o apoio ao uso da força com um posicionamento político identificado à direita no espectro político ideológico. Com o objetivo de explorar se a orientação ideológica (conservadores à direita × radicais à esquerda) afeta as percepções a respeito da gravidade e as justificativas utilizadas para avaliar atos violentos, Vala, Monteiro e Leyens (1988) entrevistaram 258 universitários portugueses. No questionário, foram apresentados cenários hipotéticos de violência cometida por policiais e, então, os entrevistados foram instados a classificar a gravidade daquela ação e apontar suas causas e expectativas de resolução. Os resultados indicaram que conservadores e progressistas percebem os atos de violência de maneira diferente, posto que atribuem responsabilidades distintas aos atores, acionam tipos diferenciados de explicações e têm expectativas díspares com relação à severidade da punição. Os que se identificam como conservadores foram mais tolerantes com relação à violência cometida por policiais. A conclusão dos autores é que os atores sociais não constroem suas atitudes no vácuo, de maneira que a análise do significado atribuído pelas pessoas a atos violentos deve incorporar vínculos sociais de identidade e de pertencimento, pois têm influência sobre os julgamentos que os indivíduos fazem do mundo.

Pesquisa de Silver e Pickett (2015) no contexto estadunidense examina se as atitudes a respeito do sistema de justiça criminal estão ligadas a grupos de identificação política. Mais especificamente, eles analisam se o apoio ao uso da força varia entre conservadores, progressistas e moderados. A hipótese é de que aqueles que sempre votam no partido conservador (conservadores consistentes) atribuem poder à polícia a partir de crenças em valores simbólicos e ideológicos, ao passo que os que estão propensos a mudar o voto a cada eleição (conservadores ambivalentes) possuiriam preocupações mais utilitárias. Mediante

dados de *survey* representativo dos moradores dos Estados Unidos coletados entre 1972 e 2014 (General Social Survey), os pesquisadores demonstram que os conservadores não são um grupo homogêneo e que realmente diferem no que tange ao apoio do uso da força pela polícia. O apoio geral ao uso da força e o apoio ao uso da força razoável são menores entre conservadores ambivalentes, aproximando-os mais dos moderados e dos progressistas do que dos conservadores consistentes.

A implicação prática desse achado é que, no que diz respeito a políticas do sistema de justiça criminal, os conservadores ambivalentes podem ser uma espécie de curinga cujo apoio volátil penderia para políticas mais ou menos punitivas, dependendo do enquadramento e do contexto. Eles seriam mais suscetíveis a mudar de opinião de acordo com novos dados e informações, o que indica o impacto de campanhas e a importância do papel da mídia para esse grupo (SILVER; PICKETT, 2015).

Explorando as razões que justificam o apoio ao uso da violência para promover controle social, Blumenthal (1972) fez uso de dados de uma amostra representativa de 1.374 homens adultos estadunidenses entrevistados em 1969. A fim de mensurar atitudes com relação à violência para controle social, foi criado um índice que reúne cenários de violência em meio a manifestações (promovida por gangues, por estudantes e pelo movimento negro) e uma escala para que os entrevistados indicassem qual a quantidade de força que a polícia deveria empregar em cada uma das situações (não fazer nada; prender sem usar cassetetes nem armas; usar cassetetes, mas não armas; atirar, mas não mirar para matar; atirar para matar). A pontuação do índice de acordo com perfil sociodemográfico indica que negros, mais jovens e mais escolarizados apoiam soluções menos violentas para a promoção do controle social. Com relação às escalas atitudinais, os resultados indicam que o apoio ao emprego da polícia para a promoção de controle social se mostrou relacionado com atitudes punitivistas manifestadas pelo entrevistados (defesa da pena capital, aplicação da violência como resposta à violência e adesão à política do olho por olho), com apoio à legítima defesa (um homem tem direito de matar outro em legítima defesa, para defender a família ou para defender sua casa) e com defesa da propriedade acima da defesa das pessoas.

No que concerne à relação entre os entrevistados e os atores envolvidos nos cenários hipotéticos delineados pela pesquisa, os dados indicam que, em geral, os homens estadunidenses estão inclinados a ver a polícia de maneira positiva e a vislumbrar os

manifestantes de maneira negativa. Os resultados permitem sustentar a hipótese de que as atitudes com relação à violência variam de acordo com as partes envolvidas em um conflito. Isso porque, quanto mais os entrevistados se mostraram identificados com a polícia e quanto menos eles se identificaram com os manifestantes, maior a disposição de apoiar o uso da violência para controle social. Ou seja, quanto mais positiva é a percepção de quem emprega a força e quanto mais negativa é a percepção sobre quem é objeto da violência, maior a propensão em prescrever ações de brutalidade. O achado reforça a ideia de que o recurso à violência não é visto como uma forma de controlar situações segundo critérios técnicos e táticos de risco e necessidade, mas sim como expediente que se baseia nos atributos das vítimas, implodindo o sistema de justiça e colocando nas mãos de policiais a prerrogativa de punir no calor do momento (BLUMENTHAL, 1972).

Comparando perspectivas

Os estudos que compararam o efeito dessas perspectivas apontam que elas têm efeitos simultâneos sobre a disposição a apoiar o uso da força. Com dados de uma amostra representativa de moradores dos Estados Unidos coletados em 1994 (dados do General Social Survey), Arthur e Case (1994) realizaram uma série de regressões múltiplas para investigar quais são as variáveis que se mostram relacionadas com o apoio ao uso da força pela polícia. Os resultados indicam que, em alguma medida, *status* e privilégio social se relacionam com o apoio ao uso da força pela polícia, reforçando a ideia de que a polícia age para proteger os interesses de grupos dominantes, uma vez que homens, brancos e pessoas mais escolarizadas manifestaram propensão a apoiar ações dessa natureza. Nessa pesquisa, a perspectiva instrumental também teve algum apoio, pois aqueles que têm experiências de vitimização violenta e os que acreditam que a justiça é muito leniente tendem a apoiar o uso da força, embora variáveis como confiança interpessoal, medo do crime e receio de circular pela cidade à noite não tenham tido o efeito esperado. Por fim, a perspectiva atitudinal indica que pessoas com valores conservadores – por exemplo, culpar pobres por sua condição, defender a pena capital, considerar que negros são violentos e que a pornografia é um atentado contra a moral e acreditar na verdade literal da Bíblia – tendem a apoiar mais o uso da força pela polícia.

Com dados de uma amostra probabilística da população adulta dos Estados Unidos entre 1982 e 1987, Arthur (1993) modelou uma regressão linear para estimar as variáveis que apresentam

efeito sobre a aprovação do uso da força pela polícia. Os resultados da análise de regressão indicam que, combinadas, as variáveis independentes explicam 38% da variação da variável dependente. Com relação ao perfil sociodemográfico, brancos, pessoas de classes mais altas e homens tendem a apoiar o uso da força pela polícia. Dentre as variáveis contextuais, os que manifestam mais medo do crime, os que expressam menos confiança interpessoal e os que tiveram experiência de vitimização tendem a apoiar o uso da força pela polícia. De todas as variáveis independentes, aquela que teve o efeito mais relevante foi a concernente a atitudes relacionadas à violência, indicando que aqueles que a apoiam como forma de resolução de conflitos também tendem a apoiar ações policiais violentas. Outras perspectivas atitudinais, como confiança nas demais instituições, identificar-se como conservador, apoiar a pena de morte, possuir arma de fogo e achar que a justiça não é dura o suficiente com criminosos também têm efeito sobre o apoio ao uso da força pela polícia.

Buscando verificar qual o papel de variáveis sociodemográficas e atitudinais para a justificação da violência por parte da polícia, Williams, Thomas e Singh (1983) utilizaram dados do General Social Survey de 1980, com uma amostra representativa de residentes dos Estados Unidos. De maneira geral, o estudo indica que os respondentes tendem a apoiar situações nas quais consideram que o emprego da força é moral e legalmente justo (como legítima defesa e manutenção de uma pessoa em custódia), mas se opõem ao uso da força em situações nas quais ela não se faz necessária para controlar uma situação (durante o interrogatório de um suspeito ou quando há ofensas verbais contra um policial). Com relação aos condicionantes do apoio ao uso da força, as variáveis que tiveram maior efeito foram o apoio ao uso da força para resolução de conflitos e punitivismo (apoio à pena de morte e demanda por maior severidade em punições), ambos positivamente associados com o apoio ao uso da força pela polícia. Raça e idade também foram significativas, com os brancos e os mais velhos apoiando mais o uso da força pela polícia. A análise de preditores indicou que as atitudes do público com relação à polícia se relacionam tanto com características sociodemográficas como com atitudes mais gerais com relação ao sistema legal.

O estudo de Thompson e Lee (2004) utiliza uma amostra representativa de habitantes dos Estados Unidos para investigar quais fatores têm influência sobre o apoio ao uso da força pela polícia, dentre características sociodemográficas e atitudes sociais. Considerando que a teoria do conflito tem sido apoiada pela literatura, os autores procuram examinar de que maneira

os fatores sociodemográficos e as variáveis atitudinais afetam as percepções a respeito do uso da força pela polícia. De maneira geral, mais uma vez os dados indicam que a descrição dos cenários importa na disposição a atribuir poder para fazer uso da força. Nas situações em que há sinais claros de ameaça ao policial ou a terceiros, o apoio ao uso da força é maior, ao passo que, nos cenários nos quais a situação está sob controle, o apoio é muito mais baixo. Os modelos de regressão logística indicam que, nos cenários com maior desaprovação ao uso da força pela polícia, as variáveis preditoras têm pouco poder explicativo. Entretanto, quando se trata de cenários extremos, as variáveis sociodemográficas raça e sexo foram consistentemente significativas para explicar as atitudes dos indivíduos com relação ao uso da força pela polícia, de maneira que brancos e homens estão mais inclinados a justificar o uso da força pela polícia a depender do cenário. Já variáveis como posicionamento político ideológico, percepção do papel do governo com relação aos pobres, medo do crime no bairro e confiança em outras instituições não se mostraram consistentemente relevantes para explicar as variações no apoio ao uso da força pela polícia. Os resultados apontam para um apoio parcial para a teoria do conflito, visto que apenas duas dimensões do poder desempenham um papel relevante para explicar o fenômeno. Segundo os autores, as minorias raciais têm uma opinião mais negativa da polícia e menos disposição a apoiar o uso da força em razão do padrão de brutalidade policial direcionada a esses grupos e das atitudes de desconfiança que nutrem com relação à polícia. Já mulheres conferem menos apoio a soluções violentas, pois em geral são mais críticas ao uso da força como instrumento para a manutenção da ordem social (THOMPSON; LEE, 2004).

Finalmente, investigando preditores do uso da força pela polícia, Gerber e Jackson (2017) exploram qual a relação entre percepção de legitimidade policial (reconhecimento do direito da polícia de exercer poder e prescrever comportamentos adequados), posicionamento político ideológico (adesão a soluções de controle punitivas que restrinjam liberdades e defesa de sociedades hierárquicas), variáveis contextuais e sociodemográficas e apoio ao uso da força. Os autores diferenciam situações de uso da força razoável pela polícia (resposta proporcional a uma ameaça) e de uso da força excessiva pela polícia (uso de mais força do que seria necessário para controlar uma determinada situação). Com base em dados de um *survey online* aplicado para uma pequena amostra de conveniência de moradores dos Estados Unidos, os dados do estudo indicaram que, no que diz respeito ao uso da força razoável pela

polícia, o apoio dos entrevistados não foi explicado por fatores como sexo, idade, raça, escolaridade, medo do crime ou variáveis atitudinais que indicam posicionamento ideológico, mas sim por legitimidade da polícia.

Já no que tange ao uso da força excessiva pela polícia, as variáveis sociodemográficas que melhor explicam o apoio dos entrevistados são gênero e idade, com mulheres e pessoas mais velhas apoiando mais a brutalidade policial, o que contraria a maior parte da literatura. Disposição a apresentar traços de agressividade também se mostrou relacionada com o apoio ao uso da força excessiva, ao passo que medo do crime não teve o efeito esperado. Entretanto, foram as variáveis atitudinais as que mais tiveram peso para explicar o apoio ao uso da força excessiva pela polícia. Embora legitimidade não tenha se mostrado relevante para esse fenômeno, os fatores ideológicos como identificação com autoritarismo de direita, adesão a soluções punitivas e desejo de manutenção de hierarquias sociais não só se mostraram significativos como aumentaram consideravelmente o potencial explicativo do modelo (GERBER; JACKSON, 2017). Diante dos resultados, os autores indicam que a legitimidade apenas se relaciona a apoio e autorização do uso da força pela polícia em situações justificáveis, ou seja, nesse caso a legitimidade auxiliou a traçar os limites para o poder coercitivo. Por outro lado, o posicionamento ideológico foi o principal preditor de aceitação de uso da força excessiva pela polícia, sugerindo que essa autorização tem uma natureza iminentemente ideológica (GERBER; JACKSON, 2017).

4. Pesquisa empírica: metodologia, hipóteses e resultados

Este capítulo se destina a realizar o teste empírico das perspectivas e hipóteses levantadas ao longo da tese. Nesse sentido, são apresentados aqui aspectos metodológicos tais como a descrição da amostra utilizada, um delineamento do problema de pesquisa e uma descrição objetiva das hipóteses a serem testadas. Apontamos também quais são as variáveis dependentes e independentes que compõem as análises e indicamos como elas foram operacionalizadas.

Os resultados do estudo são reportados tanto por meio de análises descritivas bivariadas, com gráficos que sugerem quais são as relações entre a variável dependente e as demais variáveis independentes, como por meio de testes de hipóteses, conduzidos com o emprego de regressões logísticas multinomiais organizadas hierarquicamente em quatro modelos⁵³. Ao final, todos os resultados encontrados são discutidos à luz da literatura, de maneira que possíveis explicações para as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia são aventadas.

4.1. Amostra

Os dados que embasam esta pesquisa foram produzidos no contexto do projeto Building Democracy Daily, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do programa de Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID). Dentre as linhas de pesquisa que formam o projeto, a de “*audience legitimacy*” [legitimidade do público] foca a questão da legitimidade das instituições-chave para a democracia – especificamente leis, polícia e justiça – a partir da perspectiva da população residente na cidade de São Paulo. Empiricamente, tal estudo investiga quais são os mecanismos que levam a população a reconhecer a validade dessas instituições e obedecê-las, assim como quais são as consequências do reconhecimento da legitimidade. Também se propõe a identificar de que

⁵³ A análise de dados foi realizada por meio do pacote Stata 15.0, e os gráficos bivariados foram criados no Microsoft Excel para Office 365.

forma as vivências e experiências cotidianas, ou seja, os contextos locais, influenciam a legitimidade das leis e das autoridades de segurança e justiça. Esta tese visa contribuir para algumas dessas discussões, investigando os preditores e os efeitos dos limites de poder atribuídos pela população para a polícia fazer uso da força.

A fim de responder às questões colocadas, a pesquisa se baseia principalmente em instrumentos quantitativos, o que inclui *surveys* transversais com amostras de moradores da cidade (2015 e 2018) e um *survey* longitudinal com moradores de oito bairros paulistanos (2015, 2017 e 2018). De maneira geral, tais questionários abordam questões sobre o bairro, qualidade de serviços públicos, confiança interpessoal, capital social, vitimização, medo, atitudes com relação às leis, experiências e percepções sobre a polícia e a justiça, confiança institucional e questões de perfil sociodemográfico.

Para a análise aqui reportada, foram utilizados dados do *survey* transversal coletado com residentes na cidade de São Paulo, maiores de 16 anos, entre agosto e outubro de 2018 (período anterior ao primeiro turno das eleições para os poderes Executivo e Legislativo, tanto estadual como federal). A abordagem foi do tipo face a face domiciliar, e os questionários foram aplicados por entrevistadores por meio do método *computer-assisted personal interviewing* (CAPI) [entrevista pessoal assistida por computador], com uso de *tablets*. O consentimento livre e esclarecido dos entrevistados para a participação na pesquisa foi registrado oralmente no início de cada entrevista.

O desenho amostral seguiu o mesmo procedimento largamente adotado por pesquisas domiciliares brasileiras, que é o conglomerado em dois estágios. Nesse desenho, o primeiro estágio diz respeito ao sorteio sistemático de setores censitários com probabilidade proporcional ao tamanho (PPT) populacional e o segundo estágio envolve a adoção de um procedimento de abordagem domiciliar dentro dos setores previamente sorteados, no qual são selecionados entrevistados de acordo com cotas de sexo, idade, ocupação e grau de instrução. Esse é um desenho que pode ser chamado de quase-aleatório (BUSSAB; BOLFARINE, 2004), porque, na primeira etapa, há um procedimento probabilístico aleatório de sorteio de setores e, em seguida, ocorre a seleção de entrevistados a partir de um

protocolo de abordagem de domicílios⁵⁴ orientado por cotas de forma a garantir que a amostra de entrevistados possua características similares ao perfil da população local.

As cotas foram previstas com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – a respeito do perfil populacional, tendo como base territorial cinco macrorregiões (Oeste, Leste, Centro, Norte, Sul) do município. Ao todo, foram realizadas 1.806 entrevistas.

Após a realização da coleta⁵⁵ e o recebimento dos dados de campo pela equipe do NEV, iniciou-se um trabalho de verificação e consistência com o objetivo de identificar eventuais falhas na aplicação do questionário. Dentre os procedimentos realizados, conferiu-se, por exemplo, se os filtros que direcionam as respostas foram aplicados adequadamente, se havia inconsistências anômalas no conjunto das respostas etc. Nesse *survey*, excepcionalmente, também foi possível realizar um outro teste de consistência dos dados, referente ao local de aplicação das entrevistas. Esse trabalho de verificação foi viabilizado pela utilização de *tablets* durante a coleta, que inseriram no banco de dados as coordenadas geográficas registradas pelo GPS dos aparelhos no momento da entrevista, de modo a possibilitar a comparação entre os setores censitários sorteados e os locais informados pelas coordenadas de aplicação.

Durante a verificação espacial dos dados, foram encontradas evidências de que, embora as cotas estabelecidas tenham sido respeitadas, um volume significativo de entrevistas foi realizado fora dos setores censitários sorteados na primeira etapa do processo amostral. Isso significa que, durante o trabalho de campo, houve uma violação do desenho amostral determinado para orientar a coleta, de maneira que os entrevistadores teriam extravasado a delimitação geográfica dos setores sorteados e estendido a coleta para áreas adjacentes, a despeito do procedimento delineado.

⁵⁴ O padrão de abordagem de domicílios dentro de cada setor deve seguir um protocolo que define como se dá o deslocamento dos entrevistadores em campo. Deve-se começar pelo ponto inicial do setor (definido pelo IBGE) e fazer a abordagem no primeiro domicílio particular, seguindo o deslocamento em sentido horário com o braço direito no lado do quarteirão. Diante de domicílio vazio, recusas ou perfil fora da cota, o entrevistador deve pular para o domicílio seguinte e, quando a entrevista for realizada, o entrevistador deve pular três domicílios para seguir com a abordagem. Esse protocolo visa diminuir a subjetividade e a conveniência na abordagem dos entrevistados.

⁵⁵ A coleta dos dados deste *survey* foi realizada por uma empresa de pesquisa social com larga experiência nacional e internacional em levantamentos dessa natureza.

Um dos pressupostos da pesquisa é que o desenho amostral determine os procedimentos de seleção dos entrevistados por meio de um protocolo descritivo objetivo que, mesmo quando aplicado por pessoas distintas, produza uma amostra com as mesmas propriedades (BUSSAB; BOLFARINE, 2004), diminuindo a subjetividade e a discricionariedade que podem levar a um processo de seleção dos entrevistados de acordo com a conveniência do entrevistador, colocando em risco a representatividade da amostra sobre a população estudada. A violação do desenho amostral foi considerada problemática e está sendo reportada aqui pois sugere que houve algum grau de conveniência na abordagem dos entrevistados, o que aumenta o nível de imprecisão dos dados coletados para a pesquisa, diminuindo a qualidade da amostra.

Isso não significa considerar que os dados coletados não tenham utilidade para fins de pesquisa. No que tange à validade interna, a amostra não apresenta problemas e podemos confiar nas inferências aqui reportadas. Entretanto, no que tange à validade externa, ou seja, à confiança de que os resultados de nossa análise são generalizáveis para a população da cidade e que, portanto, não se aplicam apenas somente aos participantes do estudo, recomenda-se alguma cautela.

Infelizmente, temos razões para acreditar que os problemas identificados nessa coleta de dados também estejam presentes em outras pesquisas sociais realizadas no Brasil⁵⁶. A empresa que fez essa aplicação está entre as três maiores do país, é afiliada à Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP), à Sociedade Europeia de Pesquisa de Opinião e Marketing (ESOMAR) e à World Researchers Associations e segue os regulamentos determinados pela Norma Internacional ISO 20252: Pesquisa de Mercado, Pesquisa de Opinião e Pesquisa Social – Vocabulário e Requisitos de Serviço. Isso significa que o material passa por uma série de controles de qualidade, o que envolve a verificação e crítica de ao menos 20% do que é produzido pelos entrevistadores, bem como a retomada de contatos com entrevistados para garantir a veracidade dos dados reportados e a oitiva de trechos de entrevistas para garantir que as questões foram aplicadas corretamente e que não houve

⁵⁶ Em experiência anterior, a equipe do NEV encontrou vícios similares em dados produzidos por um fornecedor diferente, mas que também está entre os líderes do segmento no país. Tal recorrência pode indicar que esse não é um problema pontual, mas uma cultura de campo permissiva com o extravasamento não autorizado de setores sorteados, além de evidenciar falhas na supervisão e no controle de campo, dando margem para discricionariedade. Destaca-se, ainda que, muitas vezes os entrevistadores são trabalhadores autônomos temporários ou mesmo terceirizados, contratados por projeto, o que implica uma grande rotatividade de profissionais entre as diferentes empresas do ramo e prestadoras que atuam no setor.

nenhum tipo de direcionamento ou viés do entrevistador. Os questionários também passam por testes computacionais para verificação da coerência das respostas. Não obstante, o georreferenciamento das entrevistas não é um procedimento-padrão de controle adotado pelas empresas do ramo, o que evidencia a necessidade urgente de aprimoramento nos mecanismos de controle de qualidade.

Muito embora, para o contexto desta tese, a identificação de erros seja um infortúnio que impõe cautela sobre a generalização dos dados, por outro lado, entendemos que é natural que o avanço da tecnologia permita descortinar e discutir problemas relacionados à produção de dados, de modo a trazer novos desafios e oportunidades para repensar procedimentos, orientações e mecanismos de controle.

A tabela 1 traz informações a respeito do perfil sociodemográfico da amostra, indicando sua distribuição de acordo com sexo, idade, escolaridade, raça/cor e *status* econômico⁵⁷.

⁵⁷ Apresentado aqui de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2015).

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra

	Observações	Percentual
Sexo		
Feminino	965	53,43
Masculino	841	46,57
Idade		
16 a 17	65	3,60
18 a 24	232	12,85
25 a 34	354	19,60
35 a 44	353	19,55
45 a 54	303	16,78
55 a 64	258	14,29
65 ou mais	241	13,34
Raça/cor da pele		
Branca	813	45,02
Preta	201	11,13
Parda	628	34,77
Amarela	38	2,10
Indígena	21	1,16
Escolaridade		
Analfabeto	57	3,16
Sabe ler/escrever, mas não cursou escola	12	0,66
Ensino Fundamental 1 incompleto	58	3,21
Ensino Fundamental 1 completo	131	7,25
Ensino Fundamental 2 incompleto	160	8,86
Ensino Fundamental 2 completo	112	6,20
Ensino Médio incompleto	204	11,30
Ensino Médio completo	511	28,29
Superior incompleto	209	11,57
Superior completo	302	16,72
Pós-graduação incompleta	12	0,66
Pós-graduação completa	38	2,10
Classe/status econômico		
A	95	5,26
B1	160	8,86
B2	437	24,20
C1	509	28,18
C2	436	24,14
D/E	169	9,36

4.2. Problema e hipóteses

No último capítulo, construímos as bases para a pesquisa empírica a respeito das atitudes do público com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Como explicitado, o nosso principal problema de pesquisa envolve investigar quais são os fatores que nos auxiliam a compreender a disposição do público para apoiar ou rejeitar a brutalidade policial. Para tal, mobilizamos variáveis que nos permitam saber quem são essas pessoas, quais são suas experiências com violência e percepção de vulnerabilidade, o quanto se alinham com valores autoritários e como elas se relacionam com a polícia.

A fim de facilitar a estratégia analítica e a discussão dos resultados, vamos apresentar as hipóteses seguidas das respectivas variáveis que serão utilizadas para testar o efeito das perspectivas estrutural, instrumental e atitudinal sobre as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, nos moldes do que foi apresentado no capítulo 3:

- **H1. Estrutural baseada na teoria do conflito:** a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social influencia suas atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Dessa forma, quanto mais privilegiados socialmente, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia. Empiricamente, isso significa levantar as seguintes hipóteses:
 - **H1a. Sexo:** homens manifestam atitudes mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia do que mulheres.
 - **H1b. Idade:** quanto mais velhos, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
 - **H1c. Raça:** brancos manifestam atitudes mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia do que os não brancos.
 - **H1d. Escolaridade:** quanto mais anos de estudo, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
 - **H1e. Status econômico:** quanto mais alto o *status* econômico, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
- **H2. Instrumental:** as atitudes favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia são um reflexo de uma percepção de vulnerabilidade pessoal e da necessidade de proteção contra ameaças potenciais. Nesse sentido, quanto mais elevado é o medo da violência

e quanto mais experiências de vitimização, maior é a adesão a ações de brutalidade policial. Empiricamente, isso significa que:

- **H2a. Medo do crime:** quanto mais medo do crime, mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
- **H2b. Vitimização direta:** indivíduos com experiências pessoais de vitimização recente são mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
- **H2c. Vitimização indireta:** indivíduos com experiências vicárias de vitimização recente são mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.
- **H3. Atitudinal ideológica:** manifestaram atitudes mais favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia aqueles que se identificam com valores autoritários, ou seja, os que são propensos a acolher soluções de controle social baseadas no punitivismo, inclinados a se submeter às autoridades sem questionamentos e que manifestam mais apego a normas e modo de vida tradicionais
 - **H3a. Autoritarismo:** quanto maior a adesão a valores autoritários, maior é a atitude favorável ao uso da força excessiva pela polícia.
- **H4. Vitimização pela polícia:** ainda de acordo com a bibliografia e também para fins de controle, levantamos uma hipótese adicional a respeito do efeito de vitimização pela polícia. Temos fortes razões para supor que as experiências pessoais de arbitrariedade policial maximizam as chances de o indivíduo vitimado rechaçar o uso da força excessiva pela polícia em outras situações, de maneira que:
 - **H4a. Vitimização por ação policial:** aqueles que tiveram experiências pessoais de vitimização policial recentes são menos favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia.

4.3. Construção da variável de interesse: atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia⁵⁸

“Um dos maiores desafios das pesquisas quantitativas é a criação de bons indicadores (variáveis e escalas) que representem adequadamente os nossos conceitos (constructos) de interesse” (BUSSAB; BOLFARINE, 2004, p. 4). Nesse sentido, entendemos que o primeiro passo para a mensuração de qualquer fenômeno de interesse em uma pesquisa é ter clareza a respeito do conceito que buscamos mensurar. Trata-se de uma tarefa que não apenas exige conhecimento da literatura como também deve envolver cuidados metodológicos, posto que as medidas que adotamos precisam ter *confiabilidade*, ou seja, devem ser consistentes em diferentes aplicações, mensurando o conceito sempre da mesma forma, assim como devem ter *validade*, ou seja, devem refletir o conceito estudado com exatidão.

A nossa principal questão de interesse, as *atitudes do público com relação ao uso da força excessiva pela polícia*, procura explorar como as pessoas avaliam a força empregada pela polícia em diferentes situações. Para mensurar tais atitudes, foi inserida no *survey*⁵⁹ uma questão que apresentava três cenários de uso da força⁶⁰ pela polícia e, em seguida, instava os entrevistados a fazerem avaliações acerca da atuação da polícia como “excelente”, “boa”, “nem boa nem ruim”, “ruim” ou “péssima” em cada um dos episódios.

Embora os itens dessa questão façam referência a episódios nos quais a coerção é utilizada pela polícia contra civis em diferentes situações, por se tratar de uma *questão sensível*⁶¹, optamos por não qualificar tais episódios como brutais, violentos ou ilegais no enunciado das perguntas, com o intuito de deixar os entrevistados confortáveis para fazerem suas avaliações

⁵⁸ Dedicamos uma seção exclusiva para a nossa variável de interesse, visto que ela foi desenhada especificamente para integrar este estudo e possui algumas especificidades que justificam uma discussão mais detida.

⁵⁹ No instrumento de coleta de dados, essa questão estava posicionada dentro de um bloco de questões sobre polícia, sendo aplicada após itens como contato com a polícia, avaliação de justiça procedimental, alinhamento normativo, disposição a obedecer e disposição a cooperar com a polícia.

⁶⁰ Os cenários foram apresentados para os entrevistados na ordem em que são listados, ou seja, os itens não foram rodiziados.

⁶¹ Em *surveys*, *sensitive topics* ou *sensitive questions* são perguntas que fazem referência a temas que podem ser considerados tabus, de modo a constranger o entrevistado de alguma maneira, principalmente por fazer referência a comportamentos ilegais ou que violem algum tipo de norma social (KRUMPAL, 2013).

sem julgamento explícito do entrevistador ou do instrumento de pesquisa, minimizando um possível *viés de desejabilidade social*⁶².

Como extensamente trabalhado em capítulos anteriores⁶³, entendemos que, quando se trata de percepções do público, a linha que separa a força considerada justificável daquela que pode ser considerada excessiva ou brutal não se baseia necessariamente na lei, mas na sensibilidade e no grau de tolerância e aceitação do público, ou seja, é uma fronteira bastante subjetiva. Por essa razão, evitamos perguntar diretamente se os entrevistados acham que “a polícia deve agir de maneira violenta” ou “se a polícia deveria ter mais liberdade para usar a força para garantir nossa segurança”, pois esses enunciados não permitiriam identificar o que o entrevistado entende por violento e quais são os limites dessa atribuição de poder. Também optamos por não fazer referência a leis ou outros interditos, por exemplo sugerindo que entrevistados julgassem os cenários como “legais” ou “ilegais”, “certos” ou “errados”, pois esse tipo de enunciado e escala explicitariam certas referências normativas externas que poderiam afetar o julgamento dos entrevistados, implicando um viés de desejabilidade social.

A questão foi formulada, portanto, para captar tendências e permitir que os próprios entrevistados indicassem o seu grau de tolerância ao uso da força pela polícia, isto é, permitir que, empiricamente, eles assinalassem que tipo de uso da força consideram válida e aceitável em diferentes contextos. Como sugerido por Monjardet (2002), buscamos mensurar qual é o mandado policial explícito, isto é, quais são as expectativas dos entrevistados com relação ao trabalho policial.

Entendemos que aqueles que avaliam a atuação da polícia como “excelente” ou “boa” demonstram que não consideram o tipo de conduta descrita nos cenários como excessiva. Para esses entrevistados, portanto, o limite é mais elástico, de maneira que eles estariam mais dispostos a conferir poder para a polícia agir de maneira violenta e a apoiar tais ações, que são reputadas como positivas. Por outro lado, aqueles que julgam tais ações como “ruins” ou “péssimas” creem que a polícia cometeu excessos no emprego da força. Dessa forma, esses entrevistados sinalizariam que os limites que impõem ao uso da força são mais restritos,

⁶² O viés de desejabilidade social ou *social desirability bias* se refere à tendência de entrevistados selecionarem as respostas que seriam socialmente aceitáveis, a despeito de seus verdadeiros sentimentos e percepções (GRIMM, 2010).

⁶³ Em especial no item 2.3 do capítulo 2.

conferindo menos poder para a polícia agir de maneira violenta, posto que rejeitam a violência descrita nos cenários. Já os que respondem como “nem boa nem ruim” demonstram impassibilidade e indiferença, pois, evitando se posicionar diante dessas situações, não apoiam diretamente, mas tampouco rechaçam o uso da força excessiva pela polícia.

Assim, ao julgar a adequação das respostas dadas pela polícia em cada situação, os entrevistados estariam indicando se aquele montante de força é considerado adequado ou não, isto é, sinalizando até que ponto estão dispostos a conferir poder para que a violência seja utilizada pela polícia. Nesse sentido, aqui quem desenha a linha do aceitável e do excessivo é o entrevistado.

Entretanto, isso não significa afirmar que, nesta pesquisa, a distinção entre o uso da força considerada excessiva ou aceitável é puramente empírico e está isenta de qualquer referencial normativo previamente estabelecido. Muito embora tenhamos evitado o uso de termos como “certo” e “errado”, “legal” ou “ilegal”, reconhecemos que a própria seleção dos cenários e a construção do problema de pesquisa que aponta essas como situações limítrofes são decisões normativas, tomadas *a priori* pela própria pesquisadora, no desenho do estudo. Também a seleção de critérios racionalmente orientados para trabalhar com as respostas ao *survey* e guiar a criação de categorias que, como veremos a seguir, classificam os entrevistados como tolerantes, indiferentes ou opoentes ao uso da força excessiva é igualmente um processo que envolve uma orientação normativa.

Nesse sentido, devemos explicitar, portanto, que partimos de um certo referencial baseado em princípios de respeito a direitos humanos para traçar a linha do que, nesta pesquisa, estamos chamando de uso da força excessiva pela polícia. Esse é o *nosso* referencial normativo, não necessariamente os princípios que orientam a posição dos respondentes⁶⁴.

Vamos então aos cenários utilizados e quais são suas origens:

⁶⁴ Sobre a discussão a respeito de abordagens empíricas ou normativas, ver Netelenbos (2016) e Bottoms e Tankebe (2012).

Uso da força pela polícia: Eu vou apresentar algumas situações e gostaria que o(a) sr(a). me dissesse o que pensa da atuação da polícia em cada uma delas:

- A polícia é acionada após o roubo de uma moto e passa a perseguir um dos envolvidos. O rapaz tenta se esconder em uma viela escura, mas é rendido por policiais que o algemam. Pelo rádio, os policiais descobrem que o rapaz já havia sido condenado por tráfico e homicídio e é fugitivo da justiça. Os policiais, então, soltam o rapaz, mandam ele correr e atiram contra ele. O rapaz morre no local.
- Durante uma passeata com milhares de pessoas exigindo melhorias na cidade, alguns dos participantes quebram vitrines e colocam fogo em lixeiras. A polícia, que vinha acompanhando o protesto, intervém para dispersá-lo, lançando bombas de gás lacrimogêneo e atirando balas de borracha contra toda a multidão envolvida no protesto. Em meio à fumaça, os manifestantes correm, uma jovem é atingida no olho e perde a visão.
- Policiais prendem em flagrante um homem acusado de tráfico de drogas. Antes de levá-lo para a delegacia, os policiais decidem, sem mandado, ir até a casa do acusado em busca de mais provas. Na casa, os policiais torturam o homem para que ele indique onde guarda as drogas e entregue outros comparsas.

A leitura de cada cenário é seguido pela pergunta: Considerando a situação e seu desfecho, você diria que a ação da polícia foi:

Escala: (5) péssima; (4) ruim; (3) nem boa nem ruim; (2) boa; (1) excelente.

Todos os cenários elencados foram baseados em episódios reais, com algumas alterações para facilitar a compreensão ou inserir elementos que ofereçam mais concretude às situações. Como mencionado na introdução desta tese, o primeiro cenário faz referência ao *modus operandi* utilizado por policiais na execução de Paulo Henrique Porto, rapaz que foi morto mesmo depois de se render e ser dominado e algemado por policiais. As informações contidas na vinheta a respeito de envolvimento da vítima com tráfico de drogas e homicídio não dizem respeito ao caso do rapaz e foram inseridas no cenário para auxiliar a construir a figura de um criminoso perigoso.

O segundo cenário se baseia no caso da estudante de física Deborah Fabri, uma jovem de 19 anos, aluna da Universidade Federal do ABC, que ficou cega ao ser ferida por estilhaços de uma bomba de efeito moral que atingiu um de seus olhos em meio a uma manifestação política⁶⁵. O caso ocorreu no dia 31 de agosto de 2016, o dia em que a então presidenta Dilma

⁶⁵ Fontes: Garcia, J. Eu e meu olho esquerdo estávamos no lugar certo, diz jovem cega em protesto. *UOL*, 25/11/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/25/eu-e-meu-olho-esquerdo-estavamos-no-lugar-certo-diz-jovem-cega-em-protesto.htm>>. Acesso em 10/11/2019. Bernardes, J. “Parece guerra, mas só um lado está armado”, diz ferida por bomba da polícia em 2016. *Brasil de*

Rousseff foi condenada pelo Senado e teve seu processo de *impeachment* sacramentado, abrindo caminho para a efetivação de Michel Temer como presidente da República. Fabri foi ao evento com amigos para se manifestar contra o processo que levou à perda do cargo pela presidenta.

O protesto saiu da Avenida Paulista e desceu a Rua da Consolação no começo da noite. Desde o princípio, havia sinais indicando que a tensão poderia escalar, pois a quantidade de policiais militares era visivelmente muito superior à que costumava estar presente nas manifestações dos dias anteriores. Alguns manifestantes com rostos cobertos quebraram vitrines de lojas e, ao longo do trajeto, reuniram sacos de lixo e lixeiras encontradas pelo caminho e fizeram fogueiras para servir de barricada e impedir o avanço da polícia nas esquinas da Rua da Consolação com outras vias. Entretanto, muitas viaturas e um exército de policiais, também com rosto coberto, escudos e forte aparato de segurança, esperavam pelos manifestantes na parte de baixo da Rua da Consolação. Trata-se de uma rua ampla que liga a Avenida Paulista ao Centro da cidade, mas que possui poucas travessas, ou seja, poucas rotas de fuga. Inesperadamente, os agentes que se encontravam à frente da manifestação, na altura da Rua Maria Antônia⁶⁶, começaram a subir a rua em direção ao protesto e a soltar bombas de efeito moral indiscriminadamente. Sem rota de fuga possível, a multidão entrou em pânico e tentou se abrigar em lojas e bares enquanto esses fechavam as portas⁶⁷. Na confusão e em meio à

Fato, 07/06/2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/07/parece-guerra-mas-so-um-lado-esta-armado-diz-ferida-por-bomba-da-policia-em-2016/>>. Acesso em 10/11/2019.

⁶⁶ No ano de 2013, uma sequência de protestos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de R\$0,20 nas passagens de transporte público teve seu ápice logo após o dia 13 de junho, quando uma ação brutal da polícia deixou mais de 150 pessoas feridas na mesma esquina da Rua da Consolação com a Rua Maria Antônia, incluindo manifestantes, jornalistas e transeuntes. A violência desmedida da polícia naquele episódio serviu como um catalizador que mobilizou a opinião pública. Diante das cenas e dos relatos de abusos policiais, nos dias seguintes uma multidão muito maior se somou aos chamados do MPL, motivada pela defesa do direito de protestar. A onda de manifestações, que ficou conhecida como “jornadas de junho de 2013”, acabou se espalhando pelo país e reunindo pautas difusas e sem uma agenda central, mas que engendraram transformações políticas importantes (ANTUNES, 2013; BRAGA, 2013; SINGER, 2013). Ao longo daquele ano, mais de 800 pessoas foram feridas em protestos, incluindo mais de 100 jornalistas. Fonte: Tomaz, K.; Araújo, G. Após 5 anos, fotógrafo cego pela PM diz que “pouco se fala” sobre os mais de 800 feridos no Brasil nos protestos de 2013. *G1*, 13/06/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/apos-5-anos-fotografo-cego-pela-pm-diz-que-pouco-se-fala-sobre-os-mais-de-800-feridos-no-brasil-nos-protestos-de-2013.ghtml>>. Acesso em: 11/10/2019. Charleaux, J. P. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. *Nexo*, 17/06/2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>. Acesso em: 11/10/2019.

⁶⁷ Até este ponto, o relato a respeito da dinâmica que marcou essa manifestação se baseia em experiência pessoal da pesquisadora, que esteve presente e testemunhou a ação da polícia no protesto.

fumaça e à correria, Deborah, que tentava se abrigar em um posto de gasolina, perdeu-se dos amigos, uma bomba caiu em seus pés e um estilhaço do explosivo perfurou seu olho esquerdo.

Esse episódio de uso da força em meio a uma manifestação foi inserido no questionário pois o controle de multidões e protestos por parte da polícia tem sido com frequência marcado por situações de uso inadequado e abusivo da força, mesmo quando faz uso de armas consideradas menos letais. Trata-se de um tipo de estratégia que usa a força de maneira desproporcional na medida em que coloca em risco uma multidão de pessoas que não apresentam comportamento particularmente violento, sob a justificativa de prevenir ou limitar alguns prejuízos ao patrimônio privado provocado pelas ações de um diminuto número de indivíduos⁶⁸. O cenário adiciona ainda um componente diferente dos demais, pois verifica a disposição de conferir poder para a polícia usar a força a fim de controlar eventuais dissidências políticas, o que, como mencionado no capítulo 2, também é uma marca na atuação das polícias brasileiras.

Já o terceiro e último cenário não se baseou em um caso real específico, mas nos relatos de pesquisa conduzida por Maria Gorete de Jesus (2016, 2018, 2020). Por meio do trabalho de campo em audiências de custódia motivadas por autos de prisão em flagrante em casos de tráfico de drogas, a autora expõe que os relatos de violência por parte da polícia são muito frequentes entre as pessoas detidas sob a acusação de tráfico de drogas. Também são reiterados os relatos a respeito de policiais que, embora destituídos de mandado judicial, adentram e revistam as residências de acusados alegando que o fizeram sob consentimento verbal dos suspeitos, situação chamada de “entrada franqueada”, um subterfúgio que encobre desrespeito à inviolabilidade do domicílio.

O estudo contou com a análise de autos de prisão em flagrante de tráfico de drogas, entrevistas com operadores do direito e policiais civis e militares e observação de audiências

⁶⁸ Nesse sentido, é preciso citar o caso ocorrido em dezembro de 2019 na favela de Paraisópolis, onde nove jovens morreram pisoteados depois que policiais militares utilizaram bombas de gás e balas de borracha para dispersar uma multidão que participava de um baile funk na comunidade. Encurralada e sem rotas de fuga, uma massa de pessoas teria tentado escapar da ação policial por meio das estreitas ruas da favela. Os jovens que morreram pisoteados tinham entre 14 e 23 anos. Fonte: Fábio, A. C. Baile funk em Paraisópolis: a ação policial que deixou 9 mortos. *Nexo*, 02/12/2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/12/02/Baile-funk-em-Parais%C3%B3polis-a-a%C3%A7%C3%A3o-policial-que-deixou-9-mortos>>. Acesso em: 22/01/2020.

de custódia e de instrução de julgamento⁶⁹. A partir desse material empírico, constatou que as pessoas presas em flagrante relatavam diversas situações de abusos e violências praticadas por policiais que nem sequer eram apuradas pelos operadores do direito, seja o juiz, seja o promotor. Na maioria dos casos, quando tais violências eram relatadas em audiência, o juiz tendia a perguntar “por qual motivo policiais saíam por aí batendo em pessoas que não conhecem” (JESUS, 2016, p. 142), desqualificando a fala do preso e deixando em evidência sua desconfiança.

O argumento de Jesus é o de que os juízes nutrem uma crença de que a polícia vai agir de acordo com a lei e dentro de limites legais, sobretudo porque acreditam que o uso da força policial (e o uso do saber policial, que muitas vezes envolve o uso da força) é necessário, mesmo em casos que poderiam ser caracterizados como abuso policial. Nesse caso, situações de entrada franqueada e força excessiva empregada durante a prisão em flagrante são fatores considerados irrelevantes e quase nunca questionados, sobretudo por aqueles que teriam o papel fundamental para fazê-lo (JESUS, 2016). Esses achados indicam que a leniência com o uso da força pela polícia é uma questão que não se limita às atitudes da população, um assunto fundamental para compreender a persistência dos abusos policiais, mas que infelizmente está fora do escopo desta tese.

Após a coleta dos dados, as avaliações que os respondentes fizeram a respeito da atuação da polícia nos três cenários foram operacionalizadas para a elaboração de uma variável única, que visa identificar qual a atitude global dos entrevistados por meio de uma variável que a partir de agora vamos chamar de *atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia*.

⁶⁹ A autora analisou cerca de 667 autos de prisão em flagrante de tráfico de drogas lavrados entre novembro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011; 604 sentenças de processos judiciais de crimes de tráfico de drogas correspondentes ao mesmo período; 70 entrevistas semiestruturadas com profissionais da segurança pública e do sistema de justiça criminal; diários de campo de 10 audiências de instrução e julgamento de casos denunciados como tráfico de droga, assistidas entre os meses de fevereiro e maio de 2011; diários de campo de 63 audiências de custódia de casos de pessoas presas em flagrante por suposto crime de tráfico de drogas, no período de abril a julho de 2015; diários de campo de 27 audiências de instrução e julgamento, no período de julho a novembro do mesmo ano (JESUS, 2020).

Essa nova variável criada é do tipo *categórica*⁷⁰ e combina as avaliações que os respondentes fizeram dos cenários de uso da força em três grupos⁷¹:

- **Opoentes:** reúne os entrevistados que classificam a atuação da polícia como “ruim” ou “péssima” para os três cenários listados. São as pessoas que refutam o uso abusivo da força pela polícia a despeito da situação ou contexto (n=639).
- **Apáticos:** reúne os entrevistados que avaliam a ação da polícia como “nem boa nem ruim” em ao menos um dos cenários. Essas seriam pessoas que, embora não apoiem diretamente, mostram-se indiferentes ao uso abusivo da força pela polícia a depender do contexto (n=534).
- **Tolerantes:** reúne os entrevistados que classificaram ao menos uma das ações da polícia como “excelente” ou “boa”. Este grupo reúne as pessoas que estão dispostas a permitir o uso excessivo da força pela polícia em algumas situações, a depender do contexto (n=583).

O gráfico 1 sinaliza que a distribuição dos entrevistados entre as três categorias é bastante equilibrada, com 36% da amostra se opondo ao uso da força excessiva pela polícia, ao passo que 30% foram identificados como apáticos e 33% como tolerantes às ações de brutalidade policial.

Gráfico 1. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia (%)

Essa segmentação praticamente equidistante indica que não há consenso sobre o tema e que ele tende a dividir os entrevistados que compõem a nossa amostra. Embora exista um grupo

⁷⁰ Uma variável é chamada de categórica quando a escala de mensuração é um conjunto de categorias que se diferem em termos qualitativos, ou seja, entre elas não há um ordenamento (AGRESTI; FINLAY, 2012).

⁷¹ As categorias são mutuamente excludentes (cada respondente pertence a apenas uma categoria) e coletivamente exaustivas (abrange toda a amostra, com exceto as não respostas).

que se opõe frontalmente à força excessiva, não é a maioria. Como veremos a seguir, essa distribuição pode variar de acordo com o perfil dos entrevistados, suas experiências e valores. Por essa razão, a variável *atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia* passa agora a conduzir nosso trabalho empírico tanto nas estatísticas descritivas que integram a próxima seção, como também figurará como variável dependente nos modelos de regressão que serão apresentados na seção 4.5 deste capítulo.

4.4. Variáveis independentes e análises descritivas bivariadas

As variáveis selecionadas como explicativas, ou independentes, se baseiam sobretudo na literatura relatada nos capítulos anteriores e visam fornecer subsídios para a testar as hipóteses listadas no item 4.2. Do ponto de vista metodológico, ao longo desta seção nós reportamos o que cada uma dessas variáveis se propõe a aferir, como tais conceitos foram empiricamente mensurados e quais processos de operacionalização foram empregados. Com relação aos resultados, são apresentados gráficos descritivos que indicam como a nossa variável de interesse, as *atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia*, relaciona-se separadamente com cada uma das variáveis independentes selecionadas para compor a pesquisa.

Os resultados reportados por meio de gráficos já indicam algumas das tendências que também serão exploradas nos modelos de regressão, nos quais os efeitos das variáveis independentes sobre a nossa variável de interesse serão testados por etapas e simultaneamente.

Perspectiva estrutural: variáveis sociodemográficas⁷²

As variáveis sociodemográficas são aquelas que visam reunir informações que nos permitam traçar um perfil e situar o entrevistado na estrutura social. Geralmente tais informações são inseridas em modelos estatísticos como variáveis de controle, isto é, são empregadas para que o pesquisador possa se certificar de que os efeitos que observa entre suas variáveis de estudo não estão, na verdade, sofrendo interferência de outros problemas que não são seu foco central na análise. Entretanto, dado o referencial teórico apresentado no capítulo 3,

⁷² A distribuição dessas variáveis na amostra foi apresentada previamente na tabela 1.

nesta tese as variáveis sociodemográficas não estão inseridas apenas para efeito de controle, fazem parte das hipóteses que estamos investigando.

A suposição é de que a polícia é um instrumento de manutenção das desigualdades de poder, de maneira que aqueles indivíduos que ocupam papel hegemônico estariam mais propensos a conferir autorização para ela agir de maneira violenta, ao passo que aqueles que se encontram subordinados dentro da estrutura estariam menos dispostos a apoiar excessos, posto que têm mais chances de serem vitimados.

Sexo

A variável *sexo* foi mensurada por meio de observação dos próprios entrevistadores, que assinalaram o sexo do entrevistado no questionário selecionando entre duas opções binárias: “masculino” ou “feminino”⁷³, formando assim uma variável categórica.

Como aventado pela literatura, o sexo parece ser uma variável relevante para compreender as variações nas atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BARKAN; COHN, 1998; HALIM; STILES, 2001; THOMPSON; LEE, 2004).

Gráfico 2. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, por sexo (%)

Como mostra o gráfico 2, as mulheres tendem a se opor ao emprego da força violenta pela polícia e a ser menos tolerantes com esse tipo de ação, ao passo que homens se opõem menos

⁷³ Assim como a maioria dos *surveys* nacionais, o instrumento trata sexo a partir de uma perspectiva estritamente biológica e não trabalha com a questão de identidade de gênero, o que impõe uma limitação para uma possível discussão sobre os efeitos dessas identidades para o nosso objeto de pesquisa.

e se mostram mais tolerantes diante dos excessos. Tal resultado reforça a ideia de que as atitudes com relação à brutalidade policial refletem papéis sociais de gênero nos quais a masculinidade é afirmada por meio da adesão à violência.

Idade

A *idade* foi declarada pelos entrevistados em anos, gerando uma variável discreta contínua⁷⁴ cujas faixas foram reportadas na tabela 1. A média de idade da amostra foi de 43 anos, sendo que o entrevistado mais jovem tinha 16 anos e o mais velho, 90 anos.

Gráfico 3. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de idade

O gráfico 3⁷⁵ parece oferecer subsídios para a hipótese de que os mais velhos tendem a conferir mais apoio ao uso da força excessiva pela polícia, uma vez que a idade média dos que foram classificados como tolerantes foi de 45,5 anos, um pouco acima da média geral da amostra. Entretanto, para nossa surpresa, os mais jovens parecem manifestar mais apatia, uma vez que esse é o grupo com a média de idade mais baixa.

⁷⁴ Escala de mensuração com valores numéricos que formam um conjunto contínuo separado de números reais possíveis (AGRESTI; FINLAY, 2012).

⁷⁵ A linha tracejada representa a média de idade da amostra, e os traços em laranja indicam os intervalos de confiança a 95%.

Raça

A variável *raça* foi mensurada utilizando a metodologia do IBGE, na qual são apresentadas cinco categorias para que os entrevistados assinalem com qual delas se identificam. Trata-se de uma questão que sofre críticas pertinentes do movimento negro – que não se identifica com o termo “pardo” –, mas que continua a ser aplicada em *surveys* para efeito de comparabilidade com outras fontes de dados (GUIMARÃES, 2003). Estamos lidando aqui, portanto, com *raça* autodeclarada, mas limitada às categorias oferecidas ao entrevistado pelo pesquisador.

Raça/cor: Agora, vou fazer uma pergunta exatamente como é feita pelo IBGE para classificação da população brasileira. A sua cor ou raça é: branca; preta; parda; amarela; indígena; nenhuma delas (espontânea).

Como estratégia analítica, as cinco categorias do IBGE foram reduzidas a duas, formando uma variável *dummy*⁷⁶ que identifica brancos (aqueles que se declaram brancos e amarelos) e não brancos (aqueles que se declaram pretos, pardos, indígenas e os que se recusaram a responder).

Gráfico 4. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, por raça (%)

Como esperado, *raça* parece ter influência sobre a forma como os entrevistados se distribuem nas três categorias de atitudes com relação ao uso da força excessiva. Concernente com a literatura, em nossa amostra o grupo racial socialmente hegemônico, os brancos, manifestam

⁷⁶ Variáveis categóricas que são transformadas em dicotômicas.

mais tolerância com relação à brutalidade policial em comparação com os não brancos, uma diferença de quase 10 pontos. A tolerância ao fenômeno é maior entre os brancos, que têm menos chances de vitimização policial, ao passo que se mostra menor entre os não brancos, que costumam ser mais afetados pelo uso da força excessiva pela polícia (CANO, 2014; SINHORETTO et al., 2014). É provável que esse arranjo seja reflexo da percepção de tratamento desigual na atuação policial, marcada justamente pela filtragem racial⁷⁷.

Escolaridade

A variável *escolaridade* foi coletada a partir de 12 categorias que indicam, em faixas, o grau de instrução do entrevistado, considerando ciclos completos e incompletos. Nesse intervalo que vai de 1 até 12, a média de escolaridade foi 7,34, com desvio-padrão de 2,3. Em razão da baixa incidência, na análise optamos por agrupar em apenas uma faixa as três primeiras categorias, e a variável foi tratada como discreta.

Gráfico 5. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de escolaridade

Com base na pontuação de média de escolaridade, os dados indicam que os “opoentes” e os “apáticos” possuem um nível de instrução ligeiramente maior do que os “tolerantes”, mas é

⁷⁷ “Racial profiling”: presença de viés racial na abordagem policial (GOMES, 2018).

difícil apreender apenas com base nos dados bivariados descritivos se essa diferença é suficiente para nos ajudar a compreender o que distingue os entrevistados das três categorias.

Status econômico

Por fim, para avaliar o *status econômico*, empregamos a pontuação do Critério de Classificação Econômica Brasil, índice que define um *score* para cada pessoa entrevistada de acordo com as respostas dadas a questões sobre posse de bens de consumo, renda familiar, escolaridade do chefe de família, estrutura física da residência e acesso a serviços públicos básicos, que gera uma variável discreta (ABEP, 2015; KAMAKURA; MAZZON, 2016). Em uma escala que vai de 6 até 62 pontos, a média de pontos da amostra foi de 27,3, com desvio-padrão de 9,2.

Gráfico 6. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, média de pontos em critério econômico

Quando considerados os pontos do critério econômico, é possível perceber que as diferenças são muito pequenas, com os “apáticos” apresentando uma pontuação ligeiramente menor do que a dos “opoentes” e “tolerantes”. Mais uma vez, com base nesses dados é difícil saber se essa variável pode nos auxiliar a explicar a disposição a apoiar o uso da força excessiva pela polícia.

Perspectiva instrumental

Medo do crime

O *medo do crime* é um fenômeno cuja conceptualização e mensuração ainda são bastante desafiadoras, e, não à toa, estudiosos têm debatido longamente a esse respeito. Embora não exista uma conceituação universalmente aceita a respeito do que é o medo do crime, diversos autores orbitam em torno de uma definição similar que destaca principalmente o aspecto emocional, de maneira que o medo do crime seria definido como: uma resposta emocional negativa para uma ameaça ou perigo potencial de ser vítima de um crime (FERRARO; GRANGE, 1987; HALE, 1996; HENSON; REYNS, 2015; RADER, 2016).

Para além do aspecto emocional e afetivo do medo (preocupar-se ou sentir medo de ser vítima de um crime), existem outras dimensões diretamente relacionadas a esse fenômeno, como aspectos cognitivos, que envolvem a crença na probabilidade de ser vítima de um determinado tipo de crime (percepção de insegurança), e aspectos comportamentais, que envolvem ações e medidas de precaução tomadas pelos indivíduos para se sentirem protegidos, por exemplo evitar certas áreas da cidade, adquirir equipamentos de segurança etc. (HALE, 1996).

No âmbito desta pesquisa, optamos por abordar apenas o aspecto emocional do medo. Por se tratar de um constructo abstrato, ele foi desenhado de acordo com a recomendação da literatura a esse respeito, o que envolve a mensuração a partir de múltiplos itens⁷⁸, fazendo referência a crimes específicos, focando em como as pessoas se sentem na vida cotidiana, apresentando algum tipo de variável espacial e mensurado em escala de intensidade (FERRARO; GRANGE, 1987; HALE, 1996; RADER, 2016).

Medo: Agora vamos conversar um pouco sobre o seu dia a dia. Gostaria que me dissesse se o(a) sr(a). costuma sentir muito medo, um pouco de medo ou se não tem medo de:

- Alguém roubar sua casa quando ela está sem ninguém?
- Alguém assaltar sua casa com sua família dentro?
- Ser assaltado(a) na rua?
- Sofrer sequestro relâmpago?
- Ser vítima de violência sexual?
- Ter um parente próximo assassinado?

Escala: (1) não tem medo; (2) tem um pouco de medo; (3) tem muito medo.

⁷⁸ Nas ciências sociais, é indicado o emprego de múltiplos itens para mensurar um conceito abstrato, pois aumenta tanto sua confiabilidade, visto que é mais consistente do que uma pergunta única, como sua validade, uma vez que permite incorporar na questão diferentes facetas relacionadas àquele conceito (LIU, 2004).

A escala de medo foi operacionalizada a partir do alpha de Cronbach (CHENG; KRAUSS, 2004), um teste de validação que indica a consistência interna (*internal reliability*) dos itens utilizados para mensurar um conceito, indicando qual a sua correlação. O alpha de Cronbach pode variar de 0 a 1 e, em geral, convencionou-se que um coeficiente de 0,7 até 0,8 pode ser considerado aceitável; de 0,8 até 0,9 é considerado bom; acima de 0,9 é considerado excelente.

Para o caso da variável *medo*, o teste alpha com os seis componentes indicou um coeficiente de 0,84, ou seja, a variável possui uma boa consistência interna. A partir da variável gerada, verificamos que a média de medo na escala foi de 2,2 (escala de 1 a 3), com desvio-padrão de 0,61. Como esperado, o medo do crime se mostrou alto, mas ainda tem variabilidade suficiente para integrar as análises.

Gráfico 7. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e medo do crime

Ao contrário do esperado, o *score* de medo do crime para cada uma das categorias de atitudes em relação ao uso da força é muito similar, indicando que o medo do crime não se relaciona positivamente com o apoio a uma atuação violenta por parte da polícia. Esse é um achado altamente relevante, uma vez que a associação entre o medo e a disposição a apoiar métodos coercitivos e soluções brutais por parte da polícia é uma hipótese bastante difundida, mas que

não encontra suporte nos dados da nossa amostra, ao menos no que diz respeito às análises exploratórias bivariadas.

Vitimização

Para além do medo, também consideramos a vulnerabilidade pessoal, que foi operacionalizada a partir das experiências de *vitimização direta e indireta* dos entrevistados, ou seja, pessoas que foram vítimas de violência ou têm informações sobre pessoas próximas que o foram (ZILLI; MARINHO; SILVA, 2014). Também inserimos aqui, apenas para facilitar a visualização, a vitimização por ação policial (pessoas que reportam agressão física ou verbal por policiais), incluída posteriormente, como controle, nos modelos de regressão. Em todos os casos, nós trabalhamos apenas com as experiências de vitimização recentes, ou seja, aquelas que aconteceram nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Agora vou citar uma série de situações que podem acontecer na vida das pessoas. Por favor, diga se estas coisas aconteceram ou não aconteceram com o(a) sr(a). NOS ÚLTIMOS 12 MESES no seu BAIRRO:

Vitimização direta

- Você foi vítima de um furto?
- Alguém o(a) ameaçou com faca?
- Alguém o(a) ameaçou com arma de fogo?
- Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé etc.)?
- Você foi ferido(a) por faca?
- Você foi ferido(a) por arma de fogo?
- Você foi ameaçado(a) de morte?
- Você sofreu sequestro relâmpago?
- Você sofreu violência sexual?

Vitimização indireta

- Você ouviu tiros?
- Você viu o corpo de uma pessoa assassinada na rua?
- Algum parente/amigo foi assassinado?

Vitimização por ação policial

- Você sofreu algum tipo de agressão física por policiais?
- Você sofreu algum tipo de agressão verbal (xingado/a) por policiais?

Escala: (1) sim; (2) não.

As respostas a esses itens foram transformadas em variável *dummy*, separando a amostra entre pessoas que diretamente ou indiretamente foram vitimizadas nos últimos 12 meses. Os dados indicam que tivemos cerca de 20% dos entrevistados com alguma experiência recente de

vitimização pessoal, 46% com alguma experiência recente de vitimização indireta e 7% relatam vitimização por ação policial.

Gráfico 8. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e vitimizações (%)

O gráfico 8 reúne os dados das variáveis dicotômicas de vitimização, de maneira que “sim” indica pessoas vitimizadas e “não” indica aquelas que não foram vítimas. No que diz respeito à vitimização direta e à vitimização indireta, a distribuição entre as categorias é muito

equilibrada, indicando que não existem diferenças nas atitudes com relação ao uso da força excessiva entre os que tiveram experiências com a violência e os que não tiveram.

Já a vitimização por ação policial parece ter um efeito negativo considerável sobre o apoio ao uso da força excessiva pela polícia. Aqueles que relatam essas experiências são menos tolerantes e se opõem mais à brutalidade policial quando em comparação com aqueles que não sofreram essa vitimização. Trata-se de um resultado esperado, visto que a literatura já aponta o efeito dos contatos pessoais negativos com a polícia, que se tornam ainda mais devastadores diante de uma experiência de vitimização. São episódios que fazem com que as pessoas vitimizadas ressignifiquem sua relação com a polícia, tornando-se mais desconfiadas e menos propensas a lhe conferir poder para agir arbitrariamente.

Autoritarismo

O objetivo da escala é reunir uma série de valores que, juntos, indicam *inclinações autoritárias* com relação à concepção e à manutenção da ordem social. As questões que mensuram as disposições autoritárias foram inspiradas nos trabalhos de Adorno (1950) e Altemeyer (1988), vinculando-se à perspectiva do último, que restringe a adesão autoritária a três dimensões⁷⁹, tratadas como um conjunto geral de atitudes, e não como um traço de personalidade.

Um desses valores é o tradicionalismo ou convencionalismo, que indica um grande apego a convenções sociais e tendência a buscar se conformar ou se situar dentro daquilo que é considerado socialmente desejável. Aqueles que expressam tal valor tendem a prezar uma certa “normalidade” e, principalmente, ressaltar normas e estilos de vida tradicionais, que, por sua vez, são vistos como um caminho para a manutenção da ordem social.

Outra perspectiva é a submissão acrítica, isto é, indivíduos que defendem a submissão à autoridade com pouco questionamento e que estão dispostos a lhe conferir grande poder para agir. Entendemos que a submissão à autoridade em si não é um problema. A disposição a reconhecer o papel da autoridade e obedecer aos seus direcionamentos é um sinal de legitimidade, uma relação que se faz necessária e que é esperada na vida em sociedade. O

⁷⁹ Altemeyer realizou extensos estudos psicométricos da escala F e apontou que apenas três de nove componentes da escala original tinham validade interna: convencionalismo, submissão autoritária e agressão autoritária.

problema aqui é uma submissão que tende a deixar de lado os limites para o poder conferido à autoridade. Embora em uma democracia ninguém deva estar acima da lei, para os adeptos do autoritarismo, aqueles que exercem o poder teriam a prerrogativa de gozar de certas liberdades e, até mesmo, de imunidade contra “restrições” impostas pelas leis. Em nome da defesa de interesses nacionais ou em nome da segurança, estariam dispostos a conferir às autoridades o poder de cometer ilegalidades e desrespeitar liberdades individuais. Por essa razão, os adeptos do autoritarismo tendem a favorecer um controle social coercivo e punitivo, bem como se mostram mais lenientes com relação ao uso da força excessiva pela polícia.

Por fim, há a agressão autoritária, uma percepção de que o uso da coerção e da violência são soluções aceitáveis, principalmente diante de um cenário no qual a hostilidade é endossada pela autoridade e existe a oportunidade de agir sem riscos de responsabilização. São indivíduos que acreditam pertencer a um grupo moralmente superior e, por essa razão, creem que a violência seria um direito, mesmo que se trate de uma agressão covarde e sem chances de defesa. Em geral, acreditam nos efeitos benéficos do emprego de castigos, sentem satisfação com a ideia da punição de um criminoso e acreditam que “cada um recebe aquilo que merece”. Em geral, os adeptos do autoritarismo defendem penas duras contra criminosos, mas são mais lenientes com relação à violência cometida por autoridades.

Autoritarismo: Agora mudando um pouco de assunto, gostaria que o(a) sr(a). me dissesse se concorda ou discorda de cada uma das frases abaixo:

- Acreditar em Deus é importante para a índole de uma pessoa.
- É importante preservar os valores tradicionais e os bons costumes.
- Os valores familiares e religiosos de antigamente ainda são a melhor forma de viver.
- Precisamos de líderes com pulso firme para restabelecer a ordem.
- O que nosso país mais precisa é de obediência e disciplina.
- O país estaria melhor se fizéssemos uma limpeza eliminando os criminosos.
- Precisamos de um governo menos tolerante, que tome ações mais duras contra o crime.

Escala: (1) discorda totalmente; (2) discorda em parte; (3) não concorda nem discorda; (4) concorda em parte; (5) concorda totalmente.

Para operacionalizar essa variável, valemo-nos novamente do alpha de Cronbach para testar a consistência interna dos itens e, então, gerar o indicador de autoritarismo por meio da média entre os itens. O coeficiente encontrado foi de 0,77, de maneira que a variável foi considerada válida para integrar o modelo.

Em uma escala de 1 a 5 pontos, a média de autoritarismo na amostra foi de 4,2, com desvio-padrão de 0,76, corroborando aquilo que a literatura já apontava, indicando que a adesão a valores autoritários é muito alta no contexto brasileiro (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Gráfico 9. Atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia e autoritarismo

Embora a média de autoritarismo seja alta para toda a amostra, o gráfico 9 indica que ela é menor para aqueles que se opõem ao uso excessivo da força e maior para os que são tolerantes com ela, sinalizando que valores autoritários podem exercer um papel importante para a nossa variável de interesse.

4.5. Testando os preditores de atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia: resultados e discussão

Estratégia analítica

Para verificar o efeito das variáveis independentes selecionadas para esta pesquisa sobre as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, o estudo empregou uma série de modelos de regressão logística multinomial. Trata-se de um tipo de regressão múltipla, isto é, uma técnica estatística utilizada para analisar a relação entre uma única variável dependente (no nosso caso, atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, apresentada na seção 4.3) e diversas variáveis independentes preditoras (apresentadas na seção 4.4). Nesse tipo de análise, verifica-se qual o papel de cada variável independente em prever ou explicar as variações na nossa variável dependente (HAIR et al., 2009).

Enquanto que uma regressão logística tradicional é indicada para investigar quais são os condicionantes de uma variável dependente do tipo binária, estimando qual a probabilidade de ocorrência de um determinado evento de acordo um conjunto de variáveis independentes, a regressão logística multinomial se aplica para as situações nas quais nossa variável dependente é nominal, composta por três ou mais categorias não ordinais, posto que esse método permite a comparação simultânea entre elas por contraste. Para tal, precisamos selecionar uma das categorias de nossa variável dependente como referência, a fim de que a análise de regressão faça a comparação entre ela e as demais (BRITT; WEISBURD, 2010; EL-HABIL, 2012). Dado que, neste estudo, a nossa variável dependente é do tipo nominal (ou não métrica) com três categorias mutuamente exclusivas e não ordinais (“opoentes”, “apáticos” e “tolerantes”), recorreremos à regressão logística multinomial e utilizamos como categoria de referência aqueles que foram identificados como “opoentes”, ou seja, aqueles que rechaçam o uso da força excessiva pela polícia. Dessa forma, as tabelas que reportam os resultados dos modelos de regressão apresentam os dados em duas partes: a primeira indica os efeitos das variáveis preditoras, comparando aqueles que foram classificados como “apáticos” com os da categoria de referência “opoentes”; a segunda parte das tabelas e compara os “tolerantes” com a categoria de referência “opoentes”.

Para estimar a qualidade dos modelos propostos, a regressão logística recorre à máxima verossimilhança para estimação (*maximum likelihood estimation*), uma técnica que compara

equações, estimando primeiro um modelo nulo de referência (sem que as variáveis independentes tenham efeito), estimando depois o modelo proposto (com o efeito combinado de todas as variáveis independentes selecionadas) e, em seguida, verificando se existe diferença significativa na comparação entre os dois modelos. Quando diferenças significativas são encontradas, o teste estatístico indica se o modelo proposto explica melhor a estimação (ou se ele tem um bom ajuste) (BRITT; WEISBURD, 2010; HAIR et al., 2009). Neste estudo, além de reportarmos nas tabelas de regressão os valores de log-verossimilhança de todos os modelos investigados, reportaremos ainda o pseudo R^2 de Nagelkerke (denominado também Cragg & Uhler's R^2)⁸⁰, que é um teste que compara as estimativas do modelo nulo com as do modelo completo, indicando se os dados observados estão próximos do que foi previsto no modelo nulo ou se diferenciam dele. Quanto mais próximo de 0, mais próximo do modelo nulo; quanto mais próximo de 1, mais próximo do ajuste perfeito.

Além da análise do ajuste do modelo como um todo, a análise de regressão verifica qual é o papel de cada uma das variáveis independentes inseridas no modelo, ou seja, que efeito cada uma delas tem para a variável dependente. Por se tratar de uma regressão logística multinomial, o teste de significância estatística fixa os coeficientes dos preditores da categoria de referência (“opoentes”) em 0, de maneira que os resultados reportados indicam os coeficientes dos preditores das categorias restantes (“apáticos” e “tolerantes”) quando em comparação com a categoria de referência. Estamos, portanto, sempre contrapondo o efeito dos preditores nas categorias “apáticos” e “tolerantes” em comparação com os “opoentes”. Os coeficientes das variáveis independentes podem indicar uma relação positiva (um aumento na variável independente é associado com um aumento na probabilidade prevista) ou negativa (um aumento na variável independente é associado com um decréscimo na probabilidade prevista). Já a magnitude da relação indica o quanto a variação unitária de cada variável independente afeta a probabilidade de ocorrência da variável dependente, efeito esse que é controlado por todas as demais variáveis inseridas simultaneamente naquele modelo.

⁸⁰ A escolha relativa ao modelo de pseudo R^2 utilizado para reportar os modelos logísticos é tema de pouco consenso, uma vez que as características das variáveis dependentes empregadas (nominais ou ordinais) limitam significativamente a comparação com o R^2 produzido pelas regressões lineares. Diante disso, justificamos a opção pelo fato de o pseudo R^2 de Nagelkerke ser considerado o modelo de pseudo R^2 mais reportado pelas pesquisas do gênero (GARSON, 2014).

Nossa estratégia analítica para esta parte do trabalho envolveu ainda a construção de modelos sucessivos de regressão que testam o efeito das variáveis independentes sobre a dependente a partir de sua inserção gradual por etapas (*regressão hierárquica*), de maneira que possamos verificar de que forma cada uma delas contribui para o ajuste do modelo (R^2). A entrada dos preditores na equação segue a ordem em que eles foram apresentados ao longo da tese.

Apresentação dos resultados

O teste simultâneo de preditores, cujos resultados são sintetizados na tabela 2, envolve a construção de regressões logísticas multinomiais hierárquicas, nas quais fazemos a inserção gradual das variáveis de acordo com as hipóteses elencadas a partir das discussões apresentadas no capítulo 3. Investigamos aqui qual é a natureza da relação⁸¹ das perspectivas estrutural, instrumental e atitudinal com as atitudes relacionadas ao uso da força excessiva pela polícia. Nesse sentido, foram criados quatro modelos que testam as hipóteses nomeadas como H1, H2, H3 e H4 na seção 4.2.

O modelo 1 da tabela 2 testa apenas o efeito das variáveis relacionadas à teoria do conflito a partir da *perspectiva estrutural*. Nesse sentido, supõe-se que a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social influencia suas atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia, de maneira que, quanto mais privilegiados socialmente, maior a adesão a ações de brutalidade policial. Os testes de hipóteses envolveram as variáveis *sexo* (H1a), *idade* (H1b), *raça* (H1c), *escolaridade* (H1d) e *status econômico* (H1e).

A primeira parte da tabela 2 indica que, em comparação aos “opoentes”, os “apáticos” são significativamente mais jovens, resultado que se mostrou consistente, visto que se repete em todos os modelos propostos, ou seja, se mantém mesmo quando controlado pela inserção de outras variáveis independentes. Da perspectiva sociodemográfica, essa é única variável que diferencia os “apáticos” dos “opoentes”.

⁸¹ Cumpre-se destacar que a análise realizada em todos os modelos de regressão é correlacional, posto que os dados disponíveis não são suficientes para indicar uma relação de causalidade.

Tabela 2. Coeficientes dos modelos de regressão logística multinomial para atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia

Apáticos × opoentes				
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
<i>Estrutural</i>				
Sexo	-0.146	-0.209	-0.217	-0.251
Idade	-0.00947 *	-0.0101 **	-0.0133 ***	-0.0143 ***
Raça	0.00885	0.00159	0.0370	0.0323
Status econômico	-0.0117	-0.0114	-0.00585	-0.00595
Escolaridade	0.00208	0.00248	0.0303	0.0247
<i>Instrumental</i>				
Vitimização direta		-0.204	-0.198	-0.125
Vitimização indireta		-0.0221	-0.0819	-0.0525
Medo do crime		0.143	0.0390	0.0241
<i>Atitudinal</i>				
Autoritarismo			0.529 ***	0.525 ***
<i>Controle</i>				
Vitimização policial				-0.434
Tolerantes × opoentes				
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
<i>Estrutural</i>				
Sexo	-0.614 ***	-0.703 ***	-0.712 ***	-0.762 ***
Idade	0.00941 **	0.00940 **	0.00481	0.00319
Raça	0.339 **	0.344 **	0.382 **	0.376 **
Status econômico	-0.000443	-0.000417	0.00702	0.00704
Escolaridade	-0.0542	-0.0550	-0.0142	-0.0226
<i>Instrumental</i>				
Vitimização direta		0.00415	-0.000275	0.117
Vitimização indireta		0.0228	-0.0489	-0.00386
Medo do crime		0.224 *	0.0794	0.0597
<i>Atitudinal</i>				
Autoritarismo			0.892 ***	0.886 ***
<i>Controle</i>				
Vitimização policial				-0.721 **
Observações	1756	1756	1756	1756
Log likelihood	-1885.8818	-1881.8359	-1826.8327	-1822.4609
Nagelkerke R ²	0,048	0,053	0,118	0,123

* p<0.05; ** p<0.01; *** p<0.001.

Passando para a segunda parte do modelo 1, comparamos as diferenças com relação a variáveis sociodemográficas entre aqueles que são “tolerantes” com o uso da força excessiva pela polícia e aqueles que se opõem. Os resultados apontam que, no modelo 1, as variáveis sexo, idade e raça apontam diferenças significativas entre as duas categorias, confirmando parcialmente as hipóteses aventadas pela *perspectiva estrutural* (H1). Em comparação com os entrevistados que se opõem à brutalidade policial, os “tolerantes” têm mais chances de ser brancos, do sexo masculino e mais velhos. Entretanto, apenas sexo e raça se mostraram estatisticamente significativas em todos os demais modelos propostos. Como já havia sido constatado nas estatísticas descritivas, a escolaridade e o *status* econômico não tiveram efeito significativo, e o efeito da idade deixa de ser significativo quando novas variáveis são inseridas no modelo.

Analizamos, então, o modelo 2 da tabela 2, que insere as variáveis destinadas a testar a perspectiva instrumental, sob a hipótese de que as atitudes favoráveis ao uso da força excessiva pela polícia são um reflexo de uma percepção de vulnerabilidade pessoal e da necessidade de proteção contra ameaças potenciais à segurança física. Os testes de hipóteses envolveram as variáveis *medo do crime* (H2a), *vitimização direta* (H2b) e *vitimização indireta* (H2c).

O dado do pseudo R^2 aponta para uma elevação muito tímida no ajuste do modelo 2 quando em comparação com o modelo 1 (de 0,048 para 0,053), indicando que a inserção dessas variáveis não cumpre um papel muito relevante para compreender as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia.

Quando voltamos o nosso olhar para os preditores inseridos na regressão que chamamos de modelo 2, verificamos que, na primeira parte da tabela 2, a comparação entre “apáticos” e “opoentes” indica que as variáveis adicionadas não apresentam efeitos significativos para apoiar nenhuma das hipóteses instrumentais. Ou seja, “apáticos” e “opoentes” não se diferenciam com relação a medo do crime e vitimizações diretas e indiretas. Na segunda parte do modelo 2, verificamos que as experiências de vitimização direta e indireta não apresentam efeito para diferenciar “tolerantes” de “opoentes”, ao passo que medo do crime tem uma influência positiva que é significativa ao nível de 90%. Nesse sentido, os “tolerantes” teriam uma tendência maior a ter medo do crime quando em comparação com os “opoentes”. Entretanto, observamos que esse efeito desaparece a partir do modelo 3, que envolve a inserção da variável *autoritarismo* e não apresenta mais efeito significativo nos modelos de regressão subsequentes. Concluimos,

portanto, que os testes não confirmam nenhuma das hipóteses aventadas pela *perspectiva instrumental* (H2).

Passamos, então, ao modelo 3, também reportado na tabela 2, que insere a variável atitudinal indicativa da adesão a valores autoritários com o objetivo de verificar se essas pessoas estão mais propensas a apoiar o uso da força excessiva pela polícia. Como vimos anteriormente, esse aspecto atitudinal foi operacionalizado como uma variável única, de maneira que o teste de hipóteses dessa regressão envolve apenas a inserção da variável *autoritarismo* (H3).

Como a tabela 2 mostra, a inserção da variável *autoritarismo* à regressão eleva o pseudo R^2 de 0.053 para 0.118, melhorando o ajuste do modelo e indicando que essa variável atitudinal cumpre um papel importante para compreender as atitudes dos entrevistados com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Como havia sido hipotetizado, o autoritarismo tem um efeito significativo, indicando que os tanto os “apáticos” como os “tolerantes” são mais alinhados com esses valores do que os “oposcentes”, um efeito que é maior para os que toleram a brutalidade policial do que para os que se mostram indiferentes a ela. Destaca-se, ainda, que esse efeito é consistente e se mantém inclusive no modelo seguinte, dando subsídios para confirmar a hipótese H3, de que, quanto maior a adesão a valores autoritários, mais favorável ao uso da força excessiva pela polícia, de maneira que o efeito de autoritarismo se mostrou maior para os “tolerantes” do que para os “apáticos”.

Por fim, o modelo 4 da tabela 2 insere a variável *experiências de vitimização pela polícia* (H4), para verificar se os entrevistados que foram vítimas recentes da atuação policial estariam menos propensos a conferir poder para a polícia agir de maneira violenta. O R^2 indica que o ajuste do modelo aumenta um pouco com a inserção dessa variável, e a observação dos demais coeficientes indica pouca alteração. A vitimização por ação policial não cumpre nenhum efeito para distinguir entre “apáticos” e “oposcentes”, mas tem um papel para explicar a diferença entre “tolerantes” e “oposcentes”. Aqueles que tiveram experiências de ofensas e abusos por policiais se mostram menos inclinados a tolerar ações policiais que façam uso da força excessiva, confirmando a hipótese H4.

De maneira geral, considerando todos os modelos testados, os dados de pseudo R^2 de Nagelkerke apresentaram valor máximo de 0.123, apontando que as variáveis selecionadas como preditoras em nossos modelos de regressão logística multinomial apenas foram capazes de explicar uma pequena parte na variação da nossa variável de interesse. Entretanto, embora

o poder explicativo do modelo não seja alto, ele pode ser considerado aceitável, visto que em pesquisas nas ciências sociais não lidamos com modelos capazes de mobilizar todos os fatores explicativos para um fenômeno. É preciso considerar ainda que se trata de um pseudo R^2 , ou seja, deve ser analisado com mais cautela do que as medidas de ajustes tradicionais de uma regressão linear, posto que existem limitações para os dados de ajuste de regressões logísticas, que são menos precisas em indicar o poder explicativo do conjunto de variáveis independentes. Por sua vez, nota-se o paulatino decréscimo dos valores de log-verossimilhança a partir da incorporação das variáveis explicativas (modelos de 1 a 4), indicando a importância que tais indicadores possuem enquanto moduladores da variável dependente. Os testes de razão de verossimilhança comparando os modelos utilizados foram quase todos significativos estatisticamente, exceção feita à comparação entre os modelos 1 e 2. Em suma, embora o valor do pseudo R^2 possa ser considerado relativamente baixo, a comparação dos modelos por meio da razão de verossimilhança é reveladora da melhora gradual do ajuste dos dados em virtude da inclusão das variáveis explicativas. Por fim, somam-se ainda os indícios de que os coeficientes selecionados apresentam efeitos expressivos, visto que os testes de significância realizados apresentam valores de P-value menores ou iguais a 5%.

Na próxima seção, discutiremos de maneira mais detida os resultados encontrados acima à luz da literatura e elencaremos argumentos que auxiliam a compreender os efeitos encontrados.

Discussão dos resultados

Sexo

Vimos que homens tendem a ser mais “tolerantes” ao uso da força em comparação com as mulheres, e esse resultado é significativo e se mantém consistente mesmo quando novas variáveis são inseridas nos modelos. Tal achado reforça a ideia de que as atitudes com relação à brutalidade policial refletem papéis sociais de gênero nos quais a masculinidade hegemônica se afirma pela adesão à violência, um resultado que está de acordo com a hipótese aventada (H1a) e com a literatura (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BARKAN; COHN, 1998; HALIM; STILES, 2001; THOMPSON; LEE, 2004).

Trata-se de um modelo de masculinidade viril que se produz em meio a um processo de socialização pautado por uma cultura patriarcal que valoriza a agressividade e demonstrações de poder, dominação e violência. Essa identidade está sempre em construção, posto que a todo tempo se vê fragilizada e desafiada, de maneira que o tornar-se homem é uma tarefa constante e sempre incompleta, que envolve provas constantes de afirmação da virilidade. São valores machistas, que naturalizam o papel do homem como agente da violência, com uma identidade que se constrói por meio da imposição e de demonstrações públicas de força como forma de conquistar respeito e honra. Esse modelo de masculinidade afeta profundamente valores, expectativas e a forma como os homens se portam no mundo, e, não à toa, a análise de dados de criminalidade violenta indica que a maior parte das vítimas e dos agressores envolvidos nesses episódios são do sexo masculino (MINAYO, 2005; SOUZA, 2005). Dessa forma, embora a suposição de que homens são mais tolerantes com o uso da força pela polícia tenha se concretizado, interpretamos esses resultados não a partir de uma perspectiva do conflito propriamente, mas sim a partir de aspectos culturais que aproximam a masculinidade do exercício da violência.

Idade

O dado de que os “apáticos” são mais jovens do que os “opponentes” é um resultado que está em desacordo com nossa hipótese (H1b) e também em desacordo com a literatura que vem apontando os mais jovens como mais críticos à atuação violenta da polícia, pois eles tenderiam a valorizar direitos e liberdades individuais, princípios que a brutalidade policial ameaça frontalmente (BLUMENTHAL, 1972; GAMSON; MCEVOY, 1970; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983), além de terem mais chances de ser vitimados por ações policiais (SINHORETTO; SCHLITTLER; SILVESTRE, 2016). A ausência de dados que permitam uma comparação ao longo do tempo a partir da perspectiva da idade nos impede de verificar se essa é apenas uma característica etária ou se estamos diante de uma questão geracional, isto é, se aqueles nascidos nas décadas mais recentes estão menos dispostos a se opor à força excessiva da polícia, apresentando-se como mais apáticos com relação a abusos e violações de direitos. Essa é uma possibilidade preocupante, pois indica uma nova geração que, embora nascida em um período democrático, confere pouca importância à imposição de limites ao poder da autoridade policial.

Já o resultado de que os mais velhos são mais tolerantes com a violência da polícia está de acordo com o retratado pela literatura, que indica que os mais velhos estão mais inclinados a valorizar a própria segurança pessoal e, nesse sentido, estariam dispostos a abrir mão de alguma liberdade, conferindo mais poder para a polícia agir (BROWN; BENEDICT, 2002; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996; GAROFALO, 1977; REISIG; GIACOMAZZI, 1998). Além disso, da perspectiva da teoria do conflito, o acréscimo de idade costuma relacionar-se ao aumento de prestígio, poder econômico e reconhecimento social, de modo que, nesse sentido, os velhos estão mais estabelecidos e, por conseguinte, necessitam de mais proteção policial, o que os inclina a apoiar mais o uso da força pela polícia (THOMPSON; LEE, 2004). Não obstante, ainda que nos modelos 1 e 2 a idade apareça como um preditor para a tolerância ao uso abusivo da força (H1b), seu efeito desaparece a partir do modelo 3, quando é inserida a variável autoritarismo, indicando que provavelmente os mais velhos são também mais autoritários e, por essa razão, o efeito da idade é controlado pela inserção dessa variável.

Raça

Da perspectiva racial, brancos são mais “tolerantes” ao uso excessivo da força do que os não brancos, e tais resultados se mantêm significativos e consistentes em todos os modelos propostos. Esse era um resultado esperado e oferece suporte à hipótese de que brancos estão mais dispostos a conferir poder para a polícia agir de maneira violenta (H1c). Trata-se de um resultado que se soma a tantas outras pesquisas que indicam a racialização das relações sociais no país, especialmente no que tange à atuação da polícia e do sistema de segurança e justiça (ADORNO, 1995; BARROS, 2008; CANO, 2014; GOMES, 2018; MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997; RONDON FILHO, 2013; SCHLITTLER, 2016; SINHORETTO et al., 2014; SINHORETTO; SILVESTRE; SCHLITTLER, 2014).

Temos razões para acreditar que os não brancos são menos tolerantes ao uso da força excessiva pela polícia pelo fato de perceberem que são os alvos preferenciais da violência e da brutalidade policial. Diversos estudos apontam que o sistema de segurança pública identifica negros como criminosos e os coloca como alvos do monitoramento e de ações policiais violentas. Esse viés racial na abordagem e identificação dos suspeitos, que também é chamado de filtragem racial, foi corroborado por pesquisas realizadas tanto em São Paulo como em outros estados brasileiros. Nesse sentido, Sinhoretto, Silvestre e Schlittler (2014)

investigaram os mecanismos de produção da desigualdade racial na atividade policial em São Paulo e indicam que negros representam 61% das vítimas fatais de ações policiais, o que significa que a letalidade policial vitimiza três vezes mais negros do que brancos, quando se considera a distribuição racial da população paulista. Além da violência, a vigilância policial incide mais sobre os negros, e eles são a maioria dos presos, o que demonstra que são mais vigiados e mais flagrados quando em comparação com os brancos. Tais resultados são similares aos de outra pesquisa mais ampla, coordenada pela mesma pesquisadora, incluindo outros estados brasileiros. Por meio de dados quantitativos e qualitativos, Sinhoretto et al. (2014) apresentam farto material que corrobora a existência de um viés racial discriminatório na atuação de nossas polícias, sinalizando a persistência de um racismo institucionalizado nas organizações e no funcionamento do sistema de justiça criminal. Com efeito, Adorno (1995) já havia demonstrado que, no caso paulista, a atuação do sistema de justiça criminal como um todo é marcada por um viés racial. Seu estudo mostrou que, embora brancos e negros cometam crimes violentos em igual proporção, os negros são objeto de escrutínio policial com maior frequência e possuem mais dificuldades para acessar a justiça criminal, o que implica um tratamento penal mais rigoroso e maiores chances de punição quando em comparação com acusados brancos.

O que essas pesquisas apontam é que as experiências de brancos e negros com as instituições de segurança e justiça são diferentes, apresentando-se mais negativas para os negros do que para os brancos. Por conseguinte, temos razões para acreditar que tais desigualdades também se refletem nas expectativas e na tolerância relacionada ao uso da força pela polícia. Importante considerar ainda que os resultados no nosso estudo empírico estão controlados por *status* econômico, indicando que o efeito de raça é significativo a despeito de desigualdades econômicas, apontando que estamos falando da percepção de um viés que é sobretudo racial.

No contexto de uma sociedade tão demarcada e hierarquizada na qual, como mencionado no capítulo 2, existe cidadania de primeira e de segunda classes, a ordem social se impõe por meio da violência e pela repressão, em um sistema no qual o racismo também se inscreve como um eficiente instrumento de controle e produção da submissão por meio da força.

A violência oficial está ligada à violência estrutural – que se manifesta nas desigualdades sociorraciais –, mas não pode ser reduzida a esta última. Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na manutenção e

reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial. (MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997, p. 201)

Nesse sentido, Pinheiro (1994) sinaliza que, no Brasil, nunca foi necessário institucionalizar um regime de *apartheid* legal para consolidar a segregação racial da população negra “liberta” após o final da escravidão. Isso porque vigora no país uma poderosa estrutura que combina a violência com a discriminação econômica, social e racial e que cumpriu informalmente esse papel. Trata-se de um sistema no qual a contenção dos negros se exercia de cima para baixo, em especial pelas pequenas autoridades cotidianas que balizam as relações racialmente hierarquizadas e executam esses controles de maneira informal, mas bastante eficiente. Não espanta que brancos estejam mais tolerantes à brutalidade policial e mais dispostos a conferir poder para a polícia agir de maneira violenta, posto que têm menos chances de vitimização nessas situações justamente em razão de uma estrutura de desigualdade racial que os privilegia. Nesse sentido, o resultado dá respaldo para a hipótese estrutural, pois entendemos que brancos apoiam mais a violência por parte da polícia como uma forma de manutenção do *status quo* e de uma hierarquia racial.

Escolaridade e status econômico

Com relação à variável *escolaridade*, havia uma expectativa sobre o papel que ela desempenharia na equação, visto que, por um lado, tínhamos a perspectiva estrutural levantando a hipótese de que aqueles com mais anos de estudo ocupariam uma posição social de prestígio e, portanto, estariam mais propensos a apoiar o uso da força, ao passo que, por outro lado, os dados empíricos de pesquisas indicavam o oposto, que os mais escolarizados tenderiam a ser mais críticos e impor limites ao poder arbitrário da polícia (BLUMENTHAL, 1972; BRICEÑO-LEÓN; CARNEIRO; CRUZ, 1999; CANO, 2011; GAMSON; MCEVOY, 1970; HALIM; STILES, 2001). Apesar de as estatísticas descritivas indicarem que os “tolerantes” eram ligeiramente menos instruídos, a variável escolaridade não teve efeito em nenhum dos modelos de regressão desenhados para o estudo, não permitindo corroborar a hipótese aventada (H1d).

A hegemonia econômica é outra variável que teria um papel central para as explicações de apoio à brutalidade policial que se lastreiam em aspectos estruturais. Dentro dessa

perspectiva, o esperado seria que os tolerantes tivessem uma pontuação econômica muito superior, visto que teriam interesse na manutenção da estrutura de privilégios que os beneficia. O dado de que o *status* econômico não teve efeito significativo em nenhum dos modelos propostos é bastante relevante, pois indica que a disposição a apoiar o uso da força pela polícia é afetada por outras variáveis que não a econômica, não oferecendo validação para a hipótese proposta (H1e). Esse achado tensiona a ideia de que a brutalidade policial se lastreia principalmente na anuência de elites econômicas.

De maneira geral, observamos que as variáveis sociodemográficas confirmam apenas algumas das hipóteses aventadas pela abordagem estrutural pautada na teoria do conflito. De maneira consistente, apenas sexo (H1a) e raça (H1c) apresentaram o efeito esperado e se mostraram associadas com a variável dependente em todos os modelos propostos, dando suporte para as hipóteses inicialmente aventadas. Já idade (H1b) teve um efeito que se mantém em apenas dois modelos, ou seja, oferece um suporte parcial para a hipótese levantada, enquanto escolaridade (H1d) e *status* econômico (H1e) não apresentaram o efeito esperado.

Do ponto de vista da teoria do conflito, entendemos que apenas raça parece se sobressair como uma variável que indica que o apoio ao uso da força excessiva se relaciona com a defesa de uma posição de privilégio dentro da nossa sociedade. Dado que a anuência ao uso da força excessiva pela polícia não foi influenciada por fatores como escolaridade e *status* econômico, é possível aventar que a estrutura de privilégios defendida por aqueles que apoiam a brutalidade policial faz referência principalmente a uma estrutura de dominação racial, e não necessariamente econômica e de classes.

Medo do crime e vitimização

Por meio das variáveis que compõem o modelo 2, dispusemo-nos a testar se a percepção de vulnerabilidade ao crime torna os indivíduos mais dispostos a apoiar o uso da força excessiva pela polícia como uma estratégia de controle social e instrumento de segurança individual. Ou seja, verificamos se a vitimização e o receio de ser vítima de um crime tornam os cidadãos acuados a ponto de conferir poder para a polícia agir de maneira excessiva. Os resultados indicaram que as experiências de vitimização direta e indireta não apresentam efeito para diferenciar “opoentes”, “apáticos” e “tolerantes”, ao passo que medo do crime teve uma influência positiva para

“tolerantes” no modelo 2. Contudo, quando controlado pela inserção da variável autoritarismo, o medo não retorna mais à equação nos modelos seguintes. O fato de medo do crime deixar de ter efeito diante da inserção de autoritarismo indica que os autoritários provavelmente também expressam mais medo, anulando a correlação encontrada no modelo 2.

Constatamos, por esses resultados, que a perspectiva instrumental (H2) não encontra suporte em nossos dados. Isto é, a percepção de vulnerabilidade ao crime não se mostra associada à adesão ao uso da força excessiva pela polícia. Medo do crime (H2a), vitimização direta (H2b) e vitimização indireta (h2c) não afetam consistentemente a disposição a conferir poder para a polícia agir de maneira violenta. Trata-se de uma hipótese que, de fato, encontrava pouco amparo na literatura internacional (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; CULLEN et al., 1996), mas que, por outro lado, tem sido apoiada por pesquisas nacionais (CARDIA, 2003; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017) além de se fazer muito presente no discurso público.

Embora a vitimização e o medo do crime sejam um problema crônico em nossa sociedade, a ideia de que tais experiências influenciam o apoio a uma agenda de controle da criminalidade por meio da violência não foi confirmada por nossa pesquisa. Esse é um achado altamente relevante, uma vez que a associação entre medo e disposição a apoiar métodos coercitivos e soluções brutais por parte da polícia é uma hipótese bastante difundida pelo senso comum, mas ainda pouco investigada empiricamente. Outra explicação plausível é que o medo tenha sido controlado pela variável sexo, posto que mulheres costumam expressar mais medo e percepção de vulnerabilidade do que os homens (HALE, 1996). Nesse sentido, essa é uma relação que ainda merece mais análises futuras, pois se trata de um debate bastante promissor.

Autoritarismo

Como vimos, uma das variáveis com efeito consistentemente significativo foi a adesão a atitudes e valores autoritários, que cumpre um papel para explicar o que torna os entrevistados mais propensos a se mostrarem “apáticos” ou “tolerantes” com relação à brutalidade policial, diferenciando-os dos “opoentes”. Como esperado, as pessoas que manifestam posições mais autoritárias apoiam a repressão policial e estão mais inclinadas a atribuir poder para a polícia agir de maneira violenta. Por esse ângulo, aqueles que exercem

o poder possuiriam algumas liberdades e até mesmo imunidade contra certas “restrições” democráticas. Em nome da defesa de interesses nacionais ou em nome da segurança, aqueles que se identificam com valores autoritários estariam dispostos a conferir às autoridades o poder de desrespeitar leis e liberdades individuais.

A relação entre posicionamentos punitivistas e disposição para conferir mais poder coercitivo para as autoridades que aplicam a lei e a ordem já havia sido apontada de maneira consistente pela literatura (ARTHUR, 1993; ARTHUR; CASE, 1994; BLUMENTHAL, 1972; GERBER; JACKSON, 2016, 2017; LARSEN, 1968; WILLIAMS; THOMAS; SINGH, 1983) e, dado o histórico brasileiro, era esperado que se reproduzisse também em nosso contexto.

O autoritarismo envolve uma certa concepção do que é uma autoridade e de como ela deve agir. Trata-se de uma forma de exercício de poder que é diametralmente oposta ao que se espera em uma democracia, posto que coloca menos limites ao poder da autoridade e permite ações que violam direitos humanos. Por essa razão, aqueles que aderem a tais valores costumam se identificar com figuras de poder que tenham propostas de manutenção da ordem baseada na força, principalmente contra grupos que são vistos como ameaças a essa ordem. Assim, esse tipo de posicionamento afetaria as atitudes que dizem respeito a como a polícia deve agir diante de situações de ameaças, apoiando soluções violentas.

Existe uma série de fatores que nos auxiliam a entender como essas variáveis se entrelaçam. Feldman (2003) indica que atitudes autoritárias sinalizam um desejo por conformidade e por controle social, que em sociedades modernas estariam ameaçados por valores liberais como a defesa da autonomia individual, que, no limite, pode ter como desdobramentos a rejeição e o afrouxamento das regras ditadas socialmente, afetando laços comunitários e colocando-os em risco. É por essa razão que o posicionamento conservador se torna parte dessa equação e integra a própria definição de autoritarismo empregada nesta pesquisa – por sua vez, emprestada de Adorno (1950) e Altemeyer (1988).

O conservadorismo, enquanto ideologia⁸², é uma tradição de pensamento anti-iluminista concebida no final do século XVIII, por Edmund Burke, como reação à Revolução Francesa. A

⁸² Aqui no sentido de Nisbet, para o qual a “ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, económicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias. Uma ideologia, em contraste com uma simples e passageira configuração de opiniões, permanece viva por um espaço de tempo

dogmática conservadora, ou seja, seu conjunto de crenças e valores, ressalta a importância de instituições como a família patriarcal, a comunidade local e a Igreja, aderindo a um discurso político de manutenção da ordem social e rejeição a transformações abruptas em termos sociais, morais e políticos. Nesse sentido, o conservadorismo costuma afirmar a importância da história e do passado de tradições, bem como do conhecimento adquirido por meio da experiência, e envolve um apego ao senso comum como forma de sabedoria popular socialmente criada e compartilhada, o que o torna válido. Defende que a sociedade tenha meios de controle social para frear e subjugar os apetites e as paixões humanas individuais, que, por sua vez, são vistas como uma perigosa ameaça ao coletivo. Realiza uma defesa ferrenha de hierarquias sociais, opondo-se ao princípio da igualdade que teria o efeito de destruir as estruturas que organizam a sociedade, em especial o direito à propriedade, tomada como um valor que distingue a condição humana. A religião também aparece como um pilar vinculante do conservadorismo, na medida em que produz obediência e gera equilíbrio, prevenindo contra uma autonomia ou independência ilimitada, um remédio para se precaver contra o fantasma da desorganização social que destrói o modo de vida tradicional e corrói padrões morais (NISBET, 1987).

Não à toa, a obediência se torna um valor muito importante para os autoritários, visto que favorece e promove o efetivo controle social. Nesse sentido, é esperado que as crianças sejam educadas para serem obedientes e não para serem questionadoras, posto que devem ser socializadas para aceitar a sociedade como ela é e para performarem os papéis que lhes são socialmente atribuídos por meio de normas e convenções. Por conseguinte, um comportamento questionador ou inconforme é tomado como problemático, visto que indica a intenção de desafiar e desestabilizar a ordem estabelecida. Quando a submissão se torna um objetivo, a punição aparece como um importante instrumento de controle, uma vez que teria a capacidade de prevenir comportamentos inadequados. Por essa razão, as pessoas que prezam a conformidade social e que expressam valores autoritários tendem a conferir poder para que o Estado ou outras autoridades exerçam controle e punam de maneira dura comportamentos desviantes para manter a ordem (FELDMAN, 2003).

considerável, tem defensores e porta-vozes influentes e um respeitável grau de institucionalização” (NISBET, 1987, p. 10-11).

Como vimos, o medo do crime e vitimizações não tiveram efeito sobre a disposição a apoiar o uso da força excessiva pela polícia. Não obstante, isso não significa que tal apoio não esteja ligado à percepção da criminalidade como um sério problema a ser combatido com o emprego da violência. A questão é que, provavelmente, o que motiva tal disposição é menos a sensação de vulnerabilidade e fragilidade pessoais e mais a ideia da criminalidade como uma ameaça à ordem social e um perigo à coesão social. No sentido weberiano, seria menos uma ação instrumental com relação a fins e mais uma ação orientada por valores, afetos e até mesmo pela tradição. Nosso argumento é que as pessoas que apoiam o uso da força excessiva não pensam os cenários de abusos narrados em nosso instrumento de pesquisa apenas como uma questão de segurança pública, mas sim como indícios de um declínio moral que precisa ser controlado de qualquer maneira. Para os autoritários, as pessoas ou grupos que são identificados como violadores das normas socialmente valorizadas simbolizam uma ameaça tal que podem ter seus direitos e liberdades suprimidos em nome da defesa de um bem maior, que é a manutenção da ordem.

Pearce (2017a, 2017b) aponta que princípios básicos liberais de direitos humanos, como igualdade perante a lei e defesa de direitos fundamentais, não apenas são desrespeitados nos países latino-americanos como também são objeto de disputa e de contestação, de maneira que não se consolidaram enquanto valores de referência para balizar as ações das autoridades. Convivemos cotidianamente com uma cultura autoritária de exercício de poder, na qual os próprios cidadãos demandam deliberadamente que o controle do crime seja realizado por meio de métodos violentos, negando direitos de determinados grupos, principalmente aqueles considerados uma ameaça para a comunidade e responsabilizados pela criminalidade. Direitos não são tratados como universais, mas como condicionais, ou seja, um privilégio que precisa ser merecido. Essa negação de direitos por parte de uma parcela da sociedade pode ser tão danosa como aquela promovida pelo Estado.

Sobre a resistência à implantação dos direitos humanos na sociedade brasileira, Dellasoppa (1991) dialoga com Guillermo O'Donnell e sua investigação sobre a persistência do autoritarismo, apontando este como um elemento que caracteriza a sociedade brasileira a partir de um aspecto não apenas político mas também social e cultural. A violência deve ser pensada, no Brasil, além de como instrumento de conquista e manutenção do poder, como uma linguagem que se propaga no seio da sociedade, reverberando e vibrando no mesmo

ritmo que o autoritarismo de regimes políticos. O conceito, cunhado por Pinheiro e O'Donnell, de “autoritarismo socialmente implantado” (PINHEIRO, 1991, p. 55) funciona como uma metáfora que indica como Estado e sociedade se influenciam e conformam subjetividades em diferentes níveis, uma sinergia que tanto se inscreve em práticas autoritárias de agentes do Estado e de membros da sociedade civil como contribui para sua aceitação social. Nesse sentido, Pinheiro destaca a importância de considerar como o autoritarismo se insere em práticas e ideologias sociais, o que faz com que sobreviva mesmo em períodos democráticos. Não podemos ignorar, portanto, que a população não é uma audiência passiva diante de atos de violência cometidos sob o pretexto de promover controle social. O retrato de grupos perigosos que precisam ser controlados encoraja a permissividade da aplicação da coerção contra eles, de maneira que a violência se reproduz com a anuência de uma parcela da sociedade. Tal permissão, que emana tanto daqueles que estão no andar de cima como dos que estão no andar de baixo, indica quem deve ser punido, por quais ações, como e por quem. Em última instância, essa permissão se configura em uma ideologia de limpeza social, executada sob o pretexto de controlar o crime e a violência e de defender a comunidade de pessoas e grupos considerados desviantes e elimináveis, mas com o objetivo principal de exercer o direito de estabelecer certas formas de ordem social e de comportamentos (PEARCE, 2017b).

A esse tipo de demanda e anuência, Pearce (2017b, 2017a) dá o nome de “cidadania autoritária”⁸³, posto que justifica e permite a negação de direitos de outras pessoas. É nos termos dessa cidadania às avessas – que nega direitos ao invés de garanti-los – que a reprodução da violência como forma de controle social tem se amparado, permitindo ao Estado e até mesmo aos cidadãos agirem violentamente diante de ameaças à ordem estabelecida. Essa cidadania seria fruto de longos processos que tornam aceitáveis e até mesmo desejáveis o emprego da violência para a criação e preservação de uma certa concepção de ordem.

Trata-se de uma cidadania limitada e condicionada, que pode ser suspensa quando direitos são negados e o uso da força é sancionado por meio de uma política da violência que não se baliza pelas leis e por um direito imparcial e funcional, e sim por códigos morais e paixões.

⁸³ No original “*authoritarian citizenship*”, tradução nossa.

Quando se trata de pessoas ou grupos apontados como criminosos ou socialmente indesejados, são acionados e permitidos mecanismos extralegais e excepcionais – seja pela ação de agentes do Estado, seja pela ação da própria população –, que, por sua vez, implicam aplicar punições mais severas do que aquelas que seriam prescritas pelos códigos formais (PEARCE, 2017a, 2017b).

O argumento de Pearce (2017b, 2017a) é de que, na América Latina, a violência não é só resultado de desigualdades sociais ou da falência e ineficiência do Estado mas também parte integral de uma estratégia política que só pode ser compreendida se consideramos componentes sociais, culturais e simbólicos que são mobilizados para conferir significados a ela. A violência está enraizada na forma como o exercício de poder é pensado nos países dessa região e é aplicada contra aqueles que têm sua cidadania negada, os inimigos, os dissidentes e os indesejáveis, por meio de uma política de controle social violenta. Nossos dados corroboram os argumentos de Pearce, indicando de que modo fatores como machismo, racismo e autoritarismo se entrelaçam nessa “cidadania autoritária” que implica o apoio à brutalidade policial e à negação de direitos humanos elementares.

Vitimização por ação policial

Já a vitimização por ação policial tem efeito significativo e negativo sobre os “tolerantes” quando em comparação com os “opoentes”, ou seja, aqueles que tiveram experiências de ofensas e abusos por policiais são menos inclinados a tolerar ações policiais que façam uso da força excessiva. Trata-se de um resultado esperado, visto que a literatura já aponta o efeito dos contatos pessoais negativos com a polícia, que se torna ainda mais devastador diante de uma experiência de vitimização. São episódios que fazem com que as pessoas vitimizadas ressignifiquem sua relação com a polícia, tornando-se mais desconfiadas e menos propensas a lhe conferir poder para agir arbitrariamente.

Estudando as dinâmicas que envolvem a brutalidade policial por meio de entrevistas feitas na periferia de Salvador, Machado, Cardoso e Noronha (1997) indicaram que a aprovação da brutalidade policial apenas se torna possível quando é estabelecida uma distinção “entre a violência ilegítima, cometida contra ‘nós’, pessoas direitas, pais de família e trabalhadores honestos, da violência ‘legítima’, que é praticada contra ‘eles’, os marginais” (MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997, p. 221).

Por essa razão, existiria a ação violenta da polícia que é considerada justa e aceitável, aquela que atinge as pessoas “certas”, isto é, pessoas “maliciosas”, bandidos “irrecuperáveis”, pessoas que frequentam os lugares “errados” e que, em razão desses comportamentos, não podem ser tratadas com a letra da lei, visto que não são propriamente seres humanos. Dessa forma, seriam as únicas responsáveis pela violência que as acomete, posto que o comportamento que adotam provocaria a ação violenta da polícia, que, por sua vez, apenas faz o “trabalho sujo” que se espera dela. O apoio a esses excessos policiais se sustenta somente quando a violência é destinada ao “outro”, não atingindo diretamente a si mesmo nem a pessoas próximas. Nas entrevistas com soteropolitanos, Machado e colegas indicaram que os entrevistados “modelam suas atitudes de acordo com máximas como “façam com os outros o que eu não quero que façam comigo” ou “empreguem a violência para me proteger, mas não para me atacar” (MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997, p. 223).

Dessa forma, a brutalidade policial apenas é aceita e desejável se tiver destino certo, ou seja, ela só deve ser aplicada contra os “bandidos”, contra aqueles que de fato “merecem”. Em entrevista com uma jovem estudante de 17 anos, os autores apontam como a linha de permissões e interditos é traçada: existe liberdade “para fazer ignorância, mas não é com as pessoas, é com ladrão!” (MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997, p. 222). Ou seja, existe uma distinção clara entre “ladrões” e “pessoas”, de maneira que bandidos não seriam humanos e, portanto, poderiam ser vítimas da “ignorância” policial.

Quando se trata de ações arbitrárias destinadas a suspeitos de cometer crimes, a violação de direitos seria aceitável; mas, quando existe o risco de essa arbitrariedade afetar o próprio cidadão, então ela é contestada. Existem, portanto, diferentes expectativas com relação ao trabalho da polícia. A polícia que se destina à minha pessoa é a polícia de primeira classe, aquela que protege direitos, ao passo que a polícia destinada aos bandidos é aquela que não precisa se guiar por limites normativos. Retomamos, aqui, a distinção de Paixão (1988) entre a existência de uma “polícia de gente” e uma “polícia de moleque”.

Nesse sentido, é preciso diferenciar a partir de que perspectiva o uso da força está sendo analisado. É evidente que a experiência pessoal direta de ser alvo e vítima dessas ações é muito diferente das percepções mais gerais a respeito do trabalho da polícia e das expectativas relacionadas às suas ações com terceiros, principalmente quando existe a crença de que estes são, de alguma forma, merecedores. Quando direitos civis mais elementares,

como direito à vida e à integridade física, não são um consenso, é compreensível que existam expectativas e justificativas diferentes entre a polícia que as pessoas esperam para si e para os seus e aquela que atuará no controle de outras pessoas. Por trás dessa lógica, existe a ideia de que a cidadania e os direitos civis não são universais e de que, por conseguinte, o policiamento precisa se adequar ao público a que serve, de maneira que, para aqueles acusados de cometer um crime, a violência seria uma forma aceitável de controle.

Não à toa, quando abordagens policiais violentas e intimidadoras que envolvem ofensas verbais ou até mesmo agressões físicas atingem o próprio indivíduo, elas representam um ponto de inflexão, posto que colocam os entrevistados na posição de vítimas. A ideia de que o próprio indivíduo é um alvo em potencial da brutalidade promove a interpretação daqueles cenários sob outra perspectiva, pois indica que a polícia também erra e age de maneira abusiva e inadequada indiscriminadamente, violando direitos individuais e se equiparando com os bandidos que deveria combater. É por essa razão que tais experiências têm um efeito significativo em minar o apoio para ações arbitrárias da polícia em outras situações.

Ser vítima de abusos policiais envolve ainda uma sinalização simbólica que desloca a identidade de quem é afetado. Se é dado à polícia o trabalho de distinguir quem são os “cidadãos de bem” e os “bandidos”, então ser tratado de maneira abusiva é ser visto como um criminoso, como um inimigo, o que representa uma afronta para a autoimagem dessas vítimas, uma vez que sua imagem de “cidadão de bem” passa a ser questionada pelos sinais que são emitidos por meio da atuação policial (MACHADO; CARDOSO; NORONHA, 1997).

Nesse sentido, Bradford, Murphy e Jackson (2014) indicam que o tratamento dispensado pelas autoridades cumpriria a função de indicar e comunicar pertencimento, *status* e valor de cada indivíduo dentro do grupo social. Dessa forma, aqueles que, a partir das ações da autoridade, percebem que a imagem refletida é positiva estão mais propensos a desenvolver uma sensação de pertencimento, sentem-se considerados e aceitos, tendem a legitimar as estruturas de autoridade sociais, a respeitar suas regras e desenvolver uma postura cooperativa. Por outro lado, aqueles que percebem que a imagem de si refletida pela autoridade é negativa tendem a inferir que não são valorizados pelo grupo e estão mais propensos a deslegitimar as autoridades e, conseqüentemente, o seu exercício de poder.

5. Considerações finais

O objetivo desta tese foi examinar as atitudes do público com relação ao uso da força excessiva pela polícia, mais especificamente o apoio para ações de brutalidade policial. O trabalho tem como ponto de partida um fenômeno social, que é a persistência de ações abusivas e violentas por parte das polícias, para iniciar uma incursão propriamente sociológica, analisando quais são os seus condicionantes, colocando luz especificamente sobre o respaldo popular para tais ações. Buscamos, portanto, investigar o que leva as pessoas a apoiarem violações de direitos humanos por parte das forças policiais.

A revisão da literatura feita no segundo capítulo lastreia o recorte que demos a esse problema de pesquisa, indicando que, historicamente, a violência se insere na sociedade brasileira como a principal linguagem do exercício de autoridade desde o período colonial, o que posteriormente acaba por se refletir na atuação cotidiana das forças policiais. Práticas policiais marcadas pelo emprego de métodos coercitivos e arbitrários, em especial contra os mais vulneráveis, fazem-se presentes tanto em momentos autoritários como em períodos democráticos, produzindo e reproduzindo relações assimétricas de poder.

Apresentamos também os problemas relacionados à conceituação do uso da força abusiva pela polícia e apontamos como as linhas entre o que pode ser considerado aceitável e o que se torna excessivo não se baseiam apenas na lei mas também em uma distinção subjetiva que expressa valores, expectativas e sensibilidades sociais contextuais e fluidos. É justamente nesse aspecto que inserimos o nosso problema de pesquisa, visto que argumentamos que a brutalidade policial não seria um fenômeno tão grave e persistente, se não contasse com considerável respaldo social. Tal respaldo indica que, para uma parte da população, o uso da força excessiva não é visto como um problema, mas como uma solução. É por isso que eles se mostram dispostos a conferir poder para que a polícia aja de maneira violenta, a despeito do que diz a lei.

A sistematização dos estudos a respeito desse apoio ao uso da força excessiva pela polícia indicou que o fenômeno pode ser examinado e compreendido a partir de diferentes perspectivas e condicionantes. Essas abordagens nos auxiliaram a recortar propriamente o

nosso objeto de estudo e delinear de maneira objetiva as hipóteses explicativas que testamos por meio da pesquisa empírica que compõe esta tese.

Por meio de dados de um *survey* aplicado a 1.806 moradores da cidade de São Paulo no ano de 2018, exploramos o efeito que variáveis sociodemográficas, contextuais e atitudinais exercem sobre a disposição de apoiar o uso da força excessiva por parte da polícia. Para trabalhar o nosso problema central e transformá-lo em uma variável mensurável, foram construídos três cenários hipotéticos de uso da força excessiva pela polícia, e os entrevistados foram instados a avaliar a qualidade do trabalho da instituição nessas situações. A partir dessas avaliações, classificamos a amostra em três grupos: aqueles que se mostram “opponentes”, “apáticos” e “tolerantes” ao uso da força excessiva pela polícia.

Análises descritivas bivariadas e, principalmente, modelos de regressão logística multinomial foram empregados para testar algumas das hipóteses aventadas pela literatura. A partir de uma perspectiva estrutural, ancorada nas teorias do conflito, investigamos de que maneira a posição social que os indivíduos ocupam na hierarquia social influencia suas atitudes com relação ao uso da força pela polícia. Nesse sentido, os resultados indicaram que sexo e raça são significativos e se mantêm consistentemente nos modelos, indicando que homens e brancos estão mais propensos a manifestar apoio à brutalidade policial. O efeito de idade foi significativo, mas não consistente em todos os modelos, ao passo que escolaridade e *status* econômico não apresentaram o efeito esperado. Do ponto de vista da teoria do conflito, destacamos que a questão racial parece ser muito relevante para compreender a tolerância ao uso da força excessiva pela polícia, indicando que brancos estão mais propensos a apoiar a brutalidade policial como forma de manutenção de uma hierarquia que é sobretudo racial. Trata-se de uma contribuição relevante deste estudo, indicando que as diferenças de experiência que negros e brancos têm com as instituições de segurança e justiça se refletem na disposição de conferir poder para a polícia agir de maneira violenta.

Outra hipótese testada diz respeito a uma perspectiva que chamamos de instrumental, com o objetivo de verificar qual o papel que a percepção de vulnerabilidade pessoal exerce sobre as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Nossos resultados indicaram que as experiências de vitimização e o sentimento de medo do crime não tiveram efeito significativo, ou seja, não permitiram sustentar essa hipótese. A percepção de vulnerabilidade

e insegurança pessoal não implicou a disposição de conferir poder para a polícia fazer uso de métodos violentos como estratégia para garantia de proteção.

Investigamos também se a adesão a valores autoritários exerce influência sobre as atitudes com relação ao uso da força excessiva pela polícia. Nossos resultados confirmam essa hipótese, indicando uma forte relação positiva entre essas variáveis, de maneira que os mais autoritários são mais tolerantes com abusos policiais. Esse achado dialoga diretamente com as discussões feitas por Pinheiro (1991, 1994, 2001) e por Pearce (2017a, 2017b), indicando que, no Brasil (e na América Latina), o autoritarismo deve ser pensado e estudado não apenas a partir da perspectiva de regimes políticos mas também de sua inserção na sociedade civil por meio de uma cultura política que dispõe parte da população a aceitar, demandar ou mesmo reproduzir formas de exercício de poder baseadas na coerção e na violência, principalmente para promover controle social.

Para observar empiricamente esse “autoritarismo socialmente implantado”, é preciso fazer justamente aquilo que nos propusemos nesta pesquisa, colocar foco nas interações violentas cotidianas que tornam esse autoritarismo visível e observar como a sociedade se relaciona com essas situações. Tais cenas e, principalmente, a tolerância de uma parcela da sociedade à sua ocorrência revelam que os métodos de exercício de autoridade baseados na força se interiorizam e passam a ser tomados como um recurso esperado e legitimado por parte da população (PINHEIRO, 1991).

A análise dos dados indica que, para parte dos entrevistados, os cenários de abusos narrados em nosso instrumento de pesquisa não são pensados apenas como questões de segurança pública que poderiam ser solucionadas por meio de técnicas e procedimentos mais profissionais e pautados em um repertório legal normativo. O que eles vislumbram ali são indícios de um declínio moral que precisa ser controlado por meio de respostas duras que reestabeleçam a autoridade e, por conseguinte, a ordem, por meio da submissão abusiva dos que são identificados como responsáveis por essa decadência.

Buscamos compreender nesta pesquisa o quanto as percepções e as atitudes com relação à atuação da polícia são heterogêneas e quais são os fatores que motivam essas variações. Vimos que a leitura que o público faz a respeito da adequação das ações policiais e sua disposição para definir os limites conferidos à autoridade policial podem variar de acordo com uma série de condicionantes. De maneira geral, o que nossos resultados indicam é que as expectativas e a avaliação que as pessoas fazem da polícia estão associadas ao menos parcialmente com a posição que ocupam na sociedade e com seus valores pessoais.

Quando consideradas em conjunto todas as variáveis que tiveram efeito em nossos modelos de regressão, é possível traçar um certo perfil de quem são os indivíduos que apoiam o uso da força excessiva pela polícia. Nossos dados indicam que eles ocupam uma certa posição social que mescla hipóteses instrumentais e sobretudo atitudinais. Estamos falando principalmente de homens, de brancos, de pessoas que não sofreram vitimização policial, que manifestam adesão a valores autoritários.

Tais achados sinalizam que para compreender a formação das atitudes com relação à polícia é preciso considerar o papel da identidade social, de maneira que, quanto mais identificadas com a polícia e com o que ela representa em nossa sociedade, mais dispostas as pessoas estarão para conferir legitimidade às suas ações e respaldá-las, mesmo em situações limítrofes. Em uma sociedade patriarcal, racista e com um histórico de abusos violentos, trata-se de um lugar de privilégio que nos ajuda a compreender que mecanismos levam ao reconhecimento da autoridade que se legitima por meio do uso da força abusiva. Essa disposição aparece na introdução desta tese, quando, diante de um caso flagrante de abuso policial, o então presidente do Conseg do Portal do Morumbi cita o dever moral dos demais moradores de defender os policiais envolvidos e lhes oferecer auxílio financeiro, posto que aqueles policiais defendiam valores que são caros aos moradores.

No caso brasileiro, a identificação e a adesão quase acrítica com relação à polícia pode ser representada na imagem do “cidadão de bem”, uma construção simbólica e identitária de autodesignação conservadora que ainda carece de mais aprofundamento teórico, mas que, em linhas gerais, implica um recurso discursivo que produz uma cisão social, dividindo a sociedade entre “nós” e “eles” a partir de uma perspectiva assimétrica que contrapõe o bem contra o mal. A identidade dos “cidadãos de bem” se constrói em oposição aos cidadãos que são do “mal” ou que, em última instância, nem cidadãos são. Nesse sentido, Figueira (2019)

indica que tal construção tem por objetivo estabelecer uma separação simbólica, localizando em polo opostos os que seriam cívica e moralmente superiores aos seus antagonistas, sejam eles quem forem. Trata-se, portanto, de um conceito fluido e elástico, mas que, no atual contexto brasileiro, tem sido empregado por aqueles que se veem como cidadãos exemplares, sem histórico de envolvimento criminal, que são produtivos e pagam os seus impostos em dia, defensores da moral e dos bons costumes, que têm grande apreço pela ordem e condenam arruaças, badernas e balbúrdias que eventualmente possam perturbar a ordem cotidiana. Dizem possuir grande apreço pelas leis e pelas autoridades constituídas, entretanto esse legalismo pode ser deixado de lado quando se trata do emprego da violência voltada para os que não pertencem à categoria dos “cidadãos de bem”, por exemplo, ao parabenizarem a polícia pelo bom trabalho quando assaltantes são “mandados para o colo do capeta” (FIGUEIRA, 2019, p. 230). Temos, portanto, que os valores desse “cidadão de bem” parecem se alinhar com a “cidadania autoritária” descrita por Pearce (2017a, 2017b).

Aqueles que se autodesignam como “cidadãos de bem” costumam, portanto, apresentar alinhamento de valores com a polícia enquanto instituição responsável pela manutenção da ordem. Essa aproximação e identificação pode, inclusive, ter um efeito para moldar e influenciar a forma como avaliam a atuação policial. Em pesquisa realizada em um contexto distinto, na Inglaterra e no País de Gales, Bradford (2016) indicou que aqueles que se identificam como cidadãos respeitadores das leis (*law-abiding citizen*) colocam menos peso no emprego de procedimentos justos para avaliar a legitimidade de ações policiais, de maneira que, para esses entrevistados, a disposição de legitimar a polícia se mostrou mais relacionada com a identidade social, independentemente da forma como a polícia age no cotidiano e do fato de empregar ou não procedimentos justos. Esse mecanismo ajudaria a explicar por que a legitimidade da polícia se mantém a despeito de denúncias de abuso e má conduta policial.

Outros estudos mais antigos também já apontavam que a afinidade com a polícia parece ser um fator que implica conferir-lhe poder, de maneira que aqueles que se sentem mais identificados com a polícia apoiam o uso da força para resolver conflitos (BLUMENTHAL, 1972; GAMSON; MCEVOY, 1970). Do mesmo modo, aqueles que se sentem menos identificados com quem é vítima da ação da polícia também tendem a apoiar o uso da força (BLUMENTHAL, 1972).

Se, como nossos dados e a revisão de literatura apontam, no Brasil existe uma demanda pelo emprego de métodos coercitivos, seria razoável esperar que, para aqueles que possuem tais expectativas, as ações de brutalidade não sejam vistas como uma atuação problemática, mas sim como meio adequado para promover controle social, ou seja, eles creem que a brutalidade é um caminho para a manutenção da ordem social.

É importante lembrar que as linhas que definem quais são as possibilidades e os limites para o uso da força não se baseiam apenas nos marcos legais. Como mencionado anteriormente, a noção do que é força adequada e do que é força excessiva é uma distinção subjetiva e contextual que não se pauta apenas pela legalidade e por perícia técnica, dizendo respeito a valores e expectativas que se fazem presentes na sociedade. Quando o uso exacerbado da força pela polícia faz parte das demandas e do repertório do público a despeito de sua ilegalidade, as ações violentas podem pavimentar um caminho para conquistar a legitimidade aos olhos de uma parcela da população, e não para miná-la.

A linha que define qual é o limiar aceitável da violência e em que circunstâncias esta é considerada extrema a ponto de minar a legitimidade da polícia é um assunto balizado não só pelas leis mas também pelas expectativas e pela moralidade de cidadãos e instituições. A brutalidade capaz de minar a legitimidade da polícia não é aquela que se choca com a lei, é aquela que se choca com a moralidade e com as expectativas do público. Essa é a linha que, na prática, orientará as ações das instituições de segurança e justiça, mas que, por sua vez, é muito subjetiva e contextual. Nem tudo aquilo que, legalmente, pode ser entendido como má conduta policial provocará danos na avaliação que os cidadãos fazem das instituições. Cada situação e ação de brutalidade pode ser observada por ângulos diferentes e ter efeitos desiguais para o público. As percepções do público podem variar e ser muito divergentes, não existe apenas uma expectativa, perspectiva ou moralidade operando.

Essa certa fluidez e disposição em conferir poder para a polícia agir se acentuaria nas situações em que as pessoas sentem que a ordem social se encontra ameaçada por aqueles que violam seus valores. Nesses momentos, a lógica do “nós” contra “eles” passa a operar e, quando existe uma identificação e um alinhamento com a polícia, esta é vista como uma força de proteção que precisa ser apoiada. Por essa razão, haveria uma inclinação para apoiar ações policiais violentas voltadas a membros dos grupos que oferecem alguma ameaça, sob a justificativa de que essa violência pode neutralizar temores e fazer cessar as agressões. A

figura do criminoso como uma ameaça existencial ao restante da população e o discurso de guerra contra as drogas e de guerra contra a criminalidade são argumentos frequentemente utilizados para justificar a brutalidade policial e alegar que a força empregada tem caráter defensivo, que se trata de ações necessárias para responder a uma agressão e proteger os cidadãos de bem contra os criminosos (BRADFORD; MILANI; JACKSON, 2016).

Por trás da aprovação do uso excessivo da força pela polícia, existe a expectativa do estabelecimento de uma concepção muito restrita de ordem e obediência, capaz de controlar os problemas de criminalidade que assolam a sociedade. Essa demanda por ordem, ironicamente, convive com o relaxamento de limites normativos e, nesse sentido, o uso da força por parte dos agentes do Estado teria um papel relevante como instrumento para a produção da submissão.

Trata-se de uma concepção deturpada do que é a autoridade e de qual o seu papel, posto que a confunde com o exercício de poder arbitrário apoiado na força, equiparando autoridade e violência em razão dos efeitos similares que produzem. Ou seja, “se a violência preenche a mesma função que a autoridade – a saber, faz com que as pessoas obedeçam –, então violência é autoridade” (ARENDT, 2013, p. 140).

Arendt indica que a violência tem sido tomada como sinal de autoridade ou mesmo confundida com ela na medida em que ambas produzem obediência. Entretanto, a autora destaca que esses são caminhos completamente distintos e mesmo antagônicos, visto que “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (ARENDT, 2013, p. 129). Ou seja, a verdadeira autoridade não pode ser identificada pela coerção e pela brutalidade.

Essa concepção autoritária da autoridade tem não apenas impacto direto nas demandas e expectativas que recaem sobre as forças policiais mas também implicações diretas nas políticas e soluções propostas para o sistema de segurança e justiça brasileiros. Tais políticas e soluções, por sua vez, estão no centro de uma disputa a respeito de qual é o significado da ordem e como esta deve se estabelecer.

Observa-se que no campo da segurança pública há um pêndulo entre medidas de modernização democrática das polícias e do sistema de justiça criminal e a retroalimentação de forças isomórficas que recolocam a violência institucional e a baixa eficiência na prevenção do crime na garantia

de direitos como elementos constituintes do padrão de atuação das polícias brasileiras. (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 120)

A democratização impôs novos conflitos ao modelo vigente, baseado no enfrentamento do crime mediante o “combate” ao criminoso, não obstante os altos níveis de violência que ele comporta. Não se trata de negar que houve mudanças e nem de afirmar que as mudanças foram completas; o balanço da democratização na segurança pública e na justiça criminal aponta antes para a criação de novas ambivalências e ambiguidades, que podem ser identificadas na persistência de um conflito de forças que antagoniza defensores de direitos humanos e o clamor popular por mais segurança e justiça, muitas vezes saciado exatamente por ações policiais que envolvem violência e mortes. (SINHORETTO; LIMA, 2015, p. 134)

A tarefa de definir o que efetivamente é essa tal ordem pública e como ela dever ser mantida tem recaído sobretudo nos policias militares de baixa patente, que, em sua atuação cotidiana com a população, fazem uso do poder que lhes é conferido – como vimos, também pela população – para traçar as fronteiras entre o que é vetado e o que é permitido, quem é o “cidadão de bem” e quem é bandido, quem deve ter seus direitos protegidos e quem pode ter seus direitos desrespeitados. Essa liberdade para definir o que é crime e quem são os criminosos implica deixar as fronteiras e os limites entre o legal e o ilegal com relação ao uso da força policial cada vez mais borrados e propositalmente indefinidos (SINHORETTO; LIMA, 2015).

Embora o dedo que repousa sobre o gatilho seja dos policiais, essas práticas não são fruto apenas de ações individuais ou de uma cultura ocupacional, estão lastreadas em uma cultura política que é permissiva com a violência e com a repressão contra grupos não hegemônicos, agindo para a manutenção de uma estrutura hierárquica e racista anterior à própria instituição policial, mas que persiste e se manifesta em sua atuação cotidiana e no respaldo social para a atuação brutal por uma sociedade que acredita na eficácia de soluções violentas e que ainda não é capaz de distinguir entre autoridade e práticas autoritárias.

Este trabalho não pretendeu de forma nenhuma esgotar os temas aqui tratados, e sim, principalmente, trazê-los para discussão e dotá-los de alguma densidade teórica, metodológica e empírica. Infelizmente, a despeito da magnitude e da persistência do uso da força abusiva pelas polícias brasileiras, estudos mais aprofundados a respeito do papel da sociedade nessa equação ainda são relativamente raros. Nossa contribuição visa justamente oferecer subsídios que permitam estreitar em alguns milímetros essa lacuna. De maneira geral, entendemos que a pesquisa aqui relatada tenha cumprido com suas propostas originais e trazido achados importantes e que ampliam nosso conhecimento sobre esse objeto, confirmando algumas das hipóteses aventadas pela literatura e problematizando outras.

Não obstante, trata-se de um trabalho com uma série de limitações que apontam para a necessidade de estudos posteriores a respeito do fenômeno. As principais limitações são sobretudo metodológicas. Trabalhamos com uma amostra afetada por problemas em sua coleta e que, portanto, oferece obstáculo para a generalização dos achados aqui reportados para a população da cidade de São Paulo, restringindo a validade externa da pesquisa. Outra limitação é o recorte geográfico, visto que estamos falando principalmente das relações entre moradores da cidade de São Paulo e os policiais que atuam na cidade de São Paulo. Embora a literatura mobilizada aponte indícios de que as dinâmicas sejam similares em outras cidades, em outros estados ou mesmo em outros países da América Latina, apenas a observação empírica poderá indicar se existem especificidades inerentes a outros contextos. Por fim, destacam-se as limitações de um estudo empírico que fez uso apenas de métodos quantitativos. Entendemos que muitas das pistas e achados da tese podem ser aprofundados por meio de pesquisas qualitativas que se proponham a investigar, por meio de entrevistas, grupos focais, redes sociais e outras fontes, as atitudes do público com relação ao uso da força excessiva pela polícia.

Referências

- ABEP. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2015**. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2015.
- ADAMS, K. Measuring the prevalence of police abuse of force. In: WILLIAM A. GELLER; HANS TOCH (Eds.). **Police violence: Understanding and controlling police abuse of force**. New Haven: Yale University Press, 1996. p. 52-93.
- ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, v. 43, p. 45-63, 1995.
- ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Anpocs, 2002. v. IVp. 267-307.
- ADORNO, S.; DIAS, C. N. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Eds.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ADORNO, S.; CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (Ed.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ADORNO, T. W. et al. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.
- AHNEN, R. E. The politics of police violence in democratic Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 141-164, 2007.
- ALBARRACÍN, D. et al. Attitudes: Introduction and scope. In: ALBARRACÍN, D.; JOHNSON, B. T.; ZANNA, M. P. (Eds.). **The Handbook of Attitudes**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. p. 3-19.
- ALBARRACÍN, D. et al. The psychology of attitudes, motivation, and persuasion. In: ALBARRACÍN, D.; JOHNSON, B. T.; ZANNA, M. P. (Eds.). **The Handbook of Attitudes**. New York: Routledge, 2018. p. 1-5.
- ALBRECHT, S. L.; GREEN, M. Attitudes Toward the Police and the Larger Attitude Complex. **Criminology**, v. 15, n. 1, p. 67-86, 1977.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

- ALPERT, G. P.; DUNHAM, R. G. **Understanding police use of force: Officers, suspects, and reciprocity**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- ALTEMEYER, B. **Enemies of freedom: Understanding right-wing authoritarianism**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 61-82, 1 jun. 2013.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social de América Latina**, v. 14, n. 34, p. 37-48, 2013.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
- ARTHUR, J. A. Interpersonal violence, criminal victimization and attitudes toward police use of force. **International Review of Modern Sociology**, v. 23, n. 1, p. 91-106, 1993.
- ARTHUR, J. A.; CASE, C. E. Race, class and support for police use of force. **Crime, Law and Social Change**, v. 21, n. 2, p. 167-182, 1994.
- ASTOLFI, R. C. **Povo e polícia, uma só direção: os estreitos canais de participação dos Conselhos Comunitários de Segurança da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 19 fev. 2014.
- BARKAN, S. E.; COHN, S. F. Racial prejudice and support by whites for police use of force: A research note. **Justice Quarterly**, v. 15, n. 4, p. 743-753, 1998.
- BARROS, G. da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 3, p. 134-155, 2008.
- BATITUCCI, E. C. A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4, n. 7, p. 30-47, 2010.
- BATITUCCI, E. C. A polícia em transição: O modelo profissional-burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 1, p. 65-96, 20 jan. 2011.
- BATTIBUGLI, T. **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)**. São Paulo: Editora Humanitas, 2010.
- BAYLEY, D. Police brutality abroad. In: GELLER, W. A.; HANS, T. (Eds.). **And Justice For All: Understanding and controlling police abuse of force**. Washington, D.C: Police Executive Research Forum, 1995. p. 261-276.
- BELUR, J. Police Use of Deadly Force: Police Perceptions of a Culture of Approval. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, v. 25, n. 2, p. 237-252, 2009.

- BELUR, J. **Permission to shoot? police use of deadly force in democracies**. New York: Springer, 2010.
- BIANCHI, A. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 92, p. 79-104, 2014.
- BITTNER, E. **The functions of the police in modern society: A Review of Background Factors, Current Practices, and Possible Role Models**. Chevy Chase, Maryland: National Institute of Mental Health, 1970. v. 88
- BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- BLOCK, R. L. Fear of crime and fear of the police. **Social Problems**, v. 19, n. 1, p. 91-101, 1971.
- BLUMENTHAL, M. D. Predicting Attitudes toward Violence. **Science**, v. 176, n. 4041, p. 1296-1303, 1972.
- BORDUA, D. J.; REISS JR., A. J. Command, control, and charisma: Reflections on police bureaucracy. **American Journal of Sociology**, v. 72, n. 1, p. 68-76, 1966.
- BOTTOMS, A.; TANKEBE, J. Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice. **J. Crim. L. & Criminology**, v. 102, p. 119, 2012.
- BRADFORD, B. The dog that never quite barked: Social identity and the persistence of police legitimacy. In: BOSWORTH, M.; HOYLE, C.; ZEDNER, L. (Eds.). **Changing Contours of Criminal Justice: Research, Politics and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 29-41.
- BRADFORD, B.; MILANI, J.; JACKSON, J. Identity, legitimacy and 'making sense' of police violence. **Oxford Legal Studies Research Paper No. 41**, 2016.
- BRADFORD, B.; MURPHY, K.; JACKSON, J. Officers as mirrors: Policing, procedural justice and the (re) production of social identity. **British journal of criminology**, v. 54, n. 4, p. 527-550, 2014.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatorio Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.
- BRANDL, S. G. et al. On the measurement of public support for the police: a research note. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 20, n. 3, p. 473-480, 1997.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848. Código Penal. **Diário Oficial da União**. 31 dez. 1940.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília**. 1988.

- BRASIL. Portaria Interministerial SDH/MJ nº 4.226. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. **Diário Oficial da União**. 3 jan. 2010, Sec. 1, p. 27.
- BRASIL. Lei No 13060. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública. **Diário Oficial da União**. 22 dez. 2014.
- BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi: Revista de História**, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.
- BRICEÑO-LEÓN, R.; CARNEIRO, L. P.; CRUZ, J. M. O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela. In: D. C. PANDOLFI et al. (Eds.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 117-127.
- BRIDENBALL, B.; JESILOW, P. What matters: The formation of attitudes toward the police. **Police Quarterly**, v. 11, n. 2, p. 151-181, 2008.
- BRITT, C. L.; WEISBURD, D. Logistic regression models for categorical outcome variables. In: PIQUERO, A. R.; WEISBURD, D. (Eds.). **Handbook of quantitative criminology**. New York: Springer, 2010. p. 649-682.
- BROWN, B.; BENEDICT, W. R. Perceptions of the police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 3, p. 548-580, 2002.
- BROWN, M. **Working the street: Police discretion and the Dilemmas of Reform**. New York: Russell Sage Foundation, 1988.
- BUENO, S. et al. Análise da letalidade policial no Brasil. In: BUENO, S.; LIMA, R. S. (Eds.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019a. p. 58-65.
- BUENO, S. et al. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. SPE, p. 783-799, nov. 2019b.
- BUSSAB, W. de O.; BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. The paradox of police violence in democratic Brazil. **Ethnography**, v. 3, n. 3, p. 235-263, 2002.
- CANO, I. Direitos humanos, criminalidade e segurança pública. In: VENTURI, G. (Ed.). **Direitos humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 65-75.

- CANO, I. Direitos para os bandidos?: direitos humanos e criminalidade no Brasil. In: BIORN MAYBURY LEWIS; SONIA RANINCHESKI (Eds.). **Desafios aos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: Verbena, 2011. p. 33-46.
- CANO, I.; MASSINI, N. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- CANO, J. I. Viés racial no uso da força letal pela polícia no Brasil. **MPMG Jurídico**, 2014.
- CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 249-265, maio 1997.
- CARDIA, N. Exposição à violência : seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. **Lusotopie**, p. 299-328, 2003.
- CARDIA, N.; CINOTO, R. **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de estado**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012.
- CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHENG, P. Y.; KRAUSS, A. D. Cronbach's Alpha. In: LEWIS-BECK, M.; BRYMAN, A.; FUTING LIAO, T. (Eds.). **The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods**. Los Angeles: Sage Publications, Inc., 2004.
- CHEVIGNY, P. **Edge of the knife: Police violence in the Americas**. New York: The New Press, 1995.
- CLARK, T. W. Structural predictors of Brazilian police violence. **Deviant Behavior**, v. 29, n. 2, p. 85-110, 2008.
- COHRS, J. C.; PETZEL, T.; FUNKE, F. Authoritarian personality. **The Encyclopedia of Peace Psychology**, 2011.
- COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.
- CORREIA, M. E. Determinants of attitudes toward police of Latino immigrants and non-immigrants. **Journal of Criminal Justice**, v. 38, n. 1, p. 99-107, 1 jan. 2010.
- CORREIA, M. E.; REISIG, M. D.; LOVRICH, N. P. Public perceptions of state police: An analysis of individual-level and contextual variables. **Journal of Criminal Justice**, v. 24, n. 1, p. 17-28, 1 jan. 1996.
- COSTA, A. T.; DURANTE, M. O. A Polícia e o Medo do Crime no Distrito Federal. **Dados**, v. 62, n. 1, p. 1-31, 2019.

- COSTA, A. T.; LIMA, R. S. de. Segurança pública. In: LIMA, R. S. DE; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Eds.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.
- COSTA, A. T. M. Police Brutality in Brazil: Authoritarian Legacy or Institutional Weakness? **Latin American Perspectives**, 20 jan. 2011.
- CUBAS, V. et al. Violência policial: Abordagens da literatura. In: **Bala perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 103-109.
- CULLEN, F. T. et al. "Stop or I'll shoot": Racial differences in support for police use of deadly force. **American Behavioral Scientist**, v. 39, n. 4, p. 449-460, 1996.
- DELLASOPPA, E. E. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. **Revista USP**, n. 9, p. 79-86, 1991.
- DUNHAM, R. G.; ALPERT, G. P. Neighborhood differences in attitudes toward policing: Evidence for a mixed-strategy model of policing in a multi-ethnic setting. **J. Crim. L. & Criminology**, v. 79, p. 504, 1988.
- EL-HABIL, A. M. An application on multinomial logistic regression model. **Pakistan journal of statistics and operation research**, v. 8, n. 2, p. 271-291, 2012.
- FELDMAN, S. Enforcing social conformity: A theory of authoritarianism. **Political psychology**, v. 24, n. 1, p. 41-74, 2003.
- FELITTE, A. Militarização: uma história do Estado contra o povo. **Justificando**, 17 abr. 2017.
- FERRARO, K. F.; GRANGE, R. L. The Measurement of Fear of Crime. **Sociological Inquiry**, v. 57, n. 1, p. 70-97, jan. 1987.
- FIGUEIRA, F. P. Memória discursiva e sátira política: a paródia da (auto)designação "cidadão de bem" pelo The Piauí Herald. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 1, p. 223-241, 2019.
- FLANAGAN, T. J.; VAUGHN, M. S. Public opinion about police abuse of force. **Police violence: Understanding and controlling police abuse of force**, v. 30, n. 5, p. 397-408, 1996.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**: Textos para Debate. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
- FRASER, C. Attitudes, social representations and widespread beliefs. **Papers on Social Representations**, v. 3, p. 13-25, 1994.
- FYFE, J. J. Police use of deadly force: Research and reform. **Justice Quarterly**, v. 5, n. 2, p. 165-205, 1988.

- GAMSON, W. A.; MCEVOY, J. Police Violence and Its Public Support. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 391, n. 1, p. 97-110, set. 1970.
- GAROFALO, J. **Police and Public Opinion-an Analysis of Victimization and Attitude Data from 13 American Cities**. Albany, NY: Criminal Justice Research Center - US Department of Justice, 1977.
- GARSON, G. D. **Logistic regression: Binary and multinomial**. North Carolina: Statistical Publishing Associates, 2014.
- GERBER, M. M.; JACKSON, J. Authority and punishment: On the ideological basis of punitive attitudes towards criminals. **Psychiatry, Psychology and Law**, v. 23, n. 1, p. 113-134, 2016.
- GERBER, M. M.; JACKSON, J. Justifying violence: legitimacy, ideology and public support for police use of force. **Psychology, Crime & Law**, v. 23, n. 1, p. 79-95, 2017.
- GERBER, T. P.; MENDELSON, S. E. Public experiences of police violence and corruption in contemporary Russia: a case of predatory policing? **Law & Society Review**, v. 42, n. 1, p. 1-44, 2008.
- GOMES, L. P. S. **A (in)visibilidade da questão racial na formação dos soldados da Polícia Militar**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
- GRIFFIN, S. P.; BERNARD, T. J. Angry aggression among police officers. **Police Quarterly**, v. 6, n. 1, p. 3-21, 2003.
- GRIMM, P. Social Desirability Bias. In: **Wiley International Encyclopedia of Marketing**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2010.
- GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.
- HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6a. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
- HALE, C. Fear of Crime: A Review of the Literature. **International Review of Victimology**, v. 4, n. 2, p. 79-150, jan. 1996.
- HALIM, S.; STILES, B. L. Differential support for police use of force, the death penalty, and perceived harshness of the courts: Effects of race, gender, and region. **Criminal Justice and Behavior**, v. 28, n. 1, p. 3-23, 2001.
- HENSON, B.; REYNS, B. W. The Only Thing We Have to Fear Is Fear Itself...and Crime: The Current State of the Fear of Crime Literature and Where It Should Go Next: The Only Thing We Have to Fear. **Sociology Compass**, v. 9, n. 2, p. 91-103, fev. 2015.

- HERZOG, S. Deviant organizational messages among suspect police officers in Israel. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 23, n. 4, p. 416-439, 2000.
- HIGA, G.; ALVAREZ, M. C. Humanização das prisões e pânico morais: notas sobre as “Serpentes Negras”. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 69-90, 2019.
- HINTON, M. S. A distant reality: Democratic policing in Argentina and Brazil. **Criminal Justice**, v. 5, n. 1, p. 75-100, 2005.
- HODGSON, J. F. Police violence in Canada and the USA: Analysis and management. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 24, n. 4, p. 520-551, 2001.
- HUGGINS, M. K. Urban violence and police privatization in Brazil: Blended invisibility. **Social Justice**, v. 27, n. 2 (80), p. 113-134, 2000.
- HUGGINS, M. K. et al. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Ed. UnB, 2006.
- HUNT, J. Police accounts of normal force. **Urban Life**, v. 13, n. 4, p. 315-341, 1985.
- JESILOW, P.; MEYER, J.; NAMAZZI, N. Public attitudes toward the police. **American journal of police**, v. 14, n. 2, p. 67-88, 1995.
- JESUS, M. G. M. de. **“O que está no mundo não está nos autos”: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas**. Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- JESUS, M. G. M. de. **A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas**. Belo Horizonte: Editora DPlácido, 2018.
- JESUS, M. G. M. de. Verdade policial como verdade jurídica: narrativas do tráfico de drogas no sistema de justiça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 102, 2020.
- JOHNSON, D.; KUHNS, J. B. Striking out: Race and support for police use of force. **Justice Quarterly**, v. 26, n. 3, p. 592-623, 2009.
- KAMAKURA, W.; MAZZON, J. A. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 1, p. 55-70, fev. 2016.
- KANIA, R. R. E.; MACKEY, W. C. Police Violence as a Functions of Community Characteristics. **Criminology**, v. 15, n. 1, p. 27-48, 1977.

- KLOCKARS, C. B. A theory of excessive force and its control. In: GELLER, W. A.; HANS, T. (Eds.). **And Justice For All: Understanding and Controlling Police Abuse of Force**. Washington, D.C: Police Executive Research Forum, 1995. v. 1.
- KRUMPAL, I. Determinants of social desirability bias in sensitive surveys: a literature review. **Quality & Quantity**, v. 47, n. 4, p. 2025-2047, 2013.
- LANIER, M. M.; HENRY, S.; ANASTASIA, D. J. **Essential criminology**. 3. ed. Philadelphia: Westview Press, 2010.
- LARSEN, K. S. Authoritarianism and Attitudes toward Police. **Psychological Reports**, v. 23, n. 2, p. 349-350, out. 1968.
- LEMGRUBER, J. et al. **Olho por Olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”**. Rio de Janeiro: CeSec e UCam, 2017.
- LERSCH, K. M.; MIECZKOWSKI, T. Violent police behavior: Past, present, and future research directions. **Aggression and Violent Behavior**, v. 10, n. 5, p. 552-568, jul. 2005.
- LIMA, R. K. de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.
- LIU, C. Multiple-Indicator Measures. In: LEWIS-BECK, M.; BRYMAN, A.; FUTING LIAO, T. (Eds.). **The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods**. Los Angeles: Sage Publications, Inc., 2004.
- LOCHE, A. A letalidade da ação policial: parâmetros para análise. **Revista Tomo**, n. 17, p. 39-56, 2010.
- LOO, D. The ‘moral panic’ that wasn’t: The sixties crime issue in the US. In: LEE, M.; FARRALL, S. (Eds.). **Fear of Crime: Critical Voices in an Age of Anxiety**. London: Routledge-Cavendish, 2008. p. 24-43.
- MACAULAY, F. Knowledge production, framing and criminal justice reform in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 39, n. 3, p. 627-651, 2007.
- MACDONALD, J. M. et al. Police use of force: Examining the relationship between calls for service and the balance of police force and suspect resistance. **Journal of criminal justice**, v. 31, n. 2, p. 119-127, 2003.
- MACHADO, E. P.; CARDOSO, F.; NORONHA, C. V. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. **Afro-Ásia**, n. 19-20, p. 201-226, 1997.

- MANZONI, P.; EISNER, M. Violence between the police and the public: Influences of work-related stress, job satisfaction, burnout, and situational factors. **Criminal justice and behavior**, v. 33, n. 5, p. 613-645, 2006.
- MAUCH, C. Considerações sobre a história da polícia. **Métis: História & Cultura**, v. 6, n. 11, 2007.
- MCELVAIN, J. P.; KPOSOWA, A. J. Police officer characteristics and internal affairs investigations for use of force allegations. **Journal of criminal justice**, v. 32, n. 3, p. 265-279, 2004.
- MESQUITA NETO, P. de. Ensaio sobre segurança cidadã. In: **Ensaio sobre segurança cidadã**. São Paulo: Quartier Latin, 2011. p. 471.
- MESQUITA NETO, P. de. Violência Policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, D. et al. (Eds.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 130-148.
- MICUCCI, A. J.; GOMME, I. M. American police and subcultural support for the use of excessive force. **Journal of Criminal Justice**, v. 33, n. 5, p. 487-500, set. 2005.
- MINAYO, M. C. de S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005.
- MONJARDET, D. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MOSCOVICI, S. Attitudes and opinions. **Annual Review of Psychology**, v. 14, n. 1, p. 231-260, 1963.
- MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.
- MOSCOVICI, S. Why a theory of social representation? In: DEAUX, K.; PHILOGENE, G. (Eds.). **Representations of the Social: Bridging Theoretical Traditions**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 18-61.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.
- NERY, M. B. et al. Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 2, 2014.
- NETELENBOS, B. **Political Legitimacy Beyond Weber: An Analytical Framework**. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- NISBET, R. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

- NOVELLO, R. H. **“Bancada da Bala”: discursos e práticas sobre punição, crime e insegurança na Assembleia Legislativa de São Paulo**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
- OLIVEIRA JR., A. de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 2, 1 set. 2011.
- OLIVEIRA JR., E. N. de. Políticas públicas e estratégias de controle da ação letal das instituições policiais no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 1, 2012.
- OLIVEIRA JR., E. S. N. de. **Letalidade da ação policial e teoria interacional: análise integrada do sistema paulista de segurança pública**. Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- PAIXÃO, A. L.; BEATO F., C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 233-248, 1997.
- PANDOLFI, D. C. Percepção dos direitos e participação social. In: PANDOLFI, D. et al. (Eds.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 45-58.
- PAOLINE III, E. A.; TERRILL, W. Police education, experience, and the use of force. **Criminal Justice and Behavior**, v. 34, n. 2, p. 179-196, 2007.
- PASTANA, D. R. Cultura do medo. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 10, 2004.
- PEARCE, J. Authoritarian and resistant citizenship: contrasting logics of violence diffusion and control in Latin America. In: MACKERT, J.; TURNER, B. S. (Eds.). **The Transformation of Citizenship, Volume 3**. Abingdon: Routledge, 2017a. p. 137-156.
- PEARCE, J. The politics of violence control in Latin America: Repressive States or Authoritarian Citizens? In: SANTAMARIA, G.; CAREY, D. (Eds.). **Violence and Crime in Latin America**. Norman: University of Oklahoma Press, 2017b.
- PECK, J. H. Minority perceptions of the police: a state-of-the-art review. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 38, n. 1, p. 173-203, 2015.
- PEDROSO, R. C. **Estado Autoritário e Ideologia Policial**. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.
- PERES, M. F. T. et al. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 29, p. 17-26, 2011a.

- PERES, M. F. T. et al. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 709-721, 2011b.
- PERES, M. F. T. et al. Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 3249-3257, 2012.
- PERKINS, J. E.; BOURGEOIS, M. J. Perceptions of police use of deadly force. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 36, n. 1, p. 161-177, 2006.
- PETERS, D. J. **Public Acquiescence of Police Brutality and Extrajudicial Killings in São Paulo, Brazil**. Tese de Doutorado—Reno: University of Nevada, 2006.
- PHILLIPS, T.; SMITH, P. Police violence occasioning citizen complaint. **British journal of criminology**, v. 40, n. 3, p. 480-496, 2000.
- PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, n. 9, p. 45-56, 1991.
- PINHEIRO, P. S. The legacy of authoritarianism in democratic Brazil. In: NAGEL, S. S. (Ed.). **Latin American Development and Public Policy**. London: Macmillan, 1994. p. 237-253.
- PINHEIRO, P. S. Transição política e não-estado de direito na República. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Eds.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 261-305.
- PINHEIRO, P. S.; IZUMINO, E. A.; FERNANDES, M. C. J. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP**, n. 9, p. 95-112, 1991.
- PONCIONI, P. F. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- RADER, N. E. Fear of Crime. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology**, p. 22, 2016.
- REISIG, M. D.; GIACOMAZZI, A. L. Citizen perceptions of community policing: are attitudes toward police important? **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 21, n. 3, p. 547-561, 1998.
- RONDON FILHO, E. B. Polícia e minorias: Estigmatização, desvio e discriminação. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 2, p. 269-293, 2013.
- ROSEMBERG, A. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: Edusp, 2010.

- SAMPSON, R.; BARTUSCH, D. J. Legal Cynicism and (Subcultural?) Tolerance of Deviance: The Neighborhood Context of Racial Differences. **Law and Society Review**, v. 32, p. 777-804, 1998.
- SAMPSON, R. J.; RAUDENBUSH, S. W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. **Science**, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997.
- SCAGLION, R.; CONDON, R. G. Determinants of Attitudes Toward City Police. **Criminology**, v. 17, n. 4, p. 485-494, 1980.
- SCHLITTLER, M. C. de C. **"Matar muito, prender mal" : a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP**. Tese de Doutorado—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- SCHMIDT, C. S. Police Violence, Public Response: The Public Gets What it Tolerates. In: PALMIOTTO, M. J. (Ed.). **Police Use of Force: Important Issues Facing the Police and the Communities They Serve**. Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group, 2017.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SHIRLEY, R. Atitudes com relação à polícia em uma favela no sul do Brasil. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 215-231, 1997.
- SILVA, G. F.; BEATO, C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 118-153, jun. 2013.
- SILVER, J. R.; PICKETT, J. T. Toward a better understanding of politicized policing attitudes: Conflicted conservatism and support for police use of force. **Criminology**, v. 53, n. 4, p. 650-676, 2015.
- SIMON, J. **Governing through crime: How the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- SINHORETTO, J. et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: FIGUEIREDO, I. S.; LIMA, C. do S. L.; BAPTISTA, G. C. (Eds.). **Segurança Pública e Direitos Humanos: Temas Transversais**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. v. 5.
- SINHORETTO, J.; LIMA, R. S. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. **Contemporânea**, Dossiê Violência, crime e teoria social. v. 5, n. 1, p. 119-141, 2015.

- SINHORETTO, J.; SCHLITTLER, M. C.; SILVESTRE, G. Juventude e violência policial no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, p. 10-35, 2016.
- SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Carlos: Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCar), 2014.
- SOARES, G. A. D. Confiança na Política: uma perspectiva interativa. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Dossiê: “Reforma Política e instituições”. v. 5, n. 5, p. 17-22, 2013.
- SOARES, L. E. **Desmilitarizar: Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SOUZA, E. R. de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 59-70, 2005.
- STINCHCOMBE, J. B. Beyond bureaucracy: a reconsideration of the professional police. **Police Studies: Intl Review of Police Development**, v. 3, n. 1, p. 49-61, 1980.
- TEIXEIRA, F. C. B. **Avaliação da polícia no município de São Paulo (2001-2010)**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- TEIXEIRA, F. C. B. **Contato com a polícia e legitimidade policial na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
- THOMPSON, B. L.; LEE, J. D. Who Cares If Police Become Violent? Explaining Approval of Police Use of Force Using a National Sample. **Sociological Inquiry**, v. 74, n. 3, p. 381-410, ago. 2004.
- TYLER, T. R. **Why people obey the law**. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
- UILDRIKS, N.; VAN REENEN, P. Human Rights Violations by the Police. **Human Rights Review**, v. 2, n. 2, p. 64-64, 2001.
- VALA, J.; MONTEIRO, M.; LEYENS, J.-P. Perception of violence as a function of observer’s ideology and actor’s group membership. **British Journal of Social Psychology**, v. 27, n. 3, p. 231-237, 1988.
- VENTURI, G. O Potencial Emancipatório e a Irreversibilidade dos Direitos Humanos. In: VENTURI, G. (Ed.). **Direitos humanos : percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 9-31.
- WACQUANT, L. Toward a dictatorship over the poor? Notes on the penalization of poverty in Brazil. **Punishment & Society**, v. 5, n. 2, p. 197-205, 2003.

- WAGNER, W. Social representation theory. **The Encyclopedia of Peace Psychology**, 2011.
- WEBER, M. Bureaucracy. In: ROTH, G.; WITTICH, C. (Eds.). **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. New York, NY: Bedminster Press, 1968. p. 956-1005.
- WEBER, M. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída. In: TRAGTENBERG, M. (Ed.). **Max Weber, Ensaios de Sociologia e outros escritos**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 7-91.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Vol 1)**. Brasília: Editora UNB, 1994. v. Vol 1
- WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999a.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Vol 2)**. Brasília: Editora UNB, 1999b. v. Vol 2
- WEITZER, R. Theorizing racial discord over policing before and after ferguson. **Justice Quarterly**, v. 34, n. 7, p. 1129-1153, 2017.
- WILLIAMS, B. A. O. **In the Beginning Was the Deed: Realism and Moralism in Political Argument**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- WILLIAMS, J. S.; THOMAS, C. W.; SINGH, B. K. Situational use of police force: Public reactions. **Am. J. Police**, v. 3, p. 37, 1983.
- WILSON, J. Q. **Varieties of police behavior: The Management of Law and Order in Eight Communities**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- WORDEN, R. The 'Causes' of Police Brutality: Theory and Evidence on Police Use of Force. In: GELLER, W. A.; TOCH, H. (Eds.). **And Justice For All: Understanding and Controlling Police Abuse of Force**. Washington, D.C: Police Executive Research Forum, 1995. p. 31-60.
- ZANETIC, A. et al. Legitimidade da polícia. Segurança pública para além da dissuasão. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 148-173, 2016.
- ZILLI, L. F.; COUTO, V. A. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 681-700, 2017.
- ZILLI, L. F.; MARINHO, F. C.; SILVA, B. Pesquisas de Vitimização. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Eds.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 227-243.